
L P H

REVISTA DE HISTÓRIA

Nº 8, 1998-1999, LPH/DEP. HISTÓRIA/UFOP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

REITOR

Dirceu do Nascimento

DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

José Benedito Donadon Leal

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Renato Pinto Venâncio

COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA HISTÓRICA

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira

Ângelo Carrara

Antonio Carlos Jucá de Sampaio

Ivan Antonio de Almeida

Marco Aurélio de Santana

EDITORIAÇÃO

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira

EXPEDIENTE

Correspondência e contribuições devem ser encaminhadas para LPH – ICHS, Rua do Seminário, s/nº, CEP. 35.420-000, Mariana, MG, tel/fax: (031) 557-1322

Pede-se permuta We demand exchange On demande échange

Índice

ENTREVISTA	
O Ofício do Historiador: uma entrevista com Ronaldo Vainfas	5
ARTIGOS	
Considerações sobre a arte médica na Capitania das Minas (Primeira metade do século XVIII) Ramon Fernandes Grossi	11
Capitães-do-Mato em Mariana (1711-1822) Liliana Dias de Souza	27
A Província de Minas no Período Regencial Marcos Ferreira de Andrade	39
Assessores sindicais e participação na esfera de poder interno em sindicatos: um estudo sobre intelligentsia, saber e poder Jorge Ventura de Moraes	75
Homens que migram e mulheres que ficam: noções de tempo e memória Marilda Aparecida de Menezes	105
Tracing Hybridity in Theory Nikos Papastergiadis	115
Reconstruindo o futuro: o movimento sindical metalúrgico e os antecedentes da transição democrática (1974/1978) Francisco Carlos Palomanes Martinho	147
“Hell, No! We Won’t Glow”. The Bailly Alliance: Memories of an Antinuclear Coalition James B. Lane	173
RESENHAS	
FARIA, Sheila de Castro. <i>A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial</i> . Antonio Carlos Jucá de Sampaio	189

FONTES, Paulo. Trabalhadores e cidadãos Marco Aurelio Santana	193
PEABODY, Sue. "There are no slaves in France" Renato Pinto Venâncio	197
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. <i>História da Família no Brasil Colonial</i> Ângela Domingues	199

ENTREVISTA

O Ofício do Historiador: uma entrevista com Ronaldo Vainfas
Renato Pinto Venancio (entrevistador)

Inicialmente, gostaria de saber algumas informações a respeito do seu período de formação. Devido a qual motivo você resolveu estudar História?

A decisão surgiu no curso clássico do São Vicente, no Rio de Janeiro, por volta de 73. Pesou muito a qualidade do ensino da história no colégio, a elevadíssima carga horária e a qualificação dos professores. Muito importante foi o Marçal Versiani dos Anjos, ex-padre e jornalista ativo, que ensinava história geral, sobretudo moderna e contemporânea. O Mocayr Góes, que ensinava história do Brasil. O Ivo Barbieri, que ensinava literatura com forte perspectiva histórica. O Clóvis Dottori, que fazia o mesmo com a geografia. Esses eram marxistas, mas havia o Ricardo Rossi, ex-oficial da Marinha, que tinha posições muito diferentes. Recusava qualquer determinismo e dava magníficas aulas factuais de Antiga e Medieval. De todo modo, o clássico do São Vicente era plural, até os professores de matérias exatas tinham posições humanistas, que tem a ver com a orientação política e filosófica do colégio então adotada. O coordenador geral do curso era o físico Jorge Luiz de Souza e Silva, dotado de uma cultura geral extraordinária e muito combativo politicamente. Eram os “anos de chumbo”, mas no São Vicente respirava-se o ar da liberdade que, por isso mesmo, alimentava a crítica ao regime militar. Esta era a marca do São Vicente nos anos 70, o que acabou marcando minha opção por seguir a carreira de historiador.

No seu período de formação, quais foram os historiadores que mais te influenciaram?

No tempo do clássico o que mais pesou foi literatura, universal e brasileira. Aliás tenho saudade daqueles em que lia muita literatura, muito mais que hoje, absorvido que sou pela vida acadêmica. Mas também li quase toda a História Geral das Civilizações na edição da DIFEL, organizada pelo Maurice Crouzet. Na história do Brasil, Celso Furtado, Caio Prado e Nelson Werneck Sodré. Curioso isso: na história geral li mais autores clássicos da escola francesa e na do Brasil, autores de orientação marxista ou à esquerda. Já como estudante universitário, na altura, de 1975, li quase tudo o que podia. Muito Marx, Engels, Gramsci, Lenin, considerados "legítimos", pela opinião militante que prevalecia. Mas não deixei de ler livros que então me encantaram, embora a "patrulha ideológica" os considerasse menores ou "reacionários": Lucien Febre, o do *Lutero* e o dos *Combates*; Johan Huizinga, Delumeau, só para citar alguns. No caso da história do Brasil, sempre tive enorme fascínio pelo *Casa Grande e Senzala*, do G. Freyre, embora o criticasse muito. A esquerda o considerava um livro abominável, imagine. Fiquei muito desencantado com o despreparo intelectual dos militantes de esquerda na Universidade daqueles anos, inclusive no campo do marxismo, sem falar dos preconceitos intelectuais. Isto me frustrou, porque a experiência de esquerda que conhecia do curso clássico era muito mais aberta, criativa e plural. Mas este é assunto muito vasto, haveria outras dimensões a considerar. Deixa para lá.

Você começou estudando a escravidão, ou melhor, a "versão" cristã da escravidão, e depois se interessou pelos comportamentos de contestação sexual no Brasil colonial, como se vê no Trópico dos Pecados (89). Qual foi o motivo dessa mudança de tema?

Essa é daquelas situações em que o tema é outro, mas talvez o assunto seja o mesmo. As idéias jesuítas acerca da escravidão, tema do primeiro trabalho (1983) possuía forte inspiração marxista, mas já foi considerado meio "heterodoxo" por tratar das ideologias,

discursos, etc. O próprio Ciro Cardoso, meu grande mestre no mestrado e orientador da tese (na época chamavam dissertação de tese), disse na Banca que preferia estudos marxistas de tipo sócio-econômico, o que não era o caso. Mas fez um excelente prefácio para o livro. Mas, como dizia, o estudo da "ideologia cristã" da escravidão me fez adentrar a dimensão moralizante da atuação missionária. Daí ao Concílio de Trento e à Inquisição foi um passo. Na verdade, o meu interesse no Doutorado era estudar a ação moralizante e repressiva da Inquisição e não os que contestavam a Igreja. Mas depois de ler a tese da Laura de Mello e Souza, ainda antes que ela a defendesse (86), e o Carlo Ginzburg, procurei adotar esta dupla perspectiva: a dos inquisidores e a de suas vítimas. Houve, pois certa continuidade, mas também algumas rupturas no doutorado da USP, no meado dos anos 80. Aliás, o grupo de estudos que tínhamos lá era o máximo: a Mary Del Priore, Renato Venâncio, a Lana Lage, a Ida Lepkowicz. Todos nós andamos em franco concubinato com a "história das mentalidades", para dizer o mínimo, se me permite esta imagem algo insólita. Mas liamos muito Flarin, Ariès, Delumeau, Bennassar, pra não falar de Michel Foucault. Tudo isto pesou no Trópico dos Pecados.

estudo da "santidade", da "heresia dos índios", não seria um retorno às suas preocupações iniciais de pesquisador?

Do ponto de vista do núcleo temático, foi sim. Porque no trabalho ponto de vista do núcleo temático, foi sim. Porque no trabalho sobre as idéias jesuíticas, o pano de fundo era o conflito entre senhores e escravos na Colônia: conflito abstrato e potencial, mas também concreto, a exemplo de Palmares. No *Trópico dos Pecados*, a oposição de classe não está ausente, mas convive com outras, sexuais, afetivas, morais, vicinais, institucionais, religiosas etc., e todas se diluem numa longuíssima duração. A *heresia dos índios* põe de novo em foco a luta de classes e o tema da rebelião. Mas trata disso em perspectiva cultural ou etno-histórica. Foi um retorno mais amadurecido ao tema da rebelião, das crises, mas a longa duração talvez esteja mais presente na Santidade que nos

outros livros. Nele incursiono até nos mitos, ancorado em Mircea Eliade e no História Noturna de Ginzburg.

Como você avalia as transformações da historiografia brasileira da década de 1970 em diante?

Só dá pra resumir em linhas muito gerais. Pois bem, antes de tudo, a profissionalização da pesquisa através dos cursos de Pós-Graduação com apoio das agências de fomento. Daí a sofisticação dos métodos, o cuidado maior na seleção e uso dos corpi documentais, etc. Ganhou-se em qualidade historiográfica, perdeu-se um pouco na abrangência dos grandes ensaios de outrora. De todo modo, a atual restrição no apoio oficial aos Programas de Pós ameaça muito os avanços realizados nas últimas duas décadas.. Vejo também diferenças entre o período 70-85, mais ou menos, e a fase seguinte. Na primeira fase, prevalecia, nas teses, uma forte preocupação com o sócio-econômico, de maneira geral, e com o a história social ou política contemporânea, em particular. Surgiram aí grandes teses sobre o movimento operário, a Primeira República, a Revolução de 30, sobretudo na USP e na Unicamp. Do meado dos 80 pra cá, vejo uma forte revalorização do período colonial, e nele, dos enfoques culturais ou do tipo mentalidades. Isto tem a ver com as mudanças da historiografia no plano mundial e também com as mudanças ocorridas no País, tipo redemocratização, libertação da Universidade das "patrulhas ideológicas", etc. No entanto, vale dizer que, nos anos 80, os estudos sobre República atingiram cerca de 40% das teses, segundo o levantamento do Fico & Polito. O período colonial adquiriu, porém, mais visibilidade. E vale um comentário à parte sobre os estudos acerca da escravidão, sobretudo a do século XIX: hoje são muito menos generalizantes e mais densos como pesquisa, além de atualizados com a bibliografia norte-americana e preocupados com a história da África.

O marxismo ainda é um instrumento teórico válido para a análise do Brasil colonial?

Claro que sim e não só para o período colonial, desde que livre de esquematismos economicistas ou "filosofantes". O que considero danoso é a adoção do marxismo como álibi para encobrir a falta de erudição, a preguiça de pesquisar documentos e o proselitismo pseudo-revolucionário. Mas isso não tem nada a ver com o marxismo, que fornece instrumental valioso para se entender o conflito social na história. Conflito que obviamente não se reduz à "luta de classes". Basta ver o que ocorreu e ocorre hoje no leste europeu depois da queda dos regimes comunistas: só se pode entender isso historicamente numa perspectiva que valorize o cultural, a etno-história, a antropologia religiosa, etc.

Atualmente, quais seriam as principais lacunas, os principais campos ainda não explorados, em termos de pesquisa a respeito do Brasil Colonia ?

Há inúmeros campos a serem explorados, assim como acervos documentais riquíssimos, tanto no Brasil como no exterior. Em termos de fontes, limito-me a lembrar o acervo inquisitorial depositado na Torre do Tombo, em Lisboa. Ele já deu base a vários livros importantes, mas ainda há um mar de fontes a serem pesquisadas para temas totalmente inexplorados. Em termos de temáticas, limito-me a dizer que, não obstante os avanços, os historiadores da escravidão devem se lançar ao estudo da África. Impossível avançar mais sem dar este passo. O que, como disse, já começou, vide João Reis, Robert Slenes, Manolo Florentino e outros.

Quais são seus atuais projetos de pesquisas?

A propósito das africanidades, estou trabalhando num movimento religioso ocorrido no Congo, em fins do século XVII, conhecido como antonianismo. Liderado por uma aristocrata congoleza de 23 anos, Kimpa Vita, que dizia ser Santo Antônio ressuscitado, que Mabanza Congo era a verdadeira Belém, que Cristo nascera de uma Virgem Negra, etc. Morreu queimada por ordem do

rei do Congo, D. Pedro IV. Caso belíssimo de africanização do catolicismo contra o modelo de Estado congolês, aporuguesado e não menos católico. Fiz alguns artigos, farei mais um e só. Não tenho fôlego para mais e o movimento foi bem estudado pelo norte-americano John Thornton e pelo português António Custódio Gonçalves, embora com perspectivas bem diferentes da minha. Trabalho também em temas ligados ao *V Centenário dos Descobrimentos*. Dentre eles, há o projeto de um Dicionário Crítico, com vários autores, pelo qual a Nova Fronteira já demonstrou interesse em publicar. Vamos ver se sai, seria utilíssimo, porque nossa bibliografia é muito carente de boas obras de referência.

ARTIGO

*Considerações sobre a arte médica na Capitania das Minas
(Primeira metade do século XVIII.)*

Ramon Fernandes Grossi.
Mestrando em História - UFMG

Categorias profissionais.

A arte médica era praticada por quatro tipos de profissionais: físicos, cirurgiões, boticários e barbeiros. A distinção entre as categorias de físico e cirurgião, presente em Portugal, não foi adotada, enquanto prática, pela América Portuguesa¹. Aos físicos, que eram licenciados pela Universidade de Coimbra ou por Salamanca, dentre outras escolas ibéricas², competia a administração de remédios, devendo ter conhecimento da qualidade e quantidade a ser ministrada. Ao cirurgião cabia, formalmente, a execução de funções mais elementares como sangrias, escarificações, aplicação de ventosas e sanguessugas, curas de ferimentos externos e outras atividades dependentes da habilidade manual, com prerrogativa de exercer a clínica onde não houvesse físico³.

Os boticários, por sua vez, deviam cuidar da comercialização de medicamentos prescritos pelos físicos. Entretanto, muitos boticários tomavam a iniciativa de indicar remédios⁴, sem estarem legalmente capacitados para tal. Um mesmo indivíduo podia atuar legalmente como cirurgião e boticário quando, somos levados a crer, tivesse passado pelos exames das autoridades médicas necessários à comprovação da capacidade para o exercício de ambas as funções. Por exemplo, Antônio Labedrenne, morador em Vila Rica, era

¹ RIBEIRO, Márcia Moisés. *Ciência e Maravilhoso no Cotidiano*: Discursos e práticas médicas no Brasil setecentista. São Paulo: USP, 1995, p.23. Dissertação de Mestrado em História.

² SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: HUCITEC / EDUSP, 1991, Vol. 1, p.303.

³ RIBEIRO, op. cit., p.30.

⁴ SALLES, Pedro. *História da Medicina no Brasil*. Belo Horizonte: Editora G. Holman, 1971, p.47.

cirurgião e, ao mesmo tempo, “(...) *receitou vários remédios para os ditos presos os quais muitos mandou de sua botica (...)*”⁵ que, de acordo com as listas dos contribuintes para o real donativo, era classificada como uma “*botica boa*”⁶.

Por último, havia os barbeiros que também faziam suas incursões pelo mundo da arte médica. Este era o caso do barbeiro Furtuozo Pereira que recebeu da câmara de Vila Rica, em 1738, quinze mil réis “(...) *procedida esta quantia de várias sangrias que fez aos presos doentes e negros criminosos (...)*”⁷. Aqueles que se mostrassem mais habilidosos na arte de tosquiar e barbear passavam a atuar também na pequena cirurgia, principalmente na realização de sangrias⁸.

A legislação para o exercício da atividade curativa.

No condizente à legislação para o exercício da medicina, analisaremos dois Regimentos e um Alvará lançados pelas autoridades médicas lusitanas. Em 1741, D. João V estabeleceu um Alvará⁹ para nomeação nos territórios ultramarinos de comissários que “(...) *examinem e procedam contra aquelas pessoas que sem carta de exame estão sangrando e curando medicinalmente, com prejuízo não só da faculdade medicinal, mas da minha fazenda em razão dos direitos que devem pagar das cartas (...)*”. Ao rei havia chegado notícias de que “(...) *muitas pessoas neste reino andavam curando e sangrando, e curando de meia cirurgia, parteiras e algebigistas*¹⁰, e que tiram dentes e dão suores e unturas, e curam de algumas queixas particulares, como alporcas, quebraduras, sem serem examinados (...) e sendo informado que muitos destes não vêm examinar por estarem distantes desta côrte temendo os gastos que poderão fazer nos caminhos me pediam lha mandasse provisão para

⁵ Arquivo Público Mineiro (APM), Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP), caixa 11, doc.16.

⁶ Sobre as listas do real donativo, Comarca de Vila Rica, ver: APM, CMOP, códices 23 (1727), 24 (1728-29), 29 (1732-34) e caixa 02 – doc.38 (1730).

⁷ APM, CMOP, código 12, fl.36.

⁸ SALLES, op. cit., p.52.

⁹ APM, CMOP, código 44, fls.08-12v.

¹⁰ “Em Portugal proliferava uma classe de curadores especializados, denominados os algebristas (...) e designava os entendidos em reduções de fraturas e deslocções dos ossos” [SALLES, op. cit., p.45].

poder nomear pessoas que pudessem tirar devassas (...) e também para fazerem os exames das sobreditas artes (...)”.

No mesmo Alvará, era nomeado o Licenciado Antônio de Mello como comissário do cirurgião mor do reino para as Minas, o qual devia tirar “(...) *devassa das pessoas que curam de cirurgia, ou fazem quaisquer operações pertencentes à dita arte, como sangrar, tirar dentes, ser parteira (...) mandando notificar os culpados (...)*” para que estes se defendessem em juízo. Aqueles que curassem de cirurgia sem licença deveriam se apresentar ao dito comissário e seus assistentes para serem examinados, devendo apresentar certidão do mestre com quem aprenderam o ofício e preencherem um tempo mínimo de experiência profissional de dois anos, servindo em hospital, ou de quatro anos, não servindo em hospital. Pagando uma taxa seriam examinados e, caso aprovados, receberiam certidão jurada e assinada pelo comissário e seus assistentes. Esta certidão de aprovação seria então remetida ao cirurgião mor do reino, em Portugal, para que este passasse a carta de exame oficial que seria enviada ao Brasil¹¹.

Os indivíduos seriam examinados em cada uma das funções médicas que desejassem exercer, de modo que haveria um exame para parteiras, para os sangradores, para os algebigistas ou qualquer outro tipo de prática dita cirúrgica. Para cada exame seria paga uma taxa, independente da aprovação ou reprovação.

Enquanto o referido Alvará legislava sobre a prática cirúrgica, havia um Regimento específico para a profissão de boticário. Em 1744, foi lançado o “*Regimento que devem observar os comissários delegados do Físico Mor do Reino no Estado do Brasil*”¹², que cuidava da fiscalização das boticas e dos boticários.

De acordo com o Regimento de 1744, os comissários delegados do físico mor do reino nas terras dalém mar, físicos

¹¹ Manoel da Cunha Coelho, morador na freguesia de Santo Antônio da Itatiaia, Comarca de Vila Rica, foi examinado por requerer carta de cirurgião aprovado e alegou que “(...) *tinha aprendido no hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa (...)*”. Foi examinado pelo comissário Antônio de Mello e considerado apto. Enquanto a carta de aprovação oficial não chegava de Lisboa, após o envio do parecer a seu favor, recebeu uma carta provisória com um prazo de validade preestabelecido. [APM, CMOP, código 44, fls.41-41v, 1742]

¹² APM, Seção Colonial (SC), código 02, fls.200-204v.

formados em uma universidade, deveriam visitar as boticas, levando consigo três boticários aprovados pelo físico mor, de três em três anos¹³. Era competência destes fiscais verificar se os boticários haviam sido aprovados pelo físico mor, recebendo carta de aprovação.¹⁴

Os comissários do físico mor poderiam examinar os boticários em nome do físico mor, como ocorreu com Sebastião da Silva Brandão¹⁵, morador em Antônio Dias onde tinha botica, e no caso de apresentarem-se aptos para a profissão aguardavam a carta de aprovação vinda de Lisboa e reconhecida pelo físico mor. Brandão fez um requerimento à Côrte pedindo carta de aprovação para exercer o ofício de boticário, sendo que afirmava ter aprendido “(...) a arte de boticário com mestre aprovado os anos do Regimento e se achava muito capaz de poder usar dela (...)”. O rei ordenou ao físico mor do reino “(...) o mandasse examinar por assistir distante desta Côrte na forma do seu Regimento o qual mandou examinar por comissão sua que para este efeito passou ao Doutor Antônio Antunes médico formado pela Universidade de Coimbra e morador na cidade do Rio de Janeiro o qual com efeito o examinou com os boticários aprovados (...) foi achado apto e suficiente assim na prática como na teoria (...)”. Com sua carta de aprovação o boticário podia exercer seu ofício em qualquer parte dos domínios portugueses, “(...) exceto nesta minha Côrte e cidade de Lisboa onde só o não poderá fazer sem outra especial licença do dito meu Físico Mor do Reino (...)”.

O comissário ainda deveria verificar se os boticários seguiam o Regimento que definia os preços dos medicamentos na América Portuguesa e se tinham balanças, pesos e medidas de acordo com as determinações da lei, caso contrário pagariam multa. A qualidade dos remédios também seria verificada, de modo que o Regimento ordenava que as visitas fossem feitas de surpresa para que os boticários não ocultassem medicamentos deteriorados. Os

¹³ O Regimento de 1744 afirmava que os comissários do Físico Mor poderiam realizar visitas extraordinárias, no entanto, só receberiam emolumentos das visitas oficiais, isto é, aquelas realizadas de três em três anos e quando chegassem medicamentos aos portos.

¹⁴ De acordo com o Regimento de 1744, caso um médico recusasse o cargo de Comissário ou os boticários de seus assistentes, o governador tinha poderes para obrigá-los, sob penas da lei, a aceitar os cargos.

¹⁵ APM, CMOP, código 29, fl.139v.

medicamentos que fossem encontrados com “*incapacidade ou defeito*” deveriam ser queimados ou lançados em local onde não pudessem ser reaproveitados. Se fosse autuado até duas vezes com medicamentos deteriorados o boticário pagava multa, já na terceira autuação era aberto processo que seria enviado ao físico mor do reino¹⁶. Os boticários que fossem encontrados vendendo drogas por receita sem carta do físico mor, nem sendo “*dos do partido da Universidade de Coimbra*”, deveriam ter suas boticas fechadas e responderiam pela falta na justiça.

O comissário e os boticários visitantes podiam examinar os boticários que tivessem “*(...) praticado quatro anos com boticário aprovado do qual deve apresentar certidão jurada (...) lhe passarão o dito Comissário e examinadores sua certidão (...) para com ela requerer ao Físico Mor do Reino a sua carta de aprovação sem a qual não poderá usar da dita arte (...)*”. O boticário que preparasse ou vendesse medicamentos sem carta de aprovação seria punido e o comissário não poderia dar licença para que pessoas comuns praticassem atividades médicas.

Por último, trataremos do Regimento, de 1742, “*dos preços porque os boticários do Estado do Brasil hão de vender os medicamentos*”¹⁷. De acordo com o Regimento dos preços, os boticários não poderiam vender os medicamentos por valor mais alto do que aquele que a Coroa determinava. Eram obrigados a ter o Regimento e nele mostrar o preço dos remédios que estivessem vendendo a todas as pessoas que desejassem vê-lo. O Regimento era composto por uma lista de produtos usados como medicamentos, divididos em grupos como as raízes, fungos, cascas, ervas, flores, frutas, sementes, licores, minerais, partes de animais, farinhas, pílulas, cozimentos, conservas, bálsamos, óleos, ungüentos, emplastos, tinturas, extratos, vinagres, sais, etc. Seguindo cada produto havia o preço pelo qual deveria ser vendido “*em todas as*

¹⁶ De acordo com o Regimento de 1744, as penas legais não recaíam sobre os medicamentos que chegassem estragados nos navios “*(...) porque se podem corromper na viagem e neste caso não terá pessoa que os levou mais pena que serem-lhe os ditos medicamentos e drogas corruptos lançados em parte donde se não possam tornar a recolher (...)*”.

¹⁷ APM, SC 02, fls.205-224v.

comarcas interiores do Estado do Brasil” e o preço “*porque se devem vender nas comarcas e ouvidorias que estiverem nos portos de mar*”. Os preços cobrados pelos produtos na costa eram menores do que os cobrados no interior do território, como no caso das Minas. O aumento de preço era decorrente, como defende Ribeiro, basicamente dos custos com o transporte¹⁸.

Segundo Ribeiro, havia grande dificuldade de aplicação da legislação portuguesa no Brasil¹⁹. Podemos pensar em algumas hipóteses. Até o Alvará de 1741, pelo que parece, o indivíduo que pretendesse receber a carta de exame, em uma ou em várias das funções nele citadas, teria de ir a Portugal. O habitante da América Portuguesa teria grandes gastos com tal viagem, sendo que o morador do interior teria gastos ainda maiores. Com o Alvará, o indivíduo poderia fazer “*(...) os exames das sobreditas artes (...)*” na própria Capitania das Minas. Entretanto, isso não parece ter estimulado a inserção no mundo da medicina oficial. Não podemos esquecer que ainda havia a necessidade do pagamento de taxas para a realização dos referidos exames qualificatórios, o que poderia espantar possíveis candidatos. O Alvará já apontava o grande número de indivíduos que curavam “*(...) sem serem examinados (...)*”.

Quanto aos preços dos medicamentos e aos boticários, os Regimentos de 1742 e 1744, ao tentarem regerar tais atividades, apontam para o fato de que uma legislação implica, é claro, na existência de certos comportamentos considerados transgressores de uma certa ordem que se procura estabelecer (tal consideração também pode ser válida para o caso do Alvará de 1741) . Muitas vezes, como parece ter acontecido nas Minas, a tentativa de controle não teve muito sucesso. Os próprios representantes das autoridades médicas lusitanas nas Minas eram, de acordo com o Regimento, fiscalizados pelo Ouvidor Geral para que não ocultassem “*(...) os autos dos culpados, ou não os lançando nos livros, ou as*

¹⁸ RIBEIRO, op. cit., p.19. Num deslocamento de produtos médicos de Vila Rica para o Tejuco, percebemos o aumento dos preços devido aos custos com o transporte. Fôra pedido que se entregasse os produtos “*(...) de cirurgia e medicina (...) pelo preço do seu primeiro custo no Rio de Janeiro, contando-se-lhe sobre este mais cinco por cento além das despesas da sua condução até esta vila, direito de entradas e subsídio (...)*” [APM, SC 60, fl.101v].

¹⁹ RIBEIRO, op. cit., p.24-26.

condenações e visitas que fizerem, ou excedendo a sua comissão, ou levando mais do conteúdo neste Regimento (...)”. Como esta passagem parece indicar, tais fiscais não estavam imunes a possíveis subornos e práticas de extorsão, burlando a legislação que deviam fazer cumprir.

Por último, os profissionais médicos, inseridos na medicina oficial, seriam atraídos pelas adversidades da vida nos sertões? As áreas urbanas litorâneas e os poucos centros interioranos mais dinâmicos não ofereceriam mais oportunidades e confortos? As autoridades fiscalizadoras da medicina estariam realmente empenhadas em devassar um território extenso e bravio em busca de transgressores da legislação médica? Assim, na maior parte das Minas, podemos pensar, as práticas curativas teriam seguido um ritmo próprio, teriam se auto-construído a partir das questões colocadas pela realidade vigente.

O cotidiano da medicina nas Minas.

O cotidiano das práticas médicas nas Minas, e na América Portuguesa em geral, insistia em transgredir a ordem médica que Portugal tentava impor. Tal transgressão, como mostraremos, passava pela necessidade de sobrevivência numa realidade geográfica e social que apresentava demandas que não eram aquelas apresentadas pelo universo luso e europeu.

Segundo Márcia Moisés Ribeiro, a “*época colonial*” foi marcada pela falta de médicos, cirurgiões e boticários, sendo que estes profissionais estavam concentrados, normalmente, nas áreas urbanas mais dinâmicas²⁰. De acordo com Manoel Soares de Sequeira, funcionário régio que esteve nas Minas no segundo quartel do século XVIII, havia três médicos em Vila Rica, um no Ribeirão, dois no Sabará, os cirurgiões eram oitenta e as boticas talvez não chegassem a trinta²¹. Luís Gomes Ferreira, cirurgião que esteve nas Minas entre 1710-30 e autor do “*Erário Mineral*”, apresentava informações médicas sob a justificativa de que eram “(...) para

²⁰ Id. Ibid., p.20-22.

²¹ MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia*: uma santa africana no Brasil. RJ: Bertrand Brasil, 1993, p.23.

*remediar alguns enfermos que viverem metidos pelos matos das Minas aonde não é possível chegar médico nem cirurgião (...)”*²².

Sobre os medicamentos de origem européia, a situação também era marcada pela adversidade. Os remédios eram embarcados nos navios que rumavam para as terras brasileiras. A longa travessia marítima acabava por provocar a deterioração de muitos deles. Aqueles que eram destinados ao interior do território, como era o caso das Minas, enfrentavam uma nova viagem pelos caminhos do sertão. Quando chegavam às vilas e arraiais mineiros, os medicamentos podiam permanecer um grande período de tempo nas prateleiras das boticas, ficando, mais uma vez, com a qualidade comprometida.²³ Sobre a deterioração dos remédios, no que dizia respeito às Minas, Luís Gomes Ferreira²⁴ apontava que os medicamentos chegavam “(...) de Portugal com sua virtude diminuída (...)”, indo para as “(...) boticas dos povoados desta América, e delas às Minas; onde em umas e outras estarão anos e anos (...)”.

Outra questão importante era relativa aos elevados preços dos medicamentos. Ferreira nos apresenta um quadro bastante ilustrativo a esse respeito. Segundo o referido cirurgião, “(...) No princípio que cheguei a estas minas (...) Só os cirurgiões e médicos [ou físicos] tinham alguns remédios, pois as boticas as não havia (...) Haverem poucos medicamentos e venderem-se por alto preço (...)”²⁵. Ferreira ainda não se cansava em frisar os gastos que os mineiros tinham com os tratamentos das moléstias. Por exemplo, em 1724, um senhor de escravos lhe pediu que providenciasse algum remédio para a moléstia de um cativo, justificando-se “(...) Porque era bom escravo e desejava curá-lo, ainda que a despesa que tinha feito lhe importaria pouco menos de seu valor (...)”²⁶.

O próprio Luís Gomes Ferreira já indicava soluções para a questão dos custos médicos, defendendo uma adaptação à realidade

²² FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1735, p.54.

²³ RIBEIRO, op. cit., p.10-13.

²⁴ FERREIRA, op. cit., p.80.

²⁵ Id. Ibid., p.247.

²⁶ Id. Ibid., p.50.

das Minas, ao apontar um método de cura, criado por ele, e afirmar que “(...) *quem usar deste modo curativo (...) escusará de fazer despesas em boticas, que estão fazendo os senhores dos escravos e muitos brancos (...)*”²⁷.

Os habitantes das Minas tiveram que encontrar saídas para as questões relativas ao mundo médico. Foram construídas estratégias para o enfrentamento das moléstias. Tais estratégias fariam parte do processo de adaptação à singularidade da vida na América Portuguesa. Ferreira já dizia que “(...) *é tal este clima [das Minas] que se os cirurgiões e médicos não discorrerem por si em todas as doenças, que nele acontecem, farão muito poucas curas com acerto (...) porque é muita a variedade delas e consequentemente pedem vários modos de cura (...) por respeito de clima, habitação e costumes (...)*”²⁸. Seguindo suas próprias considerações, Ferreira aconselhava substituir “*maças de cipreste verde*”, por não serem encontradas no Brasil, por “(...) *jenipapos verdes e desta sorte se pode fazer este remédio nas Minas, porque nos currais perto delas há esta fruta (...)*”²⁹. O autor do “*Erário Mineral*” também cultivava muitas “*ervas da terra*” numa horta, “(...) *regando-as sempre para as Ter prontas (...) na ocasião da necessidade (...)*”³⁰.

Os produtos medicinais das Minas também despertaram o interesse do Ouvidor da Comarca de Vila Rica, Caetano da Costa Matoso, que ocupou o cargo de 1749 até 1752. Costa Matoso reuniu uma série de documentos³¹ referentes a vários aspectos da história mineira, aos costumes, à religião, à administração, à geografia, à alimentação, aos produtos medicinais, etc. No que dizia respeito às utilidades médicas dos produtos naturais, o Ouvidor recolheu informações sobre ervas e paus³². Os nomes das ervas e paus estavam seguidos pelas qualidades curativas dos mesmos.

²⁷ Id. Ibid., p.35.

²⁸ Id. Ibid., p.12-13.

²⁹ Id. Ibid., p.365.

³⁰ Id. Ibid., p.16.

³¹ Os documentos reunidos pelo Ouvidor estão no chamado *Códice Costa Matoso*, exemplar localizado na Biblioteca Mário de Andrade, Seção de Manuscritos e Obras Raras, São Paulo, SP.

³² Id. Ibid. OBS: O *Códice* não possui uma numeração sequencial que sirva de orientação ao pesquisador, desse modo, realizamos a localização dos temas através dos títulos. Sobre

Entre as ervas listadas por Costa Matoso estava a erva de “*Santa Maria*”, que serviria para combater lombrigas; a erva chamada “*susuhá*”, contra “*febres malignas*”; a erva “*crista de galo*”, que atuaria contra feridas na garganta; a erva denominada “*língua de vaca*”, contra feridas em geral. Para picada de cobra, era apontado o pau chamado “*casca de cobra*”, “*(...) remédio aprovado e o tenho visto experimentar em algumas pessoas de mordeduras de cobras (...)*”.³³

Não podemos deixar de pensar quais teriam sido as motivações que levaram o Ouvidor a se preocupar com a questão médica. O já abordado Regimento de 1744 ordenava que o Ouvidor Geral devia fiscalizar a conduta do Comissário e de seus oficiais para que não andassem “*(...) ocultando os autos dos culpados, ou não lançando nos livros, ou as condenações e visitas que fizerem, ou excedendo a sua comissão, ou levando mais do conteúdo neste Regimento (...)*”. Assim, talvez a fiscalização que devia exercer sobre a medicina nas Minas tenha despertado seu interesse pelo tema dos remédios. Entretanto, pela diversidade temática dos documentos reunidos por Costa Matoso, podemos pensar em outras possibilidades: o Ouvidor poderia ser um curioso do mundo “colonial” ou, ainda, poderia estar recolhendo informações que contribuíssem para o exercício de sua administração.

Nas Minas, como na Europa, a água também podia deter qualidades curativas. Este era o caso de uma lagoa situada perto da vila do Sabará³⁴. Em 1749, espalhou-se a notícia dos poderes

ervas, ver: “*Lembrança de ervas mais medicinais que há neste país das Minas*”; sobre paus, ver: “*Árvores mais usuais e paus de que mais se usa deles*”. No Códice ainda encontramos dois outros documentos, datados de 1738, que tratavam respectivamente de caso de um menino, na época com seis anos de idade, que, na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Vila de Pitangui, causava espanto pelo seu tamanho e desenvolvimento corporal, com força de um menino de doze anos, “*que parecia ter casta de gigante*”, e do caso de uma menina, na freguesia de São Miguel do Piracicaba, Comarca do Sabará, com idade de treze anos que estava grávida e já havia parido duas crianças, estando amancebada com um tal Godoy desde os oito anos de idade.

³³ Id. Ibid.

³⁴ MIRANDA, João Cardoso de. *Prodigiosa Lagoa*: descoberta nas Congonhas das Minas do Sabará, que tendo curado a várias pessoas dos achaques, que nesta relação se expõem. Lisboa: Oficina Miguel Manescal da Costa, 1749. IN: CARVALHO, Augusto da Silva. *Prodigiosa Lagoa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. Sobre o tema do valor

curativos da dita água. No mesmo ano, “(...) *se achariam* [no sítio da lagoa] *três mil pessoas com todas as qualidades de achques, a todos vão servindo os banhos de remédio* (...)”.

O sítio da citada lagoa parece ter adquirido grande importância porque logo o bispo D. Frei Manoel da Cruz concedeu “*altar portátil para se poder celebrar o Santo Sacrifício da Missa, o que se levantou no lugar onde se há de erigir a igreja, que terá a invocação de Nossa Senhora da Saúde* (...)”³⁵. Ao local se dirigiram, no ano de 1749, pessoas de várias partes das Minas. Doentes de Forquim, Rio do Peixe, Paraopeba de Baixo, Paracatu, Tijuco de Serro Frio, Catas Altas, Inficionado, Vila Rica, Pompeo, Pitangui, etc, percorreram os caminhos em busca de alívio para suas moléstias. O relato do cirurgião Miranda cita 105 casos, somente uma amostra de um total que não foi definido, dos quais haviam 50 brancos, 10 pretos forros, 35 escravos e 10 pardos. Ainda em 1749, o Contratador dos Diamantes Felisberto Caldeira Brant enviou vários escravos para se curarem de “*queixas crônicas*” na lagoa de “*Nossa Senhora da Saúde da Comarca do Sabará*”, sendo que os banhos seriam remédio aprovado³⁶.

Mesmo com as tentativas régias de regradar as práticas curativas da América Portuguesa, a realidade médica brasileira fugia à normatização e as autoridades médicas não tiveram muito sucesso em inserir as práticas curativas das terras americanas dentro das redes do saber e da prática metropolitana. Os medicamentos europeus acabavam, em muitos casos, sendo substituídos por produtos naturais da terra, devido aos altos preços, à deterioração e às moléstias específicas de cada região. As dificuldades de inserção no mundo médico oficial, colocadas pelas exigências da Legislação, somadas ao pouco estímulo de praticar a arte médica nos sertões,

curativo da água, na América Portuguesa e em Portugal do Antigo Regime, ver: MACHLINE, Vera Cecília & BELTRAN, Maria Helena. “Um relato del siglo XVIII sobre aguas minerales en Brasil y sus virtudes medicinales: el manuscrito Cod. 64.2 la Colección Lamego”. IN: *Revista de Estudos de Historia Social de las Ciencias Químicas y Biológicas*. México: Universidad Autonoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, n.2, 1995, p.203-212.

³⁵ Id. Ibid., p.11.

³⁶ APM, SC 33, fls.69v-71.

contribuiriam para a escassez destes profissionais. Nesse quadro, as curas na informalidade, realizadas por curandeiros(as), abundavam.

Aqueles que curavam na informalidade estavam na mira das autoridades, laicas e eclesiásticas, aliadas a cirurgiões e boticários licenciados, talvez temerosos da concorrência. Luís Gomes Ferreira não cansava de criticar os tratamentos médicos realizados por pessoas comuns. Quando havia suspeita de envolvimento com atos mágicos ou supersticiosos, as curas informais caíam nas redes das autoridades eclesiásticas.

O homem da Capitania das Minas, bem como o homem europeu do período enfocado, tinha uma concepção mágica mundo. Tratados médicos e medicina “popular” podiam lidar com a doença enquanto manifestação sobrenatural.³⁷ No entanto, o tratamento de uma moléstia através de instrumentos mágicos – orações, fórmulas mágicas, etc – só era considerado lícito quando feito por componentes da medicina oficial ou do clero. Quando indivíduos comuns se valiam destes instrumentos mágicos, logo suas atividades eram associadas a ações ditas supersticiosas que atentavam contra a fé, como também podiam ser associadas a feitiçarias. Por exemplo, Albano de Andrade Silva, morador na freguesia de Nossa Senhora da Vila do Ribeirão do Carmo, foi admoestado, numa visita eclesiástica, no sentido de “(...) *que todo se abstenha de curar com palavras e bênçãos por que no modo com que cura e benze se pode introduzir perniciosas superstições e pecaminosos abusos sem licença e aprovação do (...)*” do bispo³⁸. Enquanto o curador do Ribeirão do Carmo era censurado, Luís Gomes Ferreira apresentava, num tratado médico aprovado pelas autoridades civis e religiosas, métodos “(...) *para curar enfeitiçados e ligados por arte mágica ou malefícios*”³⁹.

Os cirurgiões do partido da câmara.

As câmaras da América Portuguesa contratavam cirurgiões que dispunham-se a tratar dos pobres, presidiários e outros

³⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. SP: Cia. Das Letras, 1986, p.166-168.

³⁸ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), Devassas Camargos, Livro de Termos, Janeiro 1730/ maio 1730, fl.25.

³⁹ FERREIRA, op. cit., p.195.

necessitados⁴⁰. Era feito um contrato que ia de um a dez anos e o ordenado era anual, variando, nos três primeiros séculos, de quinze a quarenta mil réis e chegando, no século XVIII, a cento e vinte mil réis⁴¹. Através da documentação do Senado da Câmara de Vila Rica, conseguimos reconstituir uma pequena parte da história profissional do cirurgião do partido da câmara⁴² daquela vila, já citado no início deste trabalho, Antônio Labedrenne. A trajetória deste cirurgião apresenta elementos bastante ilustrativos da problemática da medicina nas Minas.

Em 1734, encontramos o carcereiro de Vila Rica representando ao governador da Capitania sobre a necessidade de um cirurgião para atender aos presos “(...) *que se acham na cadeia dela experimentando muita miséria, porque a sua pobreza lhes dificulta os meios da assistência de cirurgião ou médico (...) faz preciso expor a Sua Excelência a justa carência que há de que a câmara nomeie cirurgião que assista aos doentes desta cadeia (...)*”⁴³. No mesmo ano, Labedrenne foi nomeado para o cargo, que ocupou de 1734 a 1744, com um ordenado anual de cento e vinte mil réis que deveriam ser cobrados dos bens do conselho.

Não foram poucos os conflitos que surgiram entre o cirurgião e as autoridades da câmara. Em 1737, o dito cirurgião foi acusado pelo preso Manoel Coelho de não o curar, justificando a recusa “(...) *por ser doença pesada (...)*”⁴⁴. Perante o Senado da Câmara, Labedrenne explicou que o preso estava com queixas gálicas [sífilis] em estágio avançado, de modo que se recusava a fazer qualquer cura do seu próprio mandado. O Senado aprovou a

⁴⁰ RIBEIRO, op. cit., p.21.

⁴¹ SANTOS FILHO, op. cit., p.316.

⁴² No final da primeira metade do século XVIII, ocorreu entre Manoel Ribeiro Abranches e José de S. Boaventura Vieira uma disputa pelo cargo de cirurgião do partido da câmara da cidade de Mariana. A questão chega às mãos de D. João V, que a decide ordenando ao governador “(...) *que os requerimentos destes pretendentes ao dito partido de cirurgião se escusarão porque à sua nomeação deve ficar livre aos oficiais da câmara e se repara em que o cirurgião José de S. Boaventura Vieira se intitula capitão mor no seu requerimento, o que é indecente a esta ocupação que se não deve conferir aos artífices (...)*” [APM, SC 45, fl.26v, 1746]. Percebe-se o quanto as atividades manuais eram indicadoras de uma inferior condição social.

⁴³ APM, CMOP, caixa 07, doc.25.

⁴⁴ APM, CMOP, caixa 10, doc.04.

decisão do cirurgião e afirmou que os bens do conselho não deviam ser aplicados “*para semelhantes despesas*”. Talvez os custos com um tratamento que não reconstituiria a saúde do doente tenha sido o motivo da postura assumida pelas autoridades da câmara. Entretanto, a questão relativa a custos aparece novamente em 1738, quando o Senado nomeou dois boticários para verificarem as receitas passadas aos enfermos por Labeledrenne, sendo que caso as despesas fossem consideradas legítimas o valor seria restituído ao dito cirurgião. De acordo com os boticários, as receitas “*(...) bem valiam cento e setenta e quatro oitavas de ouro (...) a terça parte como é estilo fica, sendo cento e dezesseis oitavas de ouro que tanto se lhe devia satisfazer*”⁴⁵.

Em 1743, o cirurgião acusava a câmara de não ter satisfeito seu ordenado durante dois anos, entre 1742-1743. Após inúmeras reclamações⁴⁶ por escrito e uma declaração do carcereiro, dizendo que ele havia assistido com responsabilidade aos presos, acabou por receber seus atrasados. Foi pago a Labeledrenne “*(...) a quantia de quinhentos e quatro mil réis que tantos se lhe devem satisfazer de assistência de cirurgião mor do partido desta câmara (...) Vila Rica (...) 1744 (...)*”⁴⁷, pagamento confirmado pelo registro no livro de despesa e receita do Senado da Câmara⁴⁸. Em 1745, não ocupando mais o cargo de cirurgião do partido da câmara, Labeledrenne ainda foi chamado para confirmar antigas despesas com receitas para os presos solicitadas pelo carcereiro, cujos gastos feitos na cadeia estavam sendo examinados pelos oficiais da câmara⁴⁹. Nas despesas feitas pelo carcereiro constavam gastos com a alimentação dos presos. O carcereiro afirmava que havia gasto dinheiro na “*(...) doença de Joseph de Sequeira crioulo preso pobre e desamparado com pão, carne e galinha (...)*”, na moléstia de outro preso com “*carne por várias vezes e pão*” e na doença de outros dois presos com “*pão e carne várias vezes*”⁵⁰.

⁴⁵ APM, CMOP, caixa 11, doc.16.

⁴⁶ APM, CMOP, caixa 14, doc.35.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ APM, CMOP, códice 51, fl.23.

⁴⁹ APM, CMOP, caixa 16, doc.82.

⁵⁰ Ibid. Segundo Julita Scarano [SCARANO, Julita. *Cotidiano e Solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais – século XVIII*. SP: Brasiliense, 1994, p.61-62],

Considerações finais.

Portugal não teve sucesso em transportar para as terras americanas sua estrutura médica. A distinção funcional entre as categorias médicas diluiu-se frente a busca pela cura e a falta de profissionais. Luís Gomes Ferreira registrou o caso de um doente que, para obter o alívio para os males que sofria, “(...) *mandou chamar um ignorante barbeiro, que em Portugal mal sabia fazer uma barba, pois destes por pecados não faltam nas Minas a cada canto com títulos de cirurgiões (...)*”⁵¹. O recurso aos curadores(as), neste quadro, tornava-se bastante comum.

Na falta de medicamentos do Reino e, quando existentes e não deteriorados, dos elevados preços que podiam alcançar, como não recorrer aos produtos medicinais da terra? O autor do “*Erário Mineral*” defendia a utilização das plantas medicinais nativas das Minas e, pelo que nos parece, o próprio Ouvidor Costa Matoso reconheceu a importância das qualidades curativas das mesmas.

Durante todo o século XVIII, foi marcante a presença dos curadores(as) nas Minas. Além das dificuldades, já apontadas, para a ação da medicina oficial, havia outras. Como o conhecimento sobre as causas das doenças eram extremamente restritos, muitos acusavam sua origem ao sobrenatural, divino ou maligno. Como nos diz Keith Thomas, “na falta de explicações naturais, o homem se voltava para as sobrenaturais”⁵². Assim, muitas enfermidades eram atribuídas a malefícios e, então, curadores(as), que usavam de recursos “mágicos”, eram chamados pelos doentes. Não que a medicina oficial e até mesmo a Igreja não tivessem seus recursos “mágicos”, entretanto, estes, que estavam inseridos num corpo mágico-curativo

o alimento era utilizado como possibilidade de cura entre todas as camadas sociais. Nas Minas, como na Europa, o uso da galinha na alimentação dos enfermos era muito difundido e “(...) *assim como o frango, era vista como indispensável na alimentação dos doentes (...)*”. Esta autora afirma que nos hospitais a presença de galinhas nas listas de despesas era comum. Numa correspondência da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica havia a menção à compra de galinhas que seriam usadas na alimentação dos doentes [APM, Secretaria de Governo – SG, caixa 02, doc. 03, 1739].

⁵¹ FERREIRA, Op. Cit., p.231.

⁵² THOMAS, Keith. *Religion and the Decline of Magic*. Londres: Widenfeld and Nicolson, 1980, p.536. Apud SOUZA, op. cit., p.167.

permitido e oficializado, poderiam não “funcionar”, exigindo outras saídas.

ARTIGO

Capitães-do-Mato em Mariana (1711-1822)

Liliana Dias de Souza
Mestranda/UNESP/Assis

Pretendemos nesse artigo apontar a importância dos agentes sociais denominados “capitães-do-mato”, pois muito do que se sabe sobre eles é de caráter impreciso. Propusemo-nos a descobrir como se dava a participação desses agentes no “termo” de Mariana, destacando sua importância no contexto da sociedade escravista.

A região de Mariana foi por nós privilegiada por ser foco de uma intensa exploração mineratória, que resultou em relações sociais e econômicas específicas, o que - por sinal - tem provocado inúmeros debates entre os historiadores que estudam Minas Gerais colonial.

Nosso ponto de partida é o ano de 1711 por ser o que ocorreu a criação da Câmara de Mariana. Fundada em 1711, a Câmara de Mariana fazia leis, ordenava o espaço urbano (dimensão judicial), mantinha a cadeia pública (repressão aos cativos e à população livre) e contratava os “capitães-do-mato”. Aliás, cabe lembrar que no ano de fundação da câmara foi concedida a primeira carta patente de capitão-do-mato em Mariana¹.

Em 113 patentes por nós localizadas, concedidas aos capitães-do-mato na região de Mariana, 28 delas envolviam homens provenientes do mundo da senzala. Um número considerável, pois a condição de “livre”, “forro” ou “escravo” não constava na maioria dos documentos.

Tendo em vista tais dados, cabe perguntar: seria o capitão-do-mato a personificação da opressão nascida da rivalidade entre forros

¹ A primeira carta patente de capitão-do-mato, por nós localizada, foi concedida a João Batista Ribeiro, para atuação na Vila do Ribeirão do Carmo, em 02/03/1711, no cód.07, SCAPM, p.75. Tem-se em 1783 o registro da última patente de capitão-do-mato concedida para a antiga freguesia da Sé, sede da Vila do Ribeirão do Carmo (futura Mariana) e, em 1795, a última para a região do Sumidouro, “termo” da mesma vila. Localizamos no cód.228, SCAPM, p.17, a última patente de capitão-do-mato concedida para Mariana a Anastácio Gomes da Cunha, pardo forro, datado em Vila Rica a 10/04/1783. E a última para o Sumidouro, Termo de Mariana, a Francisco Antônio de Oliveira, com data de 05/02/1795, que encontra-se no cód.257, SCAPM, p.100 v-101

e escravos ? Ou a procura pelo cargo decorria simplesmente da necessidade de sobrevivência econômica ? Sua função era de caráter regular ou circunstancial ? Sob quais aspectos podemos considerá-los eficientes e até que ponto os capitães-do-mato eram realmente necessários ?

Essas são algumas questões que tentaremos responder. Para tanto, torna-se necessário destacar alguns aspectos que consideramos importantes para complementar a nossa análise.

RESISTÊNCIA E REPRESSÃO

A sociedade escravista marianense viveu em permanente estado de inquietação provocado pelos constantes ataques de quilombolas e pelo medo de que se formasse aqui um novo Palmares.

Por outro lado, a possibilidade de fugas de cativos também preocupava a Metrópole, pois quanto maior o número de escravos fugidos, menos eram os quintos por ela cobrados, o que contribuiu para que diversas medidas repressivas fossem tomadas. Os mecanismos de defesa contra os levantes e fugas iam da publicação de uma legislação repressiva à criação de milícias e contratação de capitães-do-mato, conforme as *Posturas Municipais* e as inúmeras determinações dos governadores exemplificam.

Como pode ser percebido na tabela 1, foram pesquisados, em Mariana, cerca de quarenta e três processos crimes envolvendo escravos. É bom lembrar que não foram analisados todos os códices existentes no Arquivo, mas somente os do período em pauta, sendo que muitos encontram-se incompletos:

TABELA 1: A REBELDIA ESCRAVA EM MARIANA (1711-1822)

ANO	ASSASSINATOS	VIOLÊNCIA FÍSICA	FUGAS	ROUBOS	QUILOMBOS
1711 – 1730	1		7	1	2
1731 - 1750*			2		9
1751 - 1770*					4
1771 - 1800	2	5			5
1801 - 1822	4	12	1	8	2
TOTAL	7	17	10	9	22

Fonte: GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma Negação da Ordem Escravista: Quilombos em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo. Ícone, 1988, p.137-142. ACSM, vários códices.

* Entre 1744 e 1759 não observamos quilombo algum em Mariana.

Analisando os dados da tabela, consideramos tais números irrisórios e nos valem da explicação de Sílvia Lara para justificar esse fato: “a interferência da Justiça dependia geralmente mais do

interesse da vítima na reparação do delito do que na punição do criminoso”², ou seja, a prisão do escravo acarretava para o senhor despesas com as custas do processo e carceragem.

Cabe também assinalar que o processos relativos aos quilombos e revoltas podiam envolver vários cativos. Na cadeia de Mariana, por exemplo, entre os anos de 1725 a 1734, foram presos por fuga e/ou formação de quilombos, trezentos e vinte e três escravos³. Na maioria das vezes, os senhores marianenses enfrentavam dificuldades para reaver o cativo fujão, pois quase sempre os proprietários não dispunham de recursos para individualmente contratar capitães-do-mato.

Como pode ser percebido no gráfico 1, as primeiras décadas do século XVIII foram marcadas pela presença de numerosas fugas e formação de quilombos. Ao passo que, entre 1751-1770, época de crise da mineração, o número de fugas e quilombos diminuiu⁴.

No início do século XIX, novamente observa-se a queda no número de fugas e de quilombos. O período 1801-1822 é caracterizado por uma verdadeira mutação nas formas de rebeldia escrava. O cativo, a partir de então, ao invés de dirigir seu impulso agressivo para fora da sociedade, dirige-o agora para dentro da sociedade, assassinando, agredindo ou roubando seus senhores e demais homens livres.

A que imputar essa mutação?

Ora, ela deve ser atribuída às mudanças de condição de vida do escravo: agora vivendo em um sistema de agricultura mercantil de subsistência, que permitia a criação de raízes familiares e de

² Segundo Sílvia Hunold Lara, a violência do senhor era vista como castigo, como forma de domínio. Já a violência praticada pelo escravo, como a fuga, por exemplo, era vista como falta, transgressão, violação do domínio senhorial, rebeldia. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p.21.

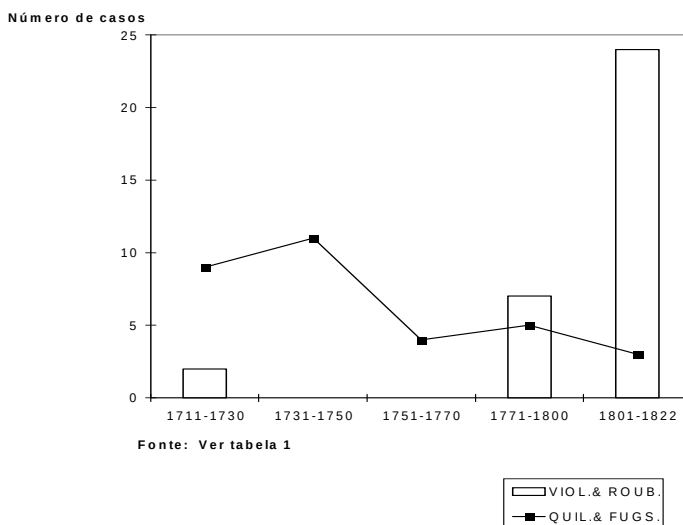
³ Entre os 323 escravos presos por fuga na cadeia de Mariana, entre os anos de 1725-1734, 282 eram de nação, 14 eram crioulos, 7 eram mulatos, 1 cabra, 1 parda, 1 preta forra (presa por engano) e em 17 não foi possível precisar a origem. Esses números incluem homens e mulheres e caracterizam o perfil da população escrava em Mariana colonial.

⁴ Tais constatações também sugerem que, uma vez instalada a crise na produção do ouro, os recursos destinados à repressão tornaram-se raros, deixando por isso mesmo de ser registrada de forma documental.

vizinhança, os escravos progressivamente deixaram de fugir e formar quilombos. A partir de 1801, em Mariana, o roubo e a violência tornaram-se as novas formas dos “cativos roceiros” lutarem contra o sistema escravista.

GRÁFICO 1

O COMPORTAMENTO ESCRAVO NO TERMO MARIANENSE (1711-1822)



A CÂMARA E A CONTRATAÇÃO DE CAPITÃES-DO-MATO

Como mencionamos, a Coroa delegava à Câmara a responsabilidade de fazer cumprir o Regimento dos Capitães-do-Mato, por isso, ao desrespeitarem as normas estabelecidas, muitas vezes, de “agente repressor” os capitães-do-mato passavam a “reprimidos” pelo próprio sistema escravista. No auto de devassa que a Justiça mandou fazer sobre o achado de dois corpos sem cabeças, retiradas por capitães-do-mato, na Freguesia de São Caetano, sem nenhum motivo aparente, o juiz proferiu a seguinte sentença: *O Escrivão os incluirá no rol dos culpados; Expeça as mais apertadas ordens para serem presos, e sequestrados serão os seus bens, e*

*cumpra com a lei a respeito da remessa das culpas, e dos pronunciados: o que tudo se executará com sagacidade e, devido segredo*⁵. (grifo nosso)

Era importante para a Coroa que tais medidas não se tornassem públicas a fim de se evitar o descrédito da sociedade para com a atividade de capitão-do-mato, como também, para inibir a rebeldia escrava. Em carta da Câmara de Vila Rica, de 25 de Janeiro, de 1765, que ordenava a prisão de três capitães-do-mato e dois pedestres que os auxiliaram na fuga de negros na Freguesia do Inficionado, ficou estabelecido o seguinte: *Ordeno a todos os Cap^m mores, Comand^{es} dos dstrictos, e officiaes das Milícias de jurisdição deste Governo, em por ditos cinco criminosos, Cap^m do mato, e Pedestres forem achados os fação prender, e remeter seguros a cadeya da cidade de Marianna(...)*⁶.

Este documento mostra uma das sucessivas punições dada pela Câmara aos capitães-do-mato, para que estes cumprissem a lei, imposta pelo Regimento de 1722, impedindo assim abusos e prejuízos para o proprietário do escravo que havia fugido. Foi isto que parece ter acontecido ao capitão-do-mato João de Medeiros Teixeira, morador em Guarapiranga, que foi levado à cadeia por ter prendido em uma corrente e obrigado a trabalhar na roça o escravo de nome Joaquim, de nação Benguela, de propriedade de Manoel Gonçalves Veiga⁷.

Todavia, ao cumprirem o dever, os capitães-do-mato recebiam o prêmio estabelecido: *Acóordão mandar pagar ao capitão-do-mato seis patacas de ouro por uma cabeça de negro de quilombo que apresentou neste Senado*⁸.

Como sabemos, o Regimento de 1722, estipulou esses pagamentos mediante a distância percorrida na captura de negros fugidos. Vejamos como ficaram estabelecidas as tomadias no Termo Marianense: Antonio Ferreira, capitão-do-mato em Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, em 1715, *havera o sallario dos escravos q~ prender, de doze outavas athe a Itaubira, e athe o Sumidouro vinte e*

⁵ ACSM, IIº ofício, cód.224/5586.

⁶ SCAPM, cód.118, p.83-3v.

⁷ ACSM, IIº ofício, cód.156/3520.

⁸ AHCM, cód.660, p.111.

*quatro, e dahi para diante athe o Rio S. Frº quarenta outavas, e para a parte de Ribeirão abaixo athe o Forquim doze outavas, e para diante athe a distancia que for vinte e quatro outavas(...)*⁹.

Invariavelmente o pagamento era efetuado em oitavas de ouro, que correspondia ao peso usado na mineração, equivalente a 3,586g¹⁰. Destarte, a crise mineratória acabou afetando diretamente o pagamento dos capitães-do-mato. Calisto de Mariz, capitão-do-mato em Passagem, em fevereiro de 1780, recolheu à cadeia de Mariana, *seis negros fugidos, e facinorosos, depois de fazerem mortes, e roubos, constantes da relação junta*, e, apesar de ter declarado viver em suma pobreza, nada recebeu. Anos mais tarde, ou mais precisamente em 3 de outubro de 1781, A Câmara de Mariana, “atendendo à falta de ouro” pagou ao dito capitão-do-mato a irrisória quantia de 16 oitavas de ouro, dando-se o suplicante por satisfeito¹¹. Na verdade, há muito esta crise era pressentida. Em 8 de Março de 1738, o presidente da câmara marianense propôs uma reforma no regimento dos capitães-do-mato que, segundo o mesmo, era ocupação muito honrosa, mas deveria ter os valores de suas tomadias reduzidos pela metade:

(...) Pelo que nas prizoens dos escravos nas vilas e huma legoa en circuito que o primeyro capitulo do regimento lhe da de salario quatro oitavas parece ficão bem satisfeytos com o premyo de duas oitavas com as declarações ja expreçadas no mesmo capitulo sobre a forma de prender.

Nas prizoens fora da dita legoa athe dois dias de viagens en que lhe dava o regimento oito oitavas parece bastarem quatro e assim nas mais distancias ser tudo diminuido a metade do que no dito regimento se lhe tenha arbitrado com declaração que as ditas distancias se não devem regular nem contar donde os taes capitaens-do-mato são moradores mas sim das villas.

A mesma partição se deve fazer na prizão dos negros de Quilombo por ser bastante o salario de des oitavas e o mais athe doze conforme a distancia en que for achado com as condições declaradas no mesmo regimento sobre a qualidade en que se deve entender ser quilombo(...)¹²

⁹ SCAPM, cód.9, p.167.

¹⁰ Alda Mª Palhares Campolina et al. *Escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura, Arquivo Público Mineiro/COPASA MG, 1988, p.145.

¹¹ AHCM, cód.692.

¹² SCAPM, cód.118, p.83-3v.

CAPITÃES-DO-MATO: CONCESSÃO DE PATENTES

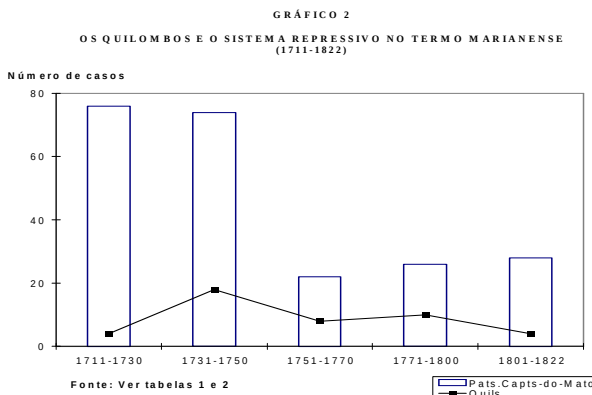
No transcurso dos séculos XVIII e XIX, diversos documentos revelam a insegurança do governo frente à população escrava. Medidas repressivas foram tomadas no intuito de assegurar o bem estar da sociedade escravista marianense. Para tanto, Capitães-do-Mato foram contratados para atuarem na defesa da ordem vigente. A partir do levantamento dos dados das 113 patentes concedidas aos capitães-do-mato, observa-se que a repressão tendia a se organizar nos períodos de prosperidade econômica. Exemplo disso é o fato das contratações ocorrerem em maior número nos anos 1711- 1730, época de prosperidade da mineração e em que foram registrados apenas dois quilombos em Mariana.

TABELA 2
PATENTES DE CAPITÃES-DO-MATO EM MARIANA COLONIAL

PERÍODO	Nº DE QUILOMBOS	Nº DE PATENTES DE CAPITÃES-DO-MATO
1711-1730	02	38
1731-1750	09	37
1751-1770	04	11
1771-1800	05	13
1801-1822	02	14

Fonte: GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma Negação da Ordem Escravista: Quilombos em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo, Ícone, 1988, p.137-142. SCAPM, vários códices. AHCMM, vários códices.

Contudo, é necessário frisar que estes números refletem somente uma parte dos indivíduos que se dedicaram a essa atividade profissional, pois muitas patentes de capitães-do-mato ainda estão para ser localizadas em outros documentos que não manuseamos. Mesmo com dificuldades para determinarmos com precisão as datas das patentes e quilombos, é possível esboçar uma análise comparativa entre a intensificação da rebeldia escrava e a montagem do sistema repressivo.



Segundo Carlos Magno Guimarães, na montagem do referido sistema, havia dois aspectos fundamentais: por um lado a manutenção e por outro a ampliação do corpo de capitães-do-mato. Para o autor, o aumento do número de capitães-do-mato revela momentos distintos da ênfase repressiva¹³. Afirmar Guimarães que foi a descoberta do ouro, o constante crescimento da população escrava e a necessidade de seu controle, assim como, a necessidade de fiscalização da produção na qual se inseriam a mineração clandestina e o contrabando, que propiciaram o crescimento cada vez mais rápido do corpo repressivo¹⁴.

Destarte, na primeira metade do século XVIII foram concedidas 75 patentes para o posto de capitão-do-mato, número significativo quando comparado com os demais períodos. Os anos que se estendem de 1751-1770, há uma queda no número de quilombos e igualmente no número de patentes concedidas aos capitães-do-mato. Com a crise mineratória generalizada, os recursos

¹³Carlos Magno Guimarães. *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988, p.87.

¹⁴Idem, p.92.

destinados à repressão tornaram-se raros, possibilitando, a partir de 1770, o aumento no número de quilombos. Porém, a economia volta-se agora para a agricultura, pecuária, pequeno comércio e, aos poucos, os capitães-do-mato são novamente contratados em maior número do que no período anterior. Com as mudanças das condições de vida dos escravos, resultante de uma nova base econômica que os permitiu criar raízes familiares e de vizinhança, ocorreu uma diminuição nas fugas e, conseqüentemente, no número de quilombos. Todavia, conforme mencionamos anteriormente, o roubo e a violência tornaram-se, a partir de 1801, as duas novas formas dos cativos lutarem contra o sistema vigente. Uma vez mais a figura do capitão-do-mato tornou-se necessária e novas contratações para o referido posto foram efetuadas, superando as realizadas em fins do século XVIII.

O que também mostram os dados do gráfico 2, é que a ampliação do corpo de capitães-do-mato se processou de forma mais rápida ou mais lenta em momentos diferentes. Ao se acreditar nisso como um dos aspectos da dinâmica do próprio escravismo no Termo Marianense, podemos afirmar que a formação e sobrevivência dos quilombos, ao contrário do que determinados historiadores propuseram, não era um elemento estrutural do sistema escravista. Longe disso, o perfil do movimento quilombola, a cada momento, resultava da interação entre as atitudes de rebeldia e o cálculo que os cativos faziam à propósito da capacidade dos senhores em arcarem com o dispêndio econômico exigido pelo sistema repressivo.

ASPECTOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Os estudos de Carlos Magno Guimarães também mostraram que, para o exercício da profissão de capitão-do-mato, exigia-se certo nível de especialização, pelo menos em dois aspectos: a necessidade de conhecimento do problema com o qual iriam se defrontar e a necessidade de conhecer a área onde iriam atuar. Considerava-se que, para o exercício da profissão, o ideal seria que o indivíduo conhecesse artimanhas utilizadas pelos fugitivos, o que aumentaria a sua eficiência, e ninguém saberia melhor captar tais sutilezas que um indivíduo que tivesse sido escravo. Daí o fato de uma quantidade expressiva de capitães-do-mato ter se constituído de egressos da

condição de escravo¹⁵. Porém, isso não impediu que escravos também pudessem ocupar o referido posto. Muito pelo contrário, o sistema repressivo não utilizou apenas de homens forros, mas também de muitos cativos, desde que eles estivessem aptos para ocupar o referido posto.

Domingos Moreira de Azevedo, crioulo escravo, foi um desses cativos repressores, tendo inclusive recebido, em 1760, a patente de capitão-do-mato para atuar em Mariana:

(...) por ser pratico daquela paragem e haver nela bosques, esconderigios que só o d^o crioulo pela m^a experiência que tem poderá destinguir da mesma paragem os ditos calhambolas, e por serem matos, e morraria com campestres, que se comunicavão com o Capanema (...).¹⁶

Outros dois escravos também foram contratados pela câmara marianense: um deles atendia pelo nome de Diogo de Medeiros, nação Cabo Verde; e o outro, cujo nome e origem desconhecemos, pertencia à João de Medeiros¹⁷.

A concessão da patente para a função de capitão-do-mato significou, para muitos cativos, a conquista de privilégios. O documento a seguir mostra de maneira bem clara, a estratégia utilizada pela sociedade escravista marianense para submeter esses homens ao seu controle:

Privilégio de Cap^m do mato... Ao preto M^{el} Monjollo morador nas Catas Altas concedo licenca p^a que possa trazer armas necessarias p^a o off^o de apanhar nos Quilombos, ou fora delles sendo verdadr^a m^{te} fogidos se lhe pagará da mesma sorte q[~] aos Cap^{es} do mato.

V^a do Carmo. 20 de Fevr^o. de 1719. com a rub^a de S. Ex^a.¹⁸

Por motivo de doença, incapacidade ou falecimento de um capitão-do-mato, o cargo era ocupado por outro que atendesse às qualificações necessárias. Manuel Ignácio dos Santos, do destrito de Camargos, Termo de Mariana, tornou-se Capitão de Esquadra do Mato, em 1788, *por incapacidade de M^{el} Martins que o exercia e concorrerem os requeзитos necessários para exercer aquelle Posto... em beneficio do socego publico, e o bem comum dos habitantes do*

¹⁵ Idem, p.67.

¹⁶ SCAPM, cód.114, p.167-7v

¹⁷ ACSM, II^o ofício, códice156/3520.

¹⁸ SCAPM, cód.11, p.112.

*Referido Destrito*¹⁹. Para a contratação de capitães-do-mato havia também uma certa preocupação com a integridade do candidato ao posto. Mesmo porque a Coroa não tinha interesse em contratar pessoas que fugissem ao seu controle e ameaçassem a ordem vigente.

Para que Ignácio da Costa Henrique fosse contratado para atuar em Catas Altas como capitão-do-mato, precisou passar pela seguinte avaliação:

(...) atendendo a sua capacidade e a se achar o suplicante sem crime algum é o presente pela folha corrida a que apresentou, e as informações a que procede dos oficiais da Camara da cidade de Mariana (...).²⁰

Uma vez contratados os capitães-do-mato, estes deviam obediência às normas do Regimento que para eles foi especialmente redigido. Era necessário que estivessem constantemente à caça de escravos fujões. Afirma José Alípio Goulart que os “Regimentos” dados aos capitães-do-mato previam o desinteresse destes no cumprimento de suas obrigações; tanto era assim que, para prevenir tal comportamento, determinava-se penalidades aos *desidiosos*, com o intuito de obrigá-los a se infiltrarem nos matos para a captura de escravos fugidos. O Regimento aprovado em 17 de dezembro de 1722, pelo então governador das Minas Gerais, D. Lourenço de Almeida, determinava o seguinte:

O Juiz Ordinário e mais oficiais acima ditos na sua falta não consentirão que os Capitães-do-Mato assistam continuamente nas vilas e arraiais, ou paragens em que fores moradores, sem saírem a prender negros fugidos, que é obrigação de seus postos, fazendo-os entrar nos matos, *porque tem mostrado a experiência* (grifo nosso), que depois de alcançarem as patentes não saem de suas casas, esperando que outros negros a quem peitam lhes venham entregar, para eles cobrarem as tomadias, que só mereciam indo prendê-los como são obrigados, o que se não entende os ditos Capitães alguma impossibilidade de doença ou moléstia porém achando-se capazes, e não saindo ao exercício de seus postos, o Dr. Juiz Ordinário os obrigará a sair de suas casas, e a entrar nos matos, a prender os ditos negros ²¹.

¹⁹ SCAPM, cód.249, p.272 e v.

²⁰ SCAPM, cód.114, p.82 e v.

²¹ José Alípio Goulart. *Da Fuga ao Suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972, p.72-3, nota 13. Trecho extraído do Regimento dos Capitães-do-Mato, que encontra-se na SCAPM, cód.6, p.133 a 134v. Publicado na RAPM, ano II, fasc. II, 1897.

Tal documento nos revela o caráter pouco eficaz de controle sobre os capitães-do-mato, pois estes eram capazes de burlar a lei em proveito próprio. Nesse sentido, para forçá-los ao cumprimento de suas atividades, novas ordens determinavam como proceder após a captura dos escravos fugidos:

(...) e sigam os d^{os} negros até os prenderem p^a se punirem nas Cadeas respectivas a q[~] pertense onde o d^o cap^m do destr^os mandará conduzir p^{lo} cap^m do mato da freg^a com carta sua p^a a Camr^a em q[~] declare os negros q[~] remeter p^{lo} os quaes negros nam saíram das cadeas sem primr^o serem punidos conforme a qualid^e das suas culpas, e pagarem o snr[~] deles as tomadias dos Cap^{es} do mato na fr^a da resolutam de pr^o de M^{co} de 1741 de S. Mag^e.²²

Os capitães-do-mato eram obrigados a trazerem consigo a cópia do Regimento autêntico para mostrarem aos senhores dos escravos. Ao cometerem qualquer irregularidade, corriam o risco de perder a patente e demais privilégios. Assim, para o exercício da atividade de capitão-do-mato era necessário ser morador na Vila ou Arraial, conhecer detalhadamente a região, ter aptidão, habilidade e astúcia na captura de negros fugidos, e ter também o firme propósito de cumprir as determinações do Regimento.

CONCLUSÃO

Através de nossa pesquisa mostramos que o movimento de rebeldia escrava estava relacionado à dinâmica sócio-econômica da região marianense. Dependendo do período, a rebeldia assumia formas diferentes (quilombos, roubos, etc); ao longo do tempo, o sistema repressivo podia se tornar mais ou menos ampliado. Daí depreende-se a necessidade de analisar os capitães-do-mato como “profissionais” sujeitos às diferentes conjunturas econômicas vividas pelo sistema colonial da América portuguesa.

Por fim, cabe lembrar que alguns escravos atuaram como capitães-do-mato e, dessa forma, paradoxalmente viabilizaram um sistema sócio-econômico que era fonte da opressão cotidianamente vivida por eles.

²² SCAPM, cód.50, p.80-2v.

ARTIGO

*A Província de Minas no Período Regencial*¹

Marcos Ferreira de Andrade

Prof. Substituto do Departamento de História - UFOP

...nesse tempo o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico... (RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. p. 67)

Essas foram as palavras encontradas por um memorialista do século XIX para descrever um período em que se vivia uma "*atmosfera essencialmente política*". Muito mais que "recordações", suas memórias constituem um documento imprescindível acerca dos costumes e tradições, da vida social e política da Província de Minas, no período compreendido entre os anos de 1830 a 1870.²

Considerada como um dos períodos mais agitados e fascinantes da história do Império do Brasil, a Regência foi marcada por violentos protestos coletivos, como sedições militares, motins, revoltas escravas, revoltas provinciais e regionais. Foi um tempo "*saturado de acontecimentos históricos*".³ Trata-se também de um dos momentos mais ricos da trajetória política do país, quando são implementadas mudanças na ordem jurídica, política e administrativa, de acordo com os interesses dos diversos grupos ou

¹ Este artigo é parte modificada do capítulo II de minha Dissertação de Mestrado em História, intitulada *Rebeldia e Resistência: as revoltas escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996.

² Francisco de Paula Ferreira de Rezende não fez carreira política. Foi Juiz, fazendeiro de café e terminou sua vida como Ministro do Supremo Tribunal Federal no princípio da República. Sua obra, além de um relato autobiográfico, nos permite vislumbrar o cenário cotidiano do Império, seja no Sul de Minas, precisamente em Campanha, ou Rio de Janeiro, onde o autor visitava com frequência, ou em São Paulo, onde completou seus estudos de bacharelado em Direito. Em 1887 o autor dá início às suas "recordações" e registra muitos aspectos que nos permitem melhor compreender o tempo do Império do Brasil. Cf. RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de (1832-1893). *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

³ WERNET, Augustin. *O Período Regencial*. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1982. p. 10.

facções políticas envolvidos (liberais exaltados, liberais moderados e restauradores).

Começa a Regência, nova fase da vida nacional, a mais agitada e fascinante, quando se assistem a choques de todo tipo. Através deles, arma-se a estrutura de nação. Da Luta entre grupos ou facções surgem os partidos; das explosões populares, que chegam a assustar o separatismo de algumas partes sairá a verdadeira unidade, livre de perigos ou riscos.⁴

A argumentação de José Murilo de Carvalho, no estudo da formação política imperial⁵, apresenta elementos de contato com a análise de Iglésias, citada acima, ao considerar o papel desempenhado pela elite e pelo Estado no final da Regência. Esse momento pode ser datado a partir de 1837, período em que se esboçava o regresso conservador, *"quando as incertezas e turbulências da Regência começaram a dar lugar a um esboço de sistema de dominação mais sólido..."*⁶

Para Carvalho, o período regencial constitui a melhor indicação dos limites de implantação de um sistema nacional de dominação monárquico. Divide as rebeliões regenciais em dois grupos: o primeiro iniciando-se com a abdicação de D. Pedro I, terminando no ano de 1835 (um ano após à promulgação do Ato Adicional). O segundo foi posterior à promulgação do Ato Adicional, estendendo-se até o Segundo Reinado, com a Revolta Praieira em 1848.

⁴ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil(1500-1964)*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 144-45)

⁵ O autor discute a formação da política imperial a partir de duas publicações de sua tese de doutoramento defendida em 1974 na Universidade de Stanford. A primeira parte foi publicada em 1980, pela editora Campus, sob o título *A construção da ordem: a elite política imperial*, onde o autor discute a política imperial através de seus dois agentes diretos: a elite política e a burocracia. Relaciona as características da elite (homogeneidade ideológica) com as características do Estado herdado da tradição absolutista e patrimonial portuguesa. Desse processo resulta alguns traços marcantes do sistema político imperial, tais como: monarquia, unidade, centralização e baixa representatividade. Segundo o autor, a elite foi eficiente na construção da ordem. A segunda parte foi publicada em 1988 pela editora Vértice e IUPERJ sob o título *Teatro das sombras: a política imperial*, onde o autor analisa o papel da elite e do Estado no fim do período regencial. Além de discutir sobre as leis de terra e a abolição, o autor introduziu a discussão de dois novos temas: o Conselho de Estado e o sistema eleitoral partidário.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p. 11.

O período regencial é também marcado por um avanço liberal, sobretudo em seus primeiros anos, quando são aprovadas três medidas de reorganização político-administrativas de conteúdo descentralizador: a criação da Guarda Nacional (18 de agosto de 1831), o Código do Processo Criminal (23 de novembro de 1832) e o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.

A aprovação do Código do Processo Criminal de 1832, complementando o Código Criminal de 1830, introduziu significativas mudanças que faziam parte do ideário dos liberais exaltados - a descentralização. O novo Código estava dividido em duas partes: uma sobre a organização judiciária e outra sobre a forma do processo. A nova organização judiciária garantia o fortalecimento dos municípios e dos poderes locais, conferindo poderes extraordinários aos Juízes de Paz, escolhidos pelo voto popular. Estes passam a ter funções de justiça e de polícia. Já na forma do processo foi reconhecido o direito de *habeas corpus*, mas com sérios limites à sua execução, na prática, em função dos desmandos das autoridades locais.⁷

A aprovação da Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional à Constituição de 1824), contendo também algumas das reivindicações dos liberais, propicia a descentralização política e a autonomia das províncias. Concede a estas o poder de criar Assembléias Legislativas Provinciais em substituição aos Conselhos Gerais, referidos na Constituição de 1824. Como reitera Iglésias, no entanto, o erro fundamental do processo de descentralização foi pautar-se somente na garantia de descentralização política, enquanto que, em matéria de autonomia administrativa e econômica das províncias, a lei delegava poucas atribuições. A descentralização era fictícia, a lei, ambígua e inexequível. De acordo com os conservadores, a fragilidade das medidas liberais contribuíram para as diversas convulsões sociais do período. "*São vitórias frágeis, pois essas leis vão ser responsabilizadas pelas dificuldades do país e logo reformadas, em sentido contrário ao essencial das aparentes conquistas*".⁸ O autor está se referindo ao regresso conservador,

⁷ Cf. IGLÉSIAS, Francisco. *Op cit.* p. 150-51.

⁸ *Ibidem* p. 152.

quando o processo de centralização é retomado com a justificativa de que era necessário o fortalecimento das instituições, em função da instabilidade gerada pelas medidas liberais adotadas anteriormente.

O Ato Adicional é reinterpretado em 12 de maio de 1840, restaurando o Conselho de Estado. O Código do Processo Criminal é reformado no dia 03 de dezembro de 1841, substituindo o Juiz de Paz pelo Chefe de Polícia. *"Mais que a reforma do Código, a lei foi a inversão de seu espírito: antes a autoridade da justiça tinha poder policial, agora a autoridade policial quase tem poder de Justiça".*⁹

É nesse quadro marcado por reformas administrativas e convulsões sociais de toda sorte que pretendemos estudar o comportamento coletivo de distintos segmentos da sociedade mineira da quarta década do Oitocentos. Enquanto várias províncias do Império são assoladas por rebeliões, colocando em risco a unidade do Império, na Província de Minas o episódio mais significativo e comentado pela historiografia se restringe à Sedição Militar de 1833, também conhecida como a *Revolta do Ano da Fumaça*, quando os restauradores tomam o poder na capital da Província, por um período de dois meses (22 de março a 26 de maio).

Com base na análise de periódicos¹⁰ e correspondências oficiais¹¹ do período compreendido entre os anos de 1831 a 1842, destacaremos movimentos sociais diversos, envolvendo distintos segmentos sociais da população da Província. Serão enfatizados tanto os conflitos entre os grupos políticos, bem como as revoltas envolvendo a participação popular e de escravos. Procuraremos demonstrar também que além da Sedição Militar de 1833, outros movimentos significativos fizeram parte do cenário oitocentista

⁹ IGLÉSIAS, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: MEC - INL, 1958. p. 23.

¹⁰ Jornal *O Universal* (1831-1842), coleção completa pertencente ao APM.

¹¹ A documentação básica consultada, constitui-se de correspondências oficiais (correspondências locais dos Juizes de Paz dirigidas ao governo provincial, uma vez que na Regência estes detinham o poder de polícia) pertencentes ao Arquivo Público Mineiro. Para a realização do mapeamento, foram selecionadas algumas localidades das comarcas mais populosas da Província: Ouro Preto, Rio das Mortes, Rio das Velhas e do Rio Sapucaí, uma vez que nesse primeiro momento nos interessa apontar notícias de algumas sedições, motins e revoltas escravas no período, e não um levantamento sistemático para toda a Província.

mineiro e compõe um quadro amplo e diversificado de participação social e política no tempo da Regência.

1 - *Caramurus* x *Chimangos*

Após o 7 de abril, delineam-se três facções políticas principais, tendo como tendência vencedora a dos liberais moderados ou *chimangos*, que congregava políticos de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, em torno da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*. Seus quadros eram arregimentados sobretudo entre os proprietários rurais. Dentre os políticos de maior expressão se destacaram o mineiro Bernardo Pereira de Vasconcellos, o paulista e futuro Regente Padre Diogo Feijó e Evaristo da Veiga, responsável pelo principal periódico do Rio de Janeiro, a *Aurora Fluminense*, o mais importante jornal liberal da época.¹²

Na oposição se colocavam as outras duas tendências. De um lado estavam os liberais exaltados (*farroupilhas* ou *jurujubas*), defendendo a autonomia das províncias, a federação e as liberdades individuais, ideais articulados em torno da *Sociedade Federal*. Ao exigirem reformas político-administrativas profundas, apelam sobretudo para os movimentos populares de caráter urbano e sublevação dos escalões inferiores das forças militares. Algumas das reivindicações dos liberais exaltados serão atendidas por um conjunto de medidas político-administrativas de caráter descentralizador (Criação da *Guarda Nacional* (1831); aprovação do *Código do Processo Criminal* (1832); *Ato Adicional à Constituição de 1834*), adotada nos primeiros anos da Regência. O predomínio liberal se estende até 1837, também conhecido como uma "experiência republicana".

De outro, os restauradores ou *Caramurus*. Eram partidários da volta de D. Pedro I ao trono, a favor da conservação da Constituição de 1824 e contra as reformas de cunho liberal. Entre

¹² Para uma melhor compreensão das diversas facetas das idéias liberais nos primórdios do Império, passando pelo liberalismo "heróico" das primeiras décadas do século XIX, liberalismo anti-democrático dos constituintes, liberalismo moderado nos primeiros anos da Regência, culminando com o liberalismo regressista a partir de 1837, ver VIOTTI DA COSTA, Emília. "A consciência liberal nos primórdios do Império. IN: VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 109-126.

seus representantes, destacam-se as participações de pessoas ligadas à administração do Primeiro Reinado, pertencentes a alta burocracia imperial; de militares de alto escalão; e de ricos comerciantes de importação e exportação; tendo ainda como associação política a *Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira* e mais tarde a *Sociedade Militar*. Esta facção perde o seu sentido com a morte do imperador em 24 de setembro de 1834.¹³

O regresso conservador é esboçado em 1837, consolidando-se através de medidas de caráter conservador, como a restauração do Conselho de Estado através da reinterpretação do Ato Adicional (12 de maio de 1840) e substituição do Juiz de Paz pelo Chefe de Polícia, calcada na Reforma do Código do Processo Criminal (03 de dezembro de 1841).

Enquanto na Corte as manifestações de rebeldia surgem da luta entre liberais exaltados, moderados e restauradores, a Província de Minas "*vai ser o palco de lutas em que exprime liberais [moderados] e restauradores*"¹⁴. Os liberais moderados eram também conhecidos pelo apelido de *chimangos*¹⁵. Já a designação *Caramuru* era aplicada aos restauradores, facção política surgida após a abdicação do Imperador D. Pedro I e partidária de seu retorno ao trono. Segundo Valdemar de Almeida Barbosa, "*parece que o nome se originou do jornal assim chamado, que defendia aquele mesmo idea*".¹⁶ O periódico mais importante dos moderados, assim se referia aos *caramurus*: "*Desde 7 de Abril existe nesta Capital um partido de homens descontentes, composto dos que antigamente se intitulavão Telegraficos, ou amigos do Duque de Bragança...*"¹⁷

¹³ Cf. WERNET, Augustin. *Op. cit.* p. 45-49.

¹⁴ Cf. IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. Em HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol 2. São Paulo, 1985, p. 399.

¹⁵ Um nome que se derivou de "*um pássaro que há na Província do Rio Grande do Sul, (...) dado primeiramente a um Corpo de tropas que alli existião, trasido depois por analogia aos addidos à Guarda Municipal Permanente do Rio de Janeiro, e aplicado finalmente pelos Caramurus ao partido da revolução de 7 de abril...*" Jornal O Universal, 07 de janeiro de 1834, nº 975, p. 02. APM.

¹⁶ BARBOSA, Valdemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1971. p. 116.

¹⁷ Jornal O Universal, 05 de junho de 1833, nº 885, p. 02. APM.

Fica perceptível, a partir das citações acima, a importância desempenhada pelos periódicos nos debates travados naquele momento de nossa história e também a sua utilidade para a análise que está sendo elaborada neste trabalho. Entre aqueles abrangidos pela nossa pesquisa, destaca-se **O Universal**, o mais importante jornal liberal da Província de Minas. A coleção completa faz parte do acervo do Arquivo Público Mineiro, compreendendo o período de julho de 1825 a maio de 1842. Como se trata de um jornal liberal,¹⁸ as informações que dispomos acerca dos restauradores partem de seus principais oponentes, não sendo possível confrontá-las devido à escassez de um número significativo de exemplares do jornal **O Telégrafo**, o mais importante jornal *caramuru* da Província.

As correspondências dos Juízes de Paz com o Presidente da Província e os relatórios de Subdelegacias de Polícia também são documentos que fazem parte de nossa pesquisa. São importantes na medida em que podemos perceber os conflitos entre os grupos dominantes, senhores e escravos, e qual o papel desempenhado pelo Estado na mediação destes. Estas correspondências constituem uma das fontes fundamentais para localizar notícias de diversos conflitos, envolvendo autoridades, proprietários, segmentos populares e escravos, pelo fato de os juízes de paz deterem o poder de polícia durante quase todo o tempo da Regência.

Os conflitos entre *chimangos* e *caramurus* marcaram os primeiros cinco anos da década de 30 na Província de Minas Gerais. Os principais núcleos urbanos da província foram palco de várias disputas e contendas entre essas duas facções. A cidade de Mariana, em março de 1831, foi assolada por boatos veiculados pelos restauradores de que os liberais pretendiam escravizar os pardos.

Todas as noites apparecem pasquins mais ou menos infamantes contra aquelles Cidadãos, que por suas opiniões políticas, desagradarão sempre a certa roda, e cujo numero ella mesma tem tido o cuidado de engrossar

¹⁸ Este é o único periódico que possui a coleção completa para período estudado. Os outros jornais são números avulsos sem relevância para o objeto de nossa pesquisa. A ausência de um periódico dos Caramurus limita nosso trabalho na medida em que não podemos confrontar as informações e acusações contra os Caramurus que são recorrentes o tempo todo em *O Universal*, pelo menos até o ano de 1836. Localizamos alguns números referentes ao ano de 1830 do jornal mais importante dos Caramurus, *O Telégrafo*, impresso também na capital da Província.

ou com pessoas no todo indiferentes, ou com alguns inimigos dessas mesmas ideias que ora lhes imputão.¹⁹

A acusação contra os restauradores prossegue, na medida em que estes arregimentam segmentos populares com o objetivo de provocar insultos aos liberais moderados. *"A este abuso tem accrescido a insolencia da canalha. Gente sem educação angariada por homens de quem se formára algum conceito, insultão nas praças e nas ruas publicas a Cidadãos honestos, e que só tem o crime de pensarem como elles"*.²⁰ Parece-nos que o boato causou alguma convulsão entre os pardos, merecendo uma nota do redator do **Sentinella**, periódico liberal da Vila do Príncipe.

Or. Pretanos, homens de côr! vêde, que os Telegraficos vos querem illudir... alerta! são os Telegraficos, que forjarão a carta das liberdades impressa no Astro. São os Telegraficos do Rio de Janeiro, que gritarão pelas ruas - Morrão os bodes, e os cabras [apelidos depreciativos dados aos brasileiros pelos restauradores] - São os Telegraficos de Minas, que nos seus cultos infernaes tem decretado o nosso captivo; e tem deliberado, que em caso de aperto, se ligarão á gente Africana para dar cabo dos cabras: alerta!²¹

Em maio de 1831, a cidade de Mariana é novamente assolada pelo mesmo boato. Desta vez é um pardo que assina a correspondência dirigida ao redator, lastimando que o jornal **O Telégrafo** procurava indispor os pardos contra os liberais. *"Quem não sabe (...) que o Telegrafo na Provincia de Minas é o unico periodico, que tem se servido da côr para insultar aos Cidadãos? quem não sabe que o Lorena não tem outra lingoagem que não seja esta - de bode, cabrito, negro?"*²² O leitor continua sua exposição tentando demonstrar que os "verdadeiros" inimigos dos pardos seriam os próprios telegráficos. Lembra que o Bispo de Mariana *"quando quer despaxar algum Capellão para a Sé examina, se o sugeito é pardo; e quando acha que é pardo, não o admite; em*

¹⁹ Idem, 16 de março de 1831, nº 570, p. 02. APM.

²⁰ Ibidem

²¹ O redator do *Sentinella*, periódico liberal da Villa do Príncipe, publica uma nota no Jornal *O Universal*, do dia 25 de abril de 1831, nº 586, p. 02, APM, referente ao boato de escravização dos pardos.

²² Idem, 09 de maio de 1831, nº 592, s/p. APM.

Marianna há alguns Padres, que sendo bons cantores, só porque são pardos não forão admittidos á Capellães da Sé ".²³

Como pessoa de destaque e influência social e provável partidário da causa "caramuruana", o nome do Bispo de Mariana estará associado a outros conflitos no mesmo período. Um novo boato é posto em circulação, suplantando os anteriores: o de que pretendiam atentar contra a vida do Bispo, causando grande comoção pública. *"A canalha influida e animada pelo Tiririca que não poupa cobres e caxaça, armou-se com armas prohibidas, e não prohibidas, e reunio-se à porta da Sé, dizendo que era para defender o Bispo..."*

²⁴ Houve um ajuntamento com grande número de pessoas, inclusive escravos mandados por seus proprietários.

A canalha acompanhou o Bispo até sua caza, e voltou d'ahi dando gritos canibae - morrão estes e aquelles (designava-os pelos próprios nomes), e vivas ao C. Mór Manoel José Esteves, José Justino, Serra, Costa, Campos, Magalhães, Ferreira, os quaes tinham mandado para a sucia seus escravos, camaradas e apaniguados, assim como havião feito todos os Telegraficos Reverendados.²⁵

Os grupos marginalizados da sociedade oitocentista no período regencial, como por exemplo os escravos, eram instrumentalizados de acordo com os interesses e disputas políticas entre liberais e restauradores. A instrumentalização muitas vezes era recíproca, e os segmentos sociais marginais aproveitavam-se dos momentos de dissensão política dentro da classe dominante para inserirem suas reivindicações.

Se a abdicação do Príncipe Regente foi recebida com festa e regozijo em várias localidades da Província,²⁶ em outras pode-se verificar manifestações contrárias. Em Mariana, por exemplo, o Bispo e conseqüentemente todos os seminaristas não participaram do

²³ Ibidem

²⁴ Idem, 06 de abril de 1831, nº 578, p. 05. APM.

²⁵ Ibidem

²⁶ Em Catas Altas, por exemplo, assim como na maioria das vilas e distritos, *"ao anoitecer ouvirão repiques de sino, todas as cazas illuminadas, e o Juiz de Paz a par de grande parte dos habitantes, a quem elle mesmo convocara dando mil vivas ao glorioso Triunfo da Constituição, a Soberana Nação Brasileira, ao heroico Povo Fluminense, ao nosso Imperador o Sr. D. Pedro 2., a Regencia Provisoria, e a todos os nossos Representantes acompanhado a isto um coro de Musica por todas as ruas (...) promoverão (...) no dia 3 de Maio o mais Solemne Te Deum.* (Jornal O Universal, 30 de maio de 1831, nº 600, p. 03 e 04. APM)

Te Deum realizado na Catedral da cidade, recebendo grande reprovação por parte da imprensa liberal. Bastou alguns seminaristas ostentarem nos seus peitos o Tope Nacional²⁷ para se gerar uma crise dentro do Seminário.

Principiou-se desde então a maior rivalidade entre os Estudantes de tope, e sem tope; por debaixo das portas aparecião pasquins, em que os partidos se desabafavão: appareceu uma Gazeta no Seminário, contendo os maiores insultos: n'uma palavra o Seminário estava dividido, estava dilacerado pelas intrigas...²⁸

Os principais periódicos restauradores (como **O Telégrafo**, o **Mercantil**, e o **Soldado**) desaparecem de cena após o 7 de abril. *"A queda do Tirano que oprimia o Brasil arrastou também a dos satellites que pelas Províncias procuravão lançar-nos grilhões, fingindo-se amigos do Throno e do Altar..."*²⁹ Assim se referia um dos principais jornais liberais à extinção dos periódicos restauradores, mas os conflitos entre as duas facções ainda iriam perdurar por bastante tempo. O conflito entre liberais e restauradores atinge seu ápice no ano de 1833, mas já em 1832 o Presidente da Província é hostilizado pelos restauradores. Estes

não encontrando crimes a notar na sua Administração, procura seduzir incautos, pregando que se quer tyransar, que se quer dominar a Província, e submete-la á discrição da Capital. (...) Rara é a noite em que não espalhão pasquins mais ou menos incendiarios contra o Presidente da Província...³⁰

Inicia-se o ano mais conturbado para a Província de Minas no período regencial. *"Finalmente o genio da discordia pode exercer sua influência na Capital de Minas Geraes, onde também huma sedição apparecida na noute de 22 de março em ausencia do Presidente conseguiu privallo do exerciço do seo emprego naquela Cidade"*.³¹ Assim se expressaram os Regentes sobre os acontecimentos na Província de Minas, em reunião ordinária, no dia 08 de maio de 1833.

²⁷ Parece se tratar de um símbolo que era ostentado pelos brasileiros, principalmente em momentos de comemorações cívicas. Neste caso particular, ostentaram-se os topes por ocasião das comemorações da Abdicação do Imperador.

²⁸ Idem, 06 de junho de 1831, nº 603, p. 01. APM.

²⁹ Idem, 29 de abril, nº 588, p. 01. APM.

³⁰ Idem, 02 de maio de 1832, nº 743, p. 02. APM.

³¹ Idem, 19 de junho de 1833, nº 891, p. 01. APM.

A Sedição Militar de Ouro Preto ocorreu na noite de 22 para 23 de março de 1833, quando o então Presidente da Província Desembargador Manuel Inácio de Melo e Souza se encontrava em Mariana, permitindo assim que os restauradores tomassem o poder na capital da Província. O Vice-Presidente Bernardo Pereira de Vasconcelhos tentou assumir a Presidência, pois se encontrava em Ouro Preto, mas fracassou nesse intento. A rebelião contou com apoio popular, pois foram soltos vários prisioneiros militares, vítimas políticas daquele momento. A motivação dos revoltosos era extinguir o poder dos liberais, mais precisamente de Bernardo Pereira de Vasconcellos, que, segundo afirmavam, queria implantar a república no país e substituir servidores públicos por amigos e correligionários. Os militares reclamavam das violências. Também haviam outros motivos menores, como o aumento do imposto sobre a aguardente e a proibição dos sepultamentos nas Igrejas.³²

Do dia 05 a 10 de abril restaurou-se a legalidade, com o Vice-Presidente exercendo o governo da Província na Vila de São João Del-Rei (solicitação feita pela Câmara Municipal daquela Vila para condenar a atitude dos revoltosos). A partir do dia 10, o Presidente Melo e Sousa assume o governo da Província naquela Vila. Ante a condenação da sedição pelas várias câmaras municipais da Província e também da Regência, formou-se uma tropa de 6.000 membros para combater os sediciosos. Entre os combates, o principal ocorreu em José Corrêia, no dia 09 de maio, com vários feridos e 18 mortos, sendo 14 entre os rebeldes. A Província somente voltou à ordem no dia 26 de maio de 1833, com Melo e Souza reassumindo o governo. A sedição teve seu desfecho com a vitória militar sobre as tropas sediciosas, dois meses após iniciado o conflito.³³

³² Cf. IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. Em HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol 2. São Paulo, 1985, p. 401-04. Segundo o autor, além da oposição política ao Vice-presidente da Província Bernardo Pereira de Vasconcellos e ao Conselheiro de Governo, Padre José Bento, a Sedição de 1833 transcende a um simples movimento de inspiração restauradora, conseguindo capitalizar os ressentimentos de todos aqueles inconformados com a situação. Daí a importância de se considerar os conflitos suscitados nas inúmeras vilas da Província a partir de então e perceber as apropriações e leituras que são formuladas por distintos segmentos sociais.

³³ *Ibidem* p.402.

Enquanto várias vilas, através de suas câmaras, haviam se manifestado contra os sediciosos e a favor do governo legal, restaurado em São João Del-Rei, a *"Villa de Sabará não se tinha ainda decidido, e a Camara vacilava no comportamento que devia ter, por isso que se achavão os votos divididos..."* O vacilo era atribuído ao Visconde de Caeté, *"que se fez no Sabará o órgão dos sediciosos, e alli sustentou a legalidade do governo intruso..."*³⁴ O mesmo ocorre com a Vila de Caeté.

Soube igualmente que a povoação da Villa de Caethe illudida pelos sediciosos coniventes com os do Ouro Preto não só reconheceo o Governo intruso, como esta desposta a sustentá-lo, e resistir as ordens legais, achando-se para isso em armas os Guardas Nacionais dessa povoação somente, e que as autoridades da Villa de Sabará combinarão entre si destruir esse pequeno número de sediciosos a força, quando elles não adessem por meios brandos, ou não produsissem efeito as ordéns, que o Governo tem expedido para a prisão do Coronel Jose de Sá Bitancourt, e dos outros cabeças, que ali sedusem a multidão.³⁵

Apesar de a Vila de São João Del-Rei haver-se transformado em sede do governo legal durante o período da sedição, surgiram boatos de que *"os restauradores pretenderão assaltar o quartel Municipal para roubar as armas, e o conseguirião talvez, se não fosse a muita vigilancia da parte das autoridades; elles têmão grande provimento de armas, e de munição..."* Já no Termo de Barbacena, certos moços *"espalhavão pasquins ameaçadores pela Villa, e seduzião o povo incauto"*.³⁶

Na Devassa realizada em função dos acontecimentos de 22 de março, saíram pronunciados 46 réus, *"entretanto de todos esses pronunciados apenas existem nas prisões do Ouro-preto (...) 14 Reos, (...) todos os mais tem sido absolvidos pelo Jury, ou agraciados pelo Poder Moderador, e alguns se achão ausentes d'aquela Provincia"*.³⁷

As hostilizações entre *Caramurus* e *Chimangos* continuaram no decorrer do ano de 1833 e a ameaça de nova tentativa de sedição

³⁴ Jornal *O Universal*, 05 de julho de 1833, nº 898, p. 02. APM.

³⁵ Correspondência do Presidente da Província ao Ministro do Império. Seção Provincial, nº 97, f. 08. APM.

³⁶ Jornal *O Universal*, 21 de junho de 1833, nº 892, p. 04. APM.

³⁷ Idem, Discurso do Deputado Cerqueira Leite, 05 de junho de 1835, nº 1.190, p. 01. APM.

era sempre rememorada. No distrito de Ponte Nova, o Juiz de Paz reclama da dificuldade de manter a tranqüilidade e o sossego público, pois o local foi um dos lugares *"mais infestados por Caramurus ou restauradores, e onde se ajuntarão forças, e pessoas na maior parte illudidas para auxiliar o Governo intruso em 22 de março pp., sahirão alguns para o Ouro Preto, outros se conservão neste Arraial"* causando grandes tumultos. Sendo que *"a poucos dias fizerão de noite neste Arraial húa assoada, soltando gritos insultantes aos Liberais, e ao mesmo Juiz de Paz, dando vivas aos Caramurus, (...) na certeza de não comparecer que os comprimia"*.³⁸

Apesar de debelada a sedição militar de 1833, as notícias sobre nova tentativa de sedição e ameaça à capital da Província preocupavam as autoridades administrativas e judiciárias. O Juiz de Paz de Ouro Preto, Pe. José Antônio Marinho, em diligência no Arraial de S. Bartolomeu, três leguas distante da capital, descobriu

alguns criminosos, e entre elles o sr. Theotonio de Souza Guerra, filho do sr. Coronel João Lucianno; e que esses criminosos se occupavão de seduzir a gente miuda do paiz, e de angarialla ao seu partido, talvez para o muito *patriotico, e interessante fim* de atacarem a Cidade, rouballa, e matar os chimangos...³⁹

A ameaça de assalto à cidade por parte de criminosos e uma possível associação com os caramurus são lembradas pelo mesmo Juiz de Paz para o bando de Sanches na Caxoeira. *"Não há muito que constando da estada dos Sanches na Caxoeira, e de que a Cidade era ameaçada de um assalto, nós o vimos offerecer-se, e correr prestes áquelle ponto com uma força Municipal para impedir os aggressores da Cidade, que então procurarão evadir-se por meio da fuga..."*⁴⁰

A nova tentativa de conspiração contra a capital da Província, liderada pelo criminoso Sanches, é melhor explicitada em um número anterior do jornal.

Ha muito que se diz que o facinoroso Sanches encovado nas cavernas de S. Rita, e suas imediações, busca alliciar um partido para com elle atacar a Cidade. Em diversos pontos tem-se visto grupos de homens sedusidos, ameaçando os Liberaes, e promettendo breve vingança (...) Vinha o

³⁸ SP PP 1/18, Cx. 124, doc. nº 07, 15 de outubro de 1833.

³⁹ Jornal O Universal, 29 de novembro de 1833, nº 961, p 01. APM

⁴⁰ Idem, Ibidem, p. 02. APM.

bravo Capm. Lino José da Cunha com sua Tropa para esta Cidade, e chegando àquella Arraial, é cercado por um grupo de cento e tantos homens comandados por um Estrangeiro, que se diz pertencer aos extinctos Batalhões de Estrangeiros, mandados vir por D. Pedro para dar cabo de nossas liberdades...⁴¹

O Capitão Lino foi conservado preso durante uma noite. Entretendo-se com os homens do grupo, convenceu-os da ilegalidade do movimento e das conseqüências de tal crime. Seus carcereiros se ofereceram para colocá-lo em liberdade, *"prender o Estrangeiro, e trazello à Cidade, o que executarão no dia 21, em que aqui chegou o Capm. Lino com esse capataz preso, e uma escolta: a maior parte do grupo fugio, e entre elles dous filhos de Sanches.."*⁴²

Como muitos sediciosos evadiram-se da prisão e posteriormente foram anistiados, os boatos de nova tentativa de sedição eram sempre recorrentes. A capital se conservava em agitação pelos *"boatos acintemente espalhados por inimigos da causa Publica, de que alguns desses sediciosos que até aqui tem podido evadir-se á prizão, allicião partido nas imediações da Capital, e tentão com essa força vir atacalla (...) ou para reproduzirem um novo 22 de Março"*.⁴³

As disputas e conflitos entre liberais e restauradores perduraram por mais alguns anos, mesmo após a morte de D. Pedro I, quando a facção restauradora perde o sentido de sua existência. O Juiz de Paz do 3º Distrito de S. José, em averiguação a uma denúncia, constatou que o Capitão Manoel Ferreira de Ledo - réu pronunciado na Sedição de 1833 - tramava contra o governo da Província e se encontrava oculto na casa de um crioulo alfaiate, de nome Adão Pires e com algum armamento. Efetivada a busca, foi encontrado no sótão da mesma casa o *"mencionado Cap. Manoel Ferreira de Leão, e um seu escravo pardo de nome João; encontrando-se outro sim trez Espingardas de adarme dezeseite, uma Clavina, trez Espadas, uma faca de ponta, vinte cartuxos embalados..."*⁴⁴

⁴¹ Idem, 25 de novembro de 1833, nº 959, p. 02. APM.

⁴² Ibidem

⁴³ Idem, 13 de novembro de 1833, nº 954, p. 02. APM.

⁴⁴ Idem, 12 de fevereiro de 1834, nº 991, p. 01. APM.

Ainda no ano de 1834, surge nova denúncia de conspiração, debelada logo em seguida. *"Os autores della pretendião colocar na Presidência da Província a José Justino Gomes Pereira, um dos grandes sediciosos de Março do anno passado, que anda oculto, e foragido, maquinando novas desordens..."* Estava marcada para inciar no dia 20 de novembro, *"e para isso a Guarda da Cadeia seria obsequiada com café opiado por conselho de um fulano Lemos, que foi Carcereiro, e que o anno passado se expellio da Cadeia..."*⁴⁵

Após o decreto de 19 de junho de 1835, que concedeu anistia aos réus cabeças da Sedição de 22 de março de 1833, *"observarão-se nesta Capital alguns actos desregrados á Segurança individual, que incutirão fundados temores á seus pacíficos habitantes"*. Por outro lado, os ódios e rancores nascidos com a Sedição de Março, atenuaram-se sensivelmente, *"pois que ainda havendo uma grande parte da população pronunciado energicamente a sua opinião contra a amnistia, bastou que Lei decretasse, para que os mais ardentes Patriotas obedecessem submissos"*.⁴⁶

2 - Ajuntamentos e Sedições

Como referimos anteriormente, o movimento político de maior repercussão ocorrido nas Minas no tempo da Regência foi a Sedição Militar de 1833. Não menos importante, porém, foram outras ocorrências em diversas vilas e distritos da Província. Ajuntamentos com intensa participação popular, conflitos de jurisdição e sedições também marcaram as várias regiões das Minas, em uma época de intensos conflitos em todo o Império.

Os ajuntamentos ilegais em regiões de mineração ocorriam com certa frequência. O problema foi tema de discussão na 3ª Sessão Extraordinária do Conselho do Governo no dia 18 de janeiro de 1831. Através de um ofício do Juiz de Paz do Distrito de São Miguel do Termo da Vila do Príncipe, tomou-se conhecimento do fato de

que havendo-se retirado da Lavra da Independencia, pertencente ao Capitão José Ferreira Carneiro, e seus sócios, os individuos alli reunidos voltarão, e se achavão em numero de mais de tresentos em grande parte armados, roubando a Lavra, sem respeitarem ao Sargento, e Praças das Divisões do Rio Doce, que tinham marchado em auxilio, por se haverem

⁴⁵ Idem, 21 de novembro de 1834, nº 1.108, p. 01. APM.

⁴⁶ Idem, 1º de fevereiro de 1836, p. 01, nº 14. APM.

retirados as da 2. Linha, com o respectivo Ajudante Francisco Roberto Sanches.⁴⁷

Caso semelhante ocorreu no Distrito da Chapada, Termo de Diamantina, onde o Juiz de Paz Francisco dos Santos Freire ficou encarregado de dispersar os ajuntamentos ilegais existentes na Lavra de Caldeirão em agosto de 1832. Juntamente com três delegados, um escrivão, um oficial de justiça, três pedestres do quartel diamantino e cinco voluntários, encarregou-se de dispersar os ajuntamentos existentes na região a fim de garantir o direito dos queixosos: os sargentos-mores Manoel Joze Pires da Silva Pontes e Joze da Cunha Valle. Chegando ao local denominado Funil daquela lavra os comissários viram

duas bandeiras alvoradas no alto da Serra, hua verde e outra branca, e ahi achamos grande número de povo sendo a maior parte africanos, tendo-se ocultado muitos com a nossa chegada, só aparecerão 30 a 40 homens livres, e passei a proclamar lhe com a minha bandeira (...) e dando o povo attenção à proclamação responderão aos vivas q. dei à Regencia e o Sr. D. Pedro 2º (...) observamos que se querião retirar em pas o q. talvez pratiquem se dentre elles Luiz José [e outros] (...) não dissessem q. não sahião, nem dispersavão...⁴⁸

Em outro ponto denominado *Colônia* foi localizado outro ajuntamento, cujos participantes se dispuseram a sair obedientes. Em outro local foi encontrado um ajuntamento maior, ultrapassando o número de cem pessoas

com as quais vierão reunirce as que deixamos no funil, e arrumados em hum campo derão costa a huma serra, e se puserão em attitude ostil, formados em linha de Batalha, depois em hum círculo, e no sentro hú dos cabeças leo hu papel q. não percebemos o q. continha por não estarmos em ponto de ouvir, e disfazendo o círculo tornarão a formar a linha, e no seu sentro estava João Alvarez Ferreira, cabeça deste segundo ajuntamento...⁴⁹

Em outra correspondência, o Juiz de Paz revela as dificuldades que tem encontrado para executar tal diligência: a ausência de uma patrulha adequada para a execução de tais ordens e também a conivência do Juiz Suplente com tais ajuntamentos.

⁴⁷ Idem, 24 de janeiro de 1831, nº 548, p. 01. APM.

⁴⁸ Ofício do Juiz de Paz do Distrito da Chapada, Francisco dos Santos Freire, para o Presidente da Província. de 12 de agosto de 1832. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*. cx. 106, doc. nº 14.

⁴⁹ Ibidem

Tendo participado a V. Exa. os acontecimentos do Districto da Chapada, que forçarão a retirar-me para esta Villa aonde me acho para segurança da minha vida, cumpre-me de novo levar ao conhecimento de V. Exa. quanto tem ocorrido depois . O partido anarchico q. tem a sua testa o Juiz Suplente, tem votado o implacável ódio a todos quantos me acompanharão na deligencia de Caldeirões (...). O Capellão Cura Vicente Ferreira Brazão (...) se vio forçado a abandonar o Curato, e a vir rezidir nesta Villa (...) O Escrivão do Juizo (...) é prezo e processado pelo Suplente a pretexto de desobediência (...) O Cartório é arrombado duas vezes e para que fim? ⁵⁰

O descontentamento com a atuação de autoridades poderia ser um estopim para qualquer desordem ou ajuntamento. No Arraial de Remédios, Termo de Barbacena, no dia 15 de junho de 1833, ocorreu

hum ajuntamento de 90, ou 50 indivíduos, (...) entrando meninos com tacoáras acesas, e hum jacá enfiado num pao fingindo enterro queimarão tacoaras, e lançarão pedradas a porta da casa desafiando a Gil Fortunato de Monteiro procurador do Arrematante das Aferições e licenças de cabeças de Gado do Termo de Barbacena...⁵¹

O patrulhamento e a vigilância a qualquer tipo de ajuntamento eram mais eficazes nos núcleos urbanos, mesmo que esses não representassem risco à ordem estabelecida. O Comandante da patrulha rondante do lugar denominado praça da Alegria até o Largo Rosário participa ao Juiz de Paz de Ouro Preto, *"que por elle passara, dirigindo-se às Cabeças e parando pelas ruas, hum ajuntamento de mais de 20 pessoas, homens e mulheres com violas, e disterios, e que indo reconhecelos, e dizer-lhes (...) que desfisessem o ajuntamento, que era vedado e se recolhessem..."* ⁵²

A ronda era mais eficaz quando se tratasse de ajuntamentos de escravos. Os oficiais de justiça de Araxá, em ronda no dia 26 de dezembro de 1835, por volta das três horas da tarde, dispersaram *"um ajuntamento de escravos no lugar da Capella do Rosario em nº de 50 captivos pouco mais, ou menos e logo que presenciarem a ronda começarão a despersar-se do brinquedo em que se achavão assim*

⁵⁰ Idem, 21 de agosto de 1832. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*. cx. 106, doc. nº 15.

⁵¹ Ofício do Juiz de Paz do Arraial de Remédios, Joaquim José de Carvalho e Gama, para o Presidente da Província de 09 de julho de 1833. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*. cx. 123, doc. nº 31.

⁵² Ouro Preto, 11 de Janeiro de 1833. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*. cx. 143, doc. nº 22.

homens, como mulheres (...) em nº diminuto".⁵³ Foram tomados cinco tambores de couro dos escravos, segundo o oficial de justiça, sem a menor oposição da parte dos ditos escravos.

Em muitos conflitos locais, onde está caracterizada a disputa de poder entre os diversos grupos políticos, segmentos da população eram arregimentados de acordo com os diversos interesses políticos. Este parece ter sido o caso dos acontecimentos na Vila de Paracatu no dia 12 de fevereiro de 1832. O Juiz de Paz J. Pimentel Barbosa, em disputa com o presidente da Câmara, lançou um falso boato de que a vacina fora envenenada para matar o povo e que o Presidente da Câmara estava comprado pelo governo. Esses boatos foram suficientes para irritar o povo e "*animá-lo a um rompimento. Consta que havia o projeto de assassinar no meio da multidão o Presidente da Camara...*"⁵⁴ O mesmo Juiz de Paz é acusado de difamar o Presidente da Província, angariar e seduzir "*gente incauta, e ignorante, para fazer um levante...*"⁵⁵

Caso semelhante ocorreu na Vila de São João Del-Rei, em agosto de 1832, numa contestação entre o Juiz de Paz Suplente Caetano Alves de Magalhães e outro Juiz Joaquim Nogueira da Gama, afastado do cargo por incômodos de saúde. O Juiz de Paz interino se recusa a entregar o cargo quando o titular do cargo tenta assumi-lo. O mesmo Juiz ameaçou a Vila "*com um rompimento popular, se acazo se lhe tirasse a Jurisdição, concitou varias pessoas e entre elles alguns escravos, tudo em número de mais trinta, e a todos ou parte delles distribuiu (...) armas e munição à sua porta aonde athe se deu dous tiros para incutir temor...*"⁵⁶ O Juiz de Fora da Vila solicita que o mesmo Juiz de Paz seja enquadrado no crime de sedição, pois segundo o Código Criminal do Império em seu art. 111 diz que "*a sedição comette-se juntando-se mais de vinte pessoas armadas todas, ou parte dellas a fim de obstar a posse do*

⁵³ Corresp. dos Officiais de Justiça de Araxá ao Presidente da Província de 26 de dezembro de 1835. APM. Seção Provincial. SP PP 1/12, cx. 01, doc. nº 16.

⁵⁴ Jornal O Universal, 09 de abril de 1832, nº 734, p. 03. APM

⁵⁵ Ibidem

⁵⁶ Ofício do Juiz de Fora da Vila de São João Del-Rei ao Presidente da Província de 03 de agosto de 1832. APM. Seção Provincial. SP PP 1/18. cx. 314, doc. nº 24

*Empregado Público, nomeado competentemente e munnido de titulo legítimo; ou para o privar do exercicio de seo Emprego".*⁵⁷

No dia 21 de outubro de 1840, o Presidente da Província demite o tenente coronel da Guarda Nacional da cidade do Serro, Francisco Roberto. A oposição, que usufruía da influência deste homem nas eleições primárias, *"reuniu um grupo pouco mais ou menos de 30 pessoas, e forão á noite á casa do demittido dando vivas, e morras, e fazendo uma horriavel assuada; dalli voltarão á casa do Carneiro, onde repetirão a mesma scena..."* O movimento ganhou força com a chegada do Tenente Coronel Venâncio, compadre de Carneiro, e *"como chegasse com escravos armados de bacamartes o partido do Carneiro criou gaz, e tendo reunião ás ave-marias em casa deste, logo as 8 da noite começarão as vias de facto sendo aggredida a casa de José Joaquim Ferreira Carneiro por um grupo de assassinos..."* O autor da correspondência enviada ao jornal atribui a autoria do movimento aos mesmos sediciosos de 1833, *"aqui está hoje assentado o quartel general dos sediciosos do Ouro Preto"*.⁵⁸

A cidade do Serro volta a ser palco de novos conflitos em 1º de novembro de 1840, data em que se realizam as eleições primárias. As disputas entre oposicionistas e governistas tornaram-se explícitas quando foi composta a mesa para coordenar a eleição. Corriam boatos de que seriam assassinados os quatro juízes de paz da cidade, o deputado Ottoni e outros cidadãos influentes. No dia 1º de novembro, o Juiz de Paz apresentou-se para presidir a eleição convocando força policial nas imediações da matriz *"com ordem de não permitir ajuntamentos de escravos na vizinhança, e de prender os que se apresentassem armados, pois havia denuncia, de que alguns doudos havião armado os escravos para atacarem a igreja em caso de rusga"*. A denúncia parecia ser procedente, pois depois de composta a mesa e *"estando já sentados o Lessa e Ottoni, tentarão com grande algazarra reprová-los, e um moleque principiou a dar pulos, e murros na meza: nesta ocasião (...) os escravos de Joaquim Antonio de Araujo (...) avançarão para a igreja*

⁵⁷ Ibidem

⁵⁸ Jornal O Universal, 06 de novembro de 1840, nº 129, p. 01 e 02. APM.

de bacamartes, dando - morras - ao juiz de paz".⁵⁹ O movimento foi contido com a prisão de um negro pela força policial. Após grande discussão aprovou-se a mesa.

Os conflitos de jurisdição, os desmandos e as intrigas locais fizeram parte do cenário cotidiano da sociedade oitocentista mineira. Na Vila de Araxá, em 12 de julho de 1840, ocorre um movimento popular dirigido contra o Juiz Municipal, que presidia o Juri no impedimento do Juiz de Direito da Comarca, o qual se encontrava na Vila. A pressão popular *"obrigou a ambos, assim como a Camara Municipal, e outros Funcionarios a mudarem provisoriamente a sua residencia para a Povoação do Desemboque, (...) allegando como motivo desta deliberação o perigo, e o estado de coação, a que se virão na Cabeça do Termo"*.⁶⁰ Já na Vila de Tamanduá a desordem começou na própria Câmara Municipal, que decidiu por maioria que o Juiz de Paz em exercício passasse a vara ao Suplente, gerando um conflito de jurisdição, pois ambos os juizes continuaram a exercê-la, cada qual apoiado por seu partido. Os excessos ocorreram em 30 de outubro, quando o Juiz de Paz efetivo *"em acto de Audiencia publica no Paço da Municipalidade, foi accometido por um grupo, do qual fazião parte pessoas armadas, que depois de lhe haverem arrancado o distinctivo do seu cargo, voltarão-se contra o Presidente da Camara, que é também Parocho da Freguezia..."* Tanto o Juiz de Paz, quanto o Presidente da Câmara foram expulsos do Paço Municipal debaixo de ameaças e gritos anárquicos. O movimento tomou caráter mais assustador *"por tocar-se a rebate, augmentando-se a concurrencia do povo, como é natural em taes occasioens"*.⁶¹ Para solucionar o conflito, a Câmara constituída em sessão permanente, presidida por um outro Vereador, promoveu uma espécie de conciliação entre os partidos, definindo que o cargo de Juiz de Paz fosse exercido por um outro Suplente.

No mês de dezembro de 1841, a Vila de Pouso Alegre teve sua tranqüilidade pública perturbada por ocasião de uma tentativa de sedição liderada pelo Bacharel Bernardino José de Campos, Juiz de Direito da Comarca do Rio Sapucaí. O acontecimento teve

⁵⁹ Idem, 18 de novembro de 1840, nº 134, p. 01 e 02. APM.

⁶⁰ Idem, 12 de fevereiro de 1841, nº 15, p. 02 e 03. APM.

⁶¹ Ibidem

repercussão além dos limites da Vila, ganhando destaque na imprensa da Capital da Província.⁶² Era costume na região comemorar-se o aniversário do Imperador Constitucional D. Pedro II, convocando os guardas nacionais de fora da Vila. O Juiz de Direito e outros *"mandarão avizar os Guardas Nacionais para que não comparecessem pois que o fim dos convites era assassinar os amigos da ordem, roubar os ricos, (...) libertar os escravos, escravizar os homens pardos, e outras já mui sediciozas intrigas"*.⁶³ Falsos boatos de agressão contra a Vila por parte dos distritos da Borda do Mato e Ouro Fino foram veiculados. Dizia-se que o Juiz de Paz de Ouro Fino viria com uma escolta de 400 homens para agredir a Vila e cometer inúmeros assassinatos. O temor espalhou-se por toda a Vila, sendo que, na noite do dia 1º para o dia 2 dezembro o Juiz de Direito reuniu o povo em sua casa, e distribuiu, ele mesmo, *"espingardas, facas, pistolas azagaias & c. por entre os da multidão; e entregando essa gente armada a dous meirinhos os mandou percorrer as ruas da villa, e nesse giro andarão toda a noite"*.⁶⁴ Reuniram-se mais de 600 homens, *"a maior parte dos quaes se achava illudida, nem sabia o fim para que fora alli chamada"*.⁶⁵

Os tumultos perduram até os primeiros meses do ano de 1842, tendo como consequência a migração de muitas pessoas para a Província de São Paulo. *"Entretanto é certo que o povo se tem assustado, e os effeitos de todo este enredo, tem sido o achar-se a villa quasi deserta; e terem se retirado della, e das rossas para mais de 800 pessoas..."*⁶⁶

3 - Revoltas Escravas

Apesar de não havermos realizado um levantamento sistemático para toda a Província, localizamos diversas notícias sobre tentativa de revoltas de escravos. Essas notícias vão desde os boatos, caracterizando o temor constante inerente à sociedade escravocrata, até os conflitos consumados entre senhores e escravos, como

⁶² O fato recebeu destaque em algumas páginas do Jornal *O Universal* de 26 de janeiro de 1842, nº 12, p. 03 e 04. APM.

⁶³ Ofício do Juiz de Paz da Vila de Pouzo Alegre ao Presidente da Província, Dezembro de 1841. APM. Seção Provincial. *SP PPI/18*, cx. 161, doc. nº 17.

⁶⁴ Jornal *O Universal*, 26 de janeiro de 1842, nº 12, p. 04. APM.

⁶⁵ Ibidem

⁶⁶ Idem, 16 de março de 1842, nº 32, p. 03. APM.

assassinatos e revoltas mais organizadas, com objetivos claros e realmente deflagradas. Para algumas revoltas dispomos de maiores informações seja em virtude do processo a que deram origem, ou em consequência de sua repercussão na imprensa da época, ou ainda do destaque dado nos relatórios de polícia e nas correspondências dos Juízes de Paz.

Uma primeira notícia de tentativa de insurreição para o período estudado consta da relação de presos que fugiram da Cadeia da Vila de Sabará, no dia 10 de outubro de 1831, enviada ao Presidente Província pelo Juiz de Fora da Vila. O liberto Mateos, *"preto da costa, cujo lugar se ignora, ja de maior idade meio fula, estatura baixa, hum tanto grosso"* foi preso *"por ordem do Juiz de Paz da Contagem por suspeito na sedução, ou insurreição de escravos"*.⁶⁷

Em um clima marcado por disputas políticas entre as diversas facções, como foi caracterizado o tempo regencial, os escravos inseriam suas lutas, faziam as alianças possíveis, assim como os brancos arregimentavam os escravos de acordo com seus objetivos políticos. Em quase todas as notícias de revoltas detectadas por nossa pesquisa esta associação é freqüente.

Este parece ser o caso das ocorrências que colocaram em estado de alerta os Distritos de Santa Rita do Turvo e Itabira do Campo,⁶⁸ em dezembro de 1831. Em Santa Rita do Turvo, Termo de Mariana, ocorreu um ajuntamento de aproximadamente 50 homens de cor,⁶⁹ próximo ao Adro da Capela do distrito, incutindo temor aos cidadãos, convidando *"a outros indivíduos para tomarem armas, contando que no dia 25 virião reforsados para commetterem maiores excessos..."*⁷⁰ No dia de Natal voltariam para *"assassinar os brancos, rouba-los, e abusar das familias honestas"*⁷¹. Caso semelhante ocorre em Itabira do Campo, Termo de Ouro Preto, na

⁶⁷ Corresp. do Juiz de Fora da Vila de Sabará ao Presidente da Província de 10 de outubro de 1831. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*, cx. 313, doc. n° 17.

⁶⁸ Esses conflitos serão objetos de análise mais aprofundada no próximo capítulo.

⁶⁹ Essa foi a denominação encontrada no documento, não havendo especificação quanto a cor (negro, pardo ou mulato).

⁷⁰ Registro de Atas das Sessões do Conselho Provisório de 22 de Dezembro de 1831. APM. Seção Provincial. *Códice: SP 86*, p. 3v.

⁷¹ *Jornal O Universal*, 23 de dezembro de 1831, n° 689, p. 01. APM

mesma data, fazendo com que o governo da Província limitasse a ajuda à Santa Rita do Turvo a um número de 25 praças, "*visto haver urgencia quase identica no Destricto da Itabira do Campo, e simptomas de iguaes occurrencias n'outros Destrictos*".⁷² Os restauradores são acusados de patrocinar tais ajuntamentos.

Entre os anos de 1831 e 1833, ocorrem duas tentativas de insurreição na Comarca do Rio das Mortes, mais precisamente na Freguesia de Carrancas. Uma delas foi abortada em decorrência de delação, a outra foi deflagrada e causou grande repercussão na Província e mesmo fora dela.

Dois anos antes da insurreição de 1833, em julho de 1831, ocorreu na Freguesia de Carrancas uma tentativa de insurreição liderada pelo Vigário Joaquim José Lobo. As informações⁷³ constam do processo instaurado por ocasião da insurreição de 1833 e de algumas correspondências dos Juízes de Paz. Segundo o depoimento das testemunhas e do Ofício do Juiz de Paz ao Presidente da Província,

... esta insurreição não hé d'agora mas sim ja (...) a dois annos pouco mais ou menos e que o cabeça della nesta Freguesia hera o ex-Vigário della Joaquim José Lobo o que he muipublico e notório pellas convocaçoins e seuçoins que, o dito vigário fizera naquelle tempo a diversos escravos para isso induzidos por elle, e por Domingos Crioulo seu agente, o qual athé promoveo, (...) esmolos pella escravatura dessa Freguesia para se celebrar um terço a Nossa Senhora do Rosário para os felicitar no seu intento de se libertarem por meio do assassinato de seos senhores...⁷⁴

⁷² Registro das Atas das Sessões do Conselho Provisório de 22 de Dezembro de 1831. APM. Seção Provincial. *Código: SP 86*, p. 3v.

⁷³ Também localizamos um relatório do Juiz de Fora da Vila de São João Del-Rei, Francisco de Paula Monteiro de Barros, dirigido ao Presidente da Província, onde revela mais detalhes acerca da tentativa de revolta impulsionada pelo Vigário Joaquim José Lobo, na Freguesia de Carrancas no ano de 1831. As revoltas escravas de Carrancas foram objeto de análises mais aprofundadas no último capítulo de nossa dissertação. No momento, nos importa pontuar os conflitos que contavam com a expressiva participação de escravos, buscando compor o quadro de agitações políticas característico da época da Regência.

⁷⁴ Processo Crime dos Junqueiras (1833), Cx. 04, pertencente ao acervo do Arquivo do Museu Regional de São João Del-Rei.

Já sobre a insurreição de 1833, ocorrida em algumas fazendas da localidade de Carrancas, mais precisamente no Curato de São Tomé das Letras, dispomos de maiores informações pelo próprio processo a que deu origem e pelas fontes complementares localizadas, tais como: inventários e testamentos dos proprietários envolvidos, correspondências oficiais, atas de Câmara e jornais, dada a repercussão dos acontecimentos.

O processo crime referente à insurreição, instaurado com a queixa do deputado Gabriel Francisco Junqueira, foi nossa fonte principal de consulta. O processo detalha com minúcias as articulações e as intenções dos insurgentes, desde sua irrupção na Fazenda Campo Alegre e sua extensão à Fazenda Bela Cruz e cujo desfecho foi o assassinio de 09 pessoas da família do queixoso. O seu texto sugere que, orientados por Francisco Silvério Teixeira, o propósito dos revoltosos era invadir outras fazendas, extinguir também as famílias Andrade e Machado, apossar de seus bens e propriedades, libertar os escravos e dar *"o dinheiro a todo o que pudesse apanhar todas estas fazendas aos Caramurus do Ouro Preto para as despesas da Guerra"*...⁷⁵

É necessário, porém, ressaltarmos neste momento a forte participação de escravos, sendo alguns apontados como líderes: Ventura Mina (Fazenda Campo Alegre), Joaquim Mina (Fazenda Bela Cruz), Jerônimo e Roque (crioulos da Fazenda da Prata). O número de participantes é também amplo: entre 31 escravos presos, cinco morreram em combate e 17 foram condenados por crime de insurreição, e para sufocar a revolta foi necessária a participação da Guarda Nacional, tal a proporção do movimento.

A participação do fazendeiro e negociante Francisco Silvério Teixeira, natural de Ouro Preto e morador do Termo do Rio do Peixe, em Campanha, é também de considerável importância. Embora tenha sido preso e julgado, fora absolvido por insuficiência de provas, e o próprio queixoso fora obrigado a se retratar publicamente. Ainda assim, não se deve ignorar que, em várias partes do processo, Francisco Silvério Teixeira fora acusado de promover a insurreição com fins de obter dinheiro para a causa

⁷⁵ Ibidem

“caramuruana” e desviar a marcha que iria combater os sediciosos de Ouro Preto. Esta acusação nos parece ser procedente, pois a insurreição estava programada para acontecer no dia 26 de maio (data em que os moderados retomam o poder na capital da Província), no domingo da Festa do Espírito Santo. É possível que a mesma tenha sido antecipada porque a adesão de várias vilas ao governo provisório, sediado em São João Del-Rei, juntamente com o avanço das tropas dos moderados, acenava com a vitória destes.

Para uma melhor compreensão do movimento é fundamental tentar definir qual foi o papel desempenhado pelos escravos nesta insurreição, apesar de a mesma ter sido agenciada e incitada por um branco, num contexto de divergências políticas entre liberais moderados e restauradores. Os escravos foram simplesmente manipulados por Francisco Silvério? Ou fizeram sua própria leitura daquele momento e, numa ruptura explícita contra o sistema escravista, inseriram seus próprios objetivos: conquistar a liberdade, exterminar todos os brancos e tomar posse de suas propriedades? Não podemos precisar o alcance da compreensão que os escravos tinham do momento político no qual estavam inseridos. Certo é que "orientados" por Francisco Silvério, e percebendo o rumo dos acontecimentos, uma vez que a Sedição Militar de 1833 não envolvera somente a Capital da Província, mas também várias vilas, principalmente São João Del-Rei, podemos vislumbrar a hipótese de que estes fizeram sua própria leitura do momento e nele inseriram seus próprios objetivos.

Um ano mais tarde, a Comarca do Rio das Mortes seria novamente tomada por boatos de escravos insurretos. Mais ao sul da Comarca⁷⁶, na Vila de Pouso Alto, Termo de Baependi, o temor de

⁷⁶ Até o ano de 1835, toda a região do atual Sul Minas pertencia à Comarca do Rio das Mortes, com sede em São João Del-Rei. Até então a Província estava dividida em quatro Comarcas: Vila Rica (Ouro Preto), Rio das Velhas (Sabará), Rio das Mortes (São João Del-Rei) e Rio Paracatu (desmembrada da Comarca do Rio das Velhas em 1815). Em 1835, a Província é subdividida em 09 Comarcas e 26 termos, a saber: Comarca de Ouro Preto (Ouro Preto, Mariana e Queluz), Comarca do Rio das Mortes (São João del-Rei, São José del-Rei, Lavras do Funil e Tamanduá), Comarca do Rio das Velhas (Sabará, Pitangui e Itabira), Comarca do Rio Sapucaí (Campanha, Jacuí e Pouso Alegre), Comarca do Serro (Vila do Príncipe, Diamantina e Curvelo), Comarca do Rio Paracatú (Paracatú, Araxá, Julgado do Desenboque), Comarca do Rio Paraíba (Barbacena, Baependi e Rio Pomba), Comarca do Rio São Francisco (Formiga, São Romão, Salgado, Julgado da

revoltas escravas está presente nas informações do Juiz de Paz da Vila repassadas ao Presidente da Província.

(...) neste Destro. nenhuma novidade tem ocorrido, á excessão de hum boato infundado, q. teve principio no dia di Espirito Santo do corrente anno; de q. uma insurreição estava propinqua a se declarar, e de q. ouverão partir officiaes, do Municipio, tudo isto mutivado pela prizam de hum escravo fugido no Espirito Santo de Carrancas a qual de prompto se desvaneeceo , podendo sertificar a V. Excia q. no momento de lansar medidas á segurança Publica, fui coadjuvado por todos os Cidadãos deste Destricto...⁷⁷

No ano de 1835, a Vila é novamente assolada por boatos de insurreição. Embora a Vila gozasse de perfeita tranqüilidade, o Juiz de Paz relata suas preocupações em função das notícias de que no Termo de Rezende, Província do Rio de Janeiro, a população se encontrava aterrorizada mediante à ameaça de levantes de escravos. O Juiz relata que obteve informações fidedignas de pessoas que vieram do Rio de Janeiro, passando pelo Termo de Rezende, *"que he verdade estarem os Juizes de Paz e instrutores em ronda via, e que indagando o motivo foi lhe dito q. em dias deste mez pretendião rebentar a insurreição; e q. já havia magotes de gentes de cores"*⁷⁸. O Juiz tomou rapidamente as providências policiais necessárias no distrito, fazendo participação aos juizes de paz vizinhos e solicitando reforços da presidência da Província em função da localização do distrito e da pressão dos grandes proprietários possuidores de muitos escravos exigindo maior patrulhamento.

...eu tenho feito o q. posso fazendo rondar todo o Destricto por pedestres e o Arraial pelos 7 Permanentes aqui estacionados por ordem de V. Excia: por esta occasiam levo ao conhecimento de V. Exça. a necessidade que temos de ser reforçados este Destacamento por mais permanentes, não digo permanentes comandados por um homem de confiança para fazer manter a ordem entre elles, e ser desempenhada a tarefa de q. forem encarregados: não só para tornar mais tranquilllos os moradores deste Destricto rodiados de muitos mil africanos, como

Barra do Rio das Velhas), Comarca do Rio Jequitinhonha (Minas Novas e Rio Pardo). In: CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e Termos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. p. 122. A Vila de Pouso Alto passa a pertencer à Comarca do Rio Verde, somente no ano de 1839. Fonte: Jornal *O Universal*, 16 de abril de 1839, nº 63, p. 04. APM.

⁷⁷ Corresp. do Juiz de Paz de Pouso Alto, Custódio José Pinto Dias, ao Presidente da Província de 7 de julho de 1834. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*, cx. 86. doc. nº 50.

⁷⁸ Idem, doc. nº 61.

também para socorrer aos Destrictos vizinhos, q. se achão em circunferências; visto ser este collocado no lugar mais apropriado por ser centro de muitos outros tão bem rixiados de escravos, onde cruzão 3 estradas, da Campanha, Baependy e Itajubá, todas em direção para a Corte; e estar muito vizinho aquelle Destricto de Resende...⁷⁹ (grifos nossos)

O estado de alerta permanente em todo o distrito fez com que os juizes de paz dos distritos vizinhos vigiassem mais de perto os passos dos escravos. José Máximo Ribeiro, passando pela Paragem de Bocaina em direção a Pouso Alto, por volta das cinco horas da manhã, *"na Casa de Veronica de tal do Destricto do Carmo [identificou] humas vozes de Pretos q. indicavão disputas entre elles o q. fes com que curiosamente parasse, e de perto para bem o ouvir"*.⁸⁰ Segundo o informante, os escravos diziam expressões do tipo: "Viva o Rei!", "Viva o Capitão!", "Viva o Povo!". Este acontecimento o deixou bastante assustado e com suspeitas de alguma trama por parte dos escravos, e fez com que repassasse essas informações ao Juiz de Paz do Carmo. Novas averiguações foram feitas naquela paragem e constatou-se que havia *"na mesma sensala des pretos pertencentes a diversos senhore"*.⁸¹

Novamente em 1837, o Juiz de Paz do Distrito de Pouso Alto solicita a conservação da força policial ali destacada por dois motivos: em primeiro lugar por causa da grande quantidade de africanos que *"este Districto, e outros vizinhos tem em si, e que a qualquer momento podem expalhar o terror e a morte nestes lugares"* e em segundo, por causa do intenso comércio que possuía o distrito com as Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, *"cujas serras tem lugares tão solitários, e esconderijos taes, q. por vezes tem servido de guarida a sociedades de salteadores, tendo sido nos mesmos horrosos [crimes] cometidos, sendo vítimas inocentes viajantes"*.⁸² Anexo ao ofício do Juiz de Paz estava uma representação dirigida ao Presidente da Província, assinado pelos

⁷⁹ Ibidem

⁸⁰ Ibidem

⁸¹ Ibidem

⁸² Corresp. do Juiz de Pouso Alto ao Pres. da Província de 30 de agosto de 1837. APM. Seção Provincial. SP PP 1/18, cx. 88, doc. nº 19.

habitantes influentes do Distrito, expondo a necessidade da manutenção da força policial ali destacada.

*Esta Freguesia Exmo. Sñr. situada a seis legoas de distancia dos limites das Províncias do Rio de Janeiro e Sam Paulo inserra em seu seo não poucos escravos que talvez exedão de quatro mil e por mais de huma vez tem sido ameaçada de insurreições. q. por felicidades nossa tem sido abafadas sempre em seu comesso pela vigilancia das autoridades policiais: alem disto huma companhia de salteadores muito falada e conhecida pelo título de Companhia do Capivari conservasse rebuscada mas não disperçada tendo em outros tempos havido algumas vítimas della e por isso de tal forma horrorizado ao muito frequente comercio da estrada do Picú e Mantiqueira que de negociantes desta, da Companhia, e outros muitos lugares jamais se arriscão a atravessarem essa parte da estrada sem hirem reunidos ou reforçados de camaradas e todos estes inconvenientes tem seçado o respeito da força aqui destacada...*⁸³ (grifos nossos)

No ano de 1835, a cidade de Mariana foi acometida por uma tentativa de insurreição de escravos. Esta foi liderada por dois escravos africanos (Félix, de propriedade do Padre Manoel Ribeiro e Luís Congo) e denunciada por escravos crioulos. Segundo informações constantes do processo-crime a que deu origem, vários escravos possuíam conhecimento do pretendido levante e se tencionava acionar os escravos de Ouro Preto⁸⁴. Os cabeças do levante foram condenados à pena de açoites e ferros. *"Entre os julgamentos, que tem havido de diversos Reos, foi o de um Escravo do Padre Manoel Ribeiro da Cruz processado como seductor de escravos para se insurgirem, o qual foi condemnado em duzentos açoites, e a dois annos em ferros entregue a seu Sr".*⁸⁵

O Juiz de Paz do Distrito de Paulo Moreira, atento aos acontecimentos da cidade de Mariana, solicita a presença de um corpo policial no sentido de manter a ordem e coibir os desordeiros, insultadores e sedutores de escravos e tentativa de insurreição, *"como a pouco o que aconteceu, e prendendo se dois pretos do Districto de S. Caetano que confessarão ser o seu destino esse*

⁸³ Ibidem

⁸⁴ Processo Criminal pertencente à Casa Setecentista de Mariana, 2º Ofício, código 350, auto 7719. Esse processo já foi objeto de uma primeira análise. Cf. GONÇALVES, Andréa Lisly. Crime e Revolta: relações entre senhores e escravos em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX. *Registro*, Mariana, Ano I, nº 1, p. 05. mar./ago. 1994.

⁸⁵ *Jornal O Universal*, 25 de novembro de 1835, nº 2061. APM.

*horrendo plano de nossos incarniçados inimigos".*⁸⁶ O Juiz de Paz de Camanducaia faz a mesma solicitação à presidência da Província, devido aos boatos de insurreição da escravatura no Distrito. Solicita maior quantidade de armamento por *"achar-se totalmente desarmada a Guarda Nacional, unica força que existe de maneira q. não ha como que se fassa a menor deligencia"*.⁸⁷

Em julho de 1838, o Juiz de Paz de Catas Altas deseja saber se os *"Feitores, q. se ocupão das Lavras, com grande número de escravos devem ser chamados ao Serviço da Guarda Nacional, e para testemunhas..."*⁸⁸ A presente solicitação se justificava em função do risco que corriam as minas em poder dos escravos, na ausência do feitor. A lavra de propriedade do Juiz esteve meio-dia *"só em poder dos escravos e com perigo"*, pois seu feitor fora notificado para ser testemunha de um caso e a lavra distava meia légua da Vila.

Em Queluz, no dia 09 de maio de 1842, tem-se notícia de uma tentativa de insurreição impulsionada pelo Instrutor Geral das Guardas Nacionais, Antônio Nunes Galvão. Segundo o subdelegado de Polícia de Ouro Preto, o referido instrutor, além de *"chamar constantemente contra-lei que reformou o Codigo, e contra as Authoridades, tenta ultimamente insurgir a escravatura com promessas offerecendo, V. S. como prova o nome de alguns, a quem o dito intructor tenta illudir..."*⁸⁹ O mesmo instrutor estaria auxiliado pelo Pe. José de Amorim e Antônio Maciel. O Chefe de Polícia interino da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconellos, recomenda ao subdelegado que obrigasse aos indivíduos a que fazia menção a assinarem termo de segurança que os processassem se o fato alegado fosse verdade. Parece-nos se tratar de mais um caso de

⁸⁶ Corresp. do Juiz de Paz do Distrito de Paula Moreira, Luiz Vellozo de Miranda Brandão ao Presidente da Província de 10 de outubro de 1835. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*, cx. 125, doc. n° 58.

⁸⁷ Corresp. do Juiz de Paz de Camanducaia ao Presidente da Província de 30 de dezembro de 1835. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*, cx. 189, doc. n° 69.

⁸⁸ Corresp. do Juiz de Paz de Catas Altas ao Presidente da Província de 17 de julho de 1838. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*, cx. 128, doc. n° 40.

⁸⁹ Corresp. do Chefe de Polícia Interino da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconellos, ao Subdelegado de Polícia de Ouro Preto, Francisco da Silva, de 09 de maio de 1842. APM. Secretaria de Polícia. *Códice SeP*, livro n° 02, p. 09.

tentativa de insurreição em que os escravos são arregimentados de acordos com os interesses políticos de determinadas facções, e estes aproveitam tais momentos para introduzirem suas lutas.

4 - Fuga de Escravos e Quilombos

As fugas e a eventual formação de quilombos parecem-nos ter sido uma das formas de resistências mais comuns à escravidão, encontrada pelos escravos. Para Minas Gerais setecentista, um primeiro levantamento foi feito por Barbosa, indicando a existência de 40 quilombos no período⁹⁰. O levantamento mais sistemático, porém, foi elaborado por Guimarães, conseguindo identificar para o período de 1710 a 1798, aproximadamente 127 redutos quilombolas, todavia com poucos dados sobre a duração dos mesmos⁹¹. Ao tocar nesta questão, é importante ressaltarmos que a denominação **quilombo** era empregada em geral para a região das Minas, enquanto na Bahia o termo mais utilizado era **mocambo**.⁹² A caracterização para ambos é, entretanto, semelhante. Na grande maioria destes redutos, o elo de ligação com a sociedade se processava através do comércio ou do banditismo.⁹³ E a interação se dava também pela presença e cooperação com outros setores marginalizados da sociedade, como por exemplo, índios, escravos, libertos e brancos.

Escravos fugidos e formação de redutos quilombolas também marcaram o cenário das Minas nos tempos da Regência. Conseguimos localizar, nas correspondências oficiais e jornais da época, algumas informações esparsas sobre fugas coletivas de escravos e suspeitas de formação de quilombos.

⁹⁰ Cf. BARBOSA, Valdemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte:1970.

⁹¹ GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos do século do ouro (Minas Gerais - Século XVIII). *Estudos Econômicos*. São Paulo, V. 18, nº especial, 1988.

⁹² Cf. SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 17, nº especial, 1987. p. 61-88.

⁹³ SCHWARTZ define tais relações como *economia parasitária*, ou seja, "a economia interna dos mocambos tornava a proximidade das áreas colonizadas um pré-requisito para o sucesso. A economia dos mocambos, ao invés de retornar às origens pastoris ou agrícolas africanas, era muitas vezes parasitária, baseada em assaltos nas estradas, roubo de gado, incursões e extorsão"(p. 67)

No ano de 1831, em correspondência dirigida ao Presidente da Província, o Juiz Criminal do Termo de Mariana, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, faz referência, sem maiores detalhes, a um quilombo no Distrito de Ponte Nova, quando solicita esclarecimentos sobre a devassa em que o Juiz de Paz daquele Distrito foi considerado criminoso "*pela omissão de não faser a batida do Quilombo e de prisão dos quilombolas...*"⁹⁴

Já no ano de 1833, as informações sobre a formação de quilombos nas imediações da cidade de Mariana são mais detalhadas. Através da denúncia do Tenente das Guardas Nacionais, José Maria, verificou-se a formação de um quilombo, cuja base de sobrevivência estava calcada na economia parasitária, ou seja, viviam de incursões e roubos de plantações e gados nas comunidades vizinhas.

Participo a V. Exa. que sendo-me denunciado pelo Tenente das Guardas Nacionais Jose Maria, que na Serra denominada - do Furtado - nas imediações desta Cidade existe hum Quilombo de Negros fugidos e alguns criminosos, os quais tem destruido algumas plantações, e creações dos habitantes visinhos; nomeei imediatamente á Manoel Moreira Antigo Capm. do Matto deste Districto, para q. de mãos dadas com dito Tenente convocassem os Mattos vizinhos desta Cidade, e aprezonassem os negros Quilombolas, dando-me parte do resultado no fim da diligência⁹⁵

Nas pesquisas de Guimarães, verificou-se que o regime alimentar dos quilombolas provinha de dois tipos de atividade: coleta e agricultura. Os alimentos provenientes da agricultura poderiam ser adquiridos através do cultivo pelos próprios quilombolas, ou chegando ao quilombo através do comércio ou roubo. O estabelecimento de quilombos próximo às rotas comerciais estava vinculado a esse tipo de atividade. Daí o roubo ser considerado como uma atividade normal dos quilombolas, contribuindo para qualificá-los como bandidos e criminosos⁹⁶. A mesma caracterização pode se aplicar às notícias de quilombos localizadas por nossa pesquisa. Além da condição de quilombolas, os

⁹⁴ Corresp. do Juiz Criminal do Termo de Mariana, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, dirigida ao Pres. da Província, em 17 de outubro de 1831. APM. Seção Provincial. *Códice SP PP 1/18*, Cx. 303, doc. n 09.

⁹⁵ Corresp. do Juiz de Paz de Mariana dirigida ao Pres. da Província, em 31 de junho de 1833. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*, cx. 123, doc. nº 39.

⁹⁶ Cf. GUIMARÃES, Carlos Magno. *Op. cit.* 1988. p. 15-33.

escravos fugidos estavam sujeitos às penalidades civis ordinárias por praticarem crimes de roubo ou extorsão ou se associarem a bandidos e salteadores.

No ano de 1833, o Juiz de Paz da Vila de Diamantina expõe as dificuldades encontradas no exercício de seu ofício, pois uma de suas atribuições é a de "*mandar bater, e destruir os quilombos*", e que no momento não havia nenhuma força disponível para semelhante fim.

Aguardo do Matto destinada para tal serviço não corresponde à sua instituição, por que sendo esta força organizada de gente da classe infima por sua pobreza não podem arranjar o provimento de viveres para as correrias do matto, limitando-se de necessidade as suas diligencias a hum dia de marcha e retirada no outro sem pressa alguma mallogrando assim o servió e talvez mesmo por intelligencia que alguns guardas tenham com os escravos fugidos, por que tudo se pode reear, e presumir de gente desgraçada, e pobre.⁹⁷

Nas Minas setecentistas, havia uma tropa especializada na captura de escravos fugidos, constituída da seguinte sequência hierárquica: soldado-do-mato, cabo-do-mato, capitão-do-mato, sargento-mor-do-mato e capitão-mor-do-mato.⁹⁸ Estes eram recrutados em extratos marginais da sociedade, como ex-escravos, mestiços, libertos. Eram "*olhados com desconfiança pelos senhores e odiados pelos escravos*".⁹⁹ O Juiz de Paz prossegue no seu relato, fazendo referências a vários redutos quilombolas na região e às estratégias de sobrevivência adotadas pelos escravos, inclusive rapto de mulheres.

Hé por este motivo que *esta Villa se vê hoje infestada de escravos fugidos, q. tem acabado o gado da vizinhança, raptado mulheres, invadido casas e lavras*, e toda a perseguição he caldada sobre elles por falta de hum força regular occupada à segui-los, quando fogem de hum para outras brenhas por cima da serranias, despenhadeiros, e bocaina de que se compõem esta Demarcação. Muitas outras dificuldades teria eu de expor a V. Excia. mas julgo esta de maior urgencia pelo evidente perigo q. nos ameaça e funestas conseqüências que pode acarretar por que o

⁹⁷ Corresp. do Juiz de Paz da Vila de Diamantina, Luiz Jose de Figueiredo, ao Pres da Província, a 20 de agosto de 1833. APM. Seção Provincial. SP PP 1/18, cx.106, doc.n.24.

⁹⁸ Cf. GUIMARÃES, Carlos Magno. *Op. cit.* 1988.. p. 08

⁹⁹ Cf. SCHWARTZ, Stuart. B. *Op. cit.* 1987. p. 68.

número dos fugitivos todos os dias engrossa, e não vejo meios de vedar o mal...¹⁰⁰ (grifos nossos)

As relações das povoações vizinhas com os redutos quilombolas eram diversificadas. Se para a maioria das autoridades policiais os quilombolas representavam uma ameaça à ordem escravista, para uma parcela da população livre, como por exemplo, proprietários, comerciantes e contrabandistas, a existência e preservação dos quilombos representavam uma economia clandestina vantajosa ou uma forma de evitar danos às suas propriedades.

Os quilombos nas imediações da Vila de Diamantina continuavam sendo uma grande preocupação das autoridades no ano de 1834. O Presidente e os Vereadores da Câmara Municipal da Vila solicitam autorização do Presidente da Província para despendar rendas municipais, cujo objetivo era o sustento e munições de pedestres destinados

a dispersar os ajuntamentos de escravos fugidos, que se tem reunido nas Cabeceiras do Rio Preto com reos de graves delictos, fazendo grandes estragos nos gados, e plantações, e ameaçando até a tranquillidade pública pela compra de armas, que lhes são fornecidas por pessoas, que vivem dentro das Povoações...¹⁰¹

Muitas das suspeitas de formação de quilombos se justificavam pelo grande número de escravos fugidos em determinada localidade. Em 1834, no Distrito de Espera, Termo de Mariana, o Juiz de Paz recomenda aos inspetores de quartelão, em função do grande número de fuga de escravos no Distrito, que *"indagassem por todos os proprietários de seus Quartelões ou mesmo se por acaso estarião aquilombados em algum lugar..."*¹⁰²

A mesma suspeita recai sobre os 35 escravos que fugiram da Fábrica de Ferro do Prata, na localidade denominada Lavra do Vieiro, em Congonhas do Campo, no ano de 1837. A fuga se deu na noite do dia seis de março, sendo capturado somente um escravo, que o administrador manteve preso para obter maiores informações

¹⁰⁰ Corresp. do Juiz de Paz da Vila de Diamantina dirigida ao Presidente da Província, em 20 de agosto de 1833. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*, cx. 106, doc. n° 24.

¹⁰¹ Jornal *O Universal*, 15 de setembro de 1834, n° 1078, p. 01. APM

¹⁰² Corresp. do Juiz de Paz do Distrito de Espera, Termo de Mariana, Antônio Gonçalves Filgueiras, ao Pres. da Província. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*, cx. 125, doc n° 50.

acerca dos outros. O fato causou grande temor às autoridades e proprietários, pois a fuga fora planejada. Fugiram

ao mesmo tempo tanto os que estavam na Casa da Fábrica, como os que estavam na Carvoaria, lugar distante e como constasse anteriormente que andavam outros muitos pretos fugidos no Distrito de Suassuhy, e que tinham em seu poder mulheres brancas / o que talvez não seja exacto/ o susto tem crescido em demasia...¹⁰³

Para atemorizar ainda mais os proprietários e autoridades policiais, estes foram informados da fuga de todos os escravos, *"em não pequeno número, do a pouco fallecido Miguel José da Cunha, perto do Bonfim, assim como que pelo Paraopeba e Serra da Moeda tem aparecido outros fugidos"*. O quadro era extremamente preocupante na visão do Juiz de Paz de Congonhas do Campo, pois a esquadra do mato estava *"totalmente desorganizada, sem oficiais superiores, nem inferiores nomeados. E quasi todos tam pobres, que nem tem para comprarem armas, e munições para ellas"*.¹⁰⁴ A fuga dos escravos da Fábrica de Ferro da Prata e do proprietário falecido Miguel José da Cunha não durou muito. Foram capturados dez dias depois. No dia de 16 de março, depois das nove horas da manhã, os escravos *"regressarão apadrinhados (...), faltando somente dous, que disem estes, não sahirão com elle, assim como também que hontem soube do Pe. Superior de Mathozinhos, vindo do Bonfim, que os do fallecido Miguel José da Cunha já regressarão também apadrinhados"*.¹⁰⁵

Algumas vezes as notícias de fugas de escravos poderiam não passar de boatos. Na mesma época em que fugiram os escravos da Fábrica de Ferro da Prata, espalhou-se a notícia de que os negros *"pertencentes à Sociedade de Mineração Gongo Soco andão fugidos e armados nas vizinhanças de Congonhas do Campo, Suassui Sc..."*

¹⁰⁶ O Comissário-Chefe, Jorge Vicente Durval, solicita do redator do periódico **O Universal** que desminta essa notícia no referido jornal,

¹⁰³ Corresp. do Juiz de Paz de Congonhas do Campo, Francisco de Paula Monteiro de Barros, ao Presidentente da Província, em 13 de março de 1837. APM. Seção Provincial. SP PP 1/18, cx. 147, doc. nº 11.

¹⁰⁴ Ibidem

¹⁰⁵ Corresp. do Juiz de Paz de Congonhas do Campo ao Presidente da Província, em 16 de março de 1837. APM. Seção Provincial. SP PP/18, cx. 147, doc. nº 13.

¹⁰⁶ Jornal *O Universal*, 29 de março de 1837, nº 21, p. 04. APM. A correspondência dirigida ao referido jornal pelo Comissário é datada de 18 de março de 1837.

pois era inteiramente falsa e sem fundamento algum. Como bem observa Guimarães, o banditismo não se restringe apenas ao roubo, mas pode vir acompanhado de agressões físicas, incêndios de propriedades e até mortes, o que por sua vez contribui para justificar a repressão aos quilombolas¹⁰⁷. A mesma caracterização se aplica ao caso ocorrido no Distrito de Bento Rodrigues, Termo de Mariana, no ano de 1835, onde escravos fugidos espancaram, até quase a morte, um proprietário do mesmo lugar. Há referências à existência de um grande quilombo na região, sob a influência do criminoso de nome Ozéas.

...o Capitão Antonio José Lopes (...) hindo da sua Fazenda para aquelle Arraial foi acometido por uma porção de negros, entre os quais tres Escravos seus, que andavão fugidos; e por elles barbaramente ferido, mutilado, quebrados os ossos, em fim quazi morto. Segundo nos affirma pessoa de conceito é notoria a existencia de um grande quilombo entre aquelle Destricto, o de Antonio Pereira, e Marianna, tendo influencia sobre os pretos o facinoroso Ozéas.¹⁰⁸

A associação entre salteadores e quilombolas é mencionada também pelo Juiz de Paz da Vila de Diamantina, no ano de 1834, quando relata ao Presidente da Província, a carência de forças legais para reprimirem os salteadores e quilombolas.

... precisando-se agora mais que nunca augmento de força, para se capturarem, e dispersarem algumas malocas de salteadores, e quilombolas, e nas imediações desta Villa; sou agora informado pelo Sargento Comandante deste Destacamento que acaba de receber ordem do Comandante Interino do Corpo M. Permanente, para recolher à essa Capital algumas praças aqui destacadas limitando o destacamento ao número de quinze praças, o q. afligindo-me sobremaneira, pelas razões expendidas, officiei ao sobredito Comandante para sobre estar no cumprimento dessa ordem, até q. eu levasse ao Conhecimento de V. Excia. as circunstancias em q. se acha este Destricto...¹⁰⁹

As comunidades de escravos fugitivos receberam denominações diversas: mocambos, ladeiras, magotes ou quilombos, sendo umas das formas mais comuns de resistência à escravidão. Porém, que tipo de resistência seria essa? O questionamento colocado por Schwartz para os quilombos do Brasil parece ser

¹⁰⁷ Cf. GUIMARÃES, Carlos Magno. *Op. cit.* 1988. p. 29.

¹⁰⁸ Jornal *O Universal*, 02 de novembro de 1835, nº 2052, p. 02.

¹⁰⁹ Corresp. do Juiz de Paz da Vila de Diamantina dirigida ao Presidente da Província, em 20 de novembro de 1834. APM. Seção Provincial. *SP PP 1/18*, cx. 106, doc. nº 57.

apropriado para pensar o problema. Seriam as comunidades de escravos fugitivos uma forma consciente de desagregação ou enfraquecimento da estrutura escravista, ou estas representam muito mais a busca da liberdade pessoal?¹¹⁰ Como o próprio autor reitera essa é uma questão que permanece sem resposta. Não resta a menor dúvida de que a fuga caracterizava uma recusa ao trabalho e à condição de escravo, e de certa forma não deixava de desagregar um princípio básico da sociedade escravista, que é o trabalho compulsório. Segundo os vários relatos, as comunidades de escravos fugitivos se inserem na sociedade, tendo o apoio e a convivência de segmentos da população livre, muita vezes sendo acobertadas e apoiadas por contrabandistas e proprietários de vendas, que lucravam com aquela economia clandestina. Já para as autoridades policiais, as comunidades quilombolas representavam uma ameaça à ordem escravista, sobretudo na medida em que se associavam a outros segmentos marginais da sociedade, como bandidos e salteadores, justificando assim a repressão. Trata-se de compreender os redutos quilombolas como uma forma de resistência ao sistema escravista, destacando ao mesmo tempo a complexidade de estratégias e relações encontradas tanto por escravos, quanto por brancos, para sobreviverem nesse tipo de sociedade.

Embora fossem freqüentes os reclames dos juizes de paz ao Presidente da Província acerca do estado precário da administração da justiça em suas vilas, em se tratando de acontecimentos de maiores proporções que colocassem em risco a ordem social, o aparato repressivo era eficiente. Se os guardas permanentes não constituíam força policial suficiente, a guarda nacional era convocada e muitas das rebeliões, sedições, motins, quilombos ou revoltas escravas eram abortadas no seu início. Pela nossa pesquisa, pudemos constatar a diversidade de movimentos sociais para a década de 30 na Província de Minas. Nesse período, assistimos a conflitos distintos e de diversa natureza. Deles participam proprietários rurais, autoridades locais, grupos políticos,

¹¹⁰ Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.* 1987. p. 62-3.

comerciantes e escravos. Estes ora são instrumentalizados a reboque dos interesses políticos de diversas facções, ora fazem as alianças possíveis no sentido de conquistarem seus objetivos.

ARTIGO

Assessores sindicais e participação na esfera de poder interno em sindicatos: um estudo sobre intelligentsia, saber e poder

¹ Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, que recebeu apoio financeiro do CNPq (Processo No. 520309/94-4).

rgo Ventura de Moraes

² PhD em Sociologia pela London School of Economics e professor-adjunto do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE.

Introdução

surgimento do ‘novo’ sindicalismo na segunda metade da década de 70 trouxe certas surpresas para os empresários. Uma das principais foi o fato de que eles não estavam preparados para enfrentar e/ ou negociar com os trabalhadores, particularmente nas greves de maio de 1978. Mesmo de sobreaviso, os empresários foram ainda surpreendidos pela variação nas estratégias e táticas que os sindicatos colocaram em prática em 1979. Em 1980, os empresários estavam melhor preparados e contaram com uma reação mais firme do Estado na repressão ao movimento grevista. Nos anos 80, o que se viu foi uma gradativa aproximação das duas partes da mesa de negociações, seja pelo fim do regime militar e início do civil, seja pela institucionalização do conflito trabalhista. Neste sentido, ambas as partes tiveram de se preparar melhor em termos de técnicas de negociação, legislação social e trabalhista, economia etc.

No caso dos sindicatos, além de contar, em graus variados, com o DIEESE (Cf. Chaia, 1992), muitos contrataram assessores que desempenham atividades várias, desde a produção de documentos técnicos para subsidiar os dirigentes em seu planejamento das atividades sindicais até a produção de conhecimento teórico para formar líderes e/ou preparar os trabalhadores de uma dada categoria sobre tópicos de interesse do movimento sindical. Além disso, a revolução na informática e seu impacto sobre a organização do trabalho têm demandado de certos dirigentes sindicais novos e complexos conhecimentos — a que eles têm acesso através de seus assessores — sobre o papel atual e futuro dos sindicatos na sociedade, e em particular no mundo do trabalho.

Por outro lado, além dos assessores empregados diretamente pelos sindicatos, foram criadas, ao longo dos anos 80, várias escolas de formação sindical, sendo exemplo disso, no nível nacional, a Instituto Cajamar. Muitas dessas escolas foram criadas por militantes políticos e/ou pessoas influenciadas pela Igreja Católica. Em outras palavras, estas escolas foram, de certo modo, resultado do papel que os católicos e militantes políticos exerceram no ressurgimento do movimento sindical nos anos 70 (Cf. Manfredi, 1986, p.60). No caso específico de Pernambuco, em 1987, foi criada a Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP), cujos objetivos principais são:

Promover atividades de formação e auto-formação para líderes e educadores do Movimento Sindical e Populares do Nordeste Brasileiro, através de cursos, seminários, acompanhamento e avaliação de experiências locais de formação popular e produção de estudos e materiais educativos/subsídios de estudo para os Movimentos da Região.

Proporcionar aos líderes, dirigentes e educadores de Movimentos Populares e Sindical e membros de ONGs um espaço próprio de estudo e reflexão sobre a especificidade da situação nordestina, a fim de que se possa ir construindo uma interpretação dessa realidade, de modo a subsidiar os Movimentos [Sociais]... (EQUIP, 1994, p.6. Grifei).

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é a análise do papel dos assessores sindicais, enquanto produtores e disseminadores de um saber específico, e sua influência ou controle na formulação e implementação de políticas postas em prática por sindicatos.

O Produtor do Saber e a Sociedade: Algumas Teses

O papel daqueles que produzem e/ou disseminam o conhecimento na sociedade tem sido debatido com certa intensidade por cientistas sociais. Assim, várias teses têm sido formuladas com relação à ação/ opção política do estrato social a que a linguagem comum dá o nome genérico de intelectuais.

Sociologicamente, alguns autores preferem distinguir entre os termos ‘intelectual’, ‘*intelligentsia*’ e ‘classe do saber’ (*knowledge class*), enquanto a maioria os usa, principalmente os dois primeiros, de forma intercambiável. Assim, para Etzioni-Halevy (1985, p.9-16), intelectuais podem ser definidos como aquelas pessoas “que estão profissionalmente engajadas na criação, elaboração e disseminação do conhecimento teórico, idéias e símbolos”. Esta definição serviria para distinguir o termo ‘intelectual’ da expressão *intelligentsia*, criada na Europa central e oriental para designar pensadores radicais ou revolucionários. Já a expressão ‘classe do saber’ seria usada para nomear aquelas “pessoas com educação superior engajadas em projetos intelectuais, profissionais, tecnológicos e gerenciais”.

Michels (1932 e 1982), ao estudar o problema da democracia sindical, isto é, o fenômeno do poder e da política em organizações de trabalhadores, enfatiza o fato de que, no mundo moderno, os sindicatos haveriam se transformado em organizações relativamente complexas. A tese de Michels diz respeito ao surgimento de uma tendência oligárquica inexorável dentro destas organizações através da qual os dirigentes se tornam cada vez mais ‘apegados’ ao poder.

De acordo com Michels, as organizações de trabalhadores — sindicatos e partidos — surgiram no contexto da democracia política do mundo moderno como uma forma dos trabalhadores defenderem seus direitos diante da burguesia detentora dos poderes político e econômico. Porém, a necessidade de decisões rápidas e seguras fez com que se impusesse a necessidade de um corpo dirigente burocratizado, especializado, capacitado tecnicamente e centralizado na tomada de decisões (Cf. Linz, 1975, p. 88).

Em outras palavras, o monopólio do saber a respeito do funcionamento da organização, assim como de conhecimentos técnicos para negociar com os empregadores levaria a uma baixa taxa de renovação dos quadros dirigentes (Cf. Michels, 1982, p.19). Neste sentido, pode-se afirmar que, para Michels, aqueles que exercem a função de produção e disseminação do conhecimento tendem, no nível da organização, a se constituir numa oligarquia.

Por outro lado, Gramsci (1982) nega a separação entre trabalho intelectual e físico, mas isto não significa que todos os homens exerçam funções intelectuais, pois existiria uma espécie de gradação entre aquele trabalho que exige certa atividade intelectual até aquele que se caracteriza por ser uma atividade especificamente intelectual. Esta atividade eminentemente intelectual liga-se a uma visão de mundo de uma determinada classe. Não existiria, pois, o intelectual neutro, mas sim aquele que elabora sua cosmovisão a partir de uma perspectiva classista, ao mesmo tempo que fornece a esta mesma classe a consciência de sua função (Cf. Karabel, 1976).

Pode-se, pois, concluir que, diferentemente de Michels, para Gramsci, o monopólio do saber não leva necessariamente ao monopólio do poder. No caso daqueles que exercem uma função eminentemente intelectual e atuam em sindicatos de trabalhadores, é possível afirmar que eles exerceriam a função específica de fornecer o conhecimento indispensável para a ação política dos trabalhadores.

Além dessas duas visões diametralmente opostas, é possível identificar outras posições teóricas acerca do papel dos intelectuais na sociedade. Primeiro, há a tese do aburguesamento em suas duas variações. Por um lado, de acordo com os funcionalistas, os intelectuais têm passado por um processo de crescente absorção por parte do Estado e suas instituições, tendo se integrado na chamada ‘nova classe

média' (Cf. Merton, 1970). O resultado teria sido, por parte dos intelectuais, uma visão menos radical da sociedade. Por outro lado, há uma corrente de pensamento influenciada por Weber que tem colocado a tese do aburguesamento dos intelectuais em termos de acesso ao consumo de bens e serviços não disponíveis para trabalhadores. Os intelectuais, tal como os trabalhadores, não possuem os meios de produção, mas, diferentemente da classe trabalhadora, têm acesso aos meios de distribuição (Cf. Mills, 1979).

Em segundo lugar, há a visão dos neo-marxistas de que os intelectuais, na sociedade moderna, ocupam uma posição intermediária entre o proletariado e a pequena burguesia, pois, se, de um lado, exercem certo controle sobre seu próprio trabalho, por outro, não detém os meios de produção (Cf. Wright, 1979a e 1979b) e, por isso mesmo, são obrigados a vender sua força de trabalho, ou seja, sob este aspecto haveria um processo de proletarização dos intelectuais.

Etzioni-Halevy (1985), por seu turno, propõe que o intelectual não exerceria o poder nas sociedades modernas. De acordo com ela, o intelectual comumente não ocupa os cargos principais para a tomada de decisões, sendo incapaz, pois, de exercer controle sobre as outras pessoas, considerando-se aqui a esfera da sociedade como um todo e não somente as instituições onde os intelectuais trabalham. Neste caso, os intelectuais atuariam mais como assessores, conselheiros, consultores etc., exercendo tão somente influência sobre as políticas postas em prática.

Faz-se necessário ainda discutir uma outra tradição sociológica de análise dos intelectuais: a neo-weberiana. Uma obra importante neste sentido é a de Sadri (1992). Este autor tenta estabelecer, em termos rigorosos, uma delimitação entre 'intelectuais' e '*intelligentsia*'³. Sadri parte da idéia muitíssimo geral de que todos os intelectuais

são os beneficiários de um sistema de divisão do trabalho que lhes permite o engajamento no processo de racionalização formal e substantiva da idéias. Todos eles fomentam hierarquias internas e as relacionam a hierarquias de prestígio e poder em suas sociedades em um número limitado de formas.

³ É neste sentido que a contribuição de Sadri não é simplesmente weberiana, pois o próprio Weber usa os dois termos como sinônimos (Cf. Weber, 1978). Chamo a contribuição de Sadri de neo-weberiana por se apoiar nas categorias analíticas de Weber ao mesmo que as refina teoricamente.

Em qualquer lugar, intelectuais são responsáveis por ‘empréstimos’ culturais ou resistência a osmose civilizacionais... (p.107).

Porém, Sadri vai mais além ao estabelecer uma delimitação entre as duas categorias já aludidas acima. Para ele, existem dois tipos de intelectuais, que se caracterizam pelo uso da razão teórica e do ‘intelecto’; são criativos, heréticos ou proféticos: 1) aqueles que procuram o conhecimento puro e têm compromisso com o ‘significado’ mais profundo das coisas (verdade, beleza etc.), pois eles têm um ‘chamado’; e 2) os pensadores engajados, os libertadores, os salvadores, que têm compromisso com as ‘massas’, pois eles têm uma ‘missão’ (p.110).

Estes se diferenciam da ‘*intelligentsia*’, que se caracteriza pelo uso da razão prática e da ‘inteligência’. Os membros da *intelligentsia* são organizadores, intérpretes e guardiões, embora dividam com os pensadores engajados a noção de que suas ações são guiadas por uma missão (p.110).

Estas características mais gerais servem para diferenciar o intelectual engajado da *intelligentsia*. Além disso, como forma de ilustração que nos ajuda a diferenciar estes dois tipos, Sadri diz que exemplos de intelectuais engajados, em termos de pensamento, são o reformador e o revolucionário, enquanto, nos mesmos termos, exemplos de *intelligentsia* são o agitador, o ativista, o burocrata (p.110).

Neste sentido, Sadri aceita a idéia, já avançada por outros, de que “no topo da categoria estão colocados os intelectuais, os melhores e mais brilhantes, os ‘produtores’ de mercadorias intelectuais”. Porém, ele vai além do que já foi dito acima acerca de outras tradições intelectuais ao dizer que “no nível mais baixo estão localizados os processadores humildes, os ‘consumidores’ medíocres e disseminadores dos produtos do pensamento” (p.116). Finalmente, ele reconhece que

naturalmente, não é inteiramente verdade que o grupo localizado no nível mais baixo não cria⁴ [...] No entanto, a forma como esta escolha é feita depende tanto dos talentos e qualificações intelectuais do agente, quanto das propensões ideais do agente (p.116-17).

⁴ Ver nota seguinte (Minha nota).

As Questões do Trabalho

Tendo em vista o cenário ‘desenhado’ na introdução deste trabalho, assim como os posicionamentos teóricos referidos na seção anterior, apresenta-se a seguir um certo número de questões que servirão de guia para este estudo no sentido de que os dados coletados serão ‘checados’ contra elas. Tais questões referem-se a aspectos gerais das teorias e hipóteses subjacentes às mesmas, assim como a especificidades históricas do papel dos assessores na formulação de políticas sindicais na história recente do país: 1) Com base no trabalho de Michels, é possível perguntar: haveria uma tendência ao monopólio do poder por parte daqueles que detém o monopólio do saber? Em outras palavras, uma teoria de base michelsiana preveria que há uma tendência para que os assessores sindicais exerçam razoável controle sobre a política dos sindicatos; 2) Com base no trabalho de Etzioni-Halevy, os assessores exerceriam somente influência sobre a política dos sindicatos, e não o poder, pois não detém quaisquer cargos que permitam a tomada de decisões nos mesmos?; 3) Com base no trabalho de Gramsci, os assessores sindicais exerceriam o papel de intelectuais orgânicos fornecendo aos dirigentes sindicais uma visão de mundo classista compatível com os interesses da classe trabalhadora?; 4) Com base nos trabalhos da corrente neo-marxista, é verdade que os assessores sindicais estariam imersos em um processo de proletarianização, não se diferenciando marcadamente dos trabalhadores a quem eles devem fornecer o instrumental teórico necessário para fazer face ao empresariado?; e 5) Seguindo Sadri, pergunta-se: os assessores sindicais caracterizam-se realmente pelo uso da razão prática — característica da *intelligentsia* — em oposição a uma razão teórica — característica dos intelectuais?

Definições Operacionais

Antes de expor os dados empíricos, é necessário deixar claro o uso do termo assessor sindical tanto no sentido prático, quanto no sentido teórico do termo.

Os sindicatos comumente empregam, segundo sua própria terminologia, três tipos de assessores: o assessor de formação, político e/ou sindical, o de comunicação e o jurídico. Neste trabalho limita-se a investigação aos assessores de formação, políticos e/ou sindicais, pois a

aplicação do termo ‘assessor’ a(o) jornalista e a(o) advogado(a) é simplesmente retórica.

A partir dessa delimitação, torna-se claro que o termo ‘assessor’ estará limitado, neste trabalho, àqueles que exercem funções de fornecer aos dirigentes sindicais dados e análises da realidade sócio-econômica e política que subsidiem a ação destes últimos. Neste caso, jornalistas e advogados podem ser qualificados como assessores sindicais não enquanto exercendo suas profissões específicas, mas se exercem as funções estabelecidas na definição usada neste trabalho.

Por outro lado, o assessor sindical trabalha com idéias próprias ou alheias. Sua matéria-prima é o saber. Mas como situá-lo frente às categorias teóricas produzidas nas ciências sociais? Algumas pistas foram fornecidas acima na seção 2. Objetiva-se aqui delimitar melhor este ponto.

Primeiro, faz-se necessário atentar para o fato de que abundam definições que atribuem aos intelectuais as mais diferentes funções na sociedade; ora ele(a) é um indivíduo que procura o mais alto conhecimento, ora, à moda dos profetas do Antigo Testamento, é um indivíduo que deve ir ao povo denunciar as iniquidades do sistema sócio-econômico em que vive (o capitalismo no mais das vezes). Há, ainda, como dito acima, o uso pouco claro dos termos intelectuais e *intelligentsia*.

As definições apresentadas acima são por demais genéricas e não permitem uma distinção entre produtores e disseminadores/consumidores de ‘produtos do saber’, de forma a permitir uma aplicação operacional para os propósitos deste trabalho. Nesta linha podem ser enquadrados os trabalhos de Brym (1980), Etzioni-Halevy (1985) e Shils (1968).

Há também aquele grupo de analistas para os quais a definição de intelectual está no campo ideacional, isto é, enfatiza-se o que este deveria ser, em lugar de qual tem sido seu papel na ‘prática’. Neste grupo pode-se localizar os trabalhos de Gramsci (1982) e Wright (1979a e 1979b), entre outros.

É desnecessário enfatizar de forma demasiada que descarto ambas as abordagens. Assim, de forma operacional, usarei a delimitação entre intelectual e *intelligentsia*, assim como as definições

propostas por Sadri⁵ para cada um desses termos. Neste sentido, neste trabalho, entendo que os assessores sindicais desempenham as funções típicas da *intelligentsia* já que eles, pelo uso da ‘inteligência’ constróem cenários e ‘interpretam’ idéias que ajudarão na ação prática dos líderes sindicais.

Levantamento de Dados

Investigou-se um grupo de 16 assessores que trabalham junto a sindicatos urbanos, à CUT (Central Única dos Trabalhadores) e à FETAPE (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco). Este grupo constitui-se daqueles assessores considerados como os mais importantes, a partir de levantamento prévio dentro do próprio movimento sindical em Pernambuco. Além disso, como cada um destes assessores tem mais de um emprego, o grupo pesquisado ocupa postos nos principais sindicatos pernambucanos. A área geográfica da pesquisa ficou restrita à cidade do Recife onde se encontram as sedes da quase totalidade dos sindicatos urbanos de Pernambuco.

Trabalhou-se com um questionário principalmente de respostas ‘fechadas’ de forma a facilitar a tabulação. Como complemento à parte ‘quantitativa’ da pesquisa, foi realizado um levantamento de dados eminentemente qualitativos. Neste sentido, conduzi entrevistas, em caráter aprofundado com alguns assessores. Nestas entrevistas procurou-se abordar, de forma mais detalhada, questões já tratadas no questionário, assim como novas questões que surgiram da contínua reflexão sobre o problema tanto no que diz respeito a seminários teóricos, quanto no que se refere à leitura do material coletado.

Ao lado destas entrevistas aprofundadas, foram coletados materiais produzidos por assessores, tais como documentos para subsidiar a ação dos dirigentes sindicais e conteúdo programático de cursos de formação sindical.

⁵ A confusão teórica entre os dois termos é recorrente na literatura sociológica sobre os intelectuais (na verdade, sobre a *intelligentsia*, de acordo com Sadri). A maioria dos autores usa os termos de forma intercambiável. Muitos se propõem a analisar o papel dos intelectuais e logo estão usando o termo *intelligentsia*. Um bom exemplo disto pode ser inferido, entre outros, nos seguintes trabalhos: Gouldner, 1975-76, p.4; e Konrád e Szelényi, 1979.

Segurança no Emprego?: Relações de Trabalho e Poder no Interior das Organizações Sindicais

Os assessores alegam que suas atividades sofrem muitas injunções políticas circunstanciais por causa das preferências político-ideológicas de seus empregadores ou por causa de derrotas sofridas por estes, o que provocaria certo ‘rodízio’ nos seus empregos.

No entanto, é necessário observar mais detalhadamente os termos da questão. Em outro trabalho (Moraes, 1993 e 1995), demonstrei que os ‘novos’ sindicalistas, uma vez alçados ao poder, lá tendem a permanecer. Embora tenha havido renovações, se comparados aos ‘velhos’ sindicalistas — que ‘herdaram’ seu poder do mando militar —, há, na verdade, pouca renovação das direções sindicais no período posterior às greves de 1978-80. Na verdade, há certo rodízio de cargos em que os sindicalistas tendem simplesmente a trocar de postos entre si. No entanto, esta constatação deve ser contrabalançada com outro achado: há uma intensa atividade de facções políticas no interior dos sindicatos (Cf. Moraes, 1992, 1994a e 1995). Isto significa que arranjos políticos internos são produzidos de tempos e tempos para acomodar o ‘peso’ de cada uma das correntes, o que pode afetar efetivamente o emprego dos assessores sindicais, pois há de lembrar aqui a fala de uma assessora:

O nosso papel, sempre que entra uma direção nova, mesmo sendo da mesma linha, é colocar seu cargo a disposição. Eu particularmente coloco, porque, tudo bem que a gente tem uma linha que é a mesma, a nível geral, mas pode não ser a mesma linha a nível de posição política, de tendência, não é nem linha geral, é específico. Eu já coloquei duas vezes o meu cargo à disposição (Entrevista N^o 1).

Neste sentido, perguntou-se aos assessores: “Há quanto tempo você exerce essa atividade na entidade à qual está vinculado no momento?”. As respostas estão indicadas abaixo:

Tabela 1. Tempo de Assessoria Sindical na Mesma Entidade

Tempo	Frequência	%
Até 3 Anos	7	43,75
De 4 a 10 Anos	4	25,0
11 ou mais	5	31,25

Total	16	100,0
-------	----	-------

A tabela 1 demonstra que não há discrepâncias na distribuição das freqüências. É verdade que a maior parte dos assessores trabalha nas entidades, às quais estão vinculados atualmente, há três anos ou menos. Porém, um número significativo deles trabalha nestas organizações há mais de 11 anos, o que denota certa estabilidade, não somente funcional, mas também diante das intempéries político-ideológicas a que está afeto o exercício do poder em uma organização como o sindicato e semelhantes. Isto parece significar que a instabilidade, diante dos fatores de ordem político-ideológico, presentes em sucessões eleitorais, não afeta sobretudo os assessores como eles parecem acreditar ou querem fazer acreditar nas suas falas.

Há ainda um outro aspecto desta relação que merece certa discussão: as relações de trabalho *stricto sensu*. À primeira vista, a tendência à convergência ideológica de pontos de vista poderia nos fazer pensar em boas, ou pelo menos razoáveis, relações de trabalho entre assessores e diretores. No entanto, como já referido rapidamente mais acima, o quadro não parece ser tão suave assim, pois as relações de trabalho, neste caso, estão impregnadas pelas relações de poder.

Assim, há uma série de reclamações por parte dos assessores no que diz respeito às suas condições de trabalho. Primeiro, há a questão dos baixos salários (na avaliação destes profissionais), que deve ser estendido para todos os funcionários sindicais. Neste sentido, os assessores dizem ter que sobreviver de vários empregos, pois o contrato regular exclusivo de oito horas é insuficiente para garantir uma boa remuneração, a não ser em casos excepcionais.

Se você pegar as tabelas salariais do sindicato — esse daqui é um dos melhores que existem —, as tabelas são absurdas, você pega um dirigente que a sala dele parece um palácio, com secretária, com telefone, mas a secretária dele ganha um e meio salário mínimo... (Entrevista Nº 2).

Um segundo aspecto refere-se à jornada de trabalho. Neste caso, as reclamações encaminham-se no sentido de que, além de mal remunerado, o trabalho de assessoramento significa muitas horas

não-remuneradas, pois há trabalho a ser feito à noite, nos fins-de-semana, “na hora em que for chamado”.

Há, finalmente, o ponto de interseção entre relações de trabalho e relações de poder. Neste caso, é exemplar a distinção que uma assessora faz entre ser diretor e ser dirigente sindical como expressão da relação conflituosa entre os assessores e seus empregadores:

Para mim, você ser dirigente... é uma coisa muito de formação, até teórica, você ter uma experiência pra você saber, por ex., até onde se pode avançar, até onde tem que recuar. O que a gente tem hoje muito no movimento sindical, tem mais aquele que procura o sindicato para ser diretor por causa da estabilidade, por conta das vantagens que possa ter em relação ao horário, e uma série de fatores. Então, ser dirigente sindical é muito mais profundo. E existem pouquíssimos dentro do movimento hoje. Ser líder de uma categoria e saber ponderar, saber o meio termo, saber escutar (independente de eu ter mais ou menos experiência, ele pode me ensinar alguma coisa). E o diretor do sindicato é aquele que se sente o próprio dono da entidade, e a gente tem muito hoje dentro do movimento [...] Nós, dos sindicatos, temos um problema de relação pessoal com a diretoria, porque é dúbia a relação. Quando é oportuno, nós somos companheiros de luta, e quando não é oportuno, você é só empregado, só funcionário. Então, você não pode se meter ou reivindicar determinadas coisas. E do mesmo modo com os companheiros que são militantes que trabalham no sindicato têm essa relação. Quando é oportuno os diretores são companheiros, quando não é oportuno, eles são patrões. (Entrevista Nº 1).

Participação na Esfera do Poder

O último ponto da seção anterior está diretamente ligado à participação do assessor na esfera de poder nos sindicatos para os quais trabalham. Assim, no sentido de avançar no entendimento do papel exercido pelo assessor no núcleo de poder em uma organização sindical, procurou-se saber acerca da participação do mesmo na tomada de decisões.

Idealmente, a tomada de decisão acerca de um matéria importante (por ex., entrar em greve ou não) segue certos passos. Primeiro, há uma reunião preliminar da diretoria executiva, que delinea as principais propostas. Em seguida, há a apresentação dessas propostas à base sindical, seja em uma assembléia, seja por área geográfica (dependendo do grau de organização da entidade sindical). Através da utilização de delegados sindicais e/ou diretores de

base, há discussão na própria base. O passo seguinte é a realização de uma assembléia geral para deliberação. Finalmente, há o encaminhamento da questão, ou seja, a tomada de decisões propriamente dita.

Os assessores, principalmente os empregados por entidades sindicais, tendem a participar de um processo como esse em todas as etapas, pois 68,8% disseram já ter participado ou que participam do próprio processo decisório (“com voz, mas sem voto”). Isto acontece porque eles têm de dar subsídios aos diretores para que os mesmos possam tomar decisões. Embora, em última instância, a assembléia geral seja soberana, na prática, os encaminhamentos são feitos pela diretoria executiva, que se apoia no que foi decidido pela assembléia. Neste sentido, tais encaminhamentos ou decisões, tanto a nível da assembléia, quanto a nível de diretoria, são baseados em cenários e dados discutidos com os assessores.

Nós, geralmente, participamos das reuniões da diretoria, dos pontos de encaminhamento que serão tirados, pra tentar trabalhar a questão de mapas por regiões, visitas, pra trabalhar os pontos a serem discutidos na campanha salarial e até pra opinar em relação a algum ponto que possa ser encaixado na reivindicação. A gente participa também de assembleias — mais a nível de apoio [...] Então, eu e I., por exemplo, que somos as pessoas mais experientes a nível de assessoria aqui, a gente geralmente faz intervenção e que é ponderada pelos mais experientes, até a nível dele reforçar um pouco o que a gente coloca (Entrevista Nº 1).

Dos assessores que admitiram que contribuem para a tomada de decisões, 18,2% classificam sua participação como “muito importante”, 72,7% como “importante” e 9,1% como “pouco importante”. Neste sentido, é importante notar que a contribuição dos assessores é eminentemente intelectual, seja “formulando questões”, seja “influindo no debate”, ou ainda através da “elaboração de material” (a ‘razão prática’ referida por Sadri).

A Intervenção Prática na Vida Sindical

Para iniciar, vale a pena citar o seguinte trecho, que sintetiza os dilemas da participação dos que trabalham com produtos intelectuais nos movimentos sindical e operário.

Em um encontro, em 1866, de um Congresso da Primeira Internacional, um líder da delegação francesa [...], levantou-se para apoiar enfaticamente uma moção para excluir da organização todos os que não eram trabalhadores. Obviamente, A moção era dirigida contra os intelectuais — acima de tudo particularmente contra um intelectual

alemão vivendo em Londres que tinha estado entre os fundadores da Primeira Internacional, Karl Marx. O congresso rejeitou a moção depois de longas discussões e debates, mas o próprio fato de se discutir o assunto refletia um amplo ressentimento na Internacional contra os “sábios”. O Conselho Geral, um ano antes, havia sentido a necessidade, por pressão de Marx, de declarar que ‘não sancionava o princípio de que ninguém, a não um ouvrier, pode ser admitido como diretor de nossa Sociedade’ (Karabel, 1976, p.123).

Obviamente, Marx não era um mero assessor, mas um verdadeiro intelectual cujas idéias originais têm tido um influência duradoura tanto nas ciências sociais, quanto sobre a própria organização de regimes políticos. No entanto, os dilemas que ele enfrentou, quando de sua inserção no movimento operário, podem servir de ilustração para discussão, nesta seção, sobre a intervenção prática dos assessores na vida sindical.

Como o discurso dos assessores tende a apontar para uma pouca valorização de suas atividades por parte dos dirigentes sindicais, procurou-se saber, concretamente, em que momentos eles são mais solicitados a prestar assessoramento. Os dados da tabela 2 revelam estas informações.

Tabela 2. Em Que Momentos Você é Mais Solicitado a Dar Assessoramento?

Assessor	Dissídio Coletivo	Assembléia Geral	Reuniões da Categoria	Outro(s)
1				* Em processos de formação sindical
2	X	X		* Auxiliar na formulação de políticas da diretoria para a categoria
3				* Preparação, realização e avaliação de cursos e seminários de formação
4	X	X	X	
5				* Momentos eventuais, extra cotidiano
6				* Quando solicitado a capacitar dirigentes, membros da entidade etc.
7	X	X	X	
8	X	X	X	
9				* Organização de eventos (seminários, encontros); na assessoria de eventos (atividades) externos
10			X	* Processo sucessório e de organização
11	X	X	X	* Representante político de sindicatos perante organizações políticas
12				* Quando há movimentos de mulheres e conseqüentemente sou chamada a participar
13				* Cursos e seminários
14				* Atividades formativas ou eventos organizativos que têm a ver com atividades formativas
15		X		* Treinamentos, seminários nos pólos sindicais
16				* Reunião da diretoria

Apesar da pouca valorização, na ótica dos assessores, do seu trabalho por parte dos dirigentes sindicais, os dados coletados revelam que os mesmos participam em momentos importantes da vida sindical. Embora um percentual relativamente alto se sinta alijado do núcleo do poder, pois não participa das reuniões da executiva, nem tem suas orientações seguidas pelos dirigentes, é possível dizer que eles parecem participar de momentos essenciais da vida sindical. Neste sentido, a tabela 2 revela claramente que os

assessores participam, além de momentos importantes como dissídios coletivos, assembléias gerais e reuniões da categoria, de eventos como “formulação de políticas da diretoria para a categoria”, “representante político de sindicatos perante organização política” e “capacitação de dirigentes e membros da entidade”. Ora, isto parece significar que os assessores participam de momentos cruciais porque estes são canais privilegiados através dos quais eles podem influenciar no direcionamento político-ideológico das entidades onde trabalham.

Por outro lado, embora não haja dados mais específicos, talvez as discrepâncias se dêem aqui, ou seja, no próprio fato de que, mesmo sendo chamados a participar destes momentos centrais, os assessores, em geral, não se sentem valorizados, já que os dirigentes tendem a não seguir suas orientações. Nas palavras de uma assessora:

P - Você acha que os diretores seguem ou tendem a seguir as orientações que você dá para eles?

R - Não.

P - Por quê?

R - Primeiro, eu acho que o movimento sindical, de um modo geral, é muito programado do ponto de vista de assessoria porque eu questiono muito. Existe dentro do movimento sindical a questão das tendências que é embutida dentro da própria central, dentro do próprio partido do qual o pessoal faz parte. Então, a gente tem que diferenciar o que é ser diretor do sindicato e o que é ser dirigente sindical [...] Aqui, particularmente, a gente tem muitos diretores de sindicato e poucos dirigentes sindicais (Entrevista N° 1).

Há ainda que se ressaltar a questão da razão prática, referida por Sadri (1992), como característica da *intelligentsia*. Neste sentido, é necessário apontar para o fato de que a tabela 2 confirma este aspecto. Em outras palavras, as tarefas realizadas pelos assessores sindicais, de acordo com suas próprias indicações apontam para o uso prático da razão no sentido de que o trabalho de assessoramento não se refere a teorizações sobre o movimento sindical que busquem generalizações de cunho político ou científico. As idéias produzidas pelos assessores são direcionadas, na verdade, no sentido de permitir uma determinada prática política, isto é, a efetiva inserção dos

sindicatos, enquanto atores sociais coletivos, na vida política nacional. Considerando a tabela 2 em conjunto com as funções mais comuns dos assessores sindicais (assessorar em processos de negociação coletiva, “auxiliar na formulação de políticas da diretoria para a categoria” e “representante político de sindicatos perante organizações políticas”, entre outras), pode-se afirmar que tais atividades apontam para o uso da razão não no sentido de se buscar idéias ‘profundas’ e originais que signifiquem um avanço no conhecimento humano, mas para o uso da razão no sentido de que a mesma permita o funcionamento e a efetividade de uma organização política específica, no caso o sindicato.

Informações adicionais ajudam-nos nesta reflexão. Os pontos considerados positivos pelos assessores com relação à sua atividade tendem a se referir a aspectos muito gerais (“contribuímos para mudar a realidade”) e com certa dose de ‘utopia’ (“Contribuir para a criação de uma nova consciência sindical”), ou de um “novo iluminismo utópico”, no dizer de Brunner (1985, p.29), como também de ‘missão’ (“Vontade de levar à frente a missão de ver se a categoria se desenvolve”). Vale ressaltar aqui dois pontos de contato com certas visões teóricas sobre o trabalho dos assessores enquanto membros da *intelligentsia*. Primeiro, na visão de Shils, o aspecto romântico dessas razões, expresso por seu caráter utópico, é característica da vida moderna intelectual:

As afinidades da tradição romântica com a crítica revolucionária da ordem estabelecida e com recusa boêmia de tomar maior parte nesta ordem, mais do que é absolutamente necessário, é óbvio. A tradição romântica é um dos mais explosivamente anti-autoritários, e mesmo anti-civis, poderes da moderna vida intelectual (Shils, 1968, p.408; cf. Löwy & Sayre, 1993).

Em segundo lugar, há de se atentar para o caráter de ‘missão’, nas próprias palavras de um assessor, de sua atividade profissional, perpassada por um caráter político-ideológico. Na visão de Sadri (1992, p.109), isto caracteriza a essência do papel da *intelligentsia* (ou dos intelectuais engajados) ao distingui-la do papel dos intelectuais que procuram o conhecimento puro.

Por outro lado, é necessário ressaltar que os aspectos negativos são mais concretos e tendem a se referir a dificuldades no relacionamento com os dirigentes sindicais, pois há “pouca

compreensão, por parte de alguns sindicatos, do trabalho de assessoria”, sendo que “a maioria dos sindicatos não tem estrutura para receber o assessor de formação sindical”. Em síntese, parece haver uma discrepância entre a avaliação que os assessores fazem de suas atividades profissionais e suas aspirações de participação, que fica tolhida pela fato de que, apesar de todas as mudanças no sindicalismo brasileiro, as correntes político-sindicais tendem a se aproximar de uma prática faccionalista — condenada por Madison (1973) —, que pode pôr em perigo a própria sobrevivência das organizações políticas. Neste sentido, longe de uma profissionalização, a assessoria ainda sofre considerável influxo de questiúnculas cotidianas de caráter tanto pessoal, quanto político-ideológico, sem planejamento e com muita dependência do voluntarismo político dos dirigentes, pois outra não é a reclamação dos assessores ao apontarem para o fato de que não há ‘estrutura’ dentro dos sindicatos para apoiar bem o seu trabalho e que o mesmo é subestimado.

Além disso, é importante enfatizar que somente 31,3% dos assessores ocuparam algum cargo de direção sindical antes de optarem pelo exercício de suas atividades atuais. Isto pode significar um certo ‘hiato’ na compreensão de que há uma dinâmica própria inerente ao sindicato enquanto organização. Ou seja, segundo a formulação clássica de Michels (1927 e 1982), o sindicato é uma organização formal, como qualquer outra, em que os dirigentes são obrigados a tomar decisões rápida, eficiente e burocraticamente. Este fato pode aumentar a sensação de afastamento entre diretores e assessores.

Grau de Controle Sobre o Trabalho de Assessoria

A questão que agora se coloca é: se os assessores, em sua grande maioria, afirmam que já participaram ou participam do processo de tomada de decisões, em suas várias etapas, há algum tipo de controle ou supervisão sobre sua contribuição por alguma instância dentro das entidades sindicais?

Questão semelhante foi colocada por Ramalho (1984, p.269):

[Há] a questão da utilidade do trabalho de assessoria em geral (incluindo aí não só a produção intelectual, mas o acompanhamento, a participação, a interferência) para o movimento popular. Esta utilidade pode ser avaliada por quem? Pelo agente intermediário e institucio-

nalizado que abre as portas para o assessor, ou pelos próprios grupos populares?

A pergunta que formulei acima está baseada na questão fundamental colocada por Wright (1979b) acerca do grau de controle que alguém tem sobre o seu trabalho e sobre o trabalho de outros para entender a sua localização na estrutura de classes. As respostas a esta questão encontram-se abaixo:

Tabela 3. “Há Supervisão/Controle/Avaliação das Atividades dos Assessores por Alguma Instância?”

Controle	Frequência	%
Sim	2	12,5
Não	5	31,25
Em termos	5	31,25
Nd	4	25,0
Total	16	100

Em geral, a avaliação ou supervisão, quando existe, é feita de forma difusa. Alguns indicaram formas extremamente gerais tal como “o crivo é o debate em si...”, passando por algo como “a assembléia”, “de forma coletiva, sem haver alguém definido para tal” e “por diretores...” até “a reunião da direção, por votação”.

Como afirmou uma assessora:

A nível de Nordeste, a gente trabalha de uma forma muito aberta com os dirigentes. Eles não têm nem o controle ideológico sobre o nosso trabalho, [pois] a gente trabalha as mais diversas posições políticas na secretaria de formação do Nordeste. É um trabalho extremamente aberto, democrático, e a nível de secretário de formação, a opinião da gente é levada muito em consideração. É uma lógica diferenciada do conjunto da Central, das outras políticas; eles sempre consultam a gente, a gente discorda, a opinião da gente pesa na elaboração de estratégia, na elaboração de cursos. Mas essa não é a lógica do conjunto da Central para tomada de decisões. E o controle ideológico nunca existiu. [Por outro lado,] não existe uma cobrança de cumprimento de horário. A gente tira um calendário de atividades... O que eles cobram da gente é que a gente cumpra o calendário, cumpra as atividades determinadas. Nos encontros onde são tomadas as decisões de planejamento, de estratégia, de atividades, a gente tem quase o mesmo poder de decisão que os secretários, porque é um espaço coletivo onde se reúnem não só os secretários, mas membros de coletivo, assessoria, e aí não tem grandes diferenças nesse sentido (Entrevista N^o 3).

Por outro lado, entre aqueles que disseram que suas atividades são supervisionadas por alguma instância, somente seis reportaram positivamente com relação ao fato de que esta mesma instância teria poder de vetar suas orientações. Quatro destes acreditam que os dirigentes têm “total poder” de veto. Mas os outros se expressaram com frases como as seguintes: “Não existe a capacidade veto, mas sim de modificar ou substituir” ou “a nível de estratégia a ser tomada após a apuração dos resultados que se apresentem após as avaliações”.

Na tentativa de especificar ainda mais a relação entre assessores sindicais e seus empregadores, é importante discutir o que acontece quando as orientações dos primeiros não coincidem com o pensamento e/ou as aspirações dos dirigentes sindicais. Ou seja, quando se discute temas polêmicos (por exemplo, reforma da previdência social), o que acontece com as orientações dos assessores se houver divergências de opiniões entre eles e os dirigentes sindicais?

Somente dois assessores disseram categoricamente que suas opiniões são rejeitadas, que “as orientações não passam, ou seja, elas não são implementadas”. Outros não foram tão definitivos, pois expressaram opiniões tais como: “as orientações não prevalecem” ou “deixo correr e avalio o resultado”. Na verdade, parece haver um compromisso, isto, é o encontro de um lugar comum que acomoda as duas partes, pois se dá

continuidade ao debate das idéias,[...] toma-se consciência da divergência e se aprofunda o motivo da mesma. Isso é positivo porque abre espaços para um processo formativo mais consciente (Trechos de questionários).

Neste sentido, é importante observar, no sentido enfatizado por Wright, que os assessores constituem uma camada específica, à parte, de assalariados, pois o grau de controle por terceiros sobre suas atividades é relativamente fraco, ao mesmo tempo que se pode afirmar que tais profissionais se aproximam dos trabalhadores em geral pelo caráter assalariado do seu trabalho, bem como pelas condições de trabalho.

Controle e Influência na Esfera do Poder

Diante deste quadro mais geral, procurou-se saber o que é que os assessores entendem por poder sindical no que se refere à tomada de decisão interna (ou à estrutura interna de poder).

Tabela 4. O Que é Poder Sindical?

Assessores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Concepção de Poder																
Capacidade de convencimento e representação	x															
É o poder da categoria		x		x	x							x				
Autoritarismo							x		x							
Centralização													x	x		
Controle							x									
Fiscalização							x									
Maniqueísmo			x				x									
Cupulismo									x							
Presidencialismo									x							
Burocratismo									x							
Luta pelo poder															x	
Poder dentro do poder											x					
Capacidade de liderança dos dirigentes						x										
Vai depender da conjuntura								x								
Farsa absoluta, reprodução de todas as práticas que se combate										x						
Nd																x

Há uma gama variada de concepções acerca do que é poder interno sindical, conforme a tabela 4. No entanto, gostaria aqui de chamar a atenção para as concepções eminentemente negativas que os assessores têm do poder dentro da estrutura das organizações sindicais. Com efeito, de 15 opiniões válidas, quase 50% é representado por opiniões negativas do tipo em que poder interno sindical é sinônimo de “autoritarismo” ou de “farsa absoluta, reprodução de todas as práticas que se combate”, pois

O processo de participação para a tomada de decisão é altamente seletiva e, geralmente, quando se vai aos congressos já tem alguém dos dirigentes que toma a decisão, e a discussão que passa a ser feita é a partir da decisão que o dirigente tomou. Geralmente, a opinião de alguém que é independente nas correntes, ou de alguém da categoria, não é levada em consideração para tomada de decisão (Entrevista Nº 3).

Esta concepção negativa, razoavelmente difundida entre os assessores sindicais, de poder dentro das organizações sindicais levamos a uma questão importante: com relação à essência da extensão do

poder, os assessores sindicais entendem que há uma diferença entre influenciar e controlar o poder político na formação de políticas sindicais. Neste sentido, a concepção dos assessores de influência ou controle do poder em sindicatos expressa-se da seguinte forma:

Tabela 5. Concepção de Controle/Influência do Poder Interno Sindical

Assessor	Concepção de Influência no Poder	Concepção de Controle do Poder
1	* Há diferença de intensidade do exercício do poder	* Há diferença de intensidade do exercício do poder
2	* Influência parcial, influência sem controle	* Controle parcial dependendo da categoria, que é a base da representação
3	* Implica no respeito às decisões da categoria e na formação de sujeitos autônomos	* Implica em lavagem cerebral, manipulação ou em sérias agressões à capacidade das pessoas se tornarem sujeitos de sua própria história
5	* Contribuição ao debate da construção de uma política de formação que garanta uma pluralidade dentro do campo de definição sindical	* É disputa pela hegemonia (expressão do monolítico)
6	* Conseguir através do seu conhecimento discutir ou ajudar numa discussão, democraticamente, dar rumo à situação em discussão	* Não tendo como influenciar, e nem sendo flexível, é exercido de forma autoritária; quando não, de forma isolada sem dar importância à participação dos demais
7	* Reflete uma liderança (ela é democrática), embora ela possa gerar controle. Mas, necessariamente, influência não é controle: há carisma na influência	* No controle tem uma forte dose de imposição
8	* Tentar democraticamente colocar suas visões políticas	* Visão autoritária do exercício do poder
10	* A venda da ilusão de que um sindicato economicista pode resolver qualquer problema, além de ampliar a tala pelo consumo, ou seja, a barriga em primeiro lugar	* Se dá na cultura aparelhista que tem como mérito esvaziar a base de massa
11	* Ação enquanto profissional no sindicato fortalecendo a imagem daqueles que precisam de conhecimento	* A não sinalização do conhecimento para a dominação dos outros
12	* Alguns diretores influenciam na tomada de decisões, mas não detém o poder (ou detém, mas não sabe usar)	(?)
13	* Ter posição política, discutir, criar canais de participação e só então se posicionar	* Ter posição, não permitir participação, utilizar-se de espaços falsamente democráticos para impor posições
14	* Todos os sujeitos envolvidos, seja, eles assessores, dirigentes ou simples participantes têm direito e acabam influenciando inevitavelmente	* A manipulação dos outros
15	* Pode ter influência e ter certo poder ou não	* Pode ter poder e não ter influência
16	* nd	* nd

A tabela 5 confirma as concepções negativas sobre o poder interno em organizações sindicais. Em perspectiva comparativa, é fácil de se ver que os assessores sindicais tendem a ter uma avaliação extremamente positiva do que é influência no, em contraste ao

controle do, poder. Em outras palavras, poder é algo negativo, que se torna ainda mais negativo se sobre ele se tem controle, e não simplesmente influência, pois o primeiro parece significar autoritarismo, enquanto a segunda parece significar democracia ou tolerância para com a opinião dos outros, “sendo democrático, sem cair no democratismo”. Ou seja, a negatividade inerente ao poder é amenizada pela forma como se trata o poder, no caso de se ter apenas influência. Na análise, sem retoques, de um assessor:

... Não vou dizer que [os dirigentes sindicais] são corruptos [...], mas se locupletam com vantagens que ele enquanto trabalhador lá na produção não teria. Então, ele começa a fazer mau uso do patrimônio da entidade [...] Com a redemocratização da sociedade brasileira de 79 para cá, os sindicatos viraram máquinas gigantescoas incompatíveis com suas possibilidades financeiras e também incompatíveis com a demanda da própria sociedade, da própria luta social [...] Outro aspecto da distorção é a postura autoritária do dirigente, o uso do seu poder de dirigente. Nós temos dirigentes sindicais que são piores do que diretores de empresas, faz o uso do poder internamente, política de pressão, de terrorismo junto aos funcionários [...] Outra questão é não ter a menor sensibilidade, além de manipular a vida dos próprios funcionários, na política por exemplo, a gente sabe das reivindicações de recursos da entidade, mas ele superdimensiona a máquina em termos de aumento do patrimônio (carro, telefone), mas em termos de melhor remuneração do corpo funcional, não [...] Outra questão é o aparelhismo, é usá-la para outros fins [...] Os movimentos sociais não podem viver isoladamente, mas há uma manipulação. Pega-se recursos e patrimônios da entidade e se coloca a disposição sem critérios, apenas de acordo com os interesses que estão em jogo [...] Você combate lá fora o mau uso do serviço público de saúde, mas o que você tem aqui também é usado de acordo com seus interesses, o dirigente limita os dependentes dos funcionários, mas os dependentes deles até a quinta geração, as amantes etc., vêm todos para tratamento odontológico, médico, laboratório. É duro, mas é verdade (Entrevista Nº 2).

É dentro desta lógica que os assessores não admitem exercer controle sobre o poder, mas tão somente influência no âmbito da esfera de poder interno em organizações sindicais.

Porém, alguns admitem que, em alguns casos, como já referido anteriormente, existe o controle do poder por parte de certos assessores onde os trabalhadores são mais facilmente controláveis e manipuláveis.

Neste momento, é necessário chamar a atenção para o fato de que é óbvio que poucos admitiriam explicitamente ter controle sobre

o poder. Assim, não se pode tomar as declarações dos assessores, quando perguntados se exercem o controle ou somente influência no poder sindical, pelo seu valor *prima facie*.

Há de se atentar para o fato de que os assessores, indiretamente, tendem a enfatizar este fenômeno. Neste sentido, no decorrer das entrevistas, mais de um assessor se referiu ao fato de que, como ponto negativo de suas práticas, há “substituição, ou tentativas de, das direções como fruto de uma confusão de papéis” entre assessores e dirigentes, “corre-se o risco de interferir, manipular um pouco as decisões”, ou mesmo, há

uma certa dicotomia entre a direção sindical e os membros dos coletivos de formação, na medida em que não existem esforços comuns e combinados na realização da atividade formativa (Trechos de questionários).

Ou seja, há aquela situação a que Ramalho (1984, p.278-79) chamou de “o assessor na corda bamba”, em que existe a possibilidade de que o assessor pode manipular as lideranças a quem presta orientação.

Há, neste sentido, relatos de vários casos em que dirigentes sindicais são incapazes de tomar as decisões mais simples sem a consulta (controle) ao seu assessor. Neste mesmo sentido, um assessor chegou a dizer-me, em conversa não gravada, em uma espécie de confissão, que, no passado, quando era assessor de um sindicato que representa trabalhadores com baixos níveis de escolaridade, “mandava no sindicato e tomava decisões pelo presidente, que não tinha muitas condições...”, fato confirmado, via triangulação, por outros assessores, quando solicitados a relatar casos concretos do fenômeno.

Conclusão

Há uma série de conclusões que podem ser tiradas a partir dos dados apresentados e discutidos neste trabalho. Primeiro, há a questão importante para os assessores que diz respeito à estabilidade no emprego. Os dados demonstram que, face às intempéries políticas que ocorrem em uma organização da natureza dos sindicatos, os assessores têm estado em seus empregos por um período razoável de tempo, o que vai de encontro à crença comum no meio sindical de que tal atividade está sujeita a uma alta rotatividade.

Segundo, e mais importante, há a questão da participação na esfera de poder. Os dados apresentados acima permitem-nos tecer mais alguns comentários tanto no que diz respeito às crenças dos assessores, quanto no que diz respeito à teoria sociológica concernente ao problema. Assim, o quadro se apresenta de forma um pouco mais complexa do que o desejado pelos assessores. O mesmo é verdade no que se refere particularmente às contribuições teóricas de Michels e Etzioni-Halevy. Com efeito, uma teoria de base michelsiana preveria o controle do poder por causa do monopólio do saber, enquanto uma teoria com base em Etzioni-Halevy preveria somente influência já que os assessores não detém cargos e, portanto, não controlam a tomada de decisões. Os dados apresentados e discutidos até aqui mostram que há base para refutação (ou confirmação) de ambas as predições. Ou seja, há casos de controle do poder por parte dos assessores — ao que parece, em sindicatos onde os trabalhadores têm níveis mais baixos de escolaridade —, mesmo que eles não detenham cargos nem a tomada de decisões, no sentido formal, o que confirmaria a teoria de Michels e refutaria a de Etzioni-Halevy. Porém, há também casos em que os assessores exercem, por não terem cargos, tão somente influência sobre a esfera de poder e a tomada de decisões justamente devido à capacidade dos dirigentes em discutirem em pé de igualdade a efetividade e a lógica do aconselhamento político dado pelos assessores, o que confirmaria a teoria de Etzioni-Halevy e refutaria a de Michels. Uma saída para este quebra-cabeças parece ser a atenção que merece, por parte de pesquisadores, o grau de instrução dos dirigentes sindicais. Em outras palavras, não me parece ser, no caso dos assessores, a ocupação ou não de cargos ou simplesmente o monopólio do saber que levaria ou não ao controle ou influência do poder. Depende, de acordo com dados aqui apresentados, também do grau de instrução dos interlocutores, no caso dos dirigentes sindicais.

A obra de Gramsci tem tido uma influência duradoura nos estudos sobre intelectuais. Neste sentido, perguntou-se se os assessores sindicais exerceriam o papel de intelectuais orgânicos fornecendo aos dirigentes sindicais um visão de mundo classista compatível com os interesses da classe trabalhadora?

Na minha visão, uma hipótese de cunho gramsciano é tão geral que tende a ser confirmada, o que não lhe concede grande validade científica. No entanto, se ela for especificada torna-se passível de reparos. Assim, é verdade que os assessores fornecem uma visão de mundo a parcelas da classe trabalhadora representadas nos sindicatos. No entanto, se o que Gramsci, quando diz ‘compatível com os interesses da classe trabalhadora’, tinha em mente eram os interesses tal como definido aprioristicamente pelo marxismo, então não há base para responder positivamente à questão ora em discussão.

Intimamente ligadas estão as seguintes perguntas: é possível dizer com Mills que há um processo de aburguesamento daqueles que exercem atividades eminentemente intelectuais, pois os assessores sindicais teriam acesso a bens e serviços inacessíveis aos trabalhadores a quem eles supostamente deveriam fornecer uma visão de mundo classista? Ou pode-se dizer, com base nos trabalhos da corrente neo-marxista, que os assessores sindicais estariam imersos em um processo de proletarização, não se diferenciando marcadamente dos trabalhadores a quem eles devem fornecer o instrumental teórico necessário para fazer face ao empresariado?

Nem seus posicionamentos político-ideológicos nem seu consumo de bens parecem suficientes para caracterizá-los como em estado de aburguesamento. Na verdade, os assessores têm de vender sua força de trabalho em condições nem sempre vantajosas em um mercado de trabalho singular onde a capacidade intelectual é tão importante quanto as ligações político-ideológicas. Neste sentido, como afirmado anteriormente, estes profissionais têm de, no mais das vezes, firmar contratos, ao mesmo tempo, com vários sindicatos e enfrentam jornadas de trabalho cujas horas extras não se computa. No entanto, há de ressaltar que, diferentemente dos trabalhadores comuns, os assessores não têm suas tarefas supervisionadas de forma mais estrita por qualquer pessoa. No mais das vezes, quando alguém se referiu a alguma espécie de controle, apontou-se vagamente para a assembléia, a própria prática (!) ou ainda o conjunto dos dirigentes. Neste sentido, estão mais próximos, se pensarmos na estrutura de classes daquilo que Erik Wright chamou de posição contraditória de classe, isto é, aproximam-se tanto dos trabalhadores — no que refere à venda da

força de trabalho —, quanto de uma pequena burguesia — no que se refere à questão do grau do controle sobre seu próprio trabalho.

Finalmente, o conjunto do trabalho mostra a utilidade da separação analítica entre intelectual e *intelligentsia*, como proposta por Sadri. Neste sentido, há de se atentar para aspectos destacados por este autor como essenciais à caracterização da *intelligentsia* e que foram encontrados na atividade dos assessores sindicais, particularmente o uso da razão prática — em oposição à razão teórica dos intelectuais — e o sentido de missão — em oposição ao sentido de chamado ou vocação, típicos dos intelectuais.

Bibliografia

BENDIX, R. (1984), “Relative backwardness and intellectual mobilization”, in *Force, fate and freedom: on historical sociology*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press.

_____ (1988), “The intellectual’s role in the modern world”, in *Embattled reason: essays on social knowledge, Vol.1*. New Brunswick, Transaction Books.

BRUNNER, J.J. (1985), “La función utópica de los intelectuales”, in M.S.A. Soares (org.), *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS.

BRYM, R.J. (1980), *Intellectuals and politics*. Londres, George Allen & Unwin.

CHAIA, M. (1992), *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE, 1955-1990*. Ibitinga (SP), Humanidades.

CORCIONE, D. (1994), “A questão da formação de assessores, dirigentes e lideranças intermediárias para o movimento popular e sindical”, *CESE Debate*, 3:109-16.

_____ (1995), “Refundamentar a educação popular: crise e perspectivas da concepção metodológica dialética da educação popular”, *Gaveta Aberta*, 2:5-9.

EQUIP (1994), *Plano trienal, 1994-1996 (edição final)*. Recife, mimeo.

ETZIONI-HALEVY, E. (1985), *The knowledge elite and the failure of prophecy*. Londres, Allen & Unwin.

GOULDNER, A.W. (1975-76), "Prologue to a theory of revolutionary intellectuals". *Telos*, 26:3-36.

_____ (1979), *The future of intellectuals and the rise of the new class*. Londres, Macmillan.

GRAMSCI, A. (1982), *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

KAMENKA, E. (1979), "'The party of the proletariat': Marx and Engels in the revolution of 1848", in _____ & F.B.Smith (orgs.), *Intellectuals and revolution: socialism and the experience of 1848*, Londres, Edward Arnold.

KARABEL, J. (1976), "Revolutionary contradictions: Antonio Gramsci and the problem of intellectuals". *Politics & Society*, 6(2):123-72.

_____ (1996),

KONRÁD, G. & SZELÉNYI, I. (1979), *The intellectuals on the road to class power: a sociological study of the role of the intelligentsia in socialism*. Nova York, Harcourt Brace Jovanovich.

LINZ, J. (1975), "Robert Michels", in D.L. Sills (org.), *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*, Vol.7, Madrid, Aguillar.

LÖWY, M. (1979), *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács (1909-1929)*. Tradução de Heloísa H.A. Mello e Agostinho F. Martins. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.

_____ & SAYRE, Robert (1993), *Romantismo e política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MADISON, James (1973), “Utilidade da união como preservativo contra as facções e insurreições”, in A. Hamilton, J. Madison & J. Jay, *Os federalistas*. São Paulo, Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).

MANFREDI, S. M^a (1986), *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo, Loyola.

MANNHEIM, K. (1974), “O problema da ‘intelligentsia’: um estudo de seu papel no passado e no presente”, in *Sociologia da Cultura*. Tradução de Roberto Gambini. São Paulo, Perspectiva.

MERTON, R.K. (1970), “Papel do intelectual na burocracia pública”, in *Sociedade: teoria e estrutura*. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo, Mestre Jou.

MICHELS, R. (1932), “Intellectual”, in E. Seligman & A. Johnson (orgs.), *Encyclopedia of the Social Sciences*, Vol.8, Nova York, Macmillan.

_____. (1982), *Sociologia dos partidos políticos*. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília, Editora da UnB.

MILLS, C.W. (1979), *A nova classe média*. Tradução de Vera Borda, 3^a ed., Rio de Janeiro, Zahar.

MORAIS, J.V. de (1992), “*New unionism*” and union politics in Pernambuco (Brazil) in the 1980s. Tese de doutorado. London School of Economics, datilo.

_____. (1993), “Sindicatos e democracia interna, 1978-1992: rupturas e continuidades”. *Cadernos de Ciências Sociais*, 9(1):91-120.

_____. (1994a), “Sindicatos e democracia sindical: representatividade e responsabilidade política”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25:65-81.

_____. (1994b), “Democracia y política interna en los sindicatos brasileños, 1978-1992”. *Revista Mexicana de Sociologia*, 61(3):173-89.

_____. (1995), “‘Novo’ sindicalismo e democracia sindical: um teste e uma crítica do modelo eleitoral”, *Dados*, 38(3):545-79.

_____ (1996), “Trabalhadores, democracia e política: um ensaio bibliográfico sobre democracia sindical”, *BIB*, 41:85-107.

_____ (1997), “Produção do saber e mudança social no Brasil: o caso dos assessores sindicais, in M.A. Guedes (org.), *Política e contemporaneidade no Brasil*. Recife, Bagaço.

_____ & MEDEIROS, Rejane (1997), “La dinámica interna.....”, *Revista Mexicana de Sociología*....

PÉCAUT, D. (1989), *Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme.

RAMALHO, J.R. (1984), “Uma prática de assessoria à pastoral popular”, in V. Paiva (org.), *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro, Graal.

SADRI, A. (1992), *Max Weber’s sociology of intellectuals*. Nova York e Oxford, Oxford University Press.

SAID, E.W. (1994), *Representations of the intellectual*. Londres, Vintage.

SARTRE, J.-P. (1994), *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sérgio G. de Paula. São Paulo, Ática.

SHILS, E. (1968), “Intellectuals”, in D.L. Sills (org.), *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Vol.7, Nova York, Macmillan & Free Press.

VERAS, R. (1995a), *Anotações sobre a experiência do curso de qualificação político-metodológica de educadores*. Olinda (PE), mimeo.

_____ (1995b), “A militância cutista quer mudar: militantes da CUT-PB: caracterização e mudanças”, *Gaveta Aberta*, 2:23-27.

WEBER, M. (1978), ‘Intellectualism, intellectuals, and salvation religion’, in *Economy and Society*, Vol.1, Berkeley e Los Angeles, University of California Press.

WRIGHT, E.O. (1979a), *Class, crisis and the state*. Londres: Verso.

_____. (1979b), “Intellectuals and the working class”, in R. Quinney (org.), *Capitalist society: readings for a critical sociology*. Homewood, Dorsey Press.

ARTIGO

*Homens que migram e mulheres que ficam:
noções de tempo e memória¹*

Marilda Aparecida de Menezes
Profa. Sociologia – UFPB

Este artigo tem como objetivo analisar memórias de mulheres que são esposas de camponeses- trabalhadores migrantes. Tomamos como estudo de caso, famílias camponesas do município de Fagundes, Estado da Paraíba.² Os conteúdos temáticos relatados pelas mulheres se situam na intersecção entre memória individual/familiar e coletiva. Vários autores que trabalham com memória e história oral retomam a concepção de Halbwachs que defende o caráter social da memória (Bosi, 1987:17). Partindo da contribuição de Halbwachs, os autores tem proposto diferentes maneiras de se pensar a relação entre memória individual e coletiva.

Entendemos que a memória individual e coletiva são indissociáveis, há temas que são comuns a outros membros do grupo e outros que são mais da experiência individual ou familiar. Dentre as várias perspectivas da relação entre memória coletiva e individual, destacamos a que trabalha esta relação através das práticas e sistemas de representação da sociedade. Fernandes (1995: 150) cita Bertaux para elucidar este ponto:

É sabido que a experiência de uma situação vivida por diferentes pessoas produz versões diferentes no momento de cada um se lembrar. Esta versão resulta de um duplo trabalho interpretativo: do momento onde se vive o acontecimento e do momento em que ele é lembrado. Da mesma forma que o ângulo (ponto de vista) confere sentido à fotografia, é a situação presente que

¹ Agradecemos a revisão e comentários da Profa. Lucia Helena C. Oliveira, UFPB

² Este artigo se insere dentro de uma pesquisa mais ampla sobre migrações, mobilidade do trabalho, redes sociais e práticas de resistência. Realizamos o estudo da conexão entre áreas de origem e destino de fluxos migratórios, através do estudo de caso do município de Fagundes, na Região Agreste da Borborema, Estado da Paraíba e da Usina São José, no município de Igarassu, Pernambuco, que foi a principal usina contratante de trabalhadores safristas oriundos de Fagundes. Além disto fizemos um estudo de trajetórias migratórias e entrevistas semi-estruturadas e histórias de 20 homens- migrantes e 5 mulheres, cuja experiência de vida é marcada pela ausência dos maridos e que já se tornam conhecidas como "viúvas de maridos vivos".

influência a maneira através do qual o passado é percebido. Da mesma forma que o ponto de vista, o prisma, cria o objeto na pesquisa, o presente cria o passado através da mediação da memória. (Bertaux, 1985)³

A citação de Bertaux destaca dois aspectos. Primeiro, o trabalho da memória como reconstrução do passado a partir de diferentes interpretações. Como se dá esta reconstrução? Como vários autores tem enfatizado a rememoração não obedece ao tempo linear, cronológico, mas outros marcos temporais onde a significação da vida se concentra, como por exemplo o tempo do ciclo da vida: nascimento, vida e morte; tempo cíclico, das estações climáticas ou do ciclo agrícola, ou o tempo repetitivo que caracteriza o cotidiano. Ao mesmo tempo, o espaço também é um demarcador no processo de reconstruir o passado, assim se constróem imagens e fatos nos espaços da casa, do roçado, do bairro, da vila rural, da escola e outros que exploraremos na análise da história de vida.

Segundo, Bertaux também ressalta a importância do processo de produção do depoimento oral, o que envolve a relação entrevistador - entrevistado, local da entrevista, e as emoções no momento da entrevista. Consideraremos também este aspecto como constituintes do processo de rememoração e produção do texto.

Dentre as mulheres entrevistadas, selecionamos a história de vida de Elsa para ser analisada neste artigo.

HISTÓRIA DE VIDA DE ELSA

Elsa tem 43 anos, é casada com Fernando e tem doze crianças (veja foto 1). A mais velha tem 27 anos e o mais novo tem 10 anos. Ela nasceu, cresceu e se casou no Estado de Pernambuco, seu pai era morador de engenho em terras de usina de cana-de-açúcar. A entrevista com Elsa iniciou-se quando da entrevista inicial com seu marido. Ela permaneceu na sala de visitas e começou a participar quando realizávamos conjuntamente o trabalho de rememoração de datas e etapas da trajetória migratória de Fernando. A entrevista que era originalmente com o homem se tornou num primeiro momento uma entrevista conjunta de homem-mulher, marido e esposa. Os temas narrados pelos dois expressam suas

³ Bertaux, Wiame. "Mémoire et récits de vie". In: PENELOPE (pour l'histoire des femmes), no.12, 1985, p.51

experiências de gênero. Fernando contou sobre o trabalho e vida nos alojamentos em usinas bem como de seu trabalho no Rio de Janeiro e Elsa sobre a sua experiência enquanto mãe camponesa

com muitos filhos pequenos e com o marido auste na maior parte de

diferentes atitudes, comportamentos, eventos na relação homem e mulher que ocorreram no momento de nossa presença na casa foram entendidas como parte integrante do processo de construção do depoimento oral, que envolve um diálogo entre entrevistado, entrevistador e a audiência, bem como expressões da relação de gênero na família. De modo geral, encontramos três atitudes entre as mulheres, primeiro, aquelas que se ausentaram da sala de visitas e participaram no seu papel de trabalhadoras domésticas, servindo o café, água, suco e foram silenciosas quanto a produção do depoimento oral. Segundo, algumas mulheres se mantiveram em torno do espaço do entrevistador-entrevistado, sinalizando vigilância e presença, combinando silêncio com intervenções, que ora reforçavam, ora inibiam, ora censuravam a fala do marido.

Terceiro, algumas mulheres participam conjuntamente da entrevista com o marido, este é o caso de Elsa. Durante o início da entrevista de Fernando, este abriu a palavra para a esposa, deixando-a contar livremente sobre os fatos e ela foi assumindo a condução da entrevista. Para a retomada da palavra de Fernando, foi necessário que a entrevistadora interferisse, perguntando aspectos mais relacionados à sua condição de gênero. Dois aspectos podem explicar esta forma de participação ocorrida no caso de Fernando e Elsa no processo de construção do depoimento oral. Primeiro, em estilo narrativo Elsa contou sua história de vida desde a infância até a recente doença renal, com precisão e variedade de detalhes, onde as emoções, sentimentos, valores aparecem mesclados na sua interpretação dos fatos, situações, eventos. Segundo, a forma de participação de Elsa também pode expressar a sua liderança na orientação do grupo familiar. A migração de três filhas inicialmente para o Rio de Janeiro e depois para Campina Grande, Estado da Paraíba, para trabalhar como empregadas domésticas se realizou através de uma negociação entre a aprovação da mãe e a resistência do pai.. A dependência dos salários das filhas é assumido pelo pai como sua fraqueza em não cumprir o seu papel de "pai de família". A mãe, Elsa, diferentemente, entende que o salário das filhas é prioritário para o consumo individual delas e a manutenção básica da família é essencialmente garantida pelo marido e com ajuda das

filhas. Esta diferenciação de compreensão sobre o salário das filhas mostra como os significados são constituintes das relações de gênero na família. Embora o salário das filhas possa ser quantitativamente expressivo em relação ao do pai, o significado atribuído pela mãe à distribuição dos salários remete a reafirmar o lugar do marido e pai como provedor e enquanto tal também o líder moral na família.

Passeremos agora a transcrever pedaços da narrativa de Elsa, a qual é marcada por diferentes noções de tempo, cada fase no ciclo agrícola é combinada com a vinda ou ida do marido e eventos de nascimento, desenvolvimento e morte. A narrativa é também marcada pelo tempo repetitivo das atividades cotidianas como o trabalho na terra, trabalho doméstico, cuidado das crianças.

*Ele (o marido) foi para o Rio, em 75 porque não tinha nada, ele, era fraco, só tinha filho. Aí, ele não levava a conta da vida, aí era isso. Os meninos eram muito prá criá e não dava prá criá...ou saía, ou ficar aqui ganhando micharia. Como ia levar a conta da vida com a responsabilidade de uma casa? Não podia, tinha que saí e deixar o amor da mulher e dos filhos. Aí ele saiu e eu fiquei tomando conta da vida, tomando conta dos filhos. Eu já era mãe de seis filhos. **Na saída dele, o menino mais novo morreu, fiquei com cinco, sem nada na vida, trabalhando e repartindo o pouco que ele mandava. Aí voltei a trabalhar, saía prá trabalhar, deixava a menina mais velha em casa, pequeninha, com idade de 4 ano, que era todo ano um filho. E saía trabalhar na roça, pegava a enxadinha, e levava o mais pequeno comigo, ia sentar lá debaixo de um pezinho de pau que tinha lá. Trabalhava, aí quando mais tarde, na hora do almoço, uma hora da tarde, tomava um cafezinho de manhã, chegava uma hora da tarde, e agora eu vou prá casa, aí quando chegava em casa tava a fila de menino, a menina mais velha cuidando daquela comida de todo jeito. Aí eu era obrigada a cuidar, aí quando chegava, vamo dar um banho, vamo dá o trato a um, dá o trato a outro, cuidar numa janta melhor e toda vida eu gostei de criar um bichinho, ajeitar uma galinha, um cabrito prá ver o que construir na vida.** E ele lá no Rio de Janeiro, e eu aqui, aí ele, o que ele mandava era aquele dinheirinho bem pouquinho. Ai meu Deus, o que é que eu faço? Prá pagar leite, prá fazer feira, aí ali mermo eu ia e tirava aquele pouquinho e pagava o leite, fazia aquelas comprinha pouquinho. Foi adepois que meu menino mais novo morreu eu fiquei com os outros 5. Aí fiquei com que ele mandava. Mandou 50 mil réis nesse tempo. Aí mandei falar:*

- Manoel, você num fala em roçado. Trabalhar nada, né?

Aí ele disse:

- Deixa roçado de lado.

Eu disse:

- Não, eu tenho que botar um roçadinho que eu num vou ver os ôtro cumê milho verde, um feijão verde e eu tá pedindo aos ôtro, eu tenho que trabalhar. Ele mandou 100 mil réis, eu paguei 30 na bodega e 20 eu paguei de leite que era prá ficar todo dia apanhando leite dos menino. Aí botei um roçado, aí nesse tempo botei muito feijão. Aí paguei um trabalhador, botou umas 20 kg de roçado e eu tratei do roçado. Cuidei muito do roçado, e aí lucrei muito neste ano.

Aí quando foi depois eu não tava mais nem esperando que já fazia 1 ano e 6 meses e o povo dizia que ele num voltava nunca mais, aí eu, eu dizia:

Vai vim mermo, não, tá lá, ficou prá lá mermo. E eu cá, batalhando prá vida, né. Quando fez um ano e seis meses, ele chegou, aí nos morava no lugar, num lugar difícil e aí ele disse: Vamos alugar uma casa. Eu disse:

Não, vamos comprar um chão de casa. Comprou um 1/4 de hectare de terra. Aí disse:

-Mas a gente num tem condição agora de construir essa casa, ele falou pra mim.

E digo: nós botava uns pauzinho assim colocava, amarrava com cipozinho botava o barro e acabar fez a casinha pequenininha, cobrimo de teia e então saimo da terra do home e fumo prá dentro da casa da gente, nós fiquemo no lugarzinho da gente assossegado.

ra pequenininha? Foi no dito ano que a gente ajeitou isso tudo aqui, no final do ano eu ganhei Margareth. ela, né. E foi no mesmo ano. Aí ele foi, ele ajeitou a casa e nós ficou. Aí disse: mulé eu botar um roçado e vou voltar prá o Rio de novo..

Aí ele disse: eu vou me embora para o Rio de novo. Você vai embora, disse, eu tava com negócio de...uns dois meses de idade já de Margarete no mesmo ano, é porque já chegou no final de ano. Aí disse:

- vou botar um roçado, aqui ao redor da casa mermo, brocou um mato e vou me embora para o Rio. Eu disse:

- você vai para o Rio?

- Vou.

Eu digo:

- então tá certo.

O ciclo agrícola, com a chegada do tempo de plantar roçado e da colheita, o tempo da migração do marido e nascimento e morte dos filhos expressam conjuntamente os demarcadores temporais da memória. Fernando foi pela primeira vez ao Rio em 1975, chegamos a esta data através do trabalho conjunto de rememoração das datas de casamento e nascimento e idade dos filhos, porém as datas cronológicas, como já salientaram outros autores (Bosi, 1987: 336-334) não são referência para a memória, o tempo linear, serial é estático e exterior à experiência individual, familiar ou grupal. Woortman diz:

Se o tempo e o espaço são categorias universais do pensamento, são também categorias pensadas culturalmente; cada sociedade os pensa à sua maneira, segundo sua cultura e sua história particulares. (Woortmann, 1992: 53).

As noções de tempo utilizadas por Elsa organizam o falar e pensar sobre a sua vida e de seu grupo familiar. Como diz Woortmann que estudou as noções de tempo e espaço entre pescadores e agricultores que se media pelas relações entre homem e mulher numa comunidade pesqueira de Sergipe diz

O tempo, por outro lado, não foi falado pelas mulheres como algo em si, mas para falarem/pensarem sobre elas mesmas. Mais corretamente, não só para

pensarem a si mesmas, mas para pensarem o seu mundo integrado pelas relações mulheres/homens. Isto é, para pensarem, à sua maneira, o que chamamos relações de gênero. (Woortmann, 1992: 55)

A memória de Elsa se demarca pelas relações sociais do camponês-migrante que combina trabalho no roçado com assalariamento mediadas por diversos processos de migração dentro da família, relações entre espaço da casa, do roçado, da comunidade, da escola. A narrativa de Elsa vai do trabalho no roçado à migração do marido sem estabelecer necessariamente mediações. Neste aspecto, a memória individual e familiar expressa traços comuns da memória coletiva do grupo. Migração em suas diferentes formas não se expressa como um fenômeno de ruptura resultante de processos de transformações sócio-econômicas, de crises climáticas, de transição do rural e do urbano, mas antes tem sido parte integrante da cultura local desde finais do século XIX⁴. No início da citação, Elsa narra a necessidade e 'naturalização' da migração como alternativa frente à 'fraqueza' da família que tem que manter muitos filhos com poucos recursos. Após Elsa ter aceito com resignação⁵ a ida de Fernando pela segunda vez ao Rio de Janeiro diz:

*Aí ele já tinha feito a casa, então tinha milho, feijão. Aí deixou eu e eu fiquei. Aí botou um roçado e deixou lá. Aí eu já grávida, aí batia a enxada a trabalhar. Choveu, botei a enxada, cavei quase 25 de terra e cavei dentro de 6 dias. Deixava os menino tudo trancadinho dentro de casa e ia me embora nesse roçado. Às vezes dava aquela agonia, ficava sentadinha, pegava na enxada cansada. Aquilo que quando passava aquelas agonia eu vinha em casa, tomava uma água, fazia um lanchinho com qualquer coisa e voltava de novo. **Foi com 9 meses, quando eu dei fé, ele chegou. Aí chegou, tinha muita lavoura, muito lucro dentro de casa e eu criava, eu gostava de criar umas criação, um porco.** Eu saía prá plantar mais Maria (filha mais velha, de 27 anos) ela tinha na base de uns seis anos. Aí ela ia prá escola, eu trabalhava assim de manhã, quando era parte da tarde, eu vinha prá casa e botava elas prá estudar um pouquinho. Tinha dia que eu me via tão agoniada que eu num deixava elas ir prá escola. Eu dizia:*

- minha fia não dá prá você ir prá escola.

Aí ela ficava, às vezes chorava, ela chorava porque não podia ir prá escola, digo, minha filha mas não dá, sua mãe tem muita coisa prá fazê. Aí no outro dia eu me

⁴ Harries que estudou os migrantes em Mozambique e África do Sul entende que a migração tem se revelado como uma tradição entre povos tribais e camponeses na sociedade capitalista, se constituindo como uma estratégia socialmente construída e enraizada na experiência vivida. Por isto, a decisão de migrar não requer maiores adaptações sociais (Harries, 1994: 38/9).

⁵ Resignação aqui é entendida como a compreensão da ordem social como natural e inevitável, no entanto isto não significa que indivíduos e grupos sociais não desenvolvam formas cotidianas de resistência (Scott, 1991: 72-78)

acordava de manhãzinha cuidava daquelas coisas logo que era prá dar tempo deu trabalhar e botar ela prá estudar um pouquinho. Assim mesmo ela sabe fazer uma carta, lê outra, assim mermo com todo sacrifício de vida, né? Embora que eu, eu, que eu não sei ler. Eu sou uma pessoa, eu sou uma pessoa analfabeta, eu não sei ler, por causa que eu fui criada com muito irmão pequeno, meu pai não tinha condição de vida, trabalhava também nos engenho, minha mãe também só, agarrada com muita família, então a filha mais velha era eu, então que eu era a mais velha, prá ajudar eles. Aí eu fui prá ir pro roçado, então minha mãe ia pro roçado, eu ficava em casa, tomano conta da casa. Quando minha mãe não podia ir, eu quem ia pro roçado, então fazia as vez do meu pai, que ele trabalhava de caldeireiro, aí eu ficava mais minha mãe, eu queria ajudar ela, aí ela queria botar eu prá estudar à noite, mas era eu só, os outros tudo pequenininho. Aí, aí ela disse:

- Não vou botar Terezinha prá estudar à noite, porque Terezinha vai namorar prá casar logo. Aí nisso, levei esse tempo todinho, aprendi 3 folhas do A, B, C, esse A, B, foi o que eu aprendi, então foi 6 noite que eu fui. Então de lá prá cá não deu mais estudo, aí eu. Estudo meu era trabalhar, trabalhava em farinha, de enxada, eu cavava roça, era muito puxado, cavava roça e trabalhava de enxada e lavava uma roupa, então eu era a mais velha, eu era prá tudo dentro da casa, então criei uma pessoa analfabeta depois uns dezessete ano dentro dos dezoito, inventei de me casar.

No trecho acima se reafirma a conexão entre o tempo do ciclo agrícola e a saída e chegada do marido. Na segunda migração para o Rio de Janeiro em 1977, Fernando deixou a casa pronta e abastecida com os produtos do roçado e quando retorna é tempo de colheita, de muito 'lucro'.

A 'aceitação' da migração do marido pode significar a passividade/submissão frente à imposição das condições sociais ou da posição da mulher em relação ao homem. Porém o consentimento da mulher também pode significar o suporte afetivo-emocional numa decisão que, embora seja tradicionalmente enraizada nas práticas familiares e da comunidade, envolve medos, expectativas, incertezas. Para o homem, a partida, especialmente a de longa duração e distante do local de origem, representa um desafio, onde há possibilidades de sucesso quanto há o risco de derrota; para a mulher a partida do homem pode representar a possibilidade de garantir o sustento da família, mas há também o risco de que ele abandone a família, que não alcance o seu objetivo e possa se enfraquecer pessoalmente e cair em situações de degradação pessoal como é o caso do alcoolismo ou até doenças mentais. Embora a partida bem como a separação do marido, do (a) filho (a) são experiências de dor, saudade, sofrimento, é também a tradição da migração que engendra formas diversas de solidariedade e

reciprocidade familiar e de convívio individual, familiar e social com a separação entre membros da família. A separação pela migração também abre outras possibilidades de expressão dos sentimentos como bem demonstram as cartas de migrantes⁶.

A atitude de resignação de Elsa diante da migração do marido se diferencia de sua determinação pessoal em manter a dignidade da família, através do trabalho no roçado, da socialização das crianças e de preservação da unidade familiar. Frente à 'inevitabilidade' da migração, a mulher não apenas assume a carga de trabalho do marido, mas o papel central na gestão da economia familiar, garantia dos valores, regras de conduta da família bem como da esfera afetiva. A mulher também cuidará de preservar a posição e imagem do pai ausente perante os filhos. Elsa se engaja numa luta simbólica para preservar a posição de seu marido como provedor e chefe da família, embora ele mesmo se sente fracassado, dada a dependência do salário das filhas. Como tradição, a migração junto ao tempo cíclico da agricultura, do ciclo da vida e tempo repetitivo do cotidiano se constituem nas noções de tempo centrais através das quais a memória de Elsa reconstrói o passado a partir do presente.

Com a ausência do marido, o tempo das atividades cotidianas tem que ser intensificado com a mulher desempenhando as tarefas do homem e da mulher no roçado. Elsa trava uma luta diária entre o limite da vitalidade do seu corpo e o cumprimento de atividades necessárias e significativas para ela e a família, esta luta também se expressa pelas delimitações entre tempo diurno e noturno. Ao tempo diurno da mãe se soma o tempo das crianças no trabalho agrícola e doméstico. O filho de Elsa de 24 anos começou com 7 anos a realizar todas as tarefas do plantio e colheita e as filhas começaram a cozinhar com 6 anos. O tempo de trabalho e escola aparecem em conflito no cotidiano das crianças e pais. Elsa, no trecho acima, conta do desejo da filha de ir à escola e a reação através do choro quando da necessidade de se ausentar devido à ajuda necessária à mãe. Às dificuldades familiares, se acrescentam dificuldades de

⁶ Para uma análise mais detalhada do significado das cartas nas redes familiares veja Menezes (1997, Capítulo 5 : Mulheres em casa, casamento e redes familiares).

acesso à escola. Elsa conta em detalhes o trajeto da casa à escola, onde havia um rio que durante as cheias isolava os dois lados da vila rural:

Um rio temeroso prá passar esse filho ficava chorando do lado de lá e eu do lado de cá, sem poder passar ele, a maior cheia do rio. Eu ficava no outro lado sem, sem poder dá jeito aquilo. Aí eu mandava o menino da professora vinha com elas inté na beira do rio amuntado num animal, num burro, aí a professora dizia:

-Óia, que esse burro é acostumado a passar em rio cheio.

Dizia:

- Óia, se você botar o burro na água e a água...e o burro aceitar passar na água, vigie e atravesse a menina e se o burro não passar não invente de passar porque o rio tá com muita força, num dá prá elas passar. Elas ficava chorando do lado de lá e eu do lado de cá

A estória em torno do rio e a dificuldade de acesso à escola ocupou um lugar e tempo significativo na narrativa de Elsa, ela contou este fato com uma variedade de detalhes e sentimentos. Medo e coragem, previsibilidade e imprevisibilidade não se expressam enquanto entidades opostas, mas coexistentes no enfrentamento de situações desafiadoras aos sonhos e cotidiano de indivíduos e famílias. O desejo da filha de frequentar a escola faz emergir o próprio desejo de Elsa que foi castrado na infância e posteriormente com o casamento. Elsa ao contar da dificuldade de manter as crianças na escola relembra a sua própria infância e diz : *'mesmo com todo sacrifício de vida, ela (se referindo a velha mais velha) sabe fazer uma carta. Embora que eu, eu, que eu não sei ler'*. Elsa demarca a continuidade entre a socialização de seus/suas filhas(os) em relação à sua infância, mas também a ruptura quando ela foi capaz de propiciar ao menos a alfabetização básica para as (os) filhos (as). O desejo de escolarização foi reprimido na infância por ser a filha mais velha e ter que ajudar a mãe enquanto o pai estava no trabalho diuturno da moagem de cana-de-açúcar, porém Elsa persegue com determinação a realização deste desejo para suas filhas (os) e assim lutou contra o cansaço do seu corpo, contra as condições adversas de acesso à escola e conseguiu escolarizar as (os) filhas (os) ao menos no nível das condições sociais dadas, eles (as) sabem ler e escrever e são capazes de transformar a saudade, o sofrimento da separação, o amor e carinho pela mãe e demais parentes através das cartas.

Elsa que se frustrou por não conseguir se alfabetizar enquanto criança, expressa a sua satisfação pessoal por ter realizado o seu desejo na alfabetização das filhas. Aqui o trabalho da memória liga fios de significação entre o ser mãe e o ser criança e faz emergir as conexões entre presente e passado, entre momentos do ciclo de vida de Elsa, sua infância e sua maturidade, ser filha e mãe e também revelou a indissociabilidade das condições sociais, a família, desejos e frustrações, valores, afetividade e sentimentos.

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, E. *Lembranças de velhos*. SP: T. A . Queiróz, 1987
- FERNANDES, M.E. A "história de vida" como instrumento de captação da realidade social. In: *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU)*. No. 6, série 2, 1995
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. SP: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990
- HARRIES, P. *Work, culture and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, c.1860-1910*. Portsmouth: Heinemann, Johannesburg: Witwatersrand, London: James Currey, 1994
- MENEZES, M. A. *Peasant-Migrant workes: social networks and practices of resistance*. Ph.D Thesis. Manchester, Universidade de Manchester, 1997
- SCOTT, J.C. *Domination and the Arts of resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1990
- WOORTMANN, E.F. Da complementaridade à dependência: espaço. Tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do nordeste. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 18, no. 7, fevereiro de 1992, pp.41-60

ARTIGO

Tracing Hybridity in Theory

Nikos Papastergiadis

In the last decade there is barely a debate on cultural theory or postmodern subjectivity that does not acknowledge the productive side of hybridity and describe identity as being in some form of hybrid state.¹ This is a radical inversion of the historical status that has trailed this concept. For as long as the concepts of purity and exclusivity have been central to a racialised theory of identity, hybridity has, in one way or another, served as a threat to the fullness of selfhood. The hybrid has often been positioned within or beside modern theories of human origin and social development, mostly appearing as the moral marker of either contamination, failure or regression. Yet, one of the 'achievements' of poststructuralist theory was to liberate the subject from notions of fixity and purity in origin. And in a social context where the political structures for mobilizing and integrating emancipatory projects were also fragmenting it was almost a form of succour to remind ourselves of our 'multiple subjectivities'. Can we now have the confidence that hybridity has been moved out from the loaded discourse of 'race', and situated within a more neutral zone of identity?

The contemporary discourse of cultural criticism and critical theory have embraced a number of models for representing the supposed 'newness' of postmodern identity: along with the concept of hybridity there is the cyborgian fantasy of fusion between man and machine, as well as the morphing of one object into another. This incorporation of the concept of hybridity into the mainstream cultural discourse has raised new problems. Hybridity has served as the

¹In *The Complicities of Culture: Hybridity and 'New Internationalism'*, Cornerhouse Communique, No 4, Manchester, 1994, I explored the incorporation of the term hybridity in art criticism and curatorial practice. As an indication of how similar inroads have been made in literary and cultural theory consider the recent overview by Iain Chambers, *Migrancy, Culture. Identity*, Routledge, London, 1994. For a most comprehensive account of the concept of hybridity within nineteenth century scientific racism and British colonialism and its legacies in contemporary theory see Robert J C Young, *Colonial Desire: Hybridity in Theory*, Routledge, London, 1995.

organizing principle for both international cultural initiatives as well as entered the programmes of local social movements. Artists like Guillermo Gomez-Pena who previously described both his subjectivity and the form of his work as hybrid are now increasingly suspicious of its utility. When Guillermo Gomez-Pena once used hybridity as an 'elastic metaphor' to address the process of contradiction and difference in cultural exchange he did not expect that it would be stretched so far as to justify either the exclusivist territorializing in downtown LA or the expansionist policies of NAFTA.²

From art critics in popular art magazines like *FRIEZE* to influential social theorists like Zygmunt Bauman, the concept of hybridity has been adopted to both demonstrate the principle of aesthetic connection that occurs from kitsch to high culture, and address the construction of identity in a context ontological uncertainty.³ As hybridity achieves a more popular status it has been called on to perform a bridging function which previous concepts have failed to achieve. Just as the old modernist ideal of cosmopolitanism begins to appear passe, and the idea of a 'new internationalism' is caught on the shabby horns of the New World Order, hybridity is ushered forward as the specific identity, which paradoxically, is universally applicable. Hybridity is the most unlikely contender for this role as 'multi-purpose globalising identity kit'.

Despite its historical association which bears the dubious traces of colonial and white supremacist ideologies, most of the contemporary discussions on hybridity are preoccupied by its potential for inclusivity. The dark past of hybridity rarely disturbs the more cheerful populist claims. One of the aims of this essay is to contextualize the various trajectories of thought and traditions in which hybridity has been inserted.

A quick glance at the history of hybridity reveals a bizarre array of ideas. Hybridity has shadowed every organic theory of identity and was deeply inscribed in the nineteenth century

²See ref. in Parellograme, Canada

³See M. Kwon, "The fullness of empty containers", *FRIEZE*, no 24, October 1995, and Z. Bauman, *Modernity and Ambivalence*, Polity, Cambridge, 1992.

discourses of scientific racism. Whether it highlighted physiological or cultural difference in identity, it served primarily as a metaphor for the negative consequences of racial encounters. These metaphors are mercurial. For even when the scientific basis of racism had been discredited, the racist practices were not abandoned but rehoused in the discourse of social types. Indeed the enigmatic 'nature' of the hybrid may still lurk within the contemporary uses of hybridity as a model for cultural identity. Cultural critics like Jean Fisher stress that the concept is too deeply embedded within a discourse that presupposes an evolutionary hierarchy and that it carries the prior purity of biologism.⁴ Gayatri Spivak also notes that the preoccupation with hybridity in academic discourse has tended to gloss the persistent social divisions of class and gender.⁵

Despite the pseudo-scientific analogies and negative history that trails in the semantic associations of hybridity the term has gained considerable acceptance within cultural theory. Its current use maybe motivated by the perverse pleasure to take a negative term and transform it into a positive sign, "to wear with pride the name they were given in scorn".⁶ Why should the nineteenth century eugenicists be allowed to retain a patent on hybridity? Should we only use words with a pure and inoffensive history, or should we challenge essentialist models of identity by taking on and then subverting their own vocabulary?

The positive feature of hybridity is that it invariably acknowledges that identity is constructed through a negotiation of difference and that the presence of fissures, gaps and contradictions are not necessarily a sign of failure. In its most radical form, the concept also stresses that identity is not the combination, accumulation, fusion or synthesis of various components, but an energy field of different forces. Hybridity is not confined to a cataloguing of difference. It 'unity' is not found in the sum of its parts, but emerges from the process of opening what Homi Bhabha

⁴J. Fisher, "Introduction to special issue: Contamination", *Third Text*, no 32, Autumn 1995.

⁵G. Spivak, "The Narratives of Multiculturalism", ICCCR lecture, University of Manchester, February 1995.

⁶S. Rushdie, *The Satanic Verses*, Viking, London, p 93.

has called a 'third space' within which other elements encounter and transform each other. Hybridity is both the assemblage that occurs whenever two or more elements meet and the initiation of a process of change. This perspective is a crucial departure from the functionalist models of cultural exchange. It also breaks with the 'cooking paradigms' of 'mix and match' which recur in much of the multiculturalist and anti-racist discourses on identity. By charting a path between a number of key theoretical models and perspectives I hope to clarify the historical legacy and sharpen the conceptual apparatus for our understanding of these much maligned monsters of hybridity.

Cultural Hybrids and National Reconciliations

Hybridity evokes narratives of national origin and differentiation. Whenever the process of identity formation is premised on an exclusive boundary between 'us' and 'them', the hybrid, which is born out of the transgression of this boundary, figures as a form of danger, loss and degeneration. If however, the boundary is marked positively - to solicit exchange and inclusion - then the hybrid may yield strength and vitality. Hence the conventional value of the hybrid is always positioned in relation to purity along the axes of inclusion and exclusion. In some circumstances, the 'curse' of hybridity is seen as a mixed blessing.

For Octavio Paz, Mexican national identity is undeniably hybrid. With considerable melancholy, however, Paz situates this hybridism in the damaged maternal representations of the 'Malinche complex' and the *chingada* 'the violated woman'. The people of Mexico are all children of a primal violation, that of conquest. Malinche represents the Indian woman who gave herself to the conquistadors. Cortez took her as his mistress, and she by learning his language, became both his lover and his guide. She revealed everything until there was nothing else to take, then she was abandoned.

The ancestral drama for Mexico is thus poised between a traitor and a violator. The father wrapped in the cloak of the conqueror escapes the moral gaze, but the mother, as *chingada*, who is left to give birth to the hybrid nation, is seen as a victim who facilitated violence. The identification of Malinche with the

chingada, reinforces the dominant ideology of rape as it shifts moral attention away from the man and focuses on how she provoked her own violation. The figure of the mother as *chingada* reduces her to abject passivity. She becomes an inert heap of bones, blood and dust. All identity is gutted. The mother is maligned for her submission, her wounds are reminders that the children are the "fruit of violation". Disgust and self-hate compound and provoke further bitterness: "Mexican people have not forgiven *La Malinche* for her betrayal."⁷

Paz sees in this rejection of the violated mother by the unforgiving child both a cry for purity in origin, and a demand for another mother who would rather die than suffer contamination. Rejecting Malinche, the Mexican rejects hybridity in the past and refuses engagement with difference in the present. The rejection of the violated mother serves as a negation of origin by preferring the phantasmagoric exile of solitude and the impossible nostalgia of the uncontaminated womb. With stern invocations, Paz turns back to his people, urging them to face up to the traumas of the 'fallen' mother and to embrace the ambivalence of Malinche.

Racial classifications and the mythology of white supremacy reached their zenith in the justifications of slavery and imperial conquest. Notions of superiority were often premised on alterity, exclusivity and purity. The comforts of ideology, however, failed to constrain a parallel ideology of conquest through sexual penetration. Hence the paradox of conquest: distancing *and* penetration. In Latin America desire and disavowal was most palpably embodied by the presence of hybrids. The unspeakable distaste for - and yet the undeniability in the presence of - hybrids is reflected by the compulsive classifying of the gradations of blackness. Each word carried a different status and specified the elements in the union.⁸

⁷O. Paz, *The Labyrinth of Solitude*, Allen Lane, London, 1967, p 77.

⁸Paraphrasing it can be noted that the origin of the word 'miscegenation', which is a transform of the Greek word *elaleukatio*, referring to the passing from 'black to white', connotes both moral cleansing and self correction. The word first appeared in an anonymous pamphlet in 1864 which set out to satirize Abraham Lincoln by suggesting the salvation of the American people could only be found in the interbreeding between blacks and whites in order to produce a brown-skinned people. D. Aaron, "The 'Inky' Curse: Miscegenation in the White American Literary Imagination", *Social Science Information*, 22, 2, 1983, pp 169-190.

These names included, mulatto, half-breed, half-caste, mixed breed, quadroon, octoroon, sambo, mango mestizo. Up to one sixty fourth black could be distinguished.⁹ In Brazil, despite its cultural hybridity, it took time before the word hybrid was not spoken as a curse. Gilberto Freyre's celebrated account of Brazilian culture, *The Masters and the Slaves* begins with the confession, "Of all the problems confronting Brazil there was none that gave me so much anxiety as that of miscegenation".¹⁰ The rest of the book, as is foretold in an introductory anecdote, seeks to give light to the shadowy status of the hybrid.

Once upon a time after three straight years of absence from my country, I caught sight of a group of Brazilian seamen-mulattoes and cafusos crossing Brooklyn Bridge. I no longer remember whether they were from Sao Paulo, or from Minas, but I know that they impressed me as being the caricatures of men, and there came to mind a phrase from a book on Brazil by an American traveller: 'the fearful mongrel aspect of the population'. That was the sort of thing to which miscegenation led. I ought to have had some one to tell me what Roquette Pinto had told the Aryanizers of the Brazilian Eugenic Congress in 1929; that these individuals whom I looked upon as representative of Brazil were not simply mulattoes or cafusos but *sickly* ones.¹¹

In the early records of the colonial encounters the ambiguity surrounding the hybrid was wrapped in ambivalence. On the one hand, hybridity was blamed for causing bad health. The symptoms included fatigue and indolence. Economic inertia, moral decadence and even syphilis were also effects that hybrids supposedly brought to the New World. But, on the other hand, Freyre reports that the colonizer's and the priest's preferred mistress was the mulatto woman, and he provides countless examples of their desire for the "lascivious hybrid woman". For Freyre, the negative associations given to hybridity were not the result of a deeply internalised ideology of purity but rather, a confusion of subject positions. The

⁹J. Williamson, *New People: Miscegenation and Mulattoes in the U.S.*, The Free Press, New York, 1980, p xii.

¹⁰G. Freyre, *The Masters and the Slaves*, transl. S. Putnam, Knopf, New York, 1946, p xx. When referring to the general development of such a culture Freyre doesn't speak of a process of hybridity, preferring the term *mestizo*, and when addressing the specific formations of the Brazilian national identity he proposed the term "Luso-Tropical".

¹¹*Ibid.* .In Brazil Aryanization alludes to the absorption of the 'inferior' races by 'superior' ones (ie. the white race) and the gradual shedding of the hybrid characteristics.

disastrous consequences of the first contact, he argued, had been falsely projected onto the offspring. Once the genuine causes of disease and disorder were identified, Freyre believed that the hybrid's advantage would be restored and would establish a firm grounding for a 'racial democracy'. Moral repugnance would dissolve as the society was enlightened by its own potentialities. In this new, celebratory myth, which was defined in opposition to the polarities of race relations in the U.S., hybrids were conceived as lubricants in the clashes of culture, they were the negotiators that would secure a future free of xenophobia.

Freyre had found a resolution to his anxiety over miscegenation; he would no longer see himself as belonging to a civilization whose origin was "sickly". He became convinced that a hybrid society creates a new social order through the principle of synthesis and combination of differences. Nevertheless, he retained uncritically the hierarchy that privileged the white race through its positive association along the poles of public versus private, culture versus nature, masculine versus feminine throughout his celebration of hybridity.

Freyre's Eurocentrism prohibited him from questioning the paradigms of savagery and primitivism. The conceptual world of the other was rarely entertained; it was simply their virility and domesticity that was embraced, and in this sense his account bears a disturbing resemblance to some integrationist discourses which promote otherness merely in terms of 'black macho' or 'ethnic cuisine'. This is no coincidence, for the model that Freyre is expounding is drawn from European modernism, while his narrative of incorporation is coded in terms of a sexualised arousal and submission. The shock of the Other serves to stimulate seduction and to smarten consumption; via ingestion and absorption. The useful is extracted and the rest is excreted. The modernist in the 'New World' cannibalised the Other, but something troublesome always remained. The hybrid social space that Freyre evokes still privileges the colonizer's aspirations - even as it incorporates the most 'useful' and 'desireable' elements from the 'savage' and the 'slave'. It was also clear, however, that a hybrid society which admits to the vagaries of its origin and does not seek to define itself through 'absolute ideals'

and 'unyielding prejudice', a society that proclaims a loose and open-ended cultural identity, while opening a space for tolerance towards difference, does not necessarily guarantee a universal extension of social justice.

So although Freyre seems to have demonstrated that a hybrid society is not necessarily one in decay or invariably riven by conflict, his anxiety over miscegenation is still evident in his proclamation that the hybrid is not a disavowal of the European identity: "(It) tends to become more and more extra-European though in no sense anti-European".¹² The hybrid is transformed into a sign for the extension of the European spirit. The mixing of blood shifts from being a stain or a stigma, to an aesthetically pleasing and virile combination. Yet the success of the hybrid depends on a particular recipe: potency is secured by the implanting of the white seed in the nurturing indigenous womb. A modernist fantasy of appropriation through insemination is repeated throughout Freyre's narrative of the assimilation between European culture, Indian domesticity and Negro virility.

By privileging the role of mixture, Freyre's account of cultural development clearly distances itself from the nineteenth century theories of natural law, evolution and racial purity that dominated the romantic constructions of nationhood. Hybridity succeeds not in its blind conformity to the European model, but in the application of European systems and ideals in a 'New World'. Progress in the 'New World' is marked by the dialectic of adaptation and transformation. The hybrid's progress is therefore linked to a Eurocentric model of maximization. Mixture is celebrated in Freyre's narrative, but at a secondary level, because it is through mixture that a new order can be realised that will integrate and maximize the Eurocentric 'spirit'. Mixture overtakes purity because it can out perform it. Once again, hybridity is justified, not by "love of humanity" but by the logic of maximization.

The limitations in Freyre's model of hybridity can be further exposed by considering his acknowledgement of being

¹²G. Freyre, *The Gilberto Freyre Reader*, transl. B. Shelby, Knopf, New York, 1974, p 87.

methodologically influenced by Picasso.¹³ The ambivalence of hybridity in early modernism is seldom examined in terms other than a celebration of the Western capacity for integrating the 'raw' forms of the other into the dynamic body of metropolitan culture. The difficulties of conceptualising hybridity can be witnessed in an essay by Max Raphael where he sets out to examine the means by which Picasso contributed to the 'break' in the European tradition. Raphael argues that Picasso's affinity for 'Negro Art' represented a potential trespass of what was conceived as the border between reason and non-reason, while also signifying a reversal in the exchange of cultural influence from the periphery to the centre.

Raphael's account of the evolution of artistic practice while ambiguously referring to Levy-Bruhl's controversial anthropological distinction between the mentality of Western and primitive peoples remains convinced that the nationality of the former can assimilate the spirituality of the latter. While not commenting on the commensurability between these different cultural and philosophical forms and despite his attention to the brutalities of colonialism he seemingly endorses the privileges of western rationality. With these limitations in mind I would like to examine the process of incorporating non-western cultural forms into modern art that Raphael offers.

The integration of Japanese art was the loophole by which traditional artistic rationalism found its way to an artistic sensualism closer to nature. The incorporation of Negroid art, on the other hand, turns against rational and sensory contents in favour of metaphysics and the irrational, and at the same time creates a new, completely Non-European rationalization of form.¹⁴

Thus he suggests the integration of 'Japanese' art and 'Negroid' art follows the same principle but proceeds through diametrically opposed categories: 'Japanese' art enters through the door of European rationality in order to beckon the West toward its own objectives - that is, to find its way back to nature; 'Negroid' art, by

¹³Z. Nunes, "Anthropology and race in Brazilian modernism", in *Colonial discourse / Postcolonial theory*, ed., F. Barker et al., Manchester University Press, Manchester, 1994, p 120.

¹⁴M. Raphael, *Proudhon, Marx, Picasso*, trans. I. Marcuse, Lawrence & Wishart, 1980, p 130.

contrast, is projected into the anarchic zone of irrationality. The presence of the two forms is at first perceived as both indigestible and incomprehensible. Yet it is this confrontation with otherness, albeit via latent or marginal concepts, that yields a new form. In both cases the foreign is incorporated in order to confirm or extend the conventional values. Raphael argues that Picasso, in incorporating foreign elements, fails to question the ruptures within metropolitan culture because he leaves the prior distinction between spiritual value and material production untouched. Picasso's example provides a template upon which Raphael can thereby address what he regards as the great contradictions between early modernity and colonialism.

Psychically emptied and over-rationalized, man discovers in the natives of his colonies a vast traditional domain, and this discovery accelerates his own rapid and continuing flight from Reason. But it also consolidates his humanity in the face of the machine, and activates his hitherto passive mysticism.¹⁵

Raphael's account of the reconciliation of the modern split between body and soul proceeds *not* through a critique of the existing relationship between material production and spiritual value, in which the modern self is already inscribed, but through an argument about the consumption of the idealized Other. Raphael argues that the Non-European forms were assimilated back into the European tradition, through the mediation of historically prior traditions. The reactivation of latent forms is the lever which allows the entry of the Other, and facilitates a form of moral and normative rejuvenation.

European art assimilated Negroid influences by introducing: (1) the principle of corporeality, and hence, the Greek tendency, during the period of Cubist objects; (2) the mysticism of the soul, and hence, the Gothic, during the period of the cubist field.¹⁶

This critique of the utilization of non-western elements in Picasso's art gives us an indication of an underlying pathos in the motivation to incorporate foreign elements, and also a surprising insight into the simplicity with which the foreign was understood

¹⁵ *Ibid.*, p.131.

¹⁶ *Ibid.*, p.142.

within modern culture. I say that this insight is surprising because most critics associate the concept of modernity with an increasing complexity in the structures of everyday life, and assume that the cultural processes that accompany such structures are equally sophisticated. As Don Miller wryly observed: "an idea like 'simple modernity' would be seen as a blatant contradiction."¹⁷ But this is precisely what we do witness in the cultural dynamics that Raphael traces. He argues that the West's success in material production was achieved at the expense of hollowing out Western spiritual values. However, the turn to primitivism in modern art was not a wholesale critique of material production, but simply another extension of the prevailing logic of appropriation and displacement. In primitivism we witness not only the commodification of other spiritual values, but also the domestication of this otherness as it is translated back into the familiar western forms of 'corporeality' and 'mysticism'.

By demonstrating Picasso's paradoxical appeal to Western reason and non-Western spirituality, and in the shift from realism to abstraction, Raphael attempts to probe at the very flaws in modern rationality, as well as to address the unresolved paradoxes between form and content in modernism. His account of Picasso's achievement is significant not just for its evaluations but also for its construction of a model of cross cultural assimilation. According to the dynamics of this model, for the Other to be domesticated it must also be doubled, it must have one face that turns inwards, conveying a sense of belonging, and the other face that turns to the exterior, pointing to the beyond. It is this duality, he suggests, which secures a sense of extension and bridging; thus, for every foreign element to be accepted, there must be both a centrifugal and a centripetal force; a narcissistic sense of inclusion and a transgressive sense of extension. For the non-western to enter the West it must do so in the guise of the cultural hybrid: the non-western-Westerner.¹⁸

Hybridity in Colonialism

The clash of cultures that colonialism invariably provoked, rather than producing an absolute bifurcation between the coloniser

¹⁷ D. F. Miller, *The Reason of Metaphor*, New Delhi, Sage, 1992, p. 120.

¹⁸ See also John Berger's account of Picasso as the 'vertical invader' in modern art in *Success and Failure of Picasso*, Penguin, London, 1965.

and the colonised, encouraged the formation of new cultural hybrids. Ashis Nandy's account of the levels of consciousness which at first sustained and then, undermined the colonising project stresses that the conventional binarism which represented the colonised as victim and the coloniser as victor, overlooks that both were caught up as players and counter-players in the dominant model of universalism. Shifting his attention away from the obvious sites of conflict and violence, Nandy focuses on the actual interfaces, such as the processes of negotiation between opposing groups, the means of resistance expressed by urban Westernised Indians and the degrees of degradation experienced by the English coloniser. Agency is never the monopoly of one player, he suggests, for both are locked in a dyadic relationship in which the coloniser becomes a self-destructive co-victim.

And even that White Sahib may turn out to be defined, not by skin color, but by social and political choices. Certainly he turns out to be ... not the conspiratorial dedicated oppressor that he is made out to be, but a self-destructive co-victim with a reified life-style and a parochial culture, caught in the hinges of a history he swears by.¹⁹

Colonialism produced new losses and gains, allowed new forms of identity to ascend, and debased or crushed others. This trajectory was always, at least, dual. It was one of the peculiar features of English colonialism that the subjects that induced the greatest discomfort and were the victims of the most bitter attacks were the hybrids. The repulsion that was genuinely felt towards the hybrids was, according to Nandy, deeply connected to the repression of the antonyms and oppositional dualisms that jostled for position in the colonizer's sexual identity and political ideology. Perhaps no other figure articulated these contradictions so exquisitely as did Rudyard Kipling. The very man who so persistently criss-crossed the tremulous line between "Westernised Indian" and "Indianised Westerner" was also the one who insisted that 'West' and 'East' could never be reconciled. For Nandy, Kipling displayed the qualities of the hero who "interfaced culture" and kept open the feminine side in masculinity, while also being able to despise the effeminate hybrid who lacked a clear sense of self. Kipling's capacity to project his own

¹⁹A. Nandy, *The Intimate Enemy*, Oxford University Press, New Delhi, 1983, p xv.

self-hatred is thus taken as an index of the underlying repressions in colonialism.

Kipling distinguished between the victim who fights well and pays back the tormentor in his own coin and the victim who is passive-aggressive, effeminate and fights back through non-cooperation, shirking, irresponsibility, malingering and refusal to value face-to-face fights. The first was the 'ideal victim' Kipling wished to be, and the second was the victim's life Kipling lived and hated living. If he did not have any compassion for the victims of the world, he did not have any compassion for a part of himself either.²⁰

The conflict of interests between the coloniser and the colonised was also a conflict between the parts and processes of identity. It promoted a self-image and form of consciousness that was defined in opposition to the putative characteristics of the "Eastern man" and exaggerated the qualities of hardness, distanciation and responsibility. A self was fashioned that was not only more congruent to the needs of the colonial machine but intolerant of the inherent mixtures in one's self and in others. The acknowledgement of his own androgynous biculturalism was - according to Nandy - Kipling's most disturbing dilemma, and his solution, which accords with the dominant model, was to opt for absolute choice. He should be *either* Western *or* Indian. It was inconceivable to be *both*, for the path of progress was opposed to those meandering oxymorons and perambulating paradoxes.

While a reordering of the coloniser's consciousness and a distanciation from that of the colonised was central to the success of the colonial project, it was also - as Nandy suggests - the cause of its rigidity that ultimately facilitated its own demise. Kipling could never reconcile *both* his Western *and* Indian selves, yet in everyday life such conjunctions were both practical and continuous with the syncretic processes which constructed Indian identity. The relentless quest for purity and the historical burden of superiority never allowed Kipling to grasp the resilient dynamism of hybridity, and so he remained slightly detached from even his most beloved subjects. Crucial to the transformative processes of Indian tradition was what the coloniser dreaded most, a critical engagement with the other.

²⁰*Ibid.*, p 68.

India has tried to capture the differentia of the West within its own cultural domain, not merely on the basis of a view of the West as politically intrusive or as culturally inferior, but as a subculture meaningful in itself and important, though not all-important, in the Indian context.²¹

Kipling's personal failures are history lessons for Nandy, because each expression of moral repugnance and political outrage was so utterly framed by the Enlightenment ideals of development through determinate sequences. Surveying the culture as if caught in the "backward innocence of childhood", the Indian identity slipped in and out of the determinacy. It was this indeterminateness which Kipling hated, yet it was the key to survival under colonialism and to the creative space that ensured cultural transformation.

For Nandy, all encounters produce change. The perversity of colonialism is thus measured not just in terms of the extreme exploitation of the other, but also in the contortion and constrictions of the self that were necessary to enforce such a relationship. Nandy explains this process of cultural co-optation in two ways. First, he demonstrates the homology between sexual repression and political dominance which led to an internalization of self-images of hardness and detachment as the appropriate "manly" modes of colonial rule. Second, he reveals that the initial identification with the aggressor was not just an attempt to seek salvation by means of mimicry but also a resurrection of latent self-images which could be made compatible with the ideology of colonialism.

A version of Indian hyper-masculinism would thus not only mirror back the ruler's wishes but also serve as "new, nearly exclusive indicator of authentic Indianness".²² Under colonialism both the ruler and the ruled produced new self-images which were selectively drawn from earlier forms of social consciousness. Colonialism found legitimacy because it elicited a set of codes that were common to both cultures, and because it was thereby able to privilege components that were previously subordinant or recessive in these cultures. The seeds for this foundational colonialism were already contained in the consciousness of both parties, and central to

²¹*Ibid.*, p 76

²²*Ibid.*, p 7

its legitimacy was the valorization of the pure and the denigration of the hybrid - that is, of sexual and spiritual androgyny.

Nandy's account of the colonial modes of exchange through the psychic mechanisms of projections and introjections and his celebration of the 'superior' resilience of hybridity, leaves one central question unanswered: does the encounter with the Other presuppose a replaying of old identities or the invention of new ones? Nandy systematically elaborates the principles of exchange as a rupture in prevailing cultural codes and priorities, and the establishment of new modes of self-presentation and social management. The rupture is not seen as a total upheaval but as a radical shift of emphasis, which leads to the highlighting of aspects of the self which had been kept dark, and a promotion of previously recessive components of culture.

Although there is no explicit theory of hybridity in Nandy's narrative, this process of rupture and regrouping outlines the dynamism of exchange. Nandy is able to link the denials and repressions in, say, Kipling's consciousness to both an inability to keep in play the contradictory forces and a tendency to create a distorted and untenable self-image. Similarly, he praises the "Indian's" humble capacity to include aspects of the Other without losing his or her original cultural checks and balances. However, in order to consolidate the argument that distancing inevitably leads to atrophy and identification secures survival, one also needs a closer theory of the dynamics of exchange. Moreover, to understand both the disturbing anxiety generated by cultural hybrids and the productive and enabling force of hybridity there needs to be a closer scrutiny of the creation of differences, precisely when there is a renewed circulation of equivalences, or an exaggerated outburst of hostility towards the 'intimate enemy'. For this theorization of difference we must turn elsewhere, and move on from the history of culture to consider the semiotics of culture.

The semiotics of hybridity

Bakhtin's attention to the mixture of languages within a text, which both ironizes and unmasks authority, demonstrates a new level of linking the concept of hybridity to the politics of

representation.²³ The language of hybridity becomes a means for critique and resistance to the monological language of authority. The hybrid text always undoes the priorities and disrupts the singular order by which the dominant code categorises the other. In Bakhtin's theory the "doubleness" of the hybrid voices is composed not through the integration of differences but via a series of dialogical counterpoints, each set against the other, allowing the language to be both the same and different. This clearly constitutes a turning point in the debates on hybridity. This turning point is most evident in the current appeal of Bakhtin's theory of heteroglossia and the carnivalesque. However, while there has been a greater appreciation of the subversive potential of language, the attention to difference within literary and critical theory has been mostly confined to a representation of its products rather than an engagement with its processes. To overcome this limitation it would be useful to turn to the work of Yuri Lotman, a Russian semiotician who both drew on Bakhtin's theory of hybridity and extended it into the semiotics of culture. If the concept of hybridity is to go beyond a mere celebration or denigration of difference, then Lotman's theory which outlines the dynamism of difference within culture, might provide a valuable framework.

Lotman's approach to the semiotics of culture goes beyond the conventional concerns with the uses of signs for the communication of content. In his work culture is thus defined as a system that mediates the individual's relationship to his or her context, the mechanism for processing and organising the surrounding signs. The way we deal with inputs, how decisions are made, priorities established, behaviour regulated, models envisaged and questions posed in the "communicating dialogue" with the outside world, is all expressive of a particular sense of culture. This dialogue always comprises of relatively individualised languages which are in a state of interdependence and are transformed by their specific historical conditions. Lotman stresses this interdependence and avoids any movement towards analytical abstraction, for culture is never a mere

²³Robert J C Young, has drawn attention to the concept of hybridity in Bakhtin's theory of language and its broader implications for cultural theory. See *Colonial Desire: Hybridity in Theory*, Routledge, London, 1995, pp 20-22.

summation of separate and discrete languages. Therefore the formation of a cultural system cannot be seen to resemble the overlapping leaves of an "onion". In Lotman's theory the form of culture is defined via references to motion rather than by comparison to a static or bounded object. Hence it is seen to be more like a river with a number of currents moving at different rates and intensities. The aim is to see how culture operates as a whole, in a state of constant "creolization", or what he calls the "semiotic physiology" as opposed to the "atomistic approach".

The name Lotman gives for this dynamic process of influence, transformation and co-existence within the space of culture is the semiosphere.²⁴ The semiosphere is the totality of semiotic acts, from squeaks to sonatas, from blips on the radar to burps at the dinner table. It also includes all acts past and present, possessing a "memory which transforms the history of the system into its actually functioning mechanism, this includes the mass of texts ever created and ... the programme for generating future texts."²⁵ While the value and position of elements within a language shift and change, and the set of languages within a cultural field intersect, fragment, diversify or realign, the whole of the semiotic space remains constant. Thus the semiosphere refers to the totality of the cultural system, and also the condition for the development of culture.

To illustrate the heterogeneity of elements and the diversity of functions which are contained within the semiosphere Lotman uses the example of the museum as a model for the possibility of representing and containing difference within a single system. The museum, he argues, is a single space containing exhibits from different periods; each exhibit bears inscriptions in languages which may or may not be decipherable, there are instructions, explanations, guides, rules and plans which, to some degree, regulate the responses of visitors and staff. Within this single space, Lotman stresses, we have to remember that all the elements are dynamic, not static, and that the correlations between terms are constantly changing. In a

²⁴J M Lotman, *The Universe of the Mind*, trans. A. Shukman, Tauris, London, 1991, p 123.

²⁵J.M. Lotman & B.A. Uspenskij, *The Semiotics of Russian Culture*, trans. A. Shukman, Michigan Slavic Contribution, No. 11, Ann Arbor, 1984, pxii.

context where the construction of the museum as an encyclopaedic repository of culture's diversity is deeply contested, this may seem as a flawed example. Nevertheless, it remains a paradigmatic example of staging difference within contemporary culture.

Within the model of the museum we can at least see how Lotman's conception of the semiosphere recognizes oppositions and tension, for it does not presuppose that this binarism either leads to a single point of antagonism, or that positions are mutually exclusive and immutable. His representation of the system of communication recognises that binarisms constantly undo their own fixity. It describes a system in which there is a constant conflict between the resolute and the opaque codes, the compatible and the contradictory practices. The relationship between centre and periphery in the semiosphere is not explained by either the functionalist paradigm of mechanical interaction, or the dialectical model for the overcoming of antagonisms but, rather, by an attention to the dynamics of contestation over the *fit* between the language of the code and the language of practice. At one stage he tries to evoke the incalculable flux of intellectual energy within the semiosphere by saying that it "seethes like the sun".²⁶ However, with this metaphor, which suggests both organic thrust and chaotic dispersal, there is the sense that the principle of power cannot be contained neatly in the acts of cultural exchange. In some sense this energy of transmission that he refers to being central to the semiosphere bypasses the political questions of power and overrides the coordinates of morality.

The structure of the semiosphere can be crowded and chaotic, possessing languages with different levels and forms of representation. Lotman consciously idealizes the opposition between centre and periphery in terms of codification and indeterminacy in order to articulate the constant tension in the definition of norms, customs and laws which are generated to legitimize the extension of one language over the whole semiosphere. He is astutely conscious of the counter-productive consequences of a hegemonic language. In the semiosphere, the expansion of one language is only achieved by its rigidification and its severance from the milieu of dynamic

²⁶Lotman, *The Universe of the Mind*, *op cit.*, p 150

interaction. To expand in a unified manner is to become more and more prone to disintegration. For the periphery never passively accepts conversion and it is this tension between the code of the centre and its (in)ability to reflect the practices in the periphery that produce a dissenting language. Lotman describes the contradictions that await 'the proselytizing mission' of the centre thus:

If in the centre of the semiosphere the description of texts generates the norms, then on the periphery the norms, actively invading 'incorrect' practice, will generate 'correct' texts in accord with them. Secondly, whole layers of cultural phenomena, which from the point of view of the given metalanguage are marginal, will have no relation to the idealized portrait of that culture.²⁷

This uneven terrain of cultural production and the stochastic distribution or multi-vectorial transmission of culture is also stressed by Michel Serres. In his complex analyses of cultural dynamics he persistently questions the transparency of the laws of determinism and challenges the conventional passage from the local to the global.²⁸ The productive tension between local and global, noise and dialect that Serres notes, is similar to Lotman's tracking of the flux of energy that follows every criss-crossing of a boundary. For Lotman, the semiosphere is in a constant state of hybridity. It always oscillates between identity and alterity, and this tension is most evident at its boundaries.

Paradoxically, the internal space of a semiosphere is at the same time unequal yet unified, asymmetrical yet uniform. Composed as it is of conflicting structures, it nonetheless is also marked by individuation. Its self-description implies a first person pronoun. One of the primary mechanisms of semiotic individuation is the boundary, and the boundary can be defined as the outer limit of a first-person form. This space is 'ours', 'my own', it is 'cultured', 'safe', 'harmoniously organized', and so on. By contrast 'their space' is 'other', 'hostile', 'dangerous', 'chaotic'. Every culture begins by dividing the world into 'its own' internal space and 'their' external space. How this binary division is interpreted depends on the typology of the culture.²⁹

An archetypical example of this type of differentiation between US and THEM, a relationship of non-relationship whereby

²⁷Ibid.,

²⁸M. Serres, *Hermes*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1982, p 80.

²⁹Lotman, *The Universe of the Mind*, *op cit.*, p 131.

the exterior Other is defined by the logic of the inversion is the designation of the Other as Barbarian. The crucial marker is, in this instance, language: a Barbarian is simply the person who does not speak Greek. However, the Other that is within the semiosphere is not perceived by such an *a priori* categorization, but is identified through the processes of translation. The construction of the exterior Other by the logic of inversion is designed to preclude dialogue, whereas the presence of an other who speaks different languages within the semiosphere, interacts through translation, and thus facilitates both dialogue and transformation. Because the different languages within the semiosphere do not have mutual semantic correspondences translation presupposes asymmetry. Once the other's utterances stop sounding like muttering "bar bar bar", and he or she is deemed to speak Greek properly, he or she is no longer just a Barbarian. But this difference, as Lotman emphasise, has to be perceived as both necessary and desirable, for the precondition for dialogue is the mutual attraction of the participants. Lotman outlines the mechanisms by which dialogue occurs in the context of difference - that is, how information is generated from the tension between a language and its contact with a foreign text - and he describes this process of interaction in five stages. This enables us, I suggest, reflect on Raphael's explanation of Picasso's success and Nandy's account of exchange within colonialism:

First, a text arrives from the outside, it appears in its original form, in its own language, its strangeness is intact; it is not considered a threat or a problem because it is presumed to be superior and therefore will offer a positive contribution.

Second, a transformation at both ends begins to occur - that is, the imported text and the receiving culture begin to restructure each other. The foreign text is idealized because it offers the local culture the opportunity to break with the past. Here the foreign text is imbued with salvific qualities. However, there also emerges a counter-tendency whereby the foreign text is linked to a submerged element in the receiving culture; the foreign thus activates a dormant component, and is therefore interpreted as an organic continuation or a rehabilitation of the familiar culture.

Third, there emerges the tendency to deprecate the source of origin from which the text came and emphasise that the true potential of the text is only realized by being integrated into the receiving culture. Reception has not only led to transformation but is also a form of transcendence. Before, it was debased and distorted; now it has the grace of truth and universality.

Fourth, after the imported text has been fully assimilated, its distinctive presence has been dissolved, and has led to the production of a new model. Now that the receiver has internalised the text and restructured its own axioms and values, the local becomes producer of the new and original texts.

Fifth, the receiver is now a transmitter - or in Lotman's words it, "issues forth a flood of texts directed to other, peripheral areas of the semiosphere."³⁰

Lotman was conscious that this dialogue - or what he calls this process of "infection" - could only be realized under favourable historical, social and psychological conditions. But Serres adds another dimension which locates the interruptive moment and the potential for innovation not singularly in the dialogue between the interlocutors, but in what he sees as the alliance against the disruptive third man:

Such communication (dialogue) is a sort of game played by two interlocutors considered as united against the phenomena of interference and confusion, or against individuals with some stake in interrupting communication. These interlocutors are in no way opposed, as in the traditional conception of the dialectic game; on the contrary, they are on the same side, tied together by a mutual interest: they battle against noise. ... They exchange roles sufficiently often for us to view them as struggling against a common enemy. To hold a dialogue is to suppose a third man and to seek to exclude him: a successful communication is the exclusion of the third man. The most profound dialectical problem is not the Other who is only a variety - or a variation - of the same, it is the problem of the third man³¹

Where Lotman defines the semiosphere as the resultant and the condition of possibility of the system of communication, Serres invokes the third man - or what he also referred to as the parasite. Lotman's theory acknowledges the fluidity and the perpetuity of

³⁰*Ibid.*, p 147.

³¹Serres, *op. cit.*, pp 66-67.

cultural interaction. Serres highlights the previously unacknowledged vectorial forces of a third element which emerges whenever two subjects enter into a dialogical relationship. Both approaches break with the functionalist models for understanding the incorporation of difference in terms of either assimilation or amalgamation. Both theorists are intensely conscious of the role of the hybrid and creolized, and draw attention to the splitting, the interference in the dissemination of languages, leading us towards a re-evaluation of the position, role and function of the stranger, yet both theories say little about the precondition of desire in mutual attraction or the disposition to delegate the stranger to the position of the third man. Are these structural questions simply left as the invisible bias of history?

The problem with the semiosphere is that it does not directly address the politics in the distinctions between language and silence, between coherence and babble, between comprehension and confusion, the determining patterns of selection that influence which languages will be learnt, and what thresholds between the axioms of transparency and opaqueness in language will be sustained in order to stimulate particular forms of knowledge and to permit the emergence of particular claims. In other words, it does not address the politics by which the margin is hierarchised, appropriated, tokenised or fetishised in order to serve the interests and maintain the order constructed by the centre. For all his attention to the fluid dynamics of the semiosphere, Lotman appears to have overlooked the specific forces of access and exclusion. The levels of travelling and the process of transmission discount any degree of loss or mutation in the course of the journey. Meaning begins only once the text enters the space of the semiosphere, but what traces are there of the meanings, prior to this encounter? The arrival of a foreign text is never a perfect isomorph of another culture, it, too, is formed by the travails of travelling.

From this perspective it appears that the primary tendency within the semiosphere is toward the acculturation of the foreign text and subtle modification of the dominant language. However, in order to witness the innovative potential of the foreign text, or the restructuring of the dominant language according to the laws of the

Other, we will have to measure the resilience of the foreign code and examine the impact resulting from the insertion of the foreign text. If the interruptive force of hybridity is ultimately smoothed over, as it is incorporated into the semiosphere, then we must question whether this theory of dynamic transformation is sufficiently attentive to either concept of difference or the contemporary crisis within culture.

Hybridity in Postcolonial theory

The most vigorous debates on the dynamics of difference in contemporary culture have occurred within the field of postcolonial theory. Given the extremities of social and psychic upheaval generated by the colonial encounters it is no coincidence that the most radical critics of modern transformation have come from places that have experienced these global changes most brutally. After Fanon's detailed and passionate argument that the violence of colonialism has to be measured according to the West's philosophical consciousness of right as much as its military display of might, and with Ngugi wa Thiongo's clear awareness of the ongoing processes that reshape cultural priorities, redirect political directions and rewrite historical scripts in ways that split internal mechanisms of social mechanisms and bind them to neo-colonial structures, it is then inevitable to overlook the dynamics of hybridity in terms of the colonizing of the mind and the destruction of traditional social forms.

In the context of rupture and violation, communication and identity is always problematical. For as Stuart Hall argues, the emergence of 'other histories' in contemporary discourse is synchronous with the radicalization of the notions of identity, history and language. If the experience of displacement has become the paradoxical starting point for understanding the parameters of belonging in the modern world, then this would entail a challenge to the conceptual framework for understanding identity and culture. On the one hand, there is still the Romantic claim that identity can retain the essential distinctiveness of a culture. On the other, the process of constructing identity through the mixing and engaging with the Other has been given, as we have seen, a far more critical perspective. Recent writings within postcolonial theory routinely cite

the work of Stuart Hall, Homi Bhabha and Gayatri Spivak as authorising hybrid identities. At the broadest level of conceptual debate there seems to be a consensus over the utility of hybridity as an antidote to essentialist subjectivity. However, Spivak sharply dissents from both Bhabha's and Hall's suggestion that hybridity has purchase in both the Third world postcolonial arena and within the diasporic condition of minorities in the First world.

According to Stuart Hall, cultural identity is always hybrid, but he also insists that the precise form of this hybridity will be determined by specific historical formations and cultural repertoires of enunciation.³² Homi Bhabha notes the rising influence of once excluded voices now challenging the boundaries of what is seen as a Eurocentric project. The affinity of these interruptive voices, Bhabha suggests, offer the basis for rethinking the process of change and the subjects of modernity.

For the demography of the new internationalism is the history of postcolonial migration, the narratives of cultural and political diaspora, the major social displacements of peasant and aboriginal communities, the poetics of exile and the grim prose of political and economic refugees.³³

Hybridity may be a condition that is common to all who have sharp memories of deprivation but - as Bhabha also reminds us - it seems an insufficient basis to consolidate new forms of collectivity that can overcome the embeddedness of prior antagonisms. Nevertheless, Bhabha's work has focussed on the psychic processes of identification and the cultural practices of performance to highlight the hybridization that is intrinsic to all forms of radical transformation and traditional renewal. Gayatri Spivak is not so quick to embrace such a demography of postcolonials she draws a sharp distinction between the diasporic communities in the First world and the subaltern in the Third world. The subaltern and the diasporic, are in her view incommensurable worlds and projecting the concept of hybridity into the former is not only a misreading but also akin to providing an alibi for global exploitation. By charting

³²S. Hall, *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*, ed. by D. Morley & Kuan-Hsing Chen, Routledge, London, 1996, p 502.

³³H. Bhabha, *The Location of Culture*, Routledge, London, 1995, p 5.

how hybridity is variously defined by Hall, Bhabha and Spivak we can break with the naive assumption that hybridity is itself a stable concept or that one perspective is interchangeable with another.

In Stuart Hall's writing the term hybridity is integral to the Bakhtinian-Gramscian perspective that he brings to bear on his representations of social transformation. Nowhere in his work is there a theoretical model which could be transferred to particular sites of struggle and used to 'read off' examples of hybridity. Hall's understanding of the process of transformation is never constructed in terms of either an absolutist oppositionality - whereby one position demolishes its antagonist - or a neat succession with each stage being a clean break from the one before. Transformation is seen as occurring in a more 'generative way': as ideas, worldviews and material forces interact with each other, they undergo a process of being internally reworked until the old ones are displaced.

From this perspective, hybridity can be seen as operating on two levels: it refers to the constant process of differentiation and exchange between the center and the periphery and between different peripheries, as well as serving as the metaphor for the form of identity that is being produced from these conjunctions. Hall's representation of hybrid identities as always incomplete does not imply that they aspire to a sense of wholeness and that they invariably fall short of becoming a finished product, but, rather, that their energy for being is directed by the flows of an ongoing process. This anti-essentialist perspective on identity has had significant impact on the debates over the 'politics of representation' and has been utilised by Hall like a spiralling coil to turn the concept of ethnicity out of its anti-racist paradigm, where it connotes the immutable difference of minority experience, and into a term which addresses the historical positions, cultural conditions and political conjunctures through which all identity is constructed. So ethnicity becomes a positive concept for the "recognition that we all speak from a particular place, out of a particular history, out of a particular experience, a particular culture ... We are all, in a sense, *ethnically* located and our ethnic identities are crucial to our subjective sense of

who we are."³⁴ By initiating such a contestation over the boundaries of ethnicity Hall opens up a mode for understanding identity which is paradoxically both inclusive and specific.

With the revelation of the multiple others in the self - or rather the understanding that the history of the self "as composed always across the silence of the other"³⁵ - and when language is framed by a broader politics of articulation, embedded, that is, within "an infinite semiosis of meaning"³⁶, then, this opens the space for the process of re-identification and re-territorialization of experiences previously deemed 'too marginal' to be worthy of representation. Hall describes this re-articulation of the symbolic order through the Gramscian theory of hegemony and counter-politics. The margin challenges the centre via a three pronged strategy: first, through an opposition to the given order; second, via recovery of broken histories and the invention of appropriate narrative forms; and third, through the definition of a position and a language from which speech will continue.

You could not discover, or try to discuss, the Black movements, civil rights movements, the movements of Black cultural politics in the modern world, without that notion of the re-discovery of where people came from, the return to some kind of roots, the speaking of a past which previously had no language. The attempt to snatch from the hidden histories another place to stand in, another place to speak from. ... Ethnicity is the necessary place or space from which people speak.³⁷

Hall's perspective presupposes that translation across cultural difference is always possible. But, how do we map a culture whose own references do not correspond to the coordinates of another culture? How do we represent a culture whose historical memory and conceptual apparatus has been so damaged by the colonial encounter that the very possibility of exchange or dialogue seems no longer to exist? These questions are central to Gayatri Spivak's essay, "Can the subaltern speak?". With characteristic bluntness, Spivak has

³⁴S. Hall, "New Ethnicities", *Black Film, British Cinema*, ed. by K. Mercer, ICA Documents 7, London, 1989.

³⁵S. Hall, "Old and New Identities, Old and New Ethnicities", *Culture, Globalization and The World-System*, ed. A. King, MacMillan, London, 1991, p49

³⁶Ibid., p 51

³⁷Ibid., p 35

answered her own question in the negative: she has stated that the subaltern cannot speak. Between posing the question and the negative response, lie profound implications about the languages of resistance, the structures of oppression and the role of the intellectual. Spivak argues that there are two sides to the meaning of representation, the political and the rhetorical which are articulated by Marx with separate terms, like proxy and portrayal. This observation serves as both a rebuke against the tendency for conflation by Western intellectuals, and a corrective to any suggestion that there can be a representation of the real subaltern's consciousness. This is because any representation of authentic condition is always premised on "contestatory replacement as well as an appropriation (a supplement) of something that is artificial to begin with - 'economic conditions of existence that separate their mode of life'".³⁸

Who knows how to best manage the Other? Spivak again casts a suspicious glance toward the possibly benign identification with the subaltern, the well meaning gesture of solidarity with a constituency that the First World intellectuals neither appreciate nor could find the language to address. Against all those facile claims of unity, she reminds us that subalternity is not a condition to be desired. Taking the rural and landless poor of India as her example, Spivak points out that the question of understanding is not confined to the linguistic problem of translation, for how would you translate a culture whose "responsibility based ethical systems have been for centuries completely battered and compromised"³⁹ into the other culture's notion of democratic rights and civil society? The incommensurability between these two orders is such that the gaps and silence would be more significant than any utterances. There is no clear process by which the realities and experiences of the Indian subaltern can be translated into western categories. Spivak insists that in this instance there is no prior space that can facilitate a dialogue between the West and its Other.

³⁸G.C. Spivak, "Can the Subaltern Speak?", in P. Williams & L. Chrisman, *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader*, Harvester, London, 1993, p 71.

³⁹G.C. Spivak, "Narratives of Multiculturalism", Lecture at Manchester University, January 1995.

The moment the subaltern has stepped into the arena of representation and negotiation, this is the first mark of a movement away from the position of the subaltern. The ability to 'speak up' to the hegemonic forces is a step towards becoming an organic intellectual. However, to become such a representative is already a movement away from the condition that is being represented. The subaltern condition cannot even bear the privilege of its own 'organic intellectuals'. Spivak repeatedly warns against the presumption that subaltern experiences are texts that are available for translation. This prognosis is aimed particularly at radical historians:

When we come to the concomitant question of the consciousness of the subaltern, the notion of what the work *cannot* say becomes important. In the semiosis of the social text, elaborations of insurgency stand in the place of 'the utterance'. The sender - 'the peasant' - is marked only as a pointer to an irretrievable consciousness. As for the receivers, we must ask who is the 'real receiver' of an 'insurgency'? The historian, transforming 'insurgency' into 'text for knowledge' is only one 'receiver' of any collectively intended social act. With no possibility of nostalgia for that lost origin, the historian must suspend (as far as possible) the clamor of his or her consciousness, (or consciousness effect, as operated by disciplinary training), so that the elaboration of the insurgency, packaged with an insurgent consciousness, does not freeze into an 'object of identification', or worse yet, a model for imitation. 'The subject' implied by the texts of insurgency can only serve as counterpossibility for the narrative sanction granted to the colonial subject in the dominant groups. The postcolonial intellectuals learn that their privilege is their loss. In this they are a paradigm of the intellectuals.⁴⁰

Spivak's reminder for the need of added reflexivity over the precise status of who is speaking in place of the subaltern, and who would be able to listen to the subaltern, is a precaution against both false delegation and idle identifications. For as she reminds us, to be in the position to speak for the subaltern, is both impossible and unenviable. The poverty and brutalised conditions of the subaltern imply that the very step towards representation involves, at first, a move *out* of its own context. Alienation is the price of every representation. This is the extreme edge of Benjamin's observation that no translation can find exact correspondences between different languages. Thus we could say that unlike Hall's attention to the 'politics of representation', Spivak is more concerned with the

⁴⁰Spivak, "Can the Subaltern Speak", *op. cit.*, p 82.

'violence of silence'. In this way Spivak, unlike Hall, seems to limit the concept of hybridity as a metaphor for cultural identity.

In Homi Bhabha's writing the concept of hybridity is initially used to expose the conflicts in colonial discourse, then extended to address both the heterogeneous array of signs in modern life and the various ways of living with difference. Hybridity becomes an interpretative mode for dealing with what Bhabha calls the juxtapositions of space, and the combination of 'time lag' out of which a sense of being is constructed that constantly oscillates between the axioms of foreign and familiar. Bhabha suggests that, in order to apprehend the contemporary structures of agency we need to shift our attention away from the concrete production of discrete objects and consider, rather, the restless process of identification. Bhabha places great stress on the 'fact' that identity is never fixed once and for all, it never coheres into an absolute form. For instance, he describes minority discourse as emerging from the "in between of image and sign, the accumulative and the adjunct, presence and proxy".⁴¹ However, the refusal to accept the primacy of an originary essence, or the inevitability of an ultimate destiny for identity, is not an invitation to celebrate the liberation from substantive strictures. The theoretical qualification on the processes of identity formation in no way imply that identity is constructed out of a political and cultural vacuum. To elaborate the elasticity in the trajectory of identity is not a vindication of the claims that the horizons are boundless, access is free and that the past is without weight or shape. According to Bhabha, attention to the process of identification requires a finer recognition of the strategy of negotiation. Identity always presupposes a sense of location and a relationship with others. However, this attention to place does not presuppose closure. For the representation of identity most often occurs precisely at the point when there has been a displacement.⁴²

The stress that Bhabha gives to the belatedness in the representation of identity is also connected to a deeper problematic of the partiality of representation in general. The status of

⁴¹H. Bhabha, ed. *Nation and Narration*, Routledge, London, 1990, p 307.

⁴²H. Bhabha, *The Location of Culture*, Routledge, London, 1994, p 185.

representation is defined more by its limitations and distortions than by its ability to capture an 'elusive' spirit or hold the totality of presence. Therefore any theory of agency must also include the process of 'bricolage'. Identity is always conceived in the 'twixt of displacement and re-invention'. By stepping between Benjamin and Bhabha, we could say that representations of identity are at best a 'rear-view' of a part of the past that is pushing us forward into the future. For Bhabha, Jameson's attention to pastiche, Said's appreciation of the contrapuntal, Deleuze and Guattari's tracking of nomadology are parallel metaphors for naming the forms of identity which emerge in a context of difference and displacement:

The process of reinscription and negotiation - the insertion or intervention of something that takes on new meaning - happens in the temporal break in-between the sign, deprived of subjectivity, in the realm of the intersubjective. Through this time-lag - the temporal break in representation - emerges the process of agency both as a historical development and as the narrative agency of historical discourse. ... It is in the contingent tension that results, that sign and symbol overlap and are indeterminately articulated through the 'temporal break'. Where the sign deprived of the subject - intersubjectivity - returns as subjectivity directed towards the rediscovery of truth, then a (re)ordering of symbols becomes possible in the sphere of the social. When the sign ceases the synchronous flow of the symbol, it also seizes the power to elaborate - through the time-lag - new and hybrid agencies and articulations.⁴³

Bhabha clearly differentiates his use of the term hybrid from earlier evocations which defined it as the diabolical stain or the harmonic transcendence between different races. Bhabha has divorced the term hybridity from the context of miscegenation, by placing it, at once in both the semiotic field of discursive reconfiguration, and in the socio-political domain of de-territorialised subjectivity. The exilic drives that underline our understanding of language and identity in modernity are thus made available to highlight the complex structures of agency.⁴⁴ The misfit between the formal structures that confer identity in fixed terms like nation, class, gender, race and more fluid practices by which identity moves across certain positions and manoeuvres around given borders is not taken

⁴³*Ibid.*, p 191.

⁴⁴In an earlier article I have examined in greater detail Bhabha's utilization of psychoanalytic and literary theory, see my "Reading DissemiNation", *Millennium, Journal of International Studies*, Winter 1991, Vol 20, No 3.

as an index of modern freedom but rather highlighted in order to draw attention to the complex dynamics of agency.

Referring to the process of linguistic hybridization in the re-naming that Guillermo Gomez-Pena stages in his performances and texts, Bhabha argues that their potency is not based on their capacity to hold together all the earlier parts or fuse together all the divergent sources of identity, but is found in the way they hold differences together. Like Bakhtin, he notes the sense of separateness and unity in a single semantic field. Hybrid identity is thus not formed in an accretive way whereby the essence of one identity is combined with another and hybridity is simply a process of accumulation. "Hybrid hyphenations emphasise the incommensurable elements - the stubborn chunks - as the basis of cultural identifications."⁴⁵ The hybrid is formed out of the dual process of displacement and correspondence in the act of translation. As every translator is painfully aware, meaning seldom moves across borders with pristine integrity. Every translation requires a degree of improvisation. The hybrid, therefore, is not formed out of an excavation and transferral of foreignness into the familiar, but out of this awareness of the untranslatable bits that linger on *in* translation. In this respect Bhabha would be critical of Raphael's model of appropriation.

In many ways Bhabha's strategy for understanding the formation of culture and identity by focusing on the interstitial and liminal moments of articulation and the proposal of terms like hybridity are both timely and effective counters to the essentialist views and organic models which are still common within the social sciences. Certain projects which are defined under the concept of multiculturalism uphold the hegemonic view that new cultures simply emerge from the process of accretion and synthesis. These arguments at best confuse the constituency of cultural difference by quasi-demographic pluralism and at worst, collapse the status of minority culture to a commodity that the dominant culture can safely consume. Bhabha's strategy is not a redemptive one. His strongest work is neither a chronicle of the strategies of political resistance; rather, it focuses on the more general processes through which the

⁴⁵H. Bhabha, *The Location of Culture*, *op. cit.*, p 219.

tactics of survival and continuity are articulated. Hence his theorising of hybridity is distinct from Freyre's theory of amalgamation which attempts to re-evaluate the historical legacy and lend prestige to the contemporary status of cultural hybrids.

Bhabha's attention to hybridity must also be distinguished from Nandy's theory of co-optation. Bhabha does not confine transformation to the alteration in the position of discrete values and project the encounter as a synthesis of these differences. Instead, by grafting the Bakhtinian notion of the subversive and dialogical force of hybridity onto the ambivalence in the colonial encounter, Bhabhas gives a new twist to the meaning of hybridity. Hybridity is both the process by which the discourse of colonial authority attempts to translate the identity of the Other within a singular category, but then fails and produces something else. The interaction between the two cultures proceeds with the illusion of transferable forms and transparent knowledge, but leads increasingly into resistant, opaque and dissonant exchanges. It is in this tension that a 'third space' emerges which can effect forms of political change that go beyond antagonistic binarisms between the rulers and the ruled. The case of hybridity is pressed because the process of translation is, in his view, one of the most compelling tasks for the cultural critic in the modern world. Yet - to paraphrase Spivak in her corrective notes to other prominent radical theorists - this evocation of hybridity is "so macrological that it cannot account for the micrological texture of power"⁴⁶. Indeed, if we are all hybridised subjects, but our encounters with otherness and our flexing of translation are not equal, then we may well need to return to a theory of ideology to demonstrate how the gaps and slants of representation have various effects on the subject.

⁴⁶G. Spivak, "Can the Subaltern Speak?", *op. cit.*, p 74.

ARTIGO

*Reconstruindo o futuro: o movimento sindical metalúrgico e os antecedentes da transição democrática (1974/1978)¹*Francisco Carlos Palomanes Martinho²**Introdução³**

A partir do ano de 1974, o regime militar instaurado dez anos antes viveu momentos de redefinições no plano político. Tomando esta data como referência, percebe-se o desencadear de um processo através do qual a transição para a democracia começava a dar seus primeiros passos. A iniciativa no sentido de uma ainda que lenta e controlada abertura veio do próprio governo, com a chamada política de distensão gradual e segura preconizada pela gestão do General Ernesto Geisel à frente da Presidência da República e arquitetada pelo seu chefe de Gabinete Civil, o General Golberi do Couto e Silva. (Mendonça & Fontes, 1990).

Para o movimento sindical, a realidade não foi diferente. Iniciava-se um momento de reestruturação política e organizacional. Neste período, as articulações inter-sindicais, ainda que algumas delas constrangidas pelo seu caráter clandestino começavam a se dar de maneira mais efetiva. Exemplo deste novo momento foi o Encontro Nacional da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). Neste evento, reivindicações no sentido de uma maior autonomia e liberdade por parte do movimento sindical, começavam a se fazer presentes (Vianna, 1978 a). O sindicalismo queria se fazer presente na transição.

¹ Para os meus amigos da CUH - Central Única dos Historiadores: Fernando Teixeira da Silva, Antônio Luigi Negro e Paulo Fontes.

² Professor Assistente da UERJ e da UCAM. Doutorando em História Social pela UFRJ.

³ Este trabalho é uma versão parcialmente modificada do terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado: *À sombra das tradições: o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro na Transição Democrática (1974/1985) - um estudo sobre o estatismo sindical*. Capítulo 3: “As articulações noturnas (1974/1978)”. UFF/ICHF, Departamento de História, 1994.

O movimento sindical em fase de rearticulação

As rearticulações do sindicalismo se deram marcadas pela combinação das continuidades e descontinuidades. O movimento militar, embora nascido da oposição ao chamado “populismo”⁴, manteve diversas das estruturas políticas do período anterior. Em particular, a estrutura corporativa construída a partir dos anos ‘30. Portanto, se houve repressão e cassação do mandato de diversos dirigentes sindicais no pós-64,, isto não significa que o modelo organizacional do sindicalismo brasileiro tivesse mudado. Pelo contrário, o que se verifica é uma continuidade evidenciada na permanência da organização vertical corporativa. Portanto, quando este texto se utilizar de termos como “reorganização do movimento sindical” ou algo semelhante, estamos nos reportando somente à busca de uma ação mais livre, menos repressiva e não a uma mudança radical de modelo organizativo.

Talvez a principal mudança, no que diz respeito à classe trabalhadora esteja na forma de organização do capitalismo brasileiro e nas transformações daí advindas. O processo de mudanças no parque industrial e no setor financeiro, fruto de um projeto modernizante sob a marca da conservação, interferirá no comportamento e na conduta dos trabalhadores vinculados formalmente ao mundo do trabalho. A economia brasileira sofreu um rápido processo de transformação, fruto de um novo modelo acumulativo inaugurado no pós-64. O pilar básico deste modelo foi uma espécie de “convênio” entre o Estado, a burguesia nacional e o capital estrangeiro. Entre os anos de 1968 e 1974, verificou-se, por dentro deste modelo, um grande afluxo de capitais advindos do mercado financeiro internacional e o favorecimento da empresa multinacional na estrutura industrial do país. Em virtude dos recursos advindos do capital externo e do Estado, o país alcançou um nível de

⁴ O conceito de populismo tem sofrido uma série de revisões por parte de historiadores e cientistas sociais. Há, entretanto, uma vasta escola de autores que incorporaram o conceito entendendo-o como específico, na América Latina, dos regimes inaugurados a partir do rompimento com os Estados agrário-liberais. Neste caso, os exemplos clássicos de regimes populistas seriam os de Cárdenas no México, de Getúlio Vargas no Brasil e de Juan Domingo Perón na Argentina. Sobre os conceitos clássicos de populismo, ver: BOITO JR, 1980, 1986, 1988 e 1991; IANNI, 1980, 1988 e 1989; WEFORT, 1973 e 1978. Para uma revisão do conceito, ver: MARTINHO, 1996 e GOMES, 1997.

desenvolvimento e de acumulação sem precedentes em sua história. Porém, a partir de 1974, aproximadamente, o fluxo de divisas advinda do exterior, fruto da crise internacional, começa a escassear. O padrão de acumulação vivido pelo país até aquele período, para ser mantido, dependeria de uma equivalência entre o excedente de capital expatriado e o fluxo de divisas. No entanto, as economias centrais, vítimas de um aumento de quase 400% nos preço de barril de petróleo, preocuparam-se em “partilhar suas perdas estocando mercadorias de valorização constante.”. Dentro deste contexto de crise, o governo tentou reordenar suas prioridades através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A meta fundamental, **grosso modo**, seria manter o crescimento econômico nos padrões vigentes até 1973. Para tanto, a fim de superar os problemas oriundos do fim das divisas externas, o governo projetou desbancar o setor de bens de consumo duráveis em favor do de bens de produção. Porém, tanto por conta de fatores políticos quanto econômicos, o Plano fracassou. Quanto ao primeiro fator, o Plano causou fissuras no núcleo de poder devido a ter prejudicado segmentos até então beneficiários do modelo de acumulação vigente. No segundo caso, com uma dívida externa correspondendo a 25% do Produto Interno Bruto (PIB), a acumulação era mais atraente nos bancos, na ciranda especulativa (Mendonça & Fontes, 1988).

Conforme foi dito na Introdução, já em 1974, no Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo, que reuniu aproximadamente 400 delegados de base das empresas, algumas resoluções tinham, no dizer de Luis Werneck Vianna, “...as seguintes conclusões, de inquestionável sentido anticomunitarista”:

1º) Reconhecimento da liberdade sindical, nos moldes há muito existentes em grande quantidade de países, com a conseqüente revogação das restrições contidas na CLT; 2º) Formulação de uma lei básica do trabalho, encerrando os direitos principais fundamentais e comuns a todos os trabalhadores que vivam de salários, em regime de emprego, a partir das condições mínimas hoje asseguradas; 3º) Total liberdade para o exercício do direito à Contratação Coletiva do Trabalho, que atenda às peculiaridades regionais e profissionais...(Vianna, 1978, p. 288).

Apesar do otimismo, talvez exagerado, de Vianna, é inegável que as reivindicações acima apontadas indicam, pelo menos, um caminho de contestação ao regime e às suas diretrizes para a

organização sindical. Ao contrário, o que se viu foi a permanência de da estrutura sindical e seu reforço por parte das correntes que formalmente a ela se opunham. Assim, não compartilhamos com a tese de Maria Hermínia Tavares de Almeida, para quem, a CLT e seus dispositivos “se adaptavam a um tipo de estrutura sindical e, portanto, a uma determinada classe trabalhadora, característica do período de predomínio das chamadas indústrias tradicionais de bens-salário.” (Almeida, 1975). Para a autora, portanto, a CLT estaria defasada face a modernização do capitalismo brasileiro. Ao contrário, as reivindicações que, no discurso, postaram-se contra a CLT, tiveram uma direção centrada apenas em seus caracteres restritivos, e não em seus fundamentos corporativos. Ainda em São Bernardo, em agosto de 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos desta cidade, já sob a presidência de Luis Ignácio da Silva (Lula), organizou uma campanha exigindo a reposição de 34% do salário. Em 1978, no mês de julho, na Conferência Nacional dos Trabalhadores da Indústria, um grupo dissidente lançou um manifesto que pretendia lançar as bases para a organização de um movimento sindical independente, além de reivindicar maior participação dos trabalhadores na distribuição da renda nacional, a realização de eleições diretas para a Presidência da República e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte (Kinzo, 1988).

Assim, apesar do exagero em se pensar que o movimento sindical projetou transformações globais que visassem a constituição de um novo modelo organizativo, não se pode negar um processo lento de rearticulação e de demandas em favor de uma maior participação no cenário político. Este processo de rearticulação, como será visto adiante, pode ser verificado no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio. Para além deste, que será examinado à parte, vale destacar a conduta do que posteriormente veio a se chamar “Novo Sindicalismo”, do Partido Comunista Brasileiro, que posteriormente formará a corrente “Unidade Sindical” e do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMP).

A Oposição Metalúrgica de São Paulo, existente até hoje, organizou-se no sentido de fazer frente à gestão de Joaquim dos

Santos Andrade. Em 1967/1968 formou-se a primeira chapa de oposição a este presidente. A identidade deste grupo se deu, fundamentalmente, a partir da necessidade de se combater esta diretoria que, apesar de todos os esforços de movimento oposicionista, manteve-se durante toda a década de 1970 e parte da seguinte (Faria, 1986).

É interessante perceber a dinâmica deste movimento. Por um lado, colocam-se contra uma administração “pelega” e comprometida com o regime militar. De fato, não é por acaso que, tendo ajudado a interventoria que, no ano de 1964 depôs o então presidente Affonso Dellélis, Joaquim dos Santos Andrade chega à presidência do Sindicato no ano seguinte, como candidato único. Em 1967 o candidato oposicionista seria o militante da Juventude Operária Católica (JOC), Waldemar Rossi. Além deste segmento, compunham a Oposição Metalúrgica de São Paulo, militantes cassados da gestão pré-64, pequenos grupos de esquerda e dissidentes do PCB (Sader, 1988). Apesar do papel “nefasto” que o sindicalismo oficial tinha, na ótica destes segmentos, apesar do papel de “delação” que a diretoria do sindicato mantinha, o movimento oposicionista aglutinava-se, prioritariamente a partir das eleições. Isolados nos anos 70 e cada vez mais identificados enquanto um grupo efetivamente organizado, a oposição metalúrgica procurou, na primeira metade da década de 1970, concentrar-se em “pequenas lutas”, no interior das fábricas. De acordo com um estudioso da Oposição Metalúrgica de São Paulo, estas pequenas lutas “dão uma identidade coletiva aos trabalhadores nela envolvidos, diferente daquela que lhe confere o capital, quebram seu isolamento no mundo do trabalho, restabelecem a confiança destes operários.”. Resta saber os motivos que levam esta identidade configurar-se, como diria Foucault em uma “micro-física”, dada a incapacidade da oposição metalúrgica de reverter o quadro vigente e vencer as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Talvez a resposta para esta indagação esteja em uma conduta que, em parte, reproduz uma tradição que pensa, na prática, negar. A prioridade, por exemplo, de um trabalho nas fábricas, em pequenas lutas, não se dá inicialmente. Ele é, na verdade uma imposição da conjuntura repressiva. O interesse do Movimento oposicionista nunca deixou de ser o de conquistar espaços e voltar a poder

participar de eleições, de disputar a direção do sindicato “legalista”. Pois, de outra forma, teriam pensado com maior zelo na criação de organismos paralelos, mesmo que às custas de um inevitável e maior isolamento. Além disso, apesar desta prioridade, não se deve esquecer que a Oposição Metalúrgica de São Paulo não deixou nunca de participar de eleições. Em 1972, de acordo com documento elaborado pelos seus militantes, a Oposição participou do pleito, considerado como momento fundamental de aglutinação e fortalecimento do grupo⁵. A história e a dinâmica do MOMSP permitem uma reflexão acerca do sindicalismo paulista. Há, muitas vezes, a idéia de que a realidade do movimento sindical paulista apresenta, permanentemente, mudanças com relação ao tipo de sindicalismo presente no país como um todo. Assim, não seria mero acaso o fato de que o chamado “Novo Sindicalismo” tenha surgido em São Paulo. Como também não seria à toa que a principal corrente sindical oposicionista seja paulista, com uma capacidade de permanecer ativa por mais de duas décadas. Entretanto, cabe indagar as razões que levaram esta oposição permanecer ativa por tanto tempo **como oposição**, ou seja, por qual motivo não conseguir reverter um quadro onde a diretoria combatida era presidida pelo “atraso”, pois esta era a imagem que os setores da chamada esquerda sindical têm de Joaquim dos Santos Andrade. Na verdade, o caso paulista não parece ser diferente da realidade sindical do resto do país. Leôncio Martins Rodrigues, por exemplo, demonstra com razão que o chamado “Novo Sindicalismo” e a conseqüente liderança de Lula, não teria existido sem a força e o poder econômico dos sindicatos estatistas (Rodrigues, 1991). Deste modo, pode-se dizer que a realidade do sindicalismo paulista não é antagônica e nem mesmo opositora do modelo corporativo. Ao contrário, é parte integrante deste.

Com relação ao Partido Comunista, sua atuação no movimento sindical é coerente com o projeto de frente única democrática. O Partido Comunista, assim, mesmo nos momentos em que refletia acerca do movimento sindical propriamente dito, nunca deixou de

⁵ Breve histórico da Oposição Sindical. Grupos de militantes da OSMSP dos Setores Sul, Leste, Oeste e Cidade Ademar, março de 1979, Frederico, 1990.

menção, como elemento favorável a um lento processo de reaglutinação das lutas sindicais a partir da metade da década de 1970, aproximadamente, as vitórias do MDB, partido oposicionista nas eleições de 1974 e 1976⁶. O posicionamento dos comunistas, portanto, reflete um conduta que, para setores como a Oposição Metalúrgica de São Paulo, será tida como vacilante. Para esta agremiação, para além da luta sindical propriamente dita, cabe um projeto que aglutine amplos setores da sociedade brasileira no sentido da redemocratização. É como afirma o documento que segue:

No centro das discussões, está a questão democrática concretizada na proposta que o PCB avançava em seu IV Congresso, há 10 anos, e que é cada vez mais uma proposta nacional: a convocação duma Assembléia Constituinte que, pelo caráter plenamente democrático de sua eleição, represente o fim do regime e não sua prorrogação, em novos moldes.

Organizar as lutas de massas, e articulá-las no processo eleitoral e na campanha pela convocação da Constituinte, é colocar obstáculos à solução de exarcebamento do fascismo que não poucos, representando interesses poderosos, lutam para ver vitoriosa.⁷

Deste modo, pode-se compreender a lógica das propostas de Unidade Sindical dos Comunistas. Para segmentos ditos mais à esquerda, as declarações acima representam um institucionalismo que apenas enfraquece a luta contra o regime militar. Porém para os comunistas, o caráter de frente por eles defendido, é coerente com a idéia de unidade expressa na defesa do sindicalismo único. Pois o contrário, levaria à divisão das forças que deveriam se unir em torno da bandeira democrática.

O chamado “Novo Sindicalismo” surge de um grupo de militantes independentes a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Sem vínculos com as organizações de esquerda mais radicalizadas e também bastante críticos com relação ao PCB, este segmento apresenta-se com um discurso inicialmente “purificador”, pois reivindicava para si o papel de romper com os “vícios” das práticas tradicionais e apolítico. Sua importância neste período ainda é relativamente pequena. Apenas em 1978 é que ganhará notoriedade

⁶ “A Situação atual e as tarefas que se impõem ao movimento sindical”. *Voz Operária*, No 133, Abril de 1977 (Frederico, 1990).

¹⁷ “Isolamento das massas trabalhadoras: Deficiência a ser superada para que se consolide o avanço dos democratas”. *Voz Operária*, No 137, agosto de 1977 (Frederico, 1990).

nacional e será percebido como um referência importante no sindicalismo brasileiro. Em outras palavras, não poderia mais ser ignorado por empresários e também por seus concorrentes, sejam os comunistas, sejam as Oposições sindicais e organizações de vanguarda, sejam os chamados “pelegos”.

Se, como será visto, para os comunistas causou surpresa e provocou preocupações, para outros setores, a surpresa transformou-se imediatamente em um otimismo talvez exacerbado. Parecia que o “novo” despontava no cenário político nacional.

Assim é que, já em 1978, em entrevista, Luís Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, afirmava:

Eu acho que essas greves [refere-se às greves de 1978, tanto as de fábrica, como a FIAT, quanto às de categorias, como a do Sindicato por ele, Lula presidido] já decretaram a falência da atual estrutura sindical, assim como também da atual lei de greve. Nós sempre dissemos aqui no Sindicato que a legalidade do movimento quem daria era o próprio movimento. Se ele fosse vitorioso a coisa seria legal. Se ele não fosse vitorioso a coisa não seria legal, porque não teríamos ganho nada. Só não percebe que a atual estrutura sindical está arcaica quem não quer.⁸

O otimismo de Lula, como será melhor percebido nos capítulos posteriores, não correspondeu à realidade dos fatos e à força das tradições. Por enquanto, basta a lembrança de Leôncio Martins Rodrigues de que: 1º) se não fosse o fato de Lula e seus companheiros serem desconhecidos e, portanto, com margem de manobra maior que os comunistas, por exemplo; 2º) não fosse o apoio de um importante instituição da sociedade civil que é a Igreja, através do trabalho com pastorais; e, 3º) não fosse a fortíssima estrutura corporativa montada desde os anos 30 - que Lula chamava de retrógrada - , dificilmente o dito “Novo Sindicalismo teria conseguido trilhar o caminho tão fértil que trilhou (Rodrigues, 1991).

Estes segmentos, acima descritos de maneira rápida, transformaram-se ao longo dos anos. Até a presente conjuntura em estudo, ainda caminhavam, apesar das já evidentes diferenças, conjuntamente. Nos anos seguintes a 1978, com a consolidação do sindicalismo de São Bernardo como uma referência nacional e os

⁸ “São Bernardo: uma Experiência de Sindicalismo “Autêntico”. *Cara a Cara*, Ano I, No 2, Centro de Estudos Everardo Dias, Campinas, 1978.

debates acerca do papel do sindicalismo brasileiro e das centrais sindicais, as divergências ficaram mais explícitas. A partir daí, configurou-se uma divisão que foi a tônica do movimento sindical no Brasil durante os anos 80.

O Sindicato dos Metalúrgicos na primeira fase de transição

A partir das eleições sindicais de 1973, quando a chapa vitoriosa com João Pierre não conseguiu tomar posse em virtude de ser formada por militantes “conhecidos” no Ministério do Trabalho, as oposições se viram obrigadas a pensar em novas estratégias para poder continuar atuando no Sindicato dos Metalúrgicos. Nomes “queimados”, não era mais possível. Portanto, novas lideranças deveriam ser forjadas. Desta forma, a mesma atitude utilizada com relação a Valdir Vicente de Barros, no final dos anos sessenta, foi, de certa forma, utilizada a partir de então. Funcionário da antiga Fábrica Nacional de Motores, agora FIAT, o nome do até então desconhecido Adalberto de Oliveira surge como candidato articulado pelo movimento oposicionista nas eleições de 1974. Há, porém, algumas controvérsias a este respeito. Enquanto que para alguns militantes, como João Leal de Araújo, a escolha de Adalberto se deveu ao fato de que não havia como pensar em uma alternativa mais “engajada”, dadas as dificuldades conjunturais da época, para João de Deus, a escolha de Adalberto foi preparada pelo próprio Ministério do Trabalho, que inviabilizou a possibilidade de inscrição de novas chapas em virtude do curto espaço de tempo determinado. Adalberto, por seu turno, já saberia previamente dos prazos para a inscrição de chapa e teve condições de inscrever a sua chapa que, por tal razão, acabou sendo a única. Provavelmente, as duas versões sejam verdadeiras e se complementem. Adalberto era, apesar de sua pouca expressão, um antigo membro da Comissão de Fábrica da FIAT, desde os tempos da FNM. Este “currículo”, apesar de não despertar nenhum entusiasmo por parte da militância de esquerda, permitia, em todo caso, uma possibilidade de trabalho conjunto. Mas as relações íntimas de Adalberto como veremos em sua gestão, com o Ministério de Trabalho, não deixa de ser um indício da possibilidade de articulações anteriores. Além disso, equivoca-se João de Deus ao afirmar a inexistência de chapas concorrentes. Houve duas chapas em disputa: a chapa azul, encabeçada por Adalberto de Oliveira e a

Chapa Verde, de militantes do Círculo Operário Cristão, com Giovanni Maranhão como candidato à presidência da entidade.

Segundo Joaquim Arnaldo de Albuquerque⁹, desde 1973, na época da intervenção, já havia uma forte articulação das oposições. Diversas organizações de esquerda atuavam no Sindicato, como o PCB, o PC do B, a POLOP, o POC e a própria pastoral operária. Foi este agrupamento de organizações que lançou a candidatura de Adalberto. Esta frente de esquerdas auto denominava-se Movimento 1º de Maio¹⁰.

A gestão de Adalberto de Oliveira

A gestão de Adalberto é duramente criticada pela militância sindical. Até mesmo um dirigente como Valdir Vicente de Barros, considerado pelas correntes de esquerda como um “pelego”, afirma que aquele, em suas relações estreitas com o Ministério do Trabalho, “entregou o Sindicato na mão dos algozes da classe operária”¹¹. Uma análise, portanto, de sua gestão é necessária e sugestiva.

Antes, porém, é necessário apontar aqui as razões apresentadas pelo Delegado Regional do Trabalho defendendo o processo interventor. O documento, em forma de portaria, saiu publicado na íntegra no jornal META, ainda anteriormente ao pleito eleitoral que consagraria Adalberto de Oliveira como o novo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos:

Considerando que, dentre todo o elenco de irregularidades bastariam ser citados os seguintes: fatos: A) Existência de vales que demonstram liberalidades e favoritismos dos mais absurdos, num total de CR\$ 96.106,69, em favor de diretores, ex-diretores, funcionários, ex-funcionários, membros do Conselho Fiscal (Antigo e atual) e até um amigo do Presidente. (...);

F) Existência de vales emitidos por um diretor no total de CR\$ 11.765,73, além de fatura de aquisição de pneus para veículos de sua propriedade para pelo Sindicato sem o necessário ressarcimento;

G) “Déficit” de caixa no Colégio mantido pelo Sindicato, que no momento da verificação, ascendia a 21.199,53;

H) Total inoperância do Conselho Fiscal, sendo que dois de seus membros, aliás, são emitentes de alguns vales contra o caixa do Sindicato.

⁹ Entrevista concedida a Ana Paula Alves de Oliveira e Renato Rocha Pitzer.

¹⁰ Entrevista com Joaquim Arnaldo de Albuquerque, concedida ao autor.

¹¹ Entrevista com Valdir Vicente de Barros, concedida ao autor.

(...) Considerando que a entidade encontra-se em fase de realização de eleições, mas será impossível considerar-se a atual administração do Sindicato como suficientemente isenta para ter a seu cargo a direção dos trabalhos eleitorais, e até mesmo que o resultado eleitoral venha a expressar a real vontade da categoria, ..., resolve:

A) Afastar, preventivamente, “*ad referendum*” do Senhor Ministro, ..., do exercício dos seus cargos, toda a diretoria, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes do Sindicato... ;

C) Suspender, por prazo indeterminado, a realização do pleito que se vinha efetivando.”¹²

Ainda no mesmo jornal, a diretoria faz um apelo para que os metalúrgicos se esforcem no sentido de devolver ao Sindicato sua plena normalidade. O apelo demonstra também o vínculo que tem a diretoria com uma concepção sindical plenamente cooperativa com os poderes públicos e de harmonização entre o capital e o trabalho:

Nosso agradecimento nas colunas do META, órgão oficial do nosso Sindicato, é uma mensagem de fé e de esperança na *consolidação do regime democrático* em nosso país. (...). É sobretudo a confiança na classe operária e, em particular nos metalúrgicos, empregados e empregadores; nas autoridades governamentais, para num esforço conjugado contribuir para o bem-estar nacional e a paz social.¹³

Outra demonstração de apego com o poder público e os padrões encontra-se no mesmo Jornal, no relatório da Comissão de Salário, presidida por Giovanni Maranhão, presidente da Junta Governativa no pós-64:

Adiantou o líder metalúrgico (Giovanni Américo Maranhão - Pres.) que o aumento conseguido pela classe, é fruto do bom entendimento que está havendo entre empregadores e empregados, reafirmando as palavras do Ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, pronunciadas no Sindicato dos Comerciantes, dia 30 passado, onde ressaltou que “o diálogo franco entre patrões e empregados é a solução dos problemas comuns dos mútuos interesses das duas classes.”¹⁴

O mesmo jornal META, na sua edição de janeiro de 1975, publica os manifestos de campanha das duas Chapas concorrentes. No fundamental, os dois programas são muito parecidos, quase que exclusivamente, defendendo questões de ordem corporativa. A seguir, os principais pontos dos respectivos manifestos. Primeiro, apresentaremos o Manifesto da **Chapa Azul**, encabeçada por

¹² Jornal META, Ano IV, No 10, 1974.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem

Adalberto de Oliveira, em seguida, o Manifesto da **Chapa Verde**, encabeçada por Giovanni Maranhão¹⁵:

Conclamação aos companheiros Metalúrgicos: Nós, da Chapa Azul, temos consciência da luta que necessitamos empreender em prol de melhores salários, da gratificação de férias, das férias de 30 dias, do problema da insalubridade, da estabilidade de delegados de fábrica, problemas esses relegados a segundo plano pela atual administração. (...).

Temos, pois, companheiros, que fazer voltar a nós a nossa casa, para que *dentro dela*, possamos respeitar todos os princípios liberais e abrigar sob sua bandeira, qualquer integrante da categoria, independente de credo, raça ou ideologia, e unidos, partir para a solução de todos os problemas que nos afligem.

O que realmente pretendemos é fazer com que os metalúrgicos tenham plena liberdade dentro da *casa* que lhes pertence de fato e de direito. (...).

Adalberto de Oliveira

O conteúdo da Chapa Verde, embora mais explícito na sua simpatia ao patronato, não difere, a rigor da Chapa concorrente:

Metalúrgicos conclamados a votar na Chapa Verde: No programa da Chapa Verde publicado no Jornal META, órgão de defesa da classe ... existem os seguintes compromissos: Reimplantar reciprocamente, o respeito e a ordem em nossa entidade; valorização do trabalhador nas fábricas, oficinas etc; campanha por um salário justo através do diálogo com os patrões. *Soluções trabalhistas:* - entre empregados e empregadores - sempre que possível a interferência da Justiça do Trabalho, ..., defender nas empresas a estabilidade dos delegados sindicais quando no exercício da função de representante do órgão de classe, e muitos outros. *Descentralização:* (...). Instalação de agências da entidade em bairros residenciais, (...), construção de sedes próprias para as delegacias. Criação de uma delegacia sindical em Santa Cruz, uma vez que ali será, brevemente, um dos grandes centros da indústria metalúrgica. (...). Construção de uma Colônia de Férias própria em Cabo Frio, e outras. *Salário:* (...). Lutar por um adicional de insalubridade sobre os salários efetivamente percebidos, e não pelo mínimo regional; adicional de periculosidade, atingindo os trabalhadores que exercem suas atividades em áreas próximas; salário proporcional condizente, de forma a não se constituir em desemprego por ocasião dos dissídios coletivos.

Apesar de o texto apresentado pela Chapa encabeçada por Adalberto de Oliveira ter um “tom” mais militante, fazendo menção aos problemas a serem enfrentados pela categoria, percebe-se que a ênfase fundamental é a idéia do Sindicato como sendo a “casa” dos trabalhadores metalúrgicos e as questões específicas. A Chapa

¹⁵ Jornal META, Ano IV, No 12, 1975.

concorrente, por seu turno, é mais declaradamente favorável à harmonia e à conciliação, o que, entretanto, não dissimula a identidade corporativa de ambas¹⁶.

O pleito que deu a vitória à chapa encabeçada por Adalberto de Oliveira, ocorreu entre os dias 21 e 28 de janeiro de 1975. A nova diretoria tomou posse no dia 4 de março deste mesmo ano¹⁷.

Como foi dito, a gestão de Adalberto de Oliveira caracterizou-se por uma concepção basicamente administrativa. Deste modo, suas manifestações à categoria através do Jornal META, mesclam apelos à unidade da classe com afirmações de otimismo frente aos poderes constituídos. Assim, em edição de julho de 1975, em artigo assinado pelo próprio Presidente Adalberto de Oliveira, assiste-se a um pedido formal para que as “mágoas e os dissabores” sejam esquecidos em nome do objetivo maior que é o soerguimento do Sindicato e a unidade da categoria (p. 01). O mesmo jornal relatando a posse da diretoria eleita no pleito de maio, reproduz parte do discurso do Presidente, o qual afirma:

...essa união que nos propomos é no sentido de nos tornar fortes, com o objetivo de conquistar direitos, paz, tranquilidade para nossas famílias,..., nossa presença no Sindicato estará justificada: unir a classe, aumentar cinco vezes o número de associados, definir direitos e deveres e colaborar para o desenvolvimento da paz social no país.¹⁸

No jornal seguinte de setembro, há uma menção acerca da Semana da Pátria e saúda os poderes vigentes como aliados do Sindicato, afirmando que o desejo do Governo, dos trabalhadores e dos empresários é “a ordem e o progresso”. A matéria principal, entretanto, deste número é a questão salarial. Inicialmente, saúda a Comissão de Salários pelo seu desempenho e sua importância, para, em seguida, apresentar o resultado das Assembléias que definiram a pauta de reivindicações a ser apresentada ao patronato. Entre outras reivindicações, seria apresentada ao patronato a proposta de aumento de 55%. No jornal de outubro, o resultado do acordo: os

¹⁶ Infelizmente, não foi possível encontrar, nos Arquivos do sindicato, dados referentes ao número de eleitores e de sindicalizados à época da disputa entre as duas Chapas.

¹⁷ Termo de Posse de Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado da Guanabara, 4 de Março de 1975.

¹⁸ Idem.

metalúrgicos receberiam, a título de adiantamento, um aumento de 25 %, até que o índice oficial fosse definitivamente decretado¹⁹.

Uma outra demonstração de simpatias diante do poder público está expressa no Jornal META, de novembro e dezembro deste mesmo ano, quando anuncia as novas medidas do governo para o FGTS, através das quais o empregado poderia retirar sua quota no Fundo de Garantia com menos de um ano de trabalho efetivo, acrescida de juros corrigidos trimestralmente, além do anúncio da intenção do governo em estabelecer um único salário mínimo para todo o país. Ainda no mesmo jornal, saúda a presença do Delegado Regional do Trabalho, por ter despachado durante um dia inteiro em Duque de Caxias, ocasião em que, ao lado do presidente Adalberto de Oliveira, visitou a FNM (Fábrica Nacional de Motores)²⁰.

No ano seguinte, 1976, a diretoria do Sindicato promove uma campanha em prol da construção do Centro Profissionalizante do Metalúrgico, no bairro de Maria da Graça, subúrbio da Cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o Jornal META, o início de sua construção deveria ser na semana do trabalho. Para garantir a presença do Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, a semana foi preparada para começar no dia 25 de abril, domingo, com a seguinte programação:

- 8 horas - Missa por alma dos trabalhadores falecidos.
- 10 horas - Quadrangular de futebol de salão entre as fábricas.
- 12 horas - Almoço oferecido às lideranças sindicais e convidados.
- 15 horas - Inauguração das obras do Centro Profissionalizante de Maria da Graça. Colocação do 1º tijolo pelo Ministro Arnaldo Prieto.
- 21 horas - Coroação da Miss Metalúrgica.²¹

No editorial do jornal seguinte, referente aos meses de março e abril, intitulado **A REVOLUÇÃO**, a diretoria do sindicato nega com veemência ter sido esta entidade o “foco da subversão”, como havia sugerido um programa emitido em cadeia nacional comemorativo dos 12 anos de instalação do regime militar. Afirmação esta “constrangedora”, haja vista que os trabalhadores

¹⁹ Jornal META, Ano IV, Nos 14 & 15. 1975

²⁰ Jornal META, Ano IV, No 16

²¹ Jornal META, Ano V, No 18, 1976

metalúrgicos são uma das alavancas do progresso nacional, dando sua parcela de esforço em prol do bem comum”.²²

O Jornal *META* de N° 20, traz como matérias mais importantes a presença do Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto e do Governador do Estado Faria Lima quando da abertura da Semana do Trabalho, ocorrida no dia 24 de abril e as resoluções acerca da campanha salarial.

Com relação à visita das autoridades citadas, o texto enaltece o discurso do Ministro quando da inauguração das obras do Colégio Metalúrgico afirmando os esforços de seu ministério no sentido de “libertar o trabalhador brasileiro da decretação do salário mínimo”²³. Nota-se, no jornal **Meta**, que a gestão de Adalberto de Oliveira, abraçando as tradições estatistas, realizou-se sob o signo da harmonia e da legalidade, ensejando, assim, por parte das oposições, a alcunha de “governista” e “legalista”, como se costuma dizer nos jargões das esquerdas.

Apesar disso, as oposições não deixam de ter uma permanente participação na dinâmica do Sindicato. Prova evidente desta afirmação é a campanha salarial deste mesmo ano. Em Assembléia realizada no dia 27 de agosto, a comissão de salários foi constituída, em larga maioria, por militantes oposicionistas: Joaquim Arnaldo de Albuquerque - Presidente; Washington Costa - 1° Secretário; José Severino de Paula - 2° Secretário²⁴. Os principais pontos da pauta de reivindicações foram os seguintes:

1. Os empregadores concederão a todos os seus empregados um reajustamento de 80% sobre o salário atual de seus empregados. (...).
4. A todos os empregados metalúrgicos será assegurado o pagamento de salário mínimo metalúrgico, que será fixado sempre com um acréscimo de 80% sobre o salário mínimo regional.
6. As empresas não poderão pagar salário inferior a três salários mínimos regionais a qualquer profissional metalúrgico contratado por ela..²⁵

O acordo final, entretanto, ficou aquém do aprovado em assembléia. A assinatura do referido acordo, em audiência de conciliação no TRT no dia 26 de outubro, deu aos trabalhadores

²² Jornal *META*, Ano V, No 19, 1976

²³ Jornal *META*, Ano V, No 20, 1976

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

metalúrgicos do Rio um aumento de 43%. Para a oposição, a diretoria não acatou as deliberações em nítido desrespeito à Assembléia, configurando-se em uma traição à categoria²⁶.

É fácil, portanto, constatar as razões que levam a gestão de Adalberto de Oliveira a sofrer esta estranha unanimidade de praticamente ninguém defendê-la. Porém, mais importante que simplesmente apontar seus equívocos, é refletir sobre a total incapacidade que tiveram aqueles que o elegeram presidente em controlar ou, ao menos, ter acesso às diretrizes traçadas durante estes dois anos. Mesmo obtendo hegemonia em alguns momentos, como na campanha salarial, as oposições nunca conseguiram mudar a realidade do sindicato, inverter prioridades. Ao contrário, o que se percebe é exatamente uma atitude respeitando os prazos estabelecidos pela estrutura corporativa: campanhas salariais e eleições.

A CAMPANHA ELEITORAL DE 1977

O ano seguinte, de 1977, seria de renovação da diretoria do sindicato. Adalberto do Oliveira, uma espécie de unanimidade às avessas, candidatou-se à reeleição. As oposições, como de costume, tentariam impor um novo nome. Como o regime militar ainda impedia que nomes “reconhecidos” ou, como diziam, “queimados” participassem das eleições, mais uma vez se buscou um “desconhecido” para ser candidato à presidência. Seu nome: Oswaldo Pimentel, indicado em Assembléia das oposições por João de Deus²⁷.

O critério da escolha de Pimentel pelas oposições foi exatamente o mesmo das eleições anteriores. Funcionário da FNM, membro de sua comissão de Fábrica, Pimentel era, até então, um nome apagado na militância sindical. Segundo Joaquim Arnaldo de Albuquerque, Pimentel, que apesar de ser engenheiro formado, trabalhava como metalúrgico, era ligado a Valdir Vicente de Barros que, embora tendo sido um presidente cassado, mantinha certo prestígio junto a alguns segmentos da categoria e participava das articulações políticas e da vida do sindicato. Aliás, em diversas

²⁶ Jornal *META*, Ano V, No 21, 1976.

²⁷ Entrevista com João de Deus, concedida ao autor.

ocasiões, o movimento oposicionista reuniu-se em um escritório mantido por Valdir Vicente²⁸. A escolha de outro nome, ainda que desconhecido, poderia dificultar a unidade oposicionista. Chegou-se, por exemplo, a se cogitar o nome de Washington Costa. Porém este era um militante da organização clandestina Ala Vermelha, o que, por certo, dificultaria a unidade em grupos como o PCB e a Igreja²⁹. Desta vez, porém, um militante oposicionista viria a participar da chapa concorrente: José Severino de Paula, membro permanente das comissões de salário. De acordo com diversos entrevistados, a secretaria de Imprensa e divulgação, ocupada por José Severino, seria uma extensão do movimento oposicionista dentro do Sindicato dos Metalúrgicos³⁰.

A eleição de Osvaldo Pimentel e o primeiro período de sua gestão:

Pode-se dizer que, para uma melhor compreensão do período em que Osvaldo Pimentel esteve à frente do Sindicato dos Metalúrgicos, sua gestão divide-se em três períodos distintos. O primeiro é o ano de 1978, cujo marco fundamental foi a greve da FIAT. O segundo momento, talvez o mais importante, é o do ano de 1979, quando ocorre a grande greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Período em que, claramente, as oposições se aglutinam novamente contra a diretoria que ajudara a eleger. Por fim, o terceiro período, é o de 1980, quando as oposições, pela primeira vez desde a vitória frustrada de 1973, lançam uma candidatura própria.

O processo eleitoral transcorreu de forma relativamente tranqüila, sem grandes embates entre as chapas concorrentes. Com a oposição unificada, em pleito realizado entre os dias 13 e 20 de dezembro de 1977, elegeu-se presidente Osvaldo Pimentel, cuja posse ocorreu no dia 6 de março do ano seguinte³¹.

Ao tomar posse, a nova diretoria buscou imediatamente criticar a gestão anterior, como incompetente e caótica do ponto de vista administrativo:

27. Entrevista com Joaquim Arnaldo de Albuquerque, concedida ao autor.

29. Entrevista com Álvaro Lins Cavalcante, concedida ao autor.

30. Entrevistas com João Leal de Araújo e João Carlos do Amaral, concedidas ao autor.

31. Termo de Posse de Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Município do Rio de Janeiro, 6 de Março de 1978. Não encontramos dados acerca do número de participantes no pleito.

Ao tomar posse, em 6 de março deste ano, a atual diretoria do sindicato, como esperava, deparou-se com uma situação de decalabro financeiro e administrativo, à beira do caos. Luz e telefone cortados, a folha de pagamento de funcionários relativa a fevereiro paga pela metade, a dívida com o INPS atingindo CR\$ 820.340,12, o FGTS depositado apenas 3 meses em média a cada ano...³².

Apesar destas denúncias, nenhuma medida havia sido tomada no sentido de serem apuradas as irregularidades que, por ventura, tivessem sido praticadas no Sindicato. A rigor, uma medida desta natureza poderia implicar em controles posteriores que não interessam aos novos dirigentes.

Uma das principais características desta primeira fase da gestão de Pimentel à frente do Sindicato dos Metalúrgicos, foi a luta contra o desemprego, que desde o ano anterior, 1977, vinha assumindo características alarmantes. Deste modo, a nova diretoria buscou demonstrar interesse em posicionar-se imediatamente sobre o assunto. Além disso, na primeira edição do Jornal META sob a sua administração, faz-se menção à conjuntura política e sindical do país, bem como às mobilizações desencadeadas no próprio Rio de Janeiro. Portanto, apesar de um caráter predominantemente conservador e estatista, idêntico à tônica do movimento sindical brasileiro como um todo, já se percebe uma ênfase maior na mobilização social, ao invés de se privilegiar as relações com as autoridades vigentes. Porém, como será visto no curso deste trabalho, este fato, por si, não é suficiente para caracterizar um novo momento na história do movimento sindical metalúrgico do Rio de Janeiro.

Com relação ao problema do desemprego, não há uma crítica direta ao regime militar, fazendo-se apenas uma menção genérica às leis que beneficiavam sempre os “mais ricos” em detrimento dos trabalhadores. Por fim, convoca os metalúrgicos a participarem mais do Sindicato e a encamparem a luta contra o desemprego³³. O jornal também menciona a luta dos trabalhadores do ABC paulista, quando de sua primeira grande greve, saudando o evento como um grande momento na luta dos trabalhadores metalúrgicos³⁴. Fato importante naquele ano de 1978, foi a greve na FIAT, antiga FNM. Com uma

³² Jornal *META*, Ano VII, No 26, 1978.

³³ Idem.

³⁴ “A GRANDE GREVE DO ABC”, Idem.

delegação de fábrica reconhecida, a FIAT, como sabemos, sempre manteve um relativo nível organizacional. Por conta da mobilização deste ano, o delegado sindical Gilson Thomás de Aquino acabou sendo demitido, ao lado de outros 93 operários³⁵.

O estatismo sindical e o regime de exceção

Este estudo tem procurado demonstrar o predomínio das tradições estatistas no sindicalismo brasileiro. O período ora estudado, apesar da vigência de uma política econômica liberal, não deixa de demonstrar a permanência do corporativismo sindical. Adalberto de Oliveira, por exemplo, ilustre desconhecido, tornar-se-á presidente do Sindicato com o beneplácito da oposição. No entanto, conduzirá a gestão da entidade de acordo com um ritmo definitivamente fortalecedor da estrutura corporativa e burocrática. E o que é mais interessante: a despeito de uma firme presença oposicionista em momentos chave, como é o caso das comissões de salário, sempre hegemônicas por este segmento. Mas o fato é que estes “momentos chave” também são parte integrante do modelo corporativista. São datas previamente determinadas pelo Estado, reconhecidas legalmente. E é sobre estes momentos que se debruçam situação e oposição. Para a gestão seguinte, como de resto, para as seguintes, a mesma tônica será percebida.

Esta primeira fase da gestão de Osvaldo Pimentel demonstra uma dinâmica ao mesmo tempo nova e semelhante à dos anos anteriores. Evidencia-se, por um lado um discurso mais militante, denúncias contra irregularidades nas empresas e a saudação a movimentos de reivindicatórios e grevistas. Porém, a mudança se dá em meio à conservação. Assim é que, mais uma vez, a oposição não conseguiu implementar mudanças significativas. Particularmente no que concerne ao controle a ser exercido pela categoria sobre a direção eleita. Por isso, as atitudes de Pimentel, “vacilantes”, aos olhos da militância mais à esquerda são repletas de autonomia. Talvez porque mudar esta realidade implique em mudar também a realidade maior que é a estrutura sindical corporativa tão arraigada às tradições brasileiras.

³⁵ Jornal *META*, Idem.

Porém, a questão mais interessante a ser percebida neste capítulo é a capacidade de adaptação que o modelo corporativo sindical tem. Se este modelo demonstrou eficácia durante o período do compromisso ampliado, também agora, durante a ditadura militar, ele se mantém intacto. As diversas correntes políticas ao modelo estatista se submetem, por mais que, em certas ocasiões, o critiquem e declarem intenções de rompimento. É esta, em resumo, a história do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro durante o período militar. Os segmentos mais conservadores mostram-se, por um lado, perfeitamente adequados a um modelo que, quando construído, pretendia harmonizar, sob a mediação do Estado, os interesses de empregados e empregadores. Mas as oposições, as chamadas vanguardas, também estiveram adequadas ao modelo. Tanto é assim, que, os momentos privilegiados de aglutinação deste segmento foram as campanhas. Mesmo na ditadura, portanto, a meta principal, embora nem sempre dita de forma explícita, era ocupar uma parcela do Estado. Era controlar a máquina burocrática do Sindicato Corporativo.

FONTES

Entrevistas concedidas ao Autor:

Álvaro Lins Cavalcante Filho

Jaime Leis Santiago

João Carlos do Amaral

João de Deus da Silva

João Leal de Araújo

Joaquim Arnaldo de Albuquerque

Marcos de Carvalho

Maria Inês Pereira Guimarães

Valdir Vicente de Barros

Concedidas a Ana Paula Alves de Oliveira e Renato Rocha Pitzer:

Joaquim Arnaldo de Albuquerque

Gilson Thomás de Aquino

Documentos do Sindicato dos Metalúrgicos:

Jornal META - De 1970 a 1985

Têrmo de Posse de Diretoria - De março de 1975 a outubro de 1984

Outros:

Aconteceu Especial. CEDI - Centro Ecumenico de Documentação e Informação. SP, 1981.

CECUT - Centro Cultural dos Trabalhadores. 1979 A greve de setembro dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. RJ, ABC Sociedade Cultural, 1981.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. V. 2. A crise do “milagre brasileiro”. BH, Oficina de Livros, 1990.

_____. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. V.3. A reconstrução. BH, Oficina de Livros, 1991.

“Três chapas disputam o Sindicato dos Metalúrgicos no Rio.” FSP, 11/08/84. in: *Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84. Aconteceu Especial 16*, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação. SP, s/d.

“Metalúrgicos do Rio elegem chapa da situação” FSP, 12/10/84. in: *Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84. Aconteceu Especial 16*, CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação. SP, s/d.

“Sindicalismo e os Congressos de Trabalhadores.” in: *Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84. Aconteceu Especial 16*, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação. SP, s/d, pp. 51/63.

Panfletos e materiais de Propaganda:

IX Conferência dos Trabalhadores Metalúrgicos/RJ. 30/03 a 01/04 de 1979. *Resoluções Finais*.

“Demissões em Massa a FIAT DIESEL intraquilizam os metalúrgicos do Rio de Janeiro.” *Nota oficial*. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio de Janeiro. 1º de Outubro de 1981.

“Manifesto Programa”(1983). Chapa de Oposição, *Princípios e Luta*. “A Greve da FIAT de 42 dias”. Cartilha, s/d.

Cut pela base. Projeto de Resoluções ao II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rio de Janeiro, 1986.

Oficiais:

Anuário Estatístico do Brasil - IBGE /1986

Censo Industrial do Rio de Janeiro - IBGE/1980

Referências Bibliográficas

ALAVI, H. verbete “POPULISMO”. in: BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. RJ, Jorge Zahar, 1988.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”. in: *Debate e crítica*, nº 6, SP, Hucitec, 1975.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho - o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1979-1980*. SP/Campinas, Ensaio/Unicamp, 1988.

BOITO JR., Armando. “A ideologia do populismo sindical”. in: *Teoria e Política* (2). SP, Brasil Debates, 1980, pp. 29/54.

_____. *O populismo no Brasil: natureza, formas de manipulação e raízes sociais*. Seminário: Populismo e Educação. Anais da I Semana do Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFJF, Juiz de Fora/MG, 1986.

_____. *O sindicato de Estado no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP, Campinas, 1988, mimeo.

_____. “Reforma e persistência da estrutura sindical”. in: BOITO JR., A. (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. SP, Paz e Terra, 1991, pp. 43/91.

DELGADO, Lucília de A. Neves. *O CGT no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.

DONNEL, Guillermo O’. verbete “POPULISMO”. in: *Dicionário de Ciências Sociais*. RJ, FGV, 1985, pp. 935/937.

FAUSTO, Boris. “Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920/1945): uma revisão”. in: *Novos Estudos CEBRAP*. SP, 1988, pp. 06/37.

FARIA, Hamilton. *A experiência operária nos anos de resistência*. A oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do

movimento operário (1964/1978). Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1986, mimeo.

FERREIRA, Jorge Luis. *Trabalhadores do Brasil. A cultura político-popular no Primeiro Governo Vargas (1930/1945)*. Dissertação de Mestrado, UFF/ICHF, Dep. de História, Niterói, 1989, mimeo.

FIECTER, Georges-André. *Brazil since, 1964: modernization under a military régime*. London, The Mac Milton Press LTD, 1975.

FLEICHER, David. (org.) *Da distensão à abertura*. As eleições de 1982. Brasília, Edunb, 1988.

FREDERICO, Celso. *Consciência operária no Brasil*. SP, Ática, 1979 a.

_____. *A vanguarda operária*. SP, Símbolo, 1979 b.

GOMES, Ângela de Castro . *Burguesia e trabalho*. RJ, Campus, 1979.

_____. *A injeção do trabalhismo*. SP, Vértice, 1988.

_____. et.alii *Velhos militantes*. RJ, Jorge Zahar, 1988.

_____. *Os paradoxos e os mitos: o corporativismo faz 60 anos*. Texto apresentado ao Seminário “Revolução de 30: 60 anos”, Realizado pela Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 15-16 out., 1990. Mimeo.

_____. *República, trabalho e cidadania*. RJ, FGV/CPDOC, 1991.

_____. & FERREIRA, Marieta de M. “O populismo sindical: um conceito em questão”. in: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; FRY, Peter [Orgs]. *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. SP, ANPOCS/Hucitec, 1996, pp. 30/49.

Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas.” *Boletim Informativo Bibliográfico* (2). RJ, ANPOCS/Vértice, 1987, pp. 11/40.

IANNI, Octávio. *O ABC da classe operária* . SP. Hucitec, 1980.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. RJ, Civilização Brasileira, 1988.

_____. *A formação do Estado populista na América Latina*. SP, Ática, 2 ed., 1989.

INCISA, Ludovico. verbete “POPULISMO”. in: BOBBIO, Norberto et alli, *Dicionário de Política*. UnB, Brasília, 2 ed., 1986.

KINZO, Maria Dalva Gil. *Oposição e autoritarismo*. Gênese e trajetória do MDB (1966/1979). SP, Vértice, 1988.

LOBO, Eulália (Coord). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. RJ, Access, 1992.

MARTINHO, Francisco C. P. “O populismo sindical: um conceito em questão”. in: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; FRY, Peter [Orgs]. *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. SP, ANPOCS/Hucitec, 1996, pp. 30/49.

MARTINS, Luciano. “A “liberalização”do regime autoritário no Brasil.”in: DONELL, Guillermo O’ et alii, (Ed). *Transição do regime autoritário*.SP, Vértice, 1988, pp. 108/139.

_____. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64* (2 ed). SP, Paz e Terra, 1991.

MEDEIROS, Luís Antônio. “Desemprego, miséria e Violência: a triste marca da recessão” in: *Aconteceu Especial 16*. CEDI, SP, s/d, pp.12/13.

MENEZES, Clarice M. & SARTI, Ingrid. *CONCLAT, a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*. RJ, ILDES, 1983.

OLIVA, Aloísio M. & RAINHO, Luís Flávio. “CUT e CONCLAT: divisão política do movimento sindical” in: *Aconteceu Especial 16*. CEDI, SP, s/d, pp.44/47..

RAMALHO, José Ricardo. *Estado, patrão e luta operária - o caso FNM*. SP, Paz e Terra, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. SP, Brasiliense, 1990.

RODRIGUES, Leôncio M. a. *Partidos e Sindicatos* - escritos de Sociologia Política. SP, Ática, 1990.

_____. *b. CUT: os militantes e a ideologia*. SP, Paz e Terra, 1990.

_____. “As tendências políticas na formação das Centrais Sindicais.” in: BOITO JR, Armando (Org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. SP, Paz e Terra, 1991, pp. 11/42.

_____. *O declínio do sindicalismo corporativo*. s/ed., s/d, mimeo.

SADER, Eder. “A transição política e as lutas dos trabalhadores (1982-1984)” in: *Aconteceu Especial 16*. CEDI, SP, s/d, pp.24/25.

_____. *Quando novos personagens entram em cena* - experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). SP, Paz e Terra, 1988.

TABAK, Fanny.[Org.] *Ideologias - Populismo*. RJ, Eldorado, 1973.

TORREÃO, Rita C. M. *A greve nasce na fábrica* - metalúrgicos no Rio de Janeiro (1979) Tese de Mestrado apresentada ao Dep. de Ciências Sociais da UFRJ, RJ, 1986, mimeo.

VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2 ed., SP, Paz e Terra, 1978 a

_____. *b. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências.”* in: *Boletim Informativo Bibliográfico* (3). RJ, Iuperj, 1978, pp. 09/24.

_____. *A classe operária e a abertura*. SP, Cefira, 1983.

_____. *O ocidente incompleto do PCB*. RJ, Iuperj, Série Estudos, 1988.

_____. *De um plano Collor a outro*. RJ, Revan, 1991.

WEFFFORT, Francisco C.. “Origens do sindicalismo populista no Brasil - a conjuntura no após-guerra”, in: *Estudos CEBRAP*, n 4, SP, Ed. Brasileira de Ciência, Abr/Mai/Jun., 1973.

_____. *O populismo na política brasileira*, SP, Paz e Terra, 1978.

WORSLEY, Peter. “O conceito de populismo”. in: TABAK, Fanny (org.), *Ideologias/Populismo*. RJ, Eldorado, 1973.

ARTIGO

*“Hell, No! We Won’t Glow”
The Bailly Alliance: Memories of an Antinuclear Coalition*

James B. Lane
Indiana University Northwest

The slogan **Hell, No! We Won’t Glow**, from which this paper’s title is derived, was one of many written on placards carried by participants at an antinuclear rally held on April 25, 1981. Although not an active member of the Bailly Alliance, the organization sponsoring the march, I was a participant and (memory is a little hazy) may have been shouting that slogan, which was a take-off on the Vietnam War-era antidraft chant, **Hell, No! We Won’t Go**. The demonstration’s specific purpose that spring day was to protest plans by the Northern Indiana Public Service Company (NIPSCO), a privately-owned utility company, to construct a nuclear power plant in Northwest Indiana, approximately an hour’s drive from Chicago, Illinois. The mass action highlighted a decade-long battle over the ecological future of the southern shore of Lake Michigan, the latest chapter in what historians Kay Franklin and Norma Schaeffer called the “Duel for the Dunes.”¹

The Bailly movement is less familiar to scholars than such other related Seventies stories as the first Earth Day in 1970 (which focused public attention in America on environmental concerns), Karen Silkwood’s mysterious death in 1974 (while preparing to

¹ *Duel for the Dunes: Land Use Conflict on the Shores of Lake Michigan* (1983); Alexander Bloom and Wini Breines, eds., *“Takin’ It to the Streets”: A Sixties Reader* (1995), pp. 239-60; James B. Lane *“City of the Century: A History of Gary, Indiana”* (1978). At the 1997 Oral History Association meeting in New Orleans, where I chaired a panel devoted to the Bailly fight, somebody in the audience pointed out that even in the event of a nuclear catastrophe, victims would not literally glow. Still the slogan *Hell, No! We Won’t Glow* was an attention-grabber, although some sign-makers opted for the less confrontational *Heck, No! We Won’t Glow*. Interview with Toni Trojecka Lane, Jan. 26, 1998. Another favorite among demonstrators demanded, *Kill Bailly Before It Kills Us*. NIPSCO chose the name “Bailly” to honor the Calumet Region’s first permanent residents, a French Canadian fur trapper and his Ottawa wife.

expose unsafe procedures at Kerr-McGee Corporation's Cimarron nuclear facility in Oklahoma), the prolonged Seabrook nuclear plant controversy in New Hampshire (which featured highly publicized acts of civil disobedience by members of the Clamshell Alliance), or the 1979 Three-Mile Island incident (which led to the mass evacuation of thousands of central Pennsylvania residents). During a decade of transition the Bailly struggle was symptomatic of a crisis of confidence in private and public institutions which polarized America as it was moving fitfully from industrial behemoth into a more stagnant "age of limits." The inner workings of this antinuclear success story are worth studying for a variety of reasons, including the unique nature of the forces coming together at a moment, in the words of historians Peter Carroll and David Noble, when people were becoming aware of "the necessity to limit growth, decentralize economic and social life, and use renewable sources of energy that came from the cycles of nature."²

The social history of the Bailly Alliance could only have been explored fully with the aid of oral interviews. The grassroots coalition included not only environmentalists of many stripes, including hunters and fishermen, joggers and vegetarians, hair-sprayed housewives and sandaled hippies, first-timers and veterans of past crusades, but also polyester-suited liberals and blue-collared trade unionists, including Old Left Communists and Trotskyists and a bewildering variety of New Left sectarian splinter groups who hoped that the antinuclear movement would pave the way for

² These stories were dwarfed by the Chernobyl accident in the Soviet Union, which produced mass casualties. Michael Barone, *Our Country: The Shaping of America from Roosevelt to Reagan* (1990); Robert Gottlieb, *Forcing the Spring: The Transformation of the American Environmental Movement* (1993); Samuel Hays, *Beauty, Health, and Permanence: Environmental Politics in the United States, 1955-1985* (1987); Kirkpatrick Sale, *The Green Revolution: The American Environmental Movement, 1962-1992* (1993); Nicholas Georgescu-Roegen, *The Entropy Law and Economic Process* (1971); E. F. Schumacher, *Small Is Beautiful* (1973); Jeff Stein, "Silkwood Probe Picks Up Where She Left Off," *In These Times* 2, (Oct. 11-17, 1978); Harvey Wasserman, "The Clamshell Alliance: Getting It Together," *The Progressive* (Sept., 1977), 14-18; Peter N. Carroll and David W. Noble, *The Free and the Unfree: A New History of the United States*, 2nd ed. (1988). During the Seventies the word "stagflation" was coined to characterize an economy beset with high unemployment as well as inflation. Charles R. Morris, *A Time of Passion: America, 1960-1980* (1986).

revolutionary change by revealing the bankruptcy of the capitalistic system. I have examined how these disparate factions interacted and resolved conflicts by supplementing my research of written sources with oral histories.³

Cold War Background: In 1945, in two signature moments of that most cataclysmic of years, hundreds of thousands of Japanese civilians were incinerated at Hiroshima and Nagasaki to bring down the final curtain on World War II. The atomic mushroom clouds and their radio-active fallout signaled the dawn of a new age of anxiety. The following year, in an act of “monumental stupidity,” to quote one antinuclear partisan, the U. S. Congress created the Atomic Energy Commission (AEC). Utility industry boosters touted the peaceful harnessing of nuclear energy as a benign byproduct of nuclear weapons research. **Atoms for Peace** was the way President Dwight D. Eisenhower promoted the program internationally in the mid-1950s, about the time when the AEC authorized the building of the first nuclear power plant. The hope (some would say hype) was that atomic power would be a cheap, clean, environmentally friendly energy source, augmenting and perhaps eventually replacing fossil-fueled electrical plants. Better to have left well enough alone, a few dissenters thought. In 1971, with Americans fretting over rising oil costs and fuel shortages, President Richard M. Nixon endorsed nuclear power plants as one of his domestic priorities; that same year Professor Claude M. Summers declared in **Scientific American**: “If ever any energy source can be said to have arrived in the nick of

³ The leftwing backgrounds of Alliance leaders can be compared with the *Women’s Steelworkers Caucus*, which also was in existence during the late 1970s and early 1980s, and *Steelworkers Fight Back*, a rank-and file insurgency movement within District 31 (comprising the Chicago/Northwest Indiana area) of the United Steelworkers of America. Communist Party members played a much more significant role in the *Women’s Steelworkers Caucus* and *Steelworkers Fight Back*. The CP position was that nuclear plants were all right under communism, but capitalists could not be trusted to run them properly. See James Lane, “Feminism, Radicalism and Unionism: The Calumet District Women’s Caucus and its Fight against Sex Discrimination in American Steel Mills,” *IX International Oral History Conference Proceedings* (Goteborg, 1996), 541-48; Michael Olszanski, “Steelworkers Fight Back,” unpublished manuscript, CRA. Conflict resolution is a hot topic in the 1990s, especially in Labor Studies. See Rick Halpern and Roger Horowitz, *Meatpackers: An Oral History of Black Packinghouse Workers and Their Struggle for Racial and Economic Equality* (1996).

time, it is nuclear energy.” Even so, during the 1970s, as the percentage of nuclear energy increased eight-fold nationally, from 1.4 to 11 percent of America’s total energy output, public concerns mounted, especially among those living in close proximity to proposed reactor sites who had come of age during the tumultuous 1960s. For a variety of reasons during that “decade of disillusionment,” growing numbers of articulate citizens had come to distrust big business and so-called government regulatory agencies.⁴

In 1974, the year Nixon was forced out of the White House due to criminal activities related to the Watergate scandal, some 42 nuclear power plants operated within the United States, including nine lining the vast coastline of Lake Michigan in Illinois, Wisconsin and Michigan (the Bailly plant would have been the first in Indiana). Across the country another 70 were either under construction or in the advanced planning stage. More than half of these were never completed, however, as cost estimates skyrocketed and public opinion soured on nuclear power. In part this was due to doubts raised by the antinuclear movement and also because of a confidence-shattering event, the near catastrophe at Three-Mile Island in 1979, which seemed to echo the doomsday thesis of a film

⁴ Interview with Edward W. Osann, Jan. 31, 1988. This and other oral histories are located in the Calumet Regional Archives (CRA), Indiana University Northwest, Gary, Indiana. See also Carl Degler, *Affluence and Anxiety: America Since 1945* (1968); Charles C. Alexander, *Holding the Line: The Eisenhower Era, 1952-1961* (1975). American historians often tend to divide the past artificially into decades and use phrases like “Roaring Twenties” and “Swinging Seventies” to characterize the periods under study. Some labels, such as “Depression Decade” for the 1930s and “Tumultuous Sixties,” are more apt than others. Tom Wolfe’s trite moniker “Me Decade” parodied the emphasis on self-improvement by Baby Boomers reaching young adulthood in the Seventies, and “Age of Limits” has been adopted by numerous textbook writers as shorthand for America’s economic woes. The early 1970s had much in common with the late-Sixties while the late-Seventies presaged the more conservative Eighties. Compared to the 1960s the 1970s has received relatively attention from historians; the leading intellectual history of the period, J. David Hoeveler’s *The Postmodernist Turn: American Thought and Culture in the 1970s* (1996) neglects the environmentalist movement. One New Left historian even titled his book *It Seemed Like Nothing Happened*, which reflected, to some, the diminution of social protest. See also Tom Wolfe, *Mauve Gloves and Madmen, Clutter & Wine* (1976); James W. Davidson et. al., *Nation of Nations: A Narrative History of the American Republic*, 3rd ed. (1998); Jim E. Heath, *Decade of Disillusionment: The Kennedy-Johnson Years* (1975); Peter N. Carroll, *It Seemed Like Nothing Happened: The Tragedy and Promise of America in the 1970s* (1982).

popular in the spring of that year called **The China Syndrome**, starring Jack Lemmon and Jane Fonda. In May of 1979, 65,000 antinuclear demonstrators descended upon Washington, D.C., the largest protest since Vietnam. After Three Mile Island no more nuclear power plants went on line for 18 years.⁵

National Antinuclear Movement: According to sociologist Jerome Price, the antinuclear movement arose during the early 1970s as a single-issue coalition of scientific experts and longstanding environmentalists. Initially, some adherents were not against nuclear power *per se*, just sites too close to their own neighborhoods or places of natural beauty. During the mid-1970s critics questioned the rosy statements of the AEC; Barry Commoner's books **The Closing Circle** (1971) and **The Poverty of Power: Energy and the Economic Crisis** (1976) revealed the dangers of trusting the AEC to serve as an industry watchdog, since part of its mission was clearly to promote atomic power (eventually its regulatory role was bequeathed to the Nuclear Regulatory Commission). In time the antinuclear movement included labor unions, church organizations, women's groups, university communities, Sixties counter-culture survivors, a variety of anticapitalist sectarian groups, and myriad Postwar "Baby Boomers" worried about their own children's health. Professor Price distinguishes between legalistic-minded "old environmentalists," as he labeled them, and direct-action oriented "new environmentalists." The former were more interested in specific issues pertaining to land, wildlife and nature; the latter were part of the mobilization cycle that had sprung from the civil rights and anti-Vietnam war movements and tended to be more critical of corporate elites and more concerned with broader problems of destructive technologies. According to Christian Joppke, who compared German and American antinuclear movements, participants were often committed to a utopian vision of community

⁵ Lake Michigan was the only one of the Great Lakes lying wholly within U. S. boundaries. See James B. Lane, ed., "Tales of Lake Michigan and the Northwest Indiana Dunelands," *Steel Shavings* 28(1998). Andrew J. Edelstein and Kevin McDonough, *The Seventies: From Hot Pants to Hot Tubs* (1990); David S. Aviel, *The Politics of Nuclear Energy* (1982). In 1997 the Tennessee Valley Authority, a federal agency, succeeded in bringing the Watts Bar nuclear plant on line despite local protests and cost overruns. Interview with Beth Zilbert, Sept. 30, 1997.

and participatory democracy. Whereas erstwhile Sixties protesters had combatted racism, poverty, and war, their latter-day counterparts, argued historian Alan Brinkley, “fought to stop the proliferation of nuclear weapons and power plants, to save the wilderness, to protect endangered species, to limit reckless economic development, and otherwise to protect the environment.” By the time of Three-Mile Island dozens of antinuclear coalitions had sprouted up nationally, from the Clamshell Alliance in New Hampshire and the Paddlewheel Alliance along the Ohio River region of southern Indiana/northern Tennessee to the Prairie Alliance in Illinois and the Abalone Alliance in California. Some zealots were willing, even eager, to dramatize their commitment and gain publicity for their goals by engaging in nonviolent actions of civil disobedience, lawbreaking tactics incompatible, in Joppke’s words, “with the progressive legalism of the public-interest mainstream.” He concludes, inaccurately, in the case of the Bailly fight, that “old” and “new” environmentalists remained separate throughout the antinuclear struggle.⁶

Background to the Bailly Fight: Since 1952 the Save the Dunes Council, an “old” environmentalist group, had been struggling to preserve the Northwest Indiana lakefront from industrial despoliation. Their efforts had led to the establishment of a national park (Indiana Dunes National Lakeshore) whose boundary was less than 800 feet from the proposed Bailly reactor site. When NIPSCO applied to the AEC’s Atomic Safety and Licensing Board in 1970 for permission to begin construction, members questioned the appropriateness of a nuclear generating plant at the border of the park, a 685-megawatt reactor which would not only be potentially destructive to the dunes ecology but also aesthetically unpleasant. In the words of historian James E. Newman, NIPSCO had already lost credibility locally because, despite assurances to the contrary, their

⁶ Ronald Engel, *Sacred Sands: The Struggle for Community in the Indiana Dunes* (1983); Jerome Price, *The Antinuclear Movement*, 2nd ed., (1990); Alan Brinkley, *The Unfinished Nation*, 2nd ed. (1997), p. 945; Christian Joppke, *Mobilizing Against Nuclear Energy* (1993); Helena Flam, ed., *States and Anti-Nuclear Movements* (1994). The historical literature on the American antinuclear movement is sketchy compared to European studies.

fossil-fuel plant, located near the proposed Bailly site, “was emitting a lot of chemicals through its smokestack. Every night you could see this trail of red smoke going off into the distance.”⁷

Calling themselves the Concerned Citizens against the Bailly Site, local residents financially supported several citizens who were granted the status of “Joint Intervenors” by the AEC in accordance with federal regulations. In 1973 the opposing parties argued their case during 65 days of hearings before AEC’s Licensing Board. After losing that battle, the Intervenors appealed on the grounds that in its evacuation plan the utility had misrepresented the number of people living and working near the plant. Joining the hearings at this point were two groups, the Porter County chapter of the Izaak Walton League (a wildlife organization), and the Chicago-based Business and Professional People for the Public Interest (BPI). Later the City of Gary, the State of Illinois, and District 31 of the United Steelworkers of America became Intervenors also. The Intervenors won their case before the U. S. Circuit Court of Appeals (their only legal victory, it turned out; the real importance of their actions was as a delaying tactic). The Supreme Court later overturned the lower court’s decision, but the judicial battle moved back construction until late 1976. A year later work halted when NIPSCO could not get the pilings, on which the plant would rest, down to bedrock as required by their permit. Even though the AEC eventually granted permission for shorter pilings, over the objections of the Intervenors, engineering problems plagued them. For one thing, the installation of the pilings threatened the integrity of Cowles Bog, of special interest to the Save the Dunes Council and other conservationists. The formation of the Bailly Alliance in the winter of 1977-78 stimulated mass mobilization against further construction, which in fact, never resumed. With NIPSCO’s license running out, the Intervenors successfully demanded a new round of hearings before the AEC made any decision on an extension. Cost estimates by this time had ballooned tenfold to more than a billion dollars.

⁷ Tanya Lee Erwin, “Indiana Dunes: Another Border to Defend,” *National Parks and Conservation Magazine*, 51(Oct. 1977),4-8; interview with Charlotte Read, Dec. 6, 1996, CRA; James E. Newman, “The Bailly Fight,” *Steel Shavings: Concerned Citizens against the Bailly Nuclear Site* 16(1988),1-4.

Meanwhile, predictions of future energy needs had lowered, causing some NIPSCO executives to question going ahead in the face of hostile public opinion. In August of 1981, NIPSCO's Board of Directors voted to cancel the project.⁸

Origins: The Bailly Alliance was in existence for roughly four years beginning in the autumn of 1977. The idea came from Chicagoans, but almost all members were from Northwest Indiana. Helping organize the first rally, held in November of 1977 in Chesterton, Indiana, were members of the American Friends Service Committee. Over the winter, one of these, Quaker Ellida Earnhart, opened up a post office box, set up a checking account, and in the spring of 1978 organized an **ad hoc** steering committee. That June supporters from a half dozen communities heeded an invitation to **Surrender your non-involvement and Join us for a Non-nuclear [Italian] Dinner!** Within months members of the nascent organization had made inroads with Bethlehem Steel Company employees. They went to a local 6787 union picnic armed with copies of NIPSCO's emergency evacuation plan, which had been submitted to the AEC and thus was part of the public record. It called for a "suicide squad" of 170 workers to stay inside the mill and bank the furnaces while managerial personnel, in Herb Read's words, "fled in their corporate jet." Meanwhile, Inland Steel's union local came out in opposition to the plant. Their resolution cited three factors: safety, the waste problem, and the inevitable electricity rate increases to consumers. By August the membership had adopted a set of bylaws, and an eight-page debut edition of the Bailly Alliance **News** had been published, with the feature story appearing under the

⁸ Interview with James E. Newman, Dec. 3, 1987; Engel, *Sacred Sands*, pp. 286-89. The Bailly Alliance made a special effort to win over African Americans. Although very few were active members, a number of black steelworkers came to public events, as did Mayor Richard G. Hatcher of Gary, some of whose most loyal white supporters were ardent conservationists. See James B. Lane, "The Limits of Black Political Power: An Oral History of the Richard Gordon Hatcher Administration," unpublished manuscript, CRA; Andrew Hurley, *Environmental Inequalities: Class, Race, and Industrial Pollution in Gary, Indiana, 1945-1980* (1995).

headline **NIPSCO resumes construction; renewed protests needed.**⁹

Goals: The organization's overriding goal, as stated in its bylaws, was educational: to warn area citizens about the perils of the Baily nuclear plant. Perhaps the most effective educational events were Balloon Releases to dramatize how far the wind carried particles emanating from the site (later these were halted when it was learned that some birds had swallowed balloon fragments and choked to death). Other activities included a Midwest No-Nukes Conference (which attracted workshop participants from more than a half-dozen states), speeches to local groups (NIPSCO officials generally refused offers to debate the subject at public forums), and informational pickets at NIPSCO stockholders meetings and AEC hearings. After Three Mile Island, safety became the issue stressed most in Baily Alliance literature, especially the inadequate pilings and the lack of any rational evacuation plan. As one Baily leader put it, "the facts were on our side, so our chief aim was to get them out to residents of Northwest Indiana, including our own members, so they could be better advocates within their communities." The educational mission extended to politicians and governmental officials. The way the American federal system operated, NIPSCO had to secure approval from a local zoning board and from state officials, as well as from the federal government. While the Baily Alliance did not officially support candidates for elective office, several local Democrats came out against NIPSCO's "white elephant" and subsequently enjoyed success at the polls. Some believed that it was perhaps possible to educate utility company officials themselves that it was in their best overall self-interest to capitulate, given the escalating costs and bad publicity which was tarnishing NIPSCO's image.¹⁰

⁹ Robin Rich, "Baily Finally Dead," USWA 6786 Energy Committee *Newsletter* (Nov. 1981), CRA; interview with Herb Read, Mar. 28, 1997; Brenda Frantz and Robin Rich, "Two First-hand Accounts of the Baily Fight," *Critical Mass Energy Journal*, 7(Nov.-Dec., 1981), 8-16. According to several sources, the idea for the Baily Alliance came from Chicagoan Ed Gogal; the Illinois group later changed its name to Citizens Against Nuclear Power.

¹⁰ Interviews with David Canright(Dec. 2 1997), Cindy Fredrick(Dec. 9,1997), William Drozda(Aug. 28, 1986), and anonymous respondents, CRA.

Structure: Anybody could join the Bailly Alliance regardless of age or affiliation with other organizations. Bylaws could be amended by majority vote at monthly meetings (to prevent any faction from using first-timers to take over the organization, new members could only be signed up at the close of such meetings). Agenda items were prepared by a steering committee composed of two chapter representatives as well as six additional at-large members (in actuality it was rare for more than a half dozen people to attend steering committee meetings). Two co-chairs were elected by the membership, one from Lake County and the other from adjacent Porter County. These positions tended to be rotated, in the spirit of shared leadership. Some female chapter heads resented the tendency of a few male leaders to dominate general meetings. Partly for this reason, Bailly Alliance bylaws stressed participatory democracy, decentralization, and consensus decision-making. Most work was conducted through local branches, the two most important of which, Miller, located within the City of Gary in Lake County and Chesterton, located in Porter County about equal distance between Dune Acres and the college town of Valparaiso, had storefront offices. By the summer of 1980, when active membership peaked at around 200, a dozen “fully autonomous” chapters encompassed a 60-mile area. Each had its own inner dynamic, with some dominated by a single sectarian group (the Socialist Workers Party, or SWP, in Glen Park, for instance) and others relatively free of ideological baggage. For some leftwingers, especially those in the SWP, the antinuclear issue was a means to the ultimate goal of radicalizing America. To others, especially those in the International Socialist Party, or IS, the antinuclear issue gradually became paramount, as it became obvious that “the revolution was not just around the corner,” as they once believed.¹¹

Leaders: While literally dozens of Bailly members played leadership roles, six of the most important were Jack Weinberg, Herb Read, Mike Olszanski, David Canright, Cristal Stineback, and

¹¹ Stephen McShane, “Historical Sketch of the Bailly Alliance,” CRA. Members of sectarian groups used Bailly meetings and public events for recruiting purposes. Often the person recruited would already be a member of a rival group. Interview with Mike Olszanski, Jan. 8, 1998, CRA.

Brenda Frantz. Weinberg had been one of the leaders of the 1964 Berkeley Free Speech Movement at the University of California; his arrest while passing out literature on behalf of the Congress of Racial Equality had set off a 25-hour teach-in by demonstrators who had surrounded the police car of the officers who arrested him. After many years of civil rights and antiwar activity, he joined the IS and moved to Gary, Indiana, for the express purpose of becoming a steelworker and running for union office. Of all the Bailly leaders, Weinberg was the most sophisticated strategist and had the closest ties to the national antinuclear movement, including Ralph Nader's Critical Mass Energy Project. Read, affectionately nicknamed **Howlin' Herb** because of his theatrical oratorical style, had been prominent in the Save the Dunes Council and the Porter County chapter of the Izaak Walton League (his wife at one time headed both groups) and was friends with the original Intervenors. In his fifties, Read was a generation older than most others and the organization's most effective speaker. He and Weinberg were co-chairs longer than any others. Mike Olszanski was chairman of his union's environmental committee at Inland Steel (one of the first in the country) and part of a leftwing rank-and-file insurgency movement within the United Steelworkers of America. Olszanski said later that he was red-baited so often, he eventually decided that the Communist Party must have been organized labor's best friend. David Canright, who worked at the Chesterton **Tribune**, a rather conservative family-owned newspaper, had joined the SWP while an antiwar activist in college. An indefatigable editor of the Bailly Alliance **News**, he proved adept at winning the confidence of all factions, especially those in Porter County who were suspicious of Weinberg and the Miller office.¹²

In addition to these four "Heavies," as some people called them, several charismatic women played indispensable roles,

¹² Although he has always stoutly maintained that the quote was taken out of context, Weinberg is credited with saying, "You can't trust anybody over thirty." While Canright was generally trusted by everyone, he believes he was passed over for co-chair by those suspicious of his past SWP connections. Interview with Canright, Dec. 2, 1997, CRA; W. J. Rorabaugh, *Berkeley at War: The 1960s* (1989); William L. O'Neill, *Coming Apart: An Informal History of America in the 1960's* (1971), p. 279.

including one-time co-chair and Michigan City chapter leader Cristal Stineback. According to Canright, Stineback typified the hundreds of hardworking people who joined the battle because the issue was so cogent. Known for her long blue fingernails and exotic dress, which highlighted her American Indian ancestry, she was peerless in getting people to turn out at events and, along with her husband, frequently chauffeured many of them to anti-nuke events (including gatherings in Washington, D. C., and Harrisburg, Pa.) in the Stineback family's sumptuous camper. Brenda Frantz was recruited by an IS unionist whom she later married. The Alliance's only paid staff member, she did much of the planning for the Midwest No Nuke Conference. The affair almost turned into a disaster when NIPSCO "turned out the lights" at the motel where the conference was scheduled to be held because the owner had fallen behind on his utility payments, thus providing company officials with an excuse to torpedo the event. Makeshift sleeping quarters and meeting rooms were found, and the crisis helped build an *esprit de corps* among the participants.¹³

Tactics: While Bailly Alliance activities were to be limited to education, the by-laws mentioned that it could later be necessary to set up an independent Bailly Alliance Action Committee. Sit-ins and other confrontations which might have resulted in arrests were rejected as counterproductive, at least for the moment. Yet as a last resort, most Bailly leaders were ready to consider the possibility of direct action that might have led to arrests. In fact, the Bailly Alliance cultivated a "mainstream" image in order to counteract NIPSCO propaganda that it was a "fringe" group composed of "kooks." Brenda Frantz recalled that on one occasion when she informed Valparaíso city officials of their intent to do some leafletting, it was almost embarrassing how respectfully local police treated them. "Oh, you're that polite group," one said. There was surprisingly little disagreement on strategy, tactics or membership qualifications. No efforts were made to exclude communists, Trotskyists or Maoists, a lesson learned from past internecine

¹³ Among those whose interviews were especially helpful for this and subsequent sections were Jack Weinberg, Herb Read, Mike Olszanski, Brenda Frantz, David Canright, Ronald D. Cohen, Bill Paulus, Robin Rich, Anne Minor and Cindy Fredrick.

squabbles. Disagreements were usually over rather trivial procedural matters, such as how to conduct meetings. David Canright recalled that the Quakers and hippies wanted everybody sitting in a circle with no leaders, while others demanded more structure. Arguments occurred over what kind of music to play at movement events and whether “loaded” words like “Fascist” should be used in flyers to characterize the enemy. Partisans argued endlessly over what literature could be hawked at Bailly functions and storefronts, in particular sectarian newspapers such as the SWP’s **The Militant**. Jack Weinberg, whose arrest at Berkeley for passing out literature had made him a national celebrity, was in a touchy position since he wanted to protect the group’s image as a single-issue, broad-based group but didn’t want to be a censor. As a compromise, sectarian literature was tolerated at public events but discouraged at meetings, storefront or Bailly Alliance displays. One slight diversion from the organization’s single-issue stance was supporting demands of striking NIPSCO workers. Soon after the labor dispute broke out, Dave Canright put out a special issue of the Bailly Alliance **News** devoted to their job action and delivered copies to the picket lines. The lead story quoted a union member as saying, “And they think they can run a nuclear plant. They’ve got to be kidding.” Because of the goodwill generated by Canright’s action, along with prodding from fellow unionists, the striking NIPSCO employees (whose union was a steelworker affiliate) went “anti-nuke.”¹⁴

Aftermath: After NIPSCO capitulated to public pressure, there was an unsuccessful effort to keep the Bailly Alliance together for the purpose of putting nuclear plants elsewhere out of commission. Young steelworkers were getting laid off at this time, however, causing some to move out of Northwest Indiana. Others remained active in local grassroots conservation efforts (the most

¹⁴ Favorite singers ranged from Bob Dylan and Jim Morrison to Joni Mitchell and Stevie Nicks; popular groups included the Talking Heads and the Grateful Dead, as well as the Spinners and the O’Jays, with one respondent recalling her fondness for a tape of whale noises. Old labor tunes, such as “Solidarity Forever,” were the most popular sing-alongs, perhaps with additional antinuclear verses thrown in. “Fascist” was a word favored more by SWP and PL members. Interview with Mike Olszanski, Dec. 23, 1997; David Canright, “Reminiscences,” *Steel Shavings* (vol. 16), 50; David Canright and Jim Eng, “NIPSCO Strike,” *Bailly Alliance News* (May-June, 1980).

important being the Grand Calumet Task Force, formed to clean up one of the most polluted rivers in America) or continued to involve themselves in safety issues in the mills. Herb Read has remained active in the Save the Dunes Council; Jack Weinberg is presently an organizer for Greenpeace. Cindy Fredrick and several others joined a disarmament group called Women's Action for Nuclear Disarmament(WAND). Some Bailly leaders became prominent in the Citizens Action Coalition, which for several years had been fighting successive rate hikes by NIPSCO, including one which in effect would have taxed the public to pay for their Bailly losses. On the other hand, David Canright was so "burned out" that he embarked on a three-month solitary hike along the Appalachian trail before taking over operation of his family's newspaper and becoming part of the local business establishment.¹⁵

Changing perspectives: In 1986, at a fifth-anniversary reunion picnic, I began interviewing Bailly Alliance members. Ten years later, I re-interviewed most of them to see how their recollections had changed. Because it was such a central experience in their lives, their memories were still vivid. While this may be too sweeping a generalization, interviewees in 1997 seemed more optimistic than 1986 respondents, mired as they had been in the depths of the Reagan counter-revolution. Interviewees in 1986 had used phrases like "people power" and "for once the system worked" to register their surprise at Bailly's successful denouement. By 1997 the struggle had taken on an air of historical inevitability, and NIPSCO did not seem so formidable (or insidious) an opponent. Paradoxically, some respondents were less hopeful about the potential for grassroots movements to ever again have such an impact. In 1986 the Bailly Alliance's importance appeared clear, especially its role in molding public opinion and keeping a rapacious corporation in check. Ten years later, grassroots antinuclear

¹⁵ Lance Trusty, "End of an Era: The 1980s in the Calumet," *Steel Shavings*, 21(1992), 1-7. A Harvard-educated artist, Fredrick had at one-time been close to the Progressive Labor Party, a Maoist group. Some of her anti-nuke drawings were picked up by the Liberation News Service and appeared in publications all over the country. She recalled fondly that whenever she worked on the *Bailly Alliance News*, co-editor Jim Eng found sitters to watch over her young children. Interview with Fredrick, Dec. 9, 1997.

alliances were largely a thing of the past, as the controversy over nuclear power had died down; and at least some Bailly leaders were more modest in claiming credit for stopping NIPSCO's plans and more willing to concede that the Intervenors deserved most of the plaudits.

Perspectives change over time, and inquiries that might seem tasteless or irrelevant to one generation are often deemed important to a succeeding one. During the intervening years the Cold War mentality of secrecy ebbed somewhat, and interviewees spoke more candidly about their leftwing associations, even slipping into old language usage patterns. After calling CP members "Stalinists" and referring to "affinity groups," David Canright said, "Gee, I haven't talked that way for 25 years." My 1990s interviews probed into delicate areas, such as sexual habits and drug usage of Bailly members that I didn't ask about in 1986. Regarding sexual practices, a number of couples switched partners during the Bailly fight, but monogamous relationships were the norm, proving again the resiliency of the nuclear family in late-20th century America, even though divorce rates were at a record high. Members of some sectarian groups, such as the SWP, frowned on doing illegal drugs that could lead to a police bust, while others saw the smoking of marijuana as a liberating part of their lifestyle. Local chapters were not unlike extended families, with all the emotional baggage, good and bad, that comes with such intimate relationships. Even most of the "kooks," as one trade unionist fondly referred to them, went home to their own "pad" rather than live communally. Many male leaders started out as "chauvinist pigs," said one respondent, adding that some of them changed their stripes and others didn't.¹⁶

¹⁶ Whether some questions are "out of bounds" might differ from one culture to another. In 1994, while discussing a project with an oral historian from Chinese U. in Hong Kong who had been interviewing former Singapore household servants presently living communally, I asked whether most were lesbians; she replied that she did not know, that the subject had not come up. See Donald A. Ritchie, *Doing Oral History* (1995). SWP and IS members rarely dated outside their own group, Olszanski recalled. A body of humorous stories has survived, emphasizing the disparate lifestyles of some of the group members as seen through the eyes of working-class trade unionists. Interview with Olszanski, Jan. 8. 1998. On late-20th century sexual practices see David Goldfield et. al., *The American Journey: A History of the United States* (1998); Stephanie Coontz, *The*

Like old World War II soldiers, Northwest Indiana antinuclear veterans considered their Bailly Alliance days as a highlight of their lives: “For once,” to quote one of them, “we made a difference.” Some friendships made during the Bailly fight have stood the test of time, while other estrangements have likewise remained. Among my interviewees, I encountered nostalgia and more than a little curiosity as to how old allies and enemies were doing. Many stressed the so-called “good vibrations” and “lasting friendships” which came from participating in Alliance activities. Paul Landskroener recalled: “There was a wonderful atmosphere of fun associated with the Bailly movement. One day we had a Thanksgiving dinner, and I spent all day making giant trays of lasagna. It was typical of Bailly Alliance functions in that there were kids of all ages, lots of music. Not only did the important political work happen but we had a good time doing it. It was satisfying on a personal and spiritual level.”

RESENHA

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

Antonio Carlos Jucá de Sampaio
Dep. de História – UFOP

Muito se tem falado, neste final de século marcado pelo que muitos denominam, apressadamente, de crise do racionalismo, da impossibilidade de se fazer uma história voltada para o estudo das estruturas sociais mais amplas (sobretudo as sócio-econômicas). Dessa postura tem derivado, em nossa área, a multiplicação de objetos. Toda e qualquer manifestação cultural humana torna-se passível de análise pelo olhar atento do historiador. Até aí estamos de acordo, e esta é, ao nosso ver, a premissa que guiava os pais da história moderna, Lucien Febvre e Marc Bloch. O problema aparece na forma de abordagem do objeto, ou seja, quando este é tomado como uma totalidade em si, sem a necessidade de se fazer referências às totalidades mais amplas em que está inserido. O resultado é o surgimento de uma série de pesquisas puramente factuais, sem qualquer referência a quadros teóricos mais gerais e que, por isso mesmo, são completamente incapazes de “explicar o objeto”. Trata-se enfim do retorno da velha história factual, ainda que sob nova roupagem¹. Uma história domesticada, não-questionadora, que aponta “origens” mas nada explica.

Dentro deste quadro, de caráter profundamente reacionário, há que se saudar o aparecimento de trabalhos de fôlego, como o de Sheila de Castro Faria. Professora da Universidade Federal Fluminense, onde também fez seu mestrado e doutorado, Sheila Faria insere-se dentro de uma linha de pesquisa em história agrária que aí surgiu e

¹ Não é nossa pretensão aqui, entediar o leitor com uma discussão teórica sobre as diversas correntes historiográficas. A posição aqui defendida é apresentada de forma bem mais completa por Ciro Cardoso em dois textos fundamentais: CARDOSO, Ciro. “Uma ‘Nova História’?”. In: CARDOSO, Ciro. *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro, Campus, 1988, pp. 93-117. _____, “Introdução”. In: _____ e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

desenvolveu-se sob os auspícios dos professores ciro cardoso e maria yedda linhares. O livro aqui apresentado é o resultado imediato de sua tese de doutoramento, mas é também fruto de uma pesquisa de longo prazo da autora sobre o município de campos dos goitacases no período escravista, iniciada em sua dissertação de mestrado². A consequência disso é um claro domínio do tema pela autora, que transparece em todo o texto.

A obra, embora centrada no estudo do município de Campos (que, no período colonial, significava todo o atual norte fluminense), busca lançar luz sobre como seria o cotidiano colonial. Faz isso tentando enriquecer o nosso conhecimento sobre este período, ainda relativamente pouco freqüentado pelos historiadores, o que é ainda mais verdadeiro no caso do Rio de Janeiro. Temas tão diversos quanto os padrões demográficos, as estratégias de ascensão social, a sexualidade e as características das moradias e da ocupação da terra fazem parte da obra. Sua análise da população liberta é uma das mais instigantes acerca do período colonial. Entretanto, como adverte a autora já na introdução, não se trata de apresentar a região em foco como “exemplar”, ou seja, como um modelo generalizável para toda a colônia em todo o período colonial, como ainda é, infelizmente, bastante freqüente.

O grande tema da obra é, sem dúvida, a mobilidade, como o próprio título já indica. Uma abordagem inovadora no estudo do período escravista, pois seus especialistas possuem geralmente uma visão da sociedade de então como essencialmente estática, com as transformações ocorrendo aí numa velocidade bastante reduzida³. No livro de Sheila Faria, pelo contrário, esta sociedade aparece como algo essencialmente móvel, e que só pode ser compreendida a partir deste referencial.

² FARIA, Sheila de C. “Terra e trabalho em Campos dos Goitacases (1850-1920)”. Niterói, UFF, 1986 (Dissertação de Mestrado).

³ Isso é verdade sobretudo no estudo das áreas agroexportadoras. No caso das regiões mineradoras, a própria rapidez na constituição de sua sociedade e suas transformações subsequentes logo sepultaram qualquer possibilidade de se estudar sua “imobilidade”.

Em primeiro lugar, móvel em termos sociais. Neste aspecto, Faria simplesmente reforça o que outras pesquisas já têm apontado⁴: havia uma profunda instabilidade econômica na sociedade colonial, e dificilmente uma família conseguia permanecer no topo da hierarquia social por mais de duas gerações. Ao contrário do que muitos poderiam imaginar, esta instabilidade não vinculava-se a flutuações do comércio internacional, mas estava ligada ao exercício contínuo de uma atividade muito mais ligada, idealmente, à noção de uma riqueza estável porque conservadora: a agricultura, inclusive em sua fração exportadora. Neste sentido, é notável perceber, acompanhando os casos analisados por Faria, como aquelas famílias da elite que não se “oxigenaram”, aliando-se através do matrimônio com o capital mercantil, passaram por um processo de inexorável decadência, ainda que algumas vezes mantivessem seu prestígio social.

Em segundo lugar, mobilidade espacial. Seguindo uma trilha aberta, entre outros, por Carlos Bacellar e Alida Metcalf⁵, Sheila Faria nos mostra como a mobilidade era um elemento importante na estratégia dos colonos que buscavam ascender socialmente ou simplesmente constituir uma unidade econômica autônoma. Ao contrário de outros autores, porém, Faria não preocupa-se apenas com a saída de membros da sociedade campista para outras áreas, como também (aliás, principalmente) com aqueles que demandavam o norte fluminense.

Pessoas migravam em busca de terras ainda não apropriadas, de enriquecimento em áreas de fronteira consideradas promissoras, para ocupação de cargos públicos da burocracia colonial (o que também era, geralmente, um meio eficaz de enriquecimento), etc. A migração não tinha, entretanto, um caráter aleatório. Migrava-se para áreas onde já existiam pessoas conhecidas (ou indicadas), parentes, etc. Buscava-se, portanto, áreas onde já se tivesse estabelecido laços

⁴ Entre as obras que apontaram esta mobilidade social, podemos destacar: FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.; _____ e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

⁵ BACELLAR, Carlos de A. P., *Família, herança e poder*. São Paulo, CEDHAL, 1991. METCALF, Alida, "Fathers and sons: the politics of inheritance in a colonial brazilian township." In: *HAHR* 66:3, Duke University Press, 1986.

sociais prévios, que facilitassem a inserção do forasteiro na nova comunidade, uma empresa de caráter político sempre delicado.

O resultado final é uma obra de enorme importância para todos historiadores ligados ao estudo da sociedade escravista brasileira, sobretudo aqueles que se dedicam ao período colonial. E isto tanto graças aos resultados que apresenta quanto às preocupações metodológicas sempre presentes, resultado de uma verdadeira obsessão da autora no trato com as fontes.

Por fim, gostaria de fazer uma observação a título de contribuição para o enriquecimento dos estudos coloniais em geral. Parece-me que já passamos da hora de darmos maior atenção para a produção historiográfica extremamente rica existente acerca de outros países da América Latina. Todos os temas sobre os quais hoje nos debruçamos (relativos a esse período) encontram-se já bastante estudados no que se refere a outras áreas da nossa região. Um maior conhecimento dessa produção só poderia nos ser de grande utilidade na construção de um quadro teórico mais geral da nossa própria experiência colonial.

RESENHA

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos - Nitro Química: A fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo, Annablume e Sindicato dos Químicos e Plásticos de SP, 1997.

Novo olhar sobre o movimento dos trabalhadores

Marco Aurelio Santana

Universidade Federal de Ouro Preto

O movimento dos trabalhadores na conjuntura 1945/1964 já foi alvo de uma série de pesquisas que o analisaram em diferentes perspectivas. O volume e qualidade dos estudos desenvolvidos indica o grau de importância do tema em termos da compreensão dos processos organizativos e de luta dos trabalhadores brasileiros. Porém, estes estudos não se realizaram no vazio, eles foram obviamente informados pelas questões que permeavam o momento de sua realização. Neste sentido, os processos de redefinição no interior da esquerda político-sindical brasileira, ocorridos no final da década de setenta e a entrada dos anos oitenta, foram definitivos na montagem e consolidação de visões sobre o passado, que colaboraram com a formação de novas identidades emergentes no interior daquele movimento. O movimento sindical pré-64, assim, se ganhava em importância, acabava sendo submetido em suas particularidades aos ditames do presente, sendo percebido sob sua ótica. Os trabalhos de Weffort (1973 e 1978)) constituíram-se em suporte da posição que analisava bastante criticamente o movimento. Destes estudos sobressai a importância assumida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao longo de todo o processo. Obviamente que as visões acerca do PCB serão correlatas àquelas definidas para o movimento sindical. As definições de Weffort (1973 e 1978), vinculadas aos setores que assumem a hegemonia do movimento político-sindical e mesmo conformando muitas de suas idéias acabaram por se tornar hegemônicas, servindo de balizamento para os estudos sobre o tema. O movimento sindical pré-64, com forte orientação do PCB, constituiria o *sindicalismo populista* marcado, entre outras coisas, pela falta de organização nos locais de trabalho, pelo distanciamento das demandas imediatas dos

trabalhadores e por uma inserção quase restrita aos setores tradicionais da economia. Além disso, informado pelo nacionalismo, este movimento tenderia a evitar mobilizações em empresas nacionais, servindo como elemento redutor da prática dos trabalhadores. Se garantiam um eixo de preocupações importantes e orientação em termos de pesquisa, os trabalhos de Weffort (1973 e 1978) não conseguiam dar conta da complexidade daquele movimento. Alguns trabalhos foram aos poucos relativizando as posições de Weffort (1973 e 1978)¹. Mas é apenas na chegada dos anos 90 que veremos uma série de pesquisas tentarem se voltar para o pré-64, sem o olhar condescendente que lhe era reservado².

É neste quadro que se insere o excelente trabalho de Paulo Fontes. A pesquisa, realizada pelo autor em ampla gama de documentos escritos, orais e iconográficos, originalmente para sua dissertação de mestrado, lança luz sobre diversos aspectos já presentes no debate. Porém, mais que isso, Paulo Fontes abre perspectivas ainda pouco trabalhadas. Estão presentes na pesquisa, de forma articulada, entre outros, temas tais como: processo de industrialização, organização de trabalhadores, relação partido/sindicato, formação de cultura fabril, e bairro enquanto local de disputa e identidade. A análise de Paulo Fontes tem como centro a empresa Nitro Química que, implantada nos anos 30 em uma articulação de empresários com o governo, assume papel estratégico e destacado no setor, atingindo o ápice nos anos 50 quando, a partir de meados da década, começa um processo de decadência. Tomando como ponto inicial o processo de instalação da empresa e sua inserção de relevo no quadro da industrialização brasileira, Fontes investiga, com centro nos anos 50, os mecanismos pelos quais a empresa buscava construir sua hegemonia no interior da *grande família nitrina*, seja através de práticas *dóceis* e sutis, seja através daquelas mais repressivas.

É em um contexto como este que Fontes analisa as formas de organização e de luta dos trabalhadores no interior da fábrica. Neste sentido vai apontar toda a complexa rede de processos inseridos nas

¹ Ver entre outros Maranhão (1979) e Delgado (1986).

² Ver Santana (1992), Costa (1995), Negro (1995) e Silva (1995).

disputas dentro da empresa, tendo como lastro o estudo da experiência do trabalho, ao qual estavam submetidos os operários, e da cultura fabril que se gestou a partir desta inserção. Sem optar por um caminho de mão única que veria nos *benefícios* concedidos pela empresa apenas seu potencial de dominação eficaz e total, o estudo de Fontes assinala a apropriação e a reelaboração feitas pelos operários a partir do discurso da empresa. No que diz respeito à construção de uma contra-hegemonia por parte dos trabalhadores, Fontes vai indicar a importância da militância comunista no processo de agenciamento das lutas e organização dos *nitrinos*. Aí reside um dos aspectos de relevo do livro, à medida que abre possibilidades de complexificar as visões anteriores acerca da prática comunista no movimento sindical de então.

Fontes vai demonstrar como a militância comunista nada tinha de afastada da base e muito menos de estranha à ela. Sua própria origem era de trabalhadores profundamente identificados com o quadro onde atuavam. Os comunistas *nitrinos* atuaram como pólo importante não só de organização dentro da fábrica, mas também do sindicato da categoria. A partir de meados dos anos cinquenta quando começam a participar da direção sindical, os militantes comunistas vão servir de elemento primordial no sentido de alterar as práticas da entidade e voltá-las para a luta dos trabalhadores. Eles atuaram intensamente na greve que *abalou* a empresa em 1957. A pesquisa de Fontes demonstrou que no caso da *Nitro*, os comunistas se organizavam na base e que independentemente de atuarem em empresa nacional, puderam se utilizar destes mecanismos para garantir melhores condições de vida e trabalho para os operários. Um dado interessante no trabalho de Fontes é a incorporação que ele faz do bairro como um dos pontos de suporte da prática dos agentes. Este aspecto, que é pouco ressaltado em outros estudos sobre o movimento dos trabalhadores, garante à pesquisa de Fontes um espaço privilegiado na literatura. O bairro de São Miguel Paulista, nos subúrbios de São Paulo, aparece no trabalho não só como o local escolhido para a implantação da fábrica e que se desenvolve com ela, tornando-se um centro importante para as ações do sistema de dominação da empresa. Ele aparece também, enquanto espaço importante na construção de identidades e suporte

de organização e luta dos trabalhadores. Será ali, neste espaço de socialização, que a grande massa de imigrantes nordestinos terá parte de sua formação como trabalhadores *nitrinos*, se tornando, junto à outros, integrante da *família nitrina*; para depois, se rebelar contra ela. Longe dos argumentos estruturais que viam nesta *nova classe trabalhadora*, formada no pós-30, sem tradição e experiência de luta, uma vítima passiva do discurso *populista*, Fontes analisa os meandros de uma cultura que, aos poucos, se conforma e consolida garantindo os instrumentos, concretos e simbólicos, necessários para a identificação e luta dos trabalhadores por seus direitos. Enfim, o trabalho de Paulo Fontes potencia a ampliação de nosso conhecimento acerca da atuação dos trabalhadores em um período no qual, supostamente, já sabíamos muito, garantindo um novo olhar sobre ele. Para além disso, este trabalho fornece elementos fundamentais para pensarmos a experiência e a cultura operária de forma geral, em toda sua riqueza e complexidade.

Bibliografia

COSTA, Hélio da.(1995), *Em busca da memória - comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. SP, Scritta.

DELGADO, L. Neves. (1986), *O comando geral dos trabalhadores no Brasil -1961/1964*. Petrópolis, Vozes.

MARANHÃO, Ricardo. (1979), *Sindicatos e redemocratização*. SP, Brasiliense.

NEGRO, A.L.(1995), *Ford Willys anos 60. Sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC*. Campinas, Unicamp, Dissertação de mestrado.

SANTANA, Marco A.(1992), *Partido e militância sindical - A atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do RJ (1947/1964)*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Dissertação de mestrado.

SILVA, F. Teixeira da. (1995), *A carga e a culpa*. São Paulo/Santos, Hucitec/Pref. de Santos.

WEFFORT, Francisco. (1973), “Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do Após-guerra)”, in *Estudos Cebrap*, nº 4, SP, Cebrap.

_____.(1978), “Os sindicatos na política (Brasil 1955-1964), in *Ensaio de Opinião*, nº 2-5, São Paulo.

RESENHA

PEABODY, Sue. *"There are no slaves in France": the political culture of race and slavery in the Ancien Régime*. New York: Oxford University Press, 1996.

A escravidão na Metrópole

Renato Pinto Venancio

DEHIS/UFOP - Pesquisador do CNPq

Conforme aprendemos nos livros de história moderna, a escravidão foi uma instituição específica do mundo colonial. Embora aceita por muitos, tal afirmação tem sido, nos últimos dez anos, revista em inúmeros estudos elaborados por pesquisadores europeus e norte-americanos. O livro de Sue Peabody é um exemplo dessa renovação. De acordo com a autora, a segunda metade do século XVII foi uma época marcada pela introdução de escravos africanos na sociedade francesa. Durante o referido período, a França estabeleceu, nas ilhas caribenhas, um poderoso sistema escravista voltado à produção de açúcar. A partir de então, começam a ser registrados casos de proprietários de terras, comerciantes e funcionários que, quando se deslocavam, provisoriamente ou definitivamente, à Metrópole, levavam consigo escravos domésticos. Inicialmente, essa prática foi combatida através de cláusulas do *Code Noir* (1685), que restringiam a escravidão ao mundo colonial. Tais determinações, contudo, não foram respeitadas e, em razão da pressão da elite colonial, o Rei, em 1716, sancionou um decreto no qual determinava as regras de permanência dos escravos no território francês. De acordo com a nova lei, para trazer escravos à França, os colonos deveriam solicitar autorização junto às autoridades coloniais e metropolitanas. Além disso, o colono comprometia-se a não comercializar cativos em território francês, ao mesmo tempo que as autoridades restringiam a possibilidade da reprodução da população cativa, alforriando os que se casavam. O aspecto mais interessante a respeito da implementação dessa nova medida foi o fato de ela não ter sido aceita por todos. Nas áreas vinculadas ao tráfico internacional de escravos, como, por exemplo, Nantes e La Rochelle, o édito foi acatado; já o Parlamento de Paris se recusou a subscrevê-lo. A análise que Sue Peabody faz dessa recusa é fascinante. Os legisladores

parisienses alegaram o "Princípio da Liberdade", ou seja, o princípio de que o elemento diferenciador da história francesa em relação aos períodos anteriores era o da não aceitação da escravidão, sublinhando a similaridade linguística entre os termos "France" e "affranchissement"(libertação). Dessa maneira, a partir de 1716, observamos na França a existência de regiões que reconheciam a instituição escravista e outras que não a reconheciam. Ora, à medida que as Colônias prosperavam, mais e mais cativos eram enviados ao território francês, como serviçais domésticos ou para instrução técnica em atividades artesanais. Segundo Sue Peabody, na Metrópole, a população negra, na década de 1730, atingiu a casa dos quatro mil homens e mulheres. Essa situação levou a uma nova ofensiva do Rei que, em 1738, sancionou uma lei limitando em três anos a estadia dos escravos em solo francês, além de restringir as alforrias e proibir os casamentos. A lei determinava ainda que os escravos não registrados seriam confiscados e enviados às colônias para trabalharem em obras públicas. Uma vez mais, o Parlamento de Paris recusou-se a reconhecer a lei; animados com essa recusa, os escravos parisienses, através de advogados que identificavam escravidão a absolutismo, começaram a multiplicar as solicitações de liberdade. Sue Peabody identifica, para o período compreendido entre 1730 e 1790, 247 concessões de liberdade a cativos. A análise dos textos dos processos é reveladora. A autora investiga, por exemplo, a complexa rede de relações sociais que envolviam os escravos e os homens livres, assim como a emergência do racismo e da crítica iluminista ao sistema escravocrata.

Por último, Sue Peabody avalia o impacto da Revolução Francesa. Em 1794 é decretada a abolição, mas, em 1802, tal decisão foi revogada. Por essa época, ressurgem os processos de solicitação de liberdade, sendo o último acordado em 1843, cinco anos antes da extinção do sistema escravista em todos os territórios franceses. Infelizmente, Sue Peabody aborda superficialmente esse último período. Estudos mais profundos talvez revelem, para o caso francês, uma política semelhante a implementada pelos britânicos. Na fase imperialista, as autoridades inglesas enviaram a população negra livre que vivia na Metrópole para as novas colônias africanas, efetuando então uma política de "purificação racial" *avant la lettre* e fornecendo as bases materiais para o mito de uma Europa milenarmente branca.

RESENHA

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Famílias coloniais

Ângela Domingues

Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto
de Investigação Científica Tropical de Lisboa

Fundamentando-se numa investigação exaustiva de fontes manuscritas e impressas, bem como num conhecimento notável da bibliografia produzida sobre o assunto, Maria Beatriz Nizza da Silva desenvolveu nesta obra um estudo social, econômico, cultural e das mentalidades tendo por base a *família* no Brasil Colonial. Embora integrado no âmbito da produção historiográfica da autora, este projeto revela-se, contudo, mais abrangente do que as obras até aqui produzidas, na medida em que se propõe estudar a especificidade dos diferentes tipos de famílias dando particular ênfase à sua atividade econômica e distribuição espacial ao longo dos três séculos de colonização portuguesa.¹

As linhas estruturantes da obra articulam-se em torno de cinco capítulos onde são focados assuntos tão complexos como as primeiras experiências colonizadoras, a formação de uma tipologia de famílias de acordo com a área geográfica e o tipo de riqueza predominante no patrimônio familiar, a emigração de indivíduos para a colônia e a coexistência de novas ligações afetivas com laços familiares pré-existentes, a complexidade social, econômica e racial do conceito "família" quando aplicado no Brasil Colonial ou, ainda, a instituição familiar enquanto criadora de laços de solidariedade e proteção ou como sistemas de conflitos e contradições internas.

¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984; idem, *Vida privada e quotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993; para um enquadramento da obra na produção historiográfica relativa ao Brasil Colonial veja-se, idem, *História da Família: tendências e metodologias*. *Ler História*, 29, 1995, pp. 19-24.

Partindo da análise de casos específicos devidamente enquadrados por documentação de natureza legislativa, notarial, judicial, eclesiástica, epistolar, assim como publicações periódicas, a autora apresenta uma sucessão de episódios da "historia da vida" dos homens e mulheres que constituíam a sociedade colonial brasileira. Relatam-se casamentos, concubinatos, adultérios; revelam-se divórcios, bigamias e separações; dá-se conta da existência de filhos legítimos e ilegítimos, de expostos e adotivos, de rapazes estudando em universidades e de raparigas reclusas em conventos e recolhimentos; divulgam-se processos de adoção e legitimação; enumeram-se bens patrimoniais, dotes e legados. Percebem-se os valores subjetivos da riqueza dos fidalgos, senhores de engenhos, funcionários administradores, bandeirantes, fazendeiros, homens e mulheres de posses médias ou que viviam no limiar da subsistência, preocupados com a distribuição do patrimônio familiar e a tranquilidade da alma.

Aos olhos do leitor sobressaem questões tão complexas como a da honra masculina e feminina, definições de propriedade e riqueza, fatores de distinção social ou as relações de autoridade e submissão dentro da família e com as instituições. Abordam-se, igualmente, os mecanismos de ascensão social, os sistemas de transmissão e preservação do patrimônio e os estatutos jurídicos específicos a determinados indivíduos ou grupos. Revela-se que a miscigenação foi uma constante da sociedade colonial, abrangendo todos os grupos sociais e origens étnicas, fomentando a aproximação dos indivíduos e dando, muitas vezes, origem a famílias estruturadas de acordo com as leis do reino e de Deus.

Nizza da Silva deixa claro que as relações dos indivíduos com as estruturas familiares eram múltiplas e complexas e se regiam por regras de conduta que tinham a ver com a hierarquia social, mas também com códigos de honra que se relacionavam com princípios de dominação masculina. Nesta sociedade colonial, o prestígio familiar, a par da prosperidade individual, determinavam as estratégias matrimoniais, a pulverização do patrimônio pelos herdeiros ou a instituição de capelas e morgados, bem como a capacidade dos indivíduos em se promoverem socialmente ou a seus descendentes.

São questões como estas que se desenrolam nesta *História da Família no Brasil Colonial*, analisadas numa perspectiva de história comparada, no tempo e no vice-reinado do Brasil, e enquadradas no Império Português. Neste sentido, a autora cumpriu os objetivos inicialmente propostos, demonstrando com discernimento que os quadros institucionais e jurídicos, tal como os costumes e normas que regeram os indivíduos ao longo de três séculos não foram os mesmos. De igual modo, as diferentes formas de riqueza privilegiadas em cada região (os índios em São Paulo, os engenhos e os africanos no Nordeste, o gado no Piauí e Curitiba), assim como os mecanismos de transmissão do patrimônio nelas instituídas (e relacionadas, também, com o prestígio social dos indivíduos ou das famílias a que pertenciam), permitiram à autora a construção de uma "tipologia de famílias luso-brasileiras".

A intervenção da Igreja na vida familiar ocupa nesta obra um lugar relevante. Esta instituição surge como alternativa à família, como um poder estruturante da sociedade e entidade regulamentadora e vigilante da religião e dos costumes. As instituições religiosas aparecem, em grande medida, como responsáveis pela formação e educação dos jovens, proteção e guarda das mulheres e filhas, acolhimento de expostos, defensoras da honra dos indivíduos e da família e reprovadoras do concubinato e da bigamia.

Baseando-se num sólido conhecimento da documentação manuscrita e impressa, bem como nos estudos recentemente produzidos dos dois lados do Atlântico sobre história da família, a autora reformula, ainda, idéias aceitas pacificamente pela historiografia tradicional e sugere novas perspectivas de investigação.

LPH – Revista de História

Instruções para envio de artigos.

Os originais deverão ser apresentados em formato Word for Windows, pelo menos a partir da versão 6.0 / Windows 95, na configuração de página padrão, fonte Times New Roman, tamanho de fonte 12 e espaço simples entre linhas (espaço 1).

Deverá ser encaminhada ainda uma cópia impressa do trabalho.

LPH – Revista de História aceita trabalhos editados nas línguas portuguesa, espanhola, inglesa e francesa.

O original do trabalho deve ser encaminhado à Secretaria do LPH, constando o endereço completo do(s) autor(es) e telefone(s) de contato e (se possível) endereço eletrônico.

Opcionalmente, LPH aceita trabalhos através do seguinte endereço eletrônico:

lphufop@hotmail.com

ISSN 0103-7110

“LPH”